



Maria José Travassos de Almeida de Jesus Bento

CONVENTO DE CRISTO — 1420/1521 — MAIS DO QUE UM SÉCULO

Tese de doutoramento em Letras, na área de História, especialidade de História da Arte, orientada pela Senhora Professora Doutora Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice

Índice	
Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	11
Introdução	15
Capítulo 1	
A Ordem e os Regedores	21
O Infante D. Henrique – 1º Regedor e Administrador da Ordem de Cristo	23
D. Manuel I – O Rei Regedor	27
Capítulo 2	
A Vila De Baixo	
A Região de Tomar no Período Pré Templário	41
O Domínio Templário	43
A Vila de Baixo na Regedoria do Infante D. Henrique	50
A Vila de Baixo na Regedoria do Infante D. Fernando (1460-1470) e da Infanta D. Beatriz (1471-1484-1493)	60
A Vila De Baixo Na Regedoria De D. Manuel	61
A Cerca Da Vila entre 1420-1521	70
A Igreja De Santa Maria Do Castelo	85
O Vigário De Tomar	96
O Paço do Vigário	97
Caracterização Morfo-Tipológica	104
Casa Do Ofício Da Santa Inquisição	106
Um Espaço Para A Rainha	112
Um Edifício Cisterna	113
A Casa Corrente	114
Capítulo 3	
Convento De Cristo 1420-1521	
A Igreja do Convento	127
A Nova Igreja do Convento Manuelino	141
Um coro para a Charola	175
Ao encontro da Nave Manuelina	176
Cadeiral Ad Maiorem Dei Gloriam	185
Sacristia Manuelina	194
O tratamento da superfície	200
A primeira Sala do Capítulo	216
A Casa do Capítulo Manuelina	221
Os Claustros	230
Claustro do Cemitério	231
A sacristia	237
O Refeitório	239

A Comunicação com a igreja	239
Torre De São Jorge	242
Capela De São Jorge	243
O Dormitório	246
Claustro Da Lavagem	248
Portaria do Convento	252
A Área Rústica Do Convento	255
Capítulo 4	
Os Paços Do Regedor	
O Paço Do Infante	257
Os Aposentos Da Rainha	268
Conclusão	273
Bibliografia	289



Agradecimentos

AGRADECIMENTOS

Dúvidas poderão, eventualmente recair, sobre a forma justa e verdadeira de enumerar todos aqueles que, ao longo de mais de 20 anos, me acompanharam nesta minha ligação ao Convento de Cristo.

Foram imensas pessoas; imensas Entidades.

Nestes últimos quatro anos e, mais concretamente, no âmbito deste trabalho de investigação, não posso deixar de registar e endereçar o meu mais reconhecido Agradecimento:

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela receptividade ao programa e à candidatura ao Doutoramento apresentada em 2009;

À Professora Doutora Maria de Lurdes Craveiro, a minha sincera e imensa gratidão pela orientação, por todos estes anos de paciência e, acima de tudo, pelo entusiasmo com que partilhou comigo todos os momentos de procura e descoberta deste Edifício e, conseqüentemente, deste trabalho;

À FCT, o meu profundo reconhecimento pela atribuição da Bolsa de Doutoramento sem a qual esta investigação não teria sido possível;

À DGPC e ao então Ministério da Cultura, o meu muito Obrigada pela Licença sem Remuneração concedida, fundamental para a realização de todo este processo;

À Professora Doutora Maria da Conceição Lopes e ao CEAACP, pela confiança e o apoio a esta investigação;

Ao Instituto Politécnico de Tomar, na pessoa do seu Director, Professor Doutor Eugénio Pina de Almeida e do Professor Doutor Rui Gonçalves, o meu reconhecido agradecimento pela colaboração nos estudos de GPR desenvolvidos;

A todos os funcionários do Convento de Cristo, pela disponibilidade e simpatia. Devo, também, uma palavra especial de gratidão à Dr^a Amélia Casanova pelo apoio sempre demonstrado e, ao técnico Rui Ferreira, que ao longo destes anos partilhou comigo o seu conhecimento sobre o edifício e me guiou pelos locais mais recônditos do Convento, alguns dos quais imprescindíveis para a realização deste estudo;

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pelo apoio e esclarecimentos prestados;

Ao meu pai e a toda a minha família a minha mais viva e profunda gratidão pelo apoio, a compreensão, a dedicação e as constantes demonstrações de amor e carinho, sem as quais este trabalho não seria possível;

Ao Pedro, a minha profunda gratidão por todo o amor e compreensão demonstrada, pelo incentivo sempre presente e continuado.

E por fim,

À minha mãe, ausente mas sempre presente, porque nós as duas sabemos o porquê de tanta gratidão.

À minha pequena Malú, que veio ao mundo no seio desta investigação e que, talvez por isso, goste tanto ou mais do que a própria mãe de ouvir as histórias do Cavaleiro Gualdim Paes e do Rei D. Manuel.



RESUMO

RESUMO

Este trabalho de investigação teve como objectivo fundamental a compreensão de um dos conjuntos edificados mais complexos de Portugal, no período específico entre 1420 e 1521, e que compreendeu a regedoria da Ordem de Cristo pelo Infante D. Henrique e por D. Manuel I. Alicerçou-se nas teorias enunciadas em anterior dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2009, intitulada “O Convento de Cristo em Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas”. A procura da confirmação de algumas dessas teorias através da consulta exaustiva do fundo documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a utilização de estudos de GPR e do acompanhamento de campanhas arqueológicas que, então, se desenvolveram no convento, permitiram a identificação de percursos e de espaços desconhecidos, numa percepção de um todo arquitectónico até aqui incompreendido. Assim, tornou-se possível a identificação, nos descontextualizados claustros henriquinos, do cumprimento rigoroso da tipologia dos mosteiros cistercienses demonstrando a intenção do Infante D. Henrique na sua utilização como regra e referência. Identificou-se, também, que a utilização da Charola como igreja conventual, cuja definição planimétrica contrariava a tipologia cisterciense, não impediu o cumprimento do seu plano, adaptando a planta centralizada às novas exigências pretendidas, através da inclusão do coro e das ligações obrigatórias da igreja com o dormitório, o claustro e o acesso individual dos leigos.

Esta nova leitura espacial acompanha a introdução de referências do modelo cisterciense para a construção do convento, ao mesmo tempo que percepção a introdução de um novo formulário arquitectónico na construção dos Paços do Regedor da Ordem. Esta, definiu-se pela particularidade de, pela primeira vez, o Regedor da Ordem ser um leigo, não podendo, por isso, partilhar a sua residência com os religiosos conventuais, e obedeceu a fórmulas de carácter civil, cumprindo-se na íntegra, a tipologia de uma casa senhorial.

A necessidade de enquadramento exterior deste paço e de articulação do antigo recinto norte da fortaleza templária, onde se instalaram o convento e o paço da Ordem com os restantes espaços amuralhados levou, entre outras intervenções, à abertura da Porta do Sol e à definição do terreiro do Recebimento. Descobre-se, assim, um convento de raiz tipológica cisterciense, que engloba na sua formação a mítica Charola templária e que funciona, durante quase meio século, segundo esses princípios vivenciais.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao funcionamento da dupla urbanidade de Tomar, através da distribuição das actividades de carácter administrativo no interior da vila amuralhada, e da exploração comercial, industrial e de hospedagem na vila ribeirinha. A tomada de consciência de que as vilas de Tomar foram fundadas pela Ordem do Templo e se tornaram pertenças da Ordem de Cristo, permitiu reconhecer a importância deste território como elemento passível de ser instrumentalizado. Assim se compreendeu a

acção de D. Henrique de reconversão e dignificação dos espaços urbanos e, posteriormente, de D. Manuel, com a transformação da vila amuralhada em vila clerical e a reconfiguração do espaço urbano da vila de baixo.

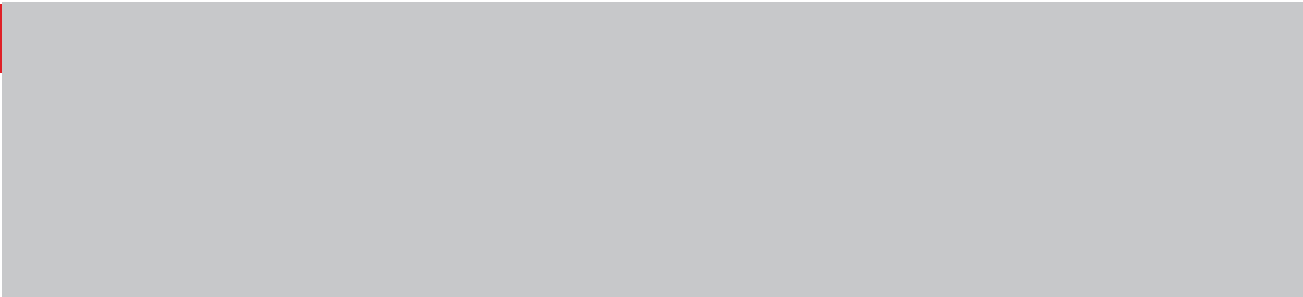
Foi, aliás, a regedoria de D. Manuel que rompeu com a rigidez formal cisterciense e introduziu uma complexidade plástica e formal que parecia ter transformado o anterior convento cisterciense em algo meramente casuístico, ornamental e despropositado.

A compreensão e a leitura deste objecto arquitectónico conventual na sua relação com a vila amuralhada, na correlação com a vila de baixo e na consequente identificação enquanto estrutura de excepção no panorama nacional do final de quatrocentos e início de quinhentos, permitiu a real consciencialização do poder da Ordem de Cristo.

Foi, aliás, a chegada de D. Manuel à Regedoria da Ordem que imprimiu um novo fôlego nos objectivos inicialmente traçados pelo Infante, originando verdadeira transformação no convento e nas vilas, que se agigantaram. Novas formas materiais, técnicas e cores invadem o senhorio da Ordem de Cristo mas, acima de tudo, uma nova gestão permite transformar “ferro em ouro”. O convento e paço mestral invadem e preenchem toda a estrutura fortificada, e a vila intramuros, agora transformada em vila clerical, adquire a função do dormitório da clausura. A casa do capítulo manuelina e o renovado pátio do recebimento formalizam, a partir de então, a entrada de aparato na Sede da Ordem por cavaleiros e leigos, e o convento é coberto de pinturas, estuques e guadamecis; a vila clerical é recuperada e dignificada.

Em simultâneo, e pela mão de D. Manuel, a vila de baixo reajusta-se, redefine-se e especializa-se, transformando-se na única Tomar. A administração, a indústria, o comércio e o lazer tomam o seu lugar pré definido na nova Vila, que resplandece com as novas regras urbanísticas que saneavam terrenos, construía frentes ribeirinhas de trânsito fluvial, traçavam e regulavam alinhamentos e cercas, ao mesmo tempo que redefiniam o espaço público segundo princípios cénicos e de aparato. O senhorio da Ordem de Cristo espelhava, agora sim, a administração de um rei que se caracterizava por uma vontade firme de exteriorizar e materializar as suas qualidades, e de se afirmar enquanto monarca eleito e pré-destinado para construir um império e mudar a geografia do mundo.

Este trabalho de investigação teve como objectivo fundamental a compreensão deste complexo edificado, e permitiu a reconstituição de todos os espaços que compunham e definiam a Sede da Ordem de Cristo e as vilas de Tomar. Desconstruiu-se mitos e questionou teorias e lendas que se perpetuaram no tempo em redor deste monumental edifício, resgatando a sua força identitária.



Abstract

ABSTRACT

"Convent of Christ - 1420-1521 - more than a century," this title encapsulates the temporal space and the building that has been chosen for the research work that led to this PhD thesis. This research follows a first approach to the same period in the framework of the Master's thesis in Art History, in Coimbra University, entitled "The Convent of Christ in Tomar, the Infante D. Henrique to the Manueline large contracts. Now It was intended a deeper understanding of the pathways and the spatial relationships of the architectural structure of the convent building and the headquarters of the Order of Christ, seeking the confirmation of many hypotheses envisaged in the Master theses. Alongside which this, the ambition to understand the urban structure inherent in Intramuros village and its relation to the village below.

At first sight the program seemed simple and aim for it consisted in continuation / confirmation of the research work done during the Masters. However, and with respect to the Convent and the Order of Christ, nothing is simple and much less objective.

We are facing one of the most complex buildings in the history of National and World Architecture, rated Heritage.

The proposed and planned methodology, which was structured, mostly from studies of GPR and archaeological surveys, proved in part fruitless since the current asset policy is not receptive, much less research funding works. Still, it was possible to perform some GPR scans, with the support of the Polytechnic Institute of Tomar, but lacked confirmation has not been authorized by the entity that oversees the property, to repetition. It is clear that the issue of archeology has been completely abandoned by lack of funds, given that it is difficult to get permission to conduct any archaeological survey. Aware of this reality, the research was structured, mainly based on the documentary resources of the National Archives of Torre do Tombo, in particular the Fund Order of Christ / Convent of Tomar, and continued observation and analysis of the constructed surfaces. Insisted in furthering knowledge during this timeline.

The vastness of the topic in question and the need to establish points of comparison and critical analysis, forced the conclusion that each of these chapters is constituted by a new area of research. In fact, starting in the first chapter of this thesis, the Order and the aldermen, it was necessary to understand what kind of relationship Infante and D. Manuel had with the Order and to what extent is this relationship was crucial to the formation of structure convent. Knowing this dynamic, it progressed a little further in trying to understand the action of the Order in the double urbanity village of Tomar, in character as landlord of the Order, the relevance of coexistence, to D. Manuel, the walled town and village riverside. In the villages, understand the reason that had given rise to the lay expulsion of the walled town, by D. Manuel.

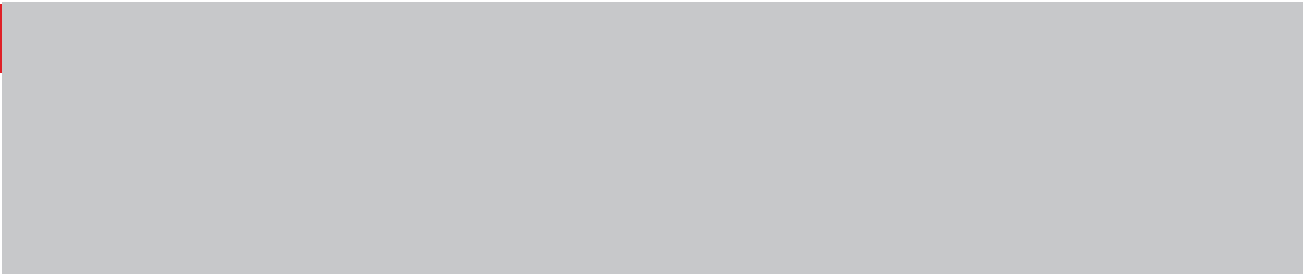
But the central purpose of this investigation concerned to the convent itself, and the house of his Regedor. It was absolutely necessary to clarify the origin of the Henrique's convent like a Cistercian building even after being converted to the exoticism and exuberance of the manueline architectre, retained its functional origin scheme by introducing only a few variations. But what were the reasons for these atypical features? And is the Convent of Tomar the only building to have these "anomalies"?

And the Regedor palace, what was the real reason for the construction of the palace for a person who does not live in the place and the regularity which travels does not seem to justify such an investment? What is the justification for not get lodged in the convent itself?

The questions are always put in the link order / architectural object. The constant use of the image, the design and the virtual reconstruction of spaces is due and is absolutely necessary for understanding the structure and size of the architectural object in question.

The reading of the witnesses in a building with seven centuries of constant building, covered and reshaped, proved to be a fascinating and inexhaustible Herculean task.

This thesis would sought to clarify the constructive path occurred between 1420 and 1521.



Introdução

INTRODUÇÃO

A escolha de um título para um qualquer trabalho de investigação é um dos momentos marcantes desse próprio trabalho, pois a acertividade dessa escolha define a clarividência daquilo que se quer mostrar, daquilo que se quer ver confirmado e, muito provavelmente, daquilo que se pretende desconstruir e/ou questionar. O título escolhido para o trabalho de investigação que originou a presente tese de Doutoramento - “Convento de Cristo – 1420-1521 - mais do que um século” identifica este conjunto arquitectónico ímpar e encerra-o neste espaço temporal.

Esta investigação surge na sequência de uma primeira abordagem ao mesmo edifício e ao mesmo período, efectuada no âmbito da dissertação de Mestrado em História da Arte da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulada O Convento de Cristo em Tomar, do Infante D. Henrique às grandes empreitadas Manuelinas. Pretende-se, agora, um conhecimento mais profundo dos percursos e das relações espaciais da estrutura arquitectónica do edifício conventual que era, simultaneamente, a sede da Ordem de Cristo, na procura de respostas para as inúmeras hipóteses equacionadas no âmbito do referido Mestrado, ao mesmo tempo que se procura a compreensão da estrutura urbana inerente à vila intra-muros e a sua relação com a vila de baixo.

Percepciona-se agora um dos mais complexos e particulares edifícios da história da Arquitectura Nacional e Mundial, classificado como Património da Humanidade, a sede oficial da Ordem de Cristo.

A metodologia inicialmente proposta e planeada consistia, na sua grande maioria, na procura de respostas que se pretendiam obter a partir de estudos de GPR e de sondagens arqueológicas, no entanto, esta deparou-se com barreiras administrativas que integram a nossa política patrimonial vigente. Ainda assim, e com o apoio do Instituto Politécnico de Tomar, foi possível a realização de uma primeira fase de varrimentos GPR, tendo sido negada a segunda fase, a da confirmação dos resultados. Não existiu, igualmente, o recurso a qualquer trabalho no âmbito da arqueologia nem foi realizada nenhuma sondagem arqueológica. A confrontação com estas dificuldades logísticas motivou um outro caminho para esta investigação, através da consulta exaustiva do fundo documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (nomeadamente o Fundo Ordem de Cristo/Convento de Tomar), na permanente e continuada observação e análise das superfícies construídas.

A vastidão do tema em análise e a necessidade de estabelecer pontos de comparação, fundamentando, dessa forma, uma crítica analítica, motivou a rápida percepção de que cada um destes capítulos se constituiria por si só numa nova área de investigação. De facto, logo no primeiro capítulo desta tese - a Ordem e os regedores - foi necessário perceber que tipo de relação tinham o Infante e D. Manuel com a Ordem de Cristo, e em que medida é que essa relação foi determinante para a definição da estrutura conventual. Foi também necessário o entendimento da acção da Ordem de Cristo na du-

pla urbanidade da vila de Tomar, nas suas características enquanto senhorio da Ordem e na pertinência da coexistência da vila amuralhada e da vila ribeirinha até à regedoria de D. Manuel, tendo, sobre estas, recaído a necessidade de esclarecer o motivo que o terá levado a expulsar os leigos da vila amuralhada.

Mas, o objectivo fundamental desta investigação continuava a ser o convento em si e a casa do seu Regedor. Era, assim, necessário o esclarecimento da origem do convento Henriquino como edifício de tipologia conventual, para encontrar respostas para os motivos que justificaram a preservação, quase na íntegra, do seu esquema funcional de origem, mesmo após ser profundamente transformado pelo exotismo e exuberância manuelina. E, neste contexto, identificar as razões para esta situação de grande invulgaridade.

A evolução do trabalho motivava novas dúvidas, desta vez, sobre o paço do Regedor: qual a verdadeira razão para a construção do paço para um regedor que não reside no local e cuja regularidade nas deslocações a Tomar não parece justificar tal investimento? Qual a justificação para não ficar alojado no próprio convento?

O constante recurso à imagem, ao desenho gráfico e à reconstituição virtual dos espaços justifica-se pela necessidade absoluta de dar a conhecer a dimensão articulada do conjunto arquitectónico em análise, motivando um profundo conhecimento de toda a sua estrutura.

Num edifício que testemunha sete séculos de constantes intervenções construtivas que, na sua maioria, abrangeram e reformularam a totalidade do seu complexo edificado, recuar até aos inícios do século XV e desvendar os três primeiros séculos da sua construção foi a tarefa necessária. Foi fascinante, sim. Inesgotável, também.

No início do século XX, Vieira de Guimarães, Amorim Rosa e Garcês Teixeira, publicaram, nos Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo e nos Anais do Município de Tomar inúmeras transcrições de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, que ainda hoje se consideram como referências fundamentais na abordagem a Tomar(castelo/convento/vila)/Ordem do Templo/ Ordem de Cristo. Contemporânea a estas leituras, Lacerda Machado propôs o primeiro traçado das muralhas norte e poente do castelo templário.

Quase meio século depois, os relatórios das campanhas arqueológicas realizadas por Salete da Ponte na área correspondente aos Paços do Infante, contribuíram para a interpretação destes espaços em ruínas.

Abrangendo também a área referente aos Paços, a dissertação de Mestrado que antecedeu esta tese e que abarca o período entre a regedoria do Infante D. Henrique e de D. Manuel, apresenta a primeira leitura integrada deste espaço conventual, a sua relação com a vila amuralhada, com a vila de baixo e a sua consequente identificação enquanto estrutura de exceção no panorama nacional entre os séc. XV e XVI.

Relativamente a este período, Isabel Morgado e Silva caracteriza a Ordem de Cristo, focando-se nestas regedorias e na anterior.

Por seu lado, Pedro Dias centra a sua investigação na arquitetura manuelina enquanto Paulo Pereira investiga a simbólica manuelina e as possíveis interpretações geométricas dos corpos construídos nesse período. Ainda no universo da simbólica manuelina, Sílvia Leite desenvolve novas propostas para a configuração da Charola manuelina.

Num espaço temporal mais abrangente, Jorge Custódio promove uma nova leitura da distribuição das capelas da Charola, ao mesmo tempo que reinterpreta o papel dos sepultados no interior da igreja. É também a este autor que se deve uma nova leitura ao tumulo de D. Diogo da Gama, actualmente localizado no claustro do cemitério.

O trabalho de Rafael Moreira constitui-se como o grande marco na abordagem historiográfica do Convento, com a análise da obra de João de Castilho. Ainda sobre este período, Álvaro Barbosa investe sobre a nova cerca conventual de Castilho.

Deve-se a Sílvia Conde a primeira grande abordagem à evolução urbana medieval da vila de baixo, enquanto José Cabral Dias propõe uma possível tipificação do urbanismo templário. Sobre a génese urbanística de Tomar, Luísa Trindade apresenta novas propostas teóricas sobre o traçado e a evolução da vila baixo.

Desde muito cedo a historiografia concentrou os seus esforços na análise dos principais ícones do complexo conventual - a Charola, a Janela do Capítulo e o Claustro Principal. A obsessão pela descodificação destes elementos de excepcionalidade tem vindo a inviabilizar uma leitura de conjunto que permita um conhecimento concreto do espaço construído.

A presente tese afigura-se, assim, como o reconhecimento e identificação de quatro séculos de construção, e o direccionar de uma luz intensa sobre o percurso construtivo ocorrido entre 1420 e 1521, procurando esclarecer o que o tempo se encarregou de obscurecer.



CAPÍTULO 1

A Ordem e os Regedores

Convento de Cristo – 1420/1521 – mais do que um século

A ORDEM E OS REGEDORES

A ordem religioso militar de Nosso Senhor Jesus Cristo surge no século XIV como a ordem portuguesa legítima herdeira dos bens pertencentes em Portugal à ordem do Templo. No início desse mesmo século, em 1307, Filipe IV rei de França, iniciou a já identificada campanha de difamação e perseguição à Ordem dos Templários conseguindo que o papa Clemente V ordenasse uma inquisição geral em todos os reinos cristãos sobre os bens e os procedimentos dos freires da Ordem. Dava-se, assim, início ao processo que levaria à extinção da Ordem do Templo em 1312.

Antevendo o rumo dos acontecimentos, já desde 1307 alguns membros do clero português avançaram com tentativas de se apoderarem dos bens da Ordem. Contudo, D. Dinis não o consentiu e, em 1309, adjudicou à coroa alguns dos seus bens. Ao mesmo tempo, e com o objectivo específico de os salvar, procurou apoio nos seus pares da Península, tendo conseguido em 1310 assinar um acordo com D. Fernando IV de Castela, onde ambos se comprometiam a defender os bens da Ordem a favor das respectivas coroas e a não fazer pacto com Roma sem o acordo de ambos. A este acordo associou-se o rei de Aragão em 1311¹.

A 22 de Março de 1312, no concílio de Viena, o papa Clemente V, sob a influência de Filipe IV, aboliu para sempre a Ordem do Templo, tendo determinado que os bens da Ordem fossem entregues à Ordem do Hospital, exceptuando-se os bens situados nos reinos da Península Ibérica, cujo destino deveria ser posteriormente decidido².

Na impossibilidade de incorporar de imediato o património dos Templários nos bens da Coroa Portuguesa, D. Dinis adoptou a solução da coroa de Aragão, ou seja, a transferência dos bens dos Templários para a recém formada Ordem de Montesa. Com esta medida, D. Dinis conseguia, pelo menos, que os bens ficassem numa ordem nacional e não numa ordem internacional como a Ordem do Hospital.

Os representantes e delegados de D. Dinis junto ao Papa apresentaram uma convincente manifestação de desacordo à sua decisão. A presença muçulmana em Granada e no Norte de África era uma ameaça permanente ao país, nomeadamente à costa algarvia, que justificava a presença de uma milícia no âmbito da ideia de Cruzada, ajudando o rei na luta contra o Infidel³. Confirmando essa ideia, em 1318 o monarca propôs ao papa João XXII a criação da Ordem Militar de Cristo. Um ano mais tarde, pela bula *Ad ea ex quibus*, o Papa ordenava que a nova milícia recebesse todos os bens anteriormente pertencentes à Ordem do Templo e que ficasse sedeadada em Castro Marim sob a regra de Calatrava, nomeando o Abade de Alcobaça como visitador e reformador⁴. Esta bula de fundação instituiu, ainda, a obrigatoriedade do Mestre da Ordem se apresentar perante o Rei antes

¹ PIZARRO, José Augusto de Sotto Myor, *D. Dinis*, Col. Reis de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 166.

² PIZARRO, *D. Dinis*, Col. Reis de Portugal, 2005, p. 166.

³ SILVA, Isabem Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, in *Militarium Ordium Analecta*, nº6, Porto, Fundação Eugénio António de Almeida, 2002, p. 45.

⁴ PIZARRO, *D. Dinis*, Col. Reis de Portugal, 2005, p. 165.

⁵ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)* 2002, p. 46.

de assumir a dignidade, prestando-lhe juramento e obediência⁵.

A denominação da nova ordem religioso militar alicerçava-se no primitivo nome da Ordem dos Templários – a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo⁶. Surgia, assim, o nome de Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, também conhecida por Cavalaria de Jesus Cristo e, mais vulgarmente, por Ordem de Cristo⁷. Alguns cavaleiros templários integraram a nova ordem intitulando-se sempre como quodam miles templi (outrora cavaleiro templário)⁸ e o último mestre templário, D. Vasco Fernandes foi eleito comendador de Montalvão. Para mestre da nova Ordem D. Dinis escolheu um ex mestre da Ordem de Avis, D. Gil Martins; em 1312 foram aprovados os primeiros estatutos da nova milícia⁹.

Fundada pelo Rei, a Ordem de Cristo viria a demonstrar uma relação de lealdade para com a Coroa em todo o seu processo evolutivo, exemplificando a forma ideal de relacionamento que o monarca pretendia ter com todas as instituições monástico militares presentes no território nacional – Avis, Hospital e Santiago¹⁰. De forma mais ou menos constante, ao longo do séc. XIV a actuação dos Mestres da Ordem de Cristo ajustou-se aos objectivos da monarquia, sendo exemplo disso o seu desempenho no período entre 1319-1324, altura em que o país viveu em clima de guerra civil entre o rei D. Dinis e seu filho, D. Afonso. O então Mestre da Ordem, D. João Lourenço, tomou o partido do monarca e ao seu lado, em 1321, resgatam de D. Afonso o castelo de Coimbra que este tinha ocupado¹¹. A lealdade de D. João Lourenço custar-lhe-ia o mestrado da Ordem e, com a morte de D. Dinis em 1325 e a subida de D. Afonso IV ao trono, instalou-se um clima de conflito que levou D. Lourenço a renunciar ao mestrado no ano seguinte¹².

A substituição do mestre por D. Martim Gonçalves Leitão não alterou a função para a qual tinha sido criada e, em 1340, a Ordem responde prontamente ao pedido de auxílio do trono de Castela combatendo vitoriosamente sob o comando de D. Afonso IV as tropas muçulmanas na Batalha de Salado¹³. O empenho de D. Martim Gonçalves e os freires da Ordem no apoio contra os muçulmanos em Granada foi reconhecido não só pela Coroa, mas também pela Igreja, sendo-lhes concedidos os rendimentos de várias Igrejas como contributo ao seu desempenho no combate ao Infiel¹⁴.

Sempre ao lado do rei, defenderam a linha fronteira do Guadiana da investida Castelhana. Esta acção representou uma mudança no âmbito da acção da Ordem, uma vez que a milícia começou a adoptar uma prática combativa que se identificava com os interesses do reino. Não era já, portanto, a lealdade aos valores cristãos que estava em causa, mas um programa político que importava assegurar, na manutenção e vigilância das fronteiras definidas e sob a suprema tutela do rei¹⁵. Esta característica constituiu a principal diferença entre a Ordem do Templo e a Ordem de Cristo, ou seja, a Ordem de Cristo funcionou também como “instrumento” da política do Reino,

⁶ LAMY, Michel, *Os Templários, Esses Senhores de Mantos Brancos*, Col. Biblioteca de História, Lisboa, Editorial Notícias, 2ª edição, 1996, p. 29.

⁷ SUCENA, Eduardo, *A Epopeia Templária em Portugal*, col. Documenta Histórica, Lisboa, Nova Veja, 2008, p. 121.

⁸ SANTOS, José António dos, *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Cristo em Thomar*, Bibliotheca Universal, 1879, p. 74.

⁹ PIZARRO, D. *Dinis*, Col. Reis de Portugal, 2005 p. 166.

¹⁰ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 45.

¹¹ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 46.

¹² SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 46.

¹³ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 47.

¹⁴ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 49.

¹⁵ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 48.

enquanto a Ordem do Templo, sendo uma Ordem internacional, funcionava segundo princípios próprios.

Neste contexto, a proximidade da Ordem ao Rei e à política régia evidenciou-se gradualmente com acções como, por exemplo, a tarefa conferida ao Mestre D. Rodrigo Eanes de acompanhar a filha mais nova de D. Afonso IV, D. Leonor, ao reino de Aragão, onde viria a casar com D. Pedro IV¹⁶. Este género de atitudes demonstrava que o Mestre era sempre um homem da confiança do rei e embora este não devesse interferir na eleição do Mestre, acto que deveria ser da inteira responsabilidade dos membros da Ordem, é evidente que ao longo dos tempos os monarcas não deixaram de sugerir o “candidato ideal”.

A sucessão dos Mestres da Ordem reflectia também a forma como o rei e o herdeiro ao trono se relacionavam; ou seja, nos períodos em que o rei e o seu sucessor directo tinham uma boa relação, à morte do monarca o Mestre era mantido. Nos períodos de conflito entre o rei e seu sucessor, como foram os casos de D. Dinis e seu filho D. Afonso IV e, posteriormente, D. Afonso IV e seu filho D. Pedro I - devido à lealdade do Mestre para com o rei - à morte do monarca, a convivência como seu sucessor e antigo opositor era praticamente impossível, o que significava a renúncia do Mestre e a realização de uma nova eleição¹⁷. Apesar destas situações, as obrigações da Ordem para com a coroa foram sempre cumpridas.

As relações de confiança entre o Mestre e o rei eram inequívocas e obrigatórias, reflectindo-se em actos como o de D. Pedro I ao confiar ao Mestre D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade a educação de seu filho bastardo – o futuro D. João I.

A importância da presença de D. Nuno na Corte e o fim do processo de Reconquista da Península levaram a que em 1357 a sede da Ordem de Cristo fosse transferida definitivamente para Tomar. Entre as muitas acções desempenhadas por este Mestre destacaram-se duas, particularmente significativas para o desenvolvimento do país: o seu pedido a D. Pedro I para que entregasse o Mestrado de Avis a D. João e a relação próxima com o sucessor do trono, D. Fernando, o que permitiu que, à data da morte de D. Pedro, D. Nuno fosse mantido no cargo de Mestre da Ordem até à sua morte¹⁸.

A morte de D. Nuno ocorreu durante o curto reinado de D. Fernando e o cargo foi ocupado por D. Lopo Dias de Sousa, sobrinho da rainha D. Leonor Teles. A investidura de D. Lopo é reveladora de como os Mestres da Ordem eram pessoas de absoluta confiança dos reis e por si indicados. D. Lopo teria apenas 12 anos quando foi investido¹⁹, tendo a confirmação papal demorado 13 anos a ser formalizada²⁰. Durante esse tempo, o cargo de mestre foi considerado vago, sendo assumido por D. Maria Teles de Meneses, mãe de D. Lopo²¹. O mestrado de D. Lopo decorria com normalidade quando D. Fernando faleceu, deixando viúva D. Leonor que assumiu a regência do reino.

Após a morte de D. Fernando, D. Lopo manteve-se leal à rainha regente, confirmando a liga-

¹⁶ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.49.

¹⁷ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 46.

¹⁸ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 50.

¹⁹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 53.

²⁰ GUIMARÃES, Vieira de, *A Ordem de Cristo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 90.

²¹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 53.

ção da Ordem à Monarquia. Mais tarde, sabendo do envolvimento da rainha no assassinato de sua mãe, o Mestre tomou uma posição contrária ao normal procedimento da Ordem, retirando o seu apoio à Rainha e defendendo o Mestre de Avis. Esta decisão não foi pacífica no interior da Ordem, e houve quem tomasse partido pela causa castelhana. Todavia, estas tomadas de decisão não tiveram consequências na organização e na atitude de apoio que foi desenvolvida em favor do Mestre de Avis²². D. Lopo chegou a ocupar Ourém em nome de D. João, localidade pró-castelhana e, meses depois, Torres Novas, onde foi preso, tendo sido libertado apenas após a Batalha de Aljubarrota²³.

Desde a fundação da Ordem e, por diversas vezes, a coroa e o clero recompensaram os Mestres da Ordem de Cristo e das demais Ordens militares pelos preciosos serviços que haviam prestado ao reino a expensas próprias, com os seus cavalos e armas²⁴. As Ordens Militares de Cristo, Santiago, Avis e Hospital mantiveram uma posição de destaque no poder militar que detinham, durante muito tempo após a reconquista da Península, e permaneceram bem armados, encavalgados e observando rigorosas normas de conservação do equipamento militar guardado no interior das fortalezas que os comendadores tinham debaixo da sua tutela.

No início de Quatrocentos, estas Ordens eram responsáveis pelo fornecimento de mais de 10% do equipamento defensivo pesado de Portugal²⁵.

²² SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 53.

²³ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 53.

²⁴ MONTEIRO, João Goveia, *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 200.

²⁵ MONTEIRO, *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, 2003, p. 201.

O Infante D. Henrique – 1º Regedor e Administrador da Ordem de Cristo

Durante os séculos XIV e XV as ordens militares tinham-se transformado em poderosas detentoras de grandes concentrações de propriedades fundiárias e de riqueza mobiliária, afastando-se das funções político-religiosas que as tinham gerado. A Ordem de Cristo, assim como todas as outras ordens militares, transformaram-se em forças sócio-económicas capazes de promover acções a par com a Coroa. Numa tentativa de contrariar esta política de engrandecimento das ordens, a Coroa portuguesa, em conjunto com todas as outras casas reais europeias, iniciou um processo de apropriação das Ordens Militares. Seguindo esta política, e numa clara acção de centralização de poder, D. João I distribuiu pelos seus filhos as principais Ordens Militares do Reino, começando pela de Santiago em 1418, que atribuiu ao Infante D. João, seguida pela Ordem de Cristo atribuída ao Infante D. Henrique em 1420, e, por último, a Ordem de Avis entregue ao Infante D. Fernando²⁶ em 1434.

As negociações que existiram entre D. João I e o Papa Martinho V para que este concedesse as prerrogativas de Administrador da Ordem de Cristo ao Infante D. Henrique duraram cerca de seis meses²⁷ mas, só um ano depois, em 1421, o Infante receberia a confirmação régia de todos os privilégios concedidos aos Mestres seus antecessores e à própria Ordem²⁸. A atribuição do Mestrado da Ordem a um Administrador laico obrigou a alterações na estruturação da mesma em termos de hierarquia e atribuições, nomeadamente na substituição do título de Mestre, anteriormente atribuído a um frei-cavaleiro eleito em capítulo, pelo título de Governador e Administrador da Ordem que poderia ser atribuído a um secular²⁹.

O Infante D. Henrique nasceu no Porto a 4 de Março de 1394 e teve como ama de leite Mécia Lourenço, mulher de um Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fernando Álvares que, por sua vez, foi aio do Infante e de seus irmãos³⁰. Mas a convivência desde a primeira hora com a Ordem não terminava aqui. D. Lopo Dias de Sousa interveio e acompanhou também a sua educação, potenciando estreita e permanente ligação aos membros da Ordem. Esta relação estendeu-se também ao património pertencente à sua Casa que abrangia as áreas de Viseu, Guarda e Lamego, regiões fronteiras com o domínio Senhorial da Ordem de Cristo que se localizava maioritariamente na região beirã³¹. Sob a “orquestração” de D. João I, e até 1420, o poder da Casa do Infante cresceu em sã convivência com a Ordem de Cristo.

Como regedor da Ordem, o Infante implementou diversas transformações, nomeadamente a nível administrativo - separou definitivamente a “mesa mestral” da “mesa do convento”, encarando os réditos da mesa mestral como um rendimento próprio inerente ao Mestre. Consequentemente, implementou uma política de engrandecimento desses rendimentos, reduzindo os réditos da mesa conventual³². Enquanto instituição de carácter senhorial, a Ordem usufruía de direitos, quer a

²⁶ SILVA, Isabel Morgado e, *A Ordem de Jesus Cristo - Do Mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique*, Revista Oceanos, nº 17, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 22.

²⁷ CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 365.

²⁸ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 65.

²⁹ CONDE, Sílvio Alves, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, Cascais, in Patrimónia Histórica, 1996, p. 170.

³⁰ SILVA, *A Ordem de Jesus Cristo - Do Mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique*, 1994, p. 22.

³¹ SILVA, *A Ordem de Jesus Cristo - Do Mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique*, 1994, p. 22.

nível territorial quer a nível jurisdicional, que lhes permitiam proceder, por exemplo, à cobrança dos dízimos³³, originando conflitos permanentes entre os poderes senhorial e concelhio, obrigando, dessa forma, Governadores e Administradores da Milícia a intervirem com uma determinada regularidade reafirmando os direitos e deveres de cada um³⁴.

A reestruturação da Ordem implementada pelo Infante e que culminou com a revisão dos estatutos pelo Bispo de Viseu, D. João Vicente, em 1449, foi demonstrativa do objectivo de moldar a Ordem aos seus interesses. As alterações contemplavam princípios de laicização pelos quais os freires cavaleiros iam sendo libertos do cumprimento de muitos dos seus deveres religiosos, nomeadamente a prática de da oração, confissão e comunhão mas, e principalmente, de dois dos seus principais votos - pobreza e castidade.

Logo em 1426, mais de vinte anos antes, o capítulo geral reunido em Tomar determinou e consignou uma ordenação em que os freires da Ordem de Cristo podiam dispor dos seus bens em testamento, com a justificação de que esta impossibilidade só prejudicava a milícia uma vez que, por morte de alguns dos seus membros, não lhes eram possível controlar os bens que possuíam, ficando muitas das vezes sem disponibilidade para lhes dar sepultura, realizar os ofícios e exéquias fúnebres, bem como sufragar as suas almas³⁵. Mais tarde, e no seguimento dessa alteração, Eugénio IV, em 1443, autoriza o Infante a receber o hábito e a fazer profissão na Ordem sem abdicar do seu património, contrariando claramente um dos princípios basilares da regra beneditina pelo qual o desprendimento dos bens terrenos e a renúncia aos mesmos deviam preceder a entrada para a comunidade monástica³⁶.

Esta gradual laicização da Ordem a par da política monárquica de expansão para o norte de África, fomentou o ressurgimento da vertente militar da milícia à época praticamente inexistentes³⁷.

A guerra ao infiel no norte de África era fortemente apoiada pela Santa Sé fazendo-se sentir na concessão de benesses de carácter económico. A título de exemplo, refira-se a isenção Papal do pagamento da dízima das cruzadas em 1425, comum a todas as Ordens Militares e justificada pela participação pessoal dos freires na luta contra o Infiel, ou a autorização do comércio com os infiéis sem que isso constituísse uma falta espiritual, dada por Calisto III em 1456³⁸.

A partir de 1443, D. Henrique obteve o controlo sobre todas as viagens ao sul do cabo Bojador exceptuando-se apenas aquelas que partissem da iniciativa da Coroa³⁹. Embora não fosse o único a estimular e a investir na navegação (sendo-lhe atribuído cerca de 1/3 dessas viagens) o Infante tinha o poder de autorizar a realização de viagens de descoberta, comerciais e de corso⁴⁰ e, por esse motivo, foi-lhe transferido o quinto que anteriormente era devido à administração pública que era quem tinha esse poder.

³² SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 170.

³³ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 231.

³⁴ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 170.

³⁵ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 126.

³⁶ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 127.

³⁷ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 127.

³⁸ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 135.

³⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, 2ª ed, Publicações Dom Quixote, 2008, p. 330.

⁴⁰ GODINHO, *Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, p. 330.

⁴¹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 68.

No mesmo ano, o Papa Eugénio IV aceitou um conjunto de dezassete Súplicas que o Infante Ihe endereçou destacando-se, entre outras, a confirmação da Bula de fundação da Ordem, a concessão de indulgência plenária aos fiéis que visitassem no dia de Santiago a Igreja de São Tomás em Tomar (Charola) e a remissão dos pecados para todos os cristãos que, sob o comando de D. Henrique, lutassem contra os Inimigos da Fé de Cristo⁴¹. O Regedor e Administrador da Ordem de Cristo personificava, então, a imagem do Cruzado empenhado na luta contra o Infiel, encabeçando o esforço da guerra desenvolvido pela Coroa portuguesa em África. O Papa, Eugénio IV, por bula Papal, autorizou o Infante a receber o hábito e a fazer profissão na Ordem de Cristo, sem abdicar do seu património. Nela se referiu – “possa, durante a sua vida, conservar, chefiar, reger e governar no temporal e no ducado de Viseu e quaisquer outros domínios temporais que legitimamente lhe pertencerem”⁴² - contrariando um dos princípios básicos dos beneditinos, pelo qual o desprendimento dos bens terrenos e a renúncia aos mesmos precedia a entrada para a comunidade monástica. O Infante D. Henrique teve também autorização para possuir altar portátil, ouvir missa em terras interditas e escolher confessor próprio⁴³, entre outros privilégios.

Mais tarde, já em 1456, Calisto III confirmou a concessão do Espiritual das terras além-mar à Ordem de Cristo, a exercer da mesma forma que em Tomar, considerando os territórios em causa *nulius diocesis*. Aquele documento pontifício entregava à Ordem de Cristo a responsabilidade da jurisdição espiritual do “direito de padroado” na pessoa do vigário-geral de Tomar e definia uma das principais estruturas de base de execução da política de expansão e dos descobrimentos portugueses.

O papel da Ordem nos territórios descobertos não se revestia, contudo, de um carácter evangelizador, uma vez que este era delegado às Ordens Mendicantes. À Ordem competia, principalmente, a construção dos locais de culto e a cobrança dos direitos que lhe pertenciam. Dominada sempre pela ideia cruzadística, pautava-se pela preferência da guerra e subjugação do não-cristão, delegando para outros a tarefa da conversão e divulgação do Cristianismo⁴⁴.

O poder e a figura do Infante estiveram intimamente ligados à história da Ordem de Cristo, sendo difícil saber onde terminava a acção de um e começava a do outro. De qualquer forma, foi notório que, na primeira metade de Quatrocentos, o poder do Infante podia ser equiparado, se não superior, ao poder económico do Reino e da Coroa. A casa senhorial de D. Henrique era composta pelo Governo e Regedoria da Ordem de Cristo; ducado de Viseu; senhorio da Covilhã; cabo de Trás-falmenar (1443); vila de Gouveia (1447); senhorio, jurisdição e tributos de Lagos e Alvor; Berlingas e Balear, junto da Autoguia (1449); exclusivo da pesca do atum das costas do Algarve; monopólio do fabrico e venda de sabão; isenção do quinto das presas devido à Coroa (1433); monopólio da navegação para as Canárias - recebendo o quinto das viagens autorizadas; monopólio da pesca do

⁴² SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 135.

⁴³ *Anais do Município de Tomar, 1137-1453*, vol.VIII, Câmara Municipal de Tomar, 1972, p. 114.

⁴⁴ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 232.

⁴⁵ GODINHO, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2008, p.3 31.

⁴⁶ *Anais do Município de Tomar, 1137-1453*, 1972, p. 21.

coral entre os cabos S. Vicente e Espartel (1450); quinto das enxávegas e corvinas; arquipélagos da Madeira e dos Açores; monopólio do comércio com a costa africana do Cabo Cantim para o Sul; o quinto do que com a sua autorização outros traficarem (1443 e 1449); assentamento do Infante de 16 contos anuais⁴⁵; e rendas das feiras francas, como a de Tomar⁴⁶.

Não tendo descendência e sabendo que, à sua morte, os seus bens reverteriam para a Coroa, D. Henrique adoptou o Infante D. Fernando, seu sobrinho, doando-lhe todos os bens móveis e de raiz que possuísse até à data da sua morte, com a excepção da “terça”, na condição de este se responsabilizar pelos seus criados e pelos sufrágios da sua alma⁴⁷. À Ordem de Cristo entregou, em forma de padroado, os direitos de espiritualidade que possuía na Guiné, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, e da sua Vila no Algarve.

Durante a sua forte e inequívoca liderança, D. Henrique promoveu em Tomar a construção dos seus Paços, dos Claustros e das dependências Conventuais para a Sede da sua Ordem e dos Estaus para albergar os forasteiros. Promoveu também a regularização do leito do rio, a reorganização do sistema hospitalar local, a criação das saboarias, a dinamização do comércio, a instauração da feira franca e o “acarinhar” do desenvolvimento da comunidade judaica⁴⁸. Utilizou, ainda, os domínios territoriais da Ordem na formação de comendas que distribuiu pelos seus apaniguados.

Tomar, como sede do Conventual da Ordem, transformou-se num dos centros “operacionais e estratégicos” do plano das Descobertas, principalmente como fonte de rendimentos para financiamento das expedições marítimas. Na época de Quatrocentos, a dinâmica Vila de Tomar foi cenário vivencial para personagens como João Gonçalves Zarco, Gonçalo Velho Cabral e D. Fernando de Castro que, de forma incontornável marcaram a história dos Descobrimientos portugueses.

Regedor e Administrador da Ordem de Cristo durante quarenta anos, D. Henrique faleceu em 1460 depois de ter redimensionado e redireccionado o destino da Ordem de Cristo.

⁴⁷ AMT, *1137-1453*, 1972, p.69.

⁴⁸ CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1997, p. 57.

D. Manuel I – O Rei Regedor

As alterações estatutárias promovidas pelo Infante abrangeram, entre muitos outros aspectos, o problema da sucessão da regedoria da Ordem. Se, no passado, o mestre era eleito por sufrágio de todos os membros da comunidade, a sucessão do regedor era hereditária. Com esta premissa, D. Henrique não só garantiu que a regedoria da Ordem de Cristo ficaria no seio da Casa Viseu-Beja, como escolheu o seu sucessor com a adoção de seu sobrinho o Infante D. Fernando, filho do rei D. Duarte e irmão do rei Afonso V⁴⁹.

Em 1460 D. Fernando inicia, então, a sua regedoria à frente dos desígnios da Ordem, num espírito de continuidade em relação ao trabalho do Infante e com grande insistência na política ultramarina⁵⁰. No entanto, pouco tempo depois, em Janeiro de 1461 e por influência do rei D. Afonso V, D. Fernando vê-se confrontado com a emissão de uma bula papal *Dum Tua*, conferindo o governo da Ordem de Cristo à coroa portuguesa. Este facto leva-o a exercer, sobre o próprio rei, toda a sua influência como duque e condestável do reino, senhor de ilhas e governador da Ordem de Santiago, fazendo com que este, seis meses mais tarde, declarasse ao papa que não chegara a tomar posse e que entregava de novo a Ordem ao Infante. No dia seguinte o sumo pontífice nomeava D. Fernando governador daquela Ordem⁵¹.

D. Fernando morre em 1470, dez anos depois de ter iniciado a sua regedoria e, como a sua descendência ainda não tinha atingido a maioridade, a regedoria da Ordem de Cristo e o governo da Casa de Viseu-Beja foram assumidos pela sua viúva, a Infanta D. Beatriz. Esta, era uma figura de destaque na monarquia peninsular tendo, em termos de política governativa, continuado a acção desenvolvida pelo seu marido mantendo, sempre, uma atitude interventiva na vida quotidiana da coroa⁵².

Mais tarde a regedoria da Ordem foi assumida por D. Diogo, o herdeiro mais velho de D. Fernando, que assumiu uma política de constante afronta e traição ao rei. Ambicionando o acesso ao trono de Portugal, e alicercerçando-se numa nobreza nacional descontente com a política centralizadora de D. João II, D. Diogo urde um plano para assassinar o rei e o príncipe herdeiro. Tomando conhecimento da conjura, em 23 de Agosto de 1484 D. João II apunhala mortalmente D. Diogo.

Desde a morte do Infante D. Henrique até à morte de D. Diogo, isto é, entre 1460 e 1484, o posicionamento da Ordem manteve os pressupostos políticos e estratégicos assumidos por D. Henrique.

Com a morte de D. Diogo, a sucessão da regedoria da Ordem de Cristo passava agora para o seu irmão mais novo, D. Manuel que, com apenas 15 anos, se transformava na terceira pessoa mais importante do reino, antecedida apenas pelo rei e pelo príncipe⁵³. Nos primeiros anos da sua regedoria, entre 1484 e 1495, D. Manuel adoptou uma postura discreta e de submissão nas relações com

⁴⁹ ROSA, Amorim, *História de Tomar*, 2ª ed, Tomar, Fabrica Mendes Gondinho, 1988, p. 93.

⁵⁰ COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, Colc. Reis de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 36.

⁵¹ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 36.

⁵² COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p.41 a 44.

⁵³ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 57.

⁵⁴ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 94 a 96.

⁵⁵ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 96.

D. João II, cultivando a amizade de um rei que prezava a sua presença na corte e o tratava como um filho⁵⁴.

Em 1481, Sisto IV tinha redigido uma sentença apostólica que reconhecia à Ordem o direito de jurisdição sobre todas as terras do Ultramar, que só foi lida em Lisboa em 1488⁵⁵. Identifica-se uma certa morosidade por parte da coroa no reconhecimento das sentenças e cargos que iam sendo atribuídos ao regedor da Ordem, de acordo com a política centralizadora de D. João II. Apesar disso, a concessão de privilégios por parte do papado continuou a realizar-se e, em 1490, Inocêncio VII concedeu a D. Manuel e à Ordem de Cristo o direito de ter conservatória própria, com vista a registar todos os procedimentos do foro jurisdicional e de nomear dois juizes conservadores que actuassem em sua defesa e dos seus privilégios. Estes oficiais privativos de justiça procediam como primeira instância e desempenhavam as suas funções independentemente do determinado pelas constituições canónicas. As restantes Ordens Militares usufruíram também, ainda que mais tarde, dos mesmos direitos⁵⁶.

Mantendo a mesma estratégia de actuação de seu pai e de seu tio-avô, no que respeita à política ultramarina, complementou a acção régia na prossecução das explorações marítimas. A localização de determinadas ilhas sob sua tutela foi estratégica e determinante no apoio às armadas no seu percurso para o Atlântico do Sul, nomeadamente a Terceira nos Açores, de Santiago em Cabo Verde, e no Atlântico do Norte a localização da Ilha da Madeira⁵⁷.

Toda esta dinâmica da Ordem assegurou à Casa de Beja, uma vez mais, um capital considerável, renovado e actualizado anualmente e fruto da vintena de todo o trato africano, incluindo a do ouro que aumentava ao mesmo ritmo que os negócios conduzidos pela coroa. Assim, D. Manuel dispôs de receitas próprias que lhe permitiram iniciar uma política de beneficiação dos seus favoritos, através de comendas e tenças, estratégia esta que manteve e desenvolveu como rei. Iniciou-se, então, um novo tipo de distinção da fidalguia, desenvolvida principalmente com o trato do ouro da Mina⁵⁸.

Sempre com uma postura discreta, D. Manuel foi um governante activo no desenvolvimento do seu património e na demarcação do seu território. Neste papel de governador da Ordem e de duque de Beja ordenou várias obras, nomeadamente no Convento de Cristo onde, de Outubro a Dezembro de 1491, gastou cerca de 240 000 reais⁵⁹. O conteúdo do “Livro em que são assentadas as vestimentas, jóias e ornamentos que o Duque D. Manuel, Nosso Senhor, Regedor e Governador da Ordem da cavalaria de Jesus Cristo Enviou às Igrejas da Dita Ordem” é um exemplo concreto da política de enriquecimento do seu património e das suas igrejas. Foi também nesta altura que iniciou a política de identificação das suas obras mediante a colocação dos emblemas que o representavam⁶⁰.

Com o falecimento do único filho legítimo de D. João II em 1491, o rei ficou sem descendência directa legítima para o suceder ao trono, uma vez que este tinha apenas uma irmã, D. Joana, que

⁵⁴ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 96.

⁵⁷ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 95.

⁵⁸ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 64.

⁵⁹ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 65.

⁶⁰ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 65.

⁶¹ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 70.

tinha professado a vida religiosa. Assim, com a morte do príncipe herdeiro D. Afonso, extinguiu-se a descendência de D. Afonso V. Por sucessão dinástica e recuando até ao rei D. Duarte, a herança do trono português pertencia agora ao herdeiro do Infante D. Fernando, D. Manuel. Este, apesar de ser o mais novo dos cinco filhos varões do Infante, era o único sobrevivente, uma vez que os outros haviam falecido antes de 1484⁶¹.

Preterido o filho bastardo de D. João II, D. Jorge, o rei tentou assegurar-lhe o mestrado da Ordem de Cristo, deixando expresso em testamento: “item encomendo muito ao dito Duque meu Primo que suplique ao santo Padre que proveja ao dito D. Jorge meu filho o Mestrado de Christo que elle dito Duque agora them que o possa ter com o Daviz e Sanctiago que tem”⁶². Quando D. João II morreu, D. Manuel recebeu D. Jorge na corte como seu filho mas manteve consigo a regedoria da Ordem. O rei protagonizou, assim, a união da regedoria da Ordem de Cristo com a Coroa assumindo, definitivamente, uma realidade que sempre estivera inerente a esta instituição monástico-militar e que havia sido claramente desejada desde Afonso V⁶³.

D. Manuel reuniu, assim, todos os argumentos possíveis para consolidar o seu estatuto de Rei. A sua actuação em termos da política régia projectou-se na orgânica interna da milícia com a reestruturação coerente, sistemática e globalizante, desde o temporal ao espiritual, viabilizando a sua instrumentalização com vista ao fortalecimento da centralização do poder monárquico⁶⁴. Como administrador da Ordem, o monarca podia dispor e distribuir rendimentos eclesiásticos em benefício de quem entendia privilegiar, o que significava o favorecimento de determinados sectores da sociedade. Esta actuação fez-se sentir, por exemplo, no controlo que exercia sobre o padroado das igrejas afectas a esta Instituição para a criação de novas comendas para a Ordem, nomeadamente às das novas áreas descobertas; ou pela anexação de 50 igrejas paroquiais afectas ao poder régio para constituição de outras novas comendas⁶⁵.

A partir do final da década de noventa assinalam-se diversas determinações suas, nomeadamente no sentido de dotar o Convento de Tomar de maior independência económica e definindo directrizes e âmbitos de actuação e aplicação do recurso à justiça. O rigor da informação e a uniformização que patentearam alguns dos projectos régios tiveram aspectos sintomaticamente paralelos na vida interna da Ordem, como a reforma dos forais, a elaboração de regimentos, a compilação legislativa das Ordenações Manuelinas, o registo e a cópia de informações vertidas para os livros da Leitura Nova. Traduziram-se na formalização e institucionalização dos direitos da Ordem em áreas concelhias, considerados nas cartas de foral; na redacção de normas relativas ao exercício de determinadas funções – regimento de visitação, regimento sobre o fornecimento de carne, entre outros; na obrigatoriedade do registo em livros de assuntos vários – elaboração dos tombo das comendas, dos tombo das igrejas e capelas; ou na determinação de se proceder à compilação e registo de livros de tudo o que dissesse respeito à Ordem⁶⁶.

⁶² Rui de Pina citado por SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 97.

⁶³ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 98.

⁶⁴ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 98.

⁶⁵ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 99.

⁶⁶ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 100.

A sua habilitação como herdeiro do trono e descendente e herdeiro da geração de Avis motivou inúmeras iniciativas de celebração em memória de seu tio-avô, o Infante, nomeadamente a instituição de missas por sua alma em Tomar, nos Jerónimos e na Batalha, doando tenças para esse efeito. Dentro do mesmo contexto, em 1499, doou ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha uma tença anual para o pagamento de missas e outros ofícios divinos a fazer por alma dos reis, príncipes e infantes que aí estavam sepultados⁶⁷.

A identificação com a dinastia de Avis não se fez sentir só no campo familiar, mas também com a política adoptada. Tal como o Infante D. Henrique, D. Manuel guerreou o Infiel onde foi necessário e, a partir de 1505, iniciou o combate no Oriente. Ao mesmo tempo, participou numa expedição para a conquista de Jerusalém que se prolongou entre 1505 e 1507. Manteve presença em Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila, e promoveu a construção das fortalezas de Santa Cruz, do Cabo Guer, de Castelo Real em frente à ilha de Mogador⁶⁸. Em 1508 ocupou Sanfim, em 1513 Azamor e em 1514 construiu a fortaleza de Mazagão. Ao contrário do que se passava em África, no Oriente o objectivo régio foi, principalmente, o estabelecimento de uma forte aliança com o mítico Império abexim do Preste João das Índias⁶⁹.

Enquanto rei, o seu posicionamento perante a nobreza portuguesa, expulsa por D. João II, foi antagónica à do seu sucessor, fazendo regressar os nobres e reorganizando a nobreza titular de sangue real⁷⁰. E, se com a nobreza portuguesa o rei reatava ligações, com o exterior as relações existentes eram fortificadas, fossem elas relacionadas com a autoridade papal, com os reis católicos, com as casas reais europeias, com as cumplicidades estabelecidas pelo matrimónio de algumas princesas portuguesas, ou com a Senhoria de Veneza, que liderava as relações comerciais com os Impérios Mameluco do Egipto e Otomano, chegando o rei a disponibilizar apoio armado no combate contra os turcos⁷¹.

D. Manuel sedimentou a ideia de construção de Império, enunciada por D. João II, à qual acrescentou o título de Senhor da Conquista, da Navegação, do Comércio, da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia⁷². Sempre numa ideia de continuidade de procedimentos, o Venturoso atingiu a estabilidade com o Reino de Castela casando com duas filhas dos Reis Católicos⁷³. Sob o compromisso de expulsão dos judeus do país, conseguiu o acordo de matrimónio com os reis de Castela para desposar D. Isabel, viúva do príncipe D. Afonso⁷⁴. Foi este compromisso que levou o rei a desenvolver um gigantesco plano de conversão forçada ao cristianismo, com baptismos colectivos a decorrerem em Lisboa.

Pouco tempo depois, em 1498, e com a morte da sua esposa D. Isabel e do seu filho D. Miguel da Paz, provocadas por complicações do parto, D. Manuel vê-se confrontado com a sua situação de viúvo e sem herdeiro ao trono. Dois anos mais tarde, em 1500, casa com a sua ex-cunhada, D. Maria,

⁶⁷ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 103.

⁶⁸ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 104.

⁶⁹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 105.

⁷⁰ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 73 e 96.

⁷¹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 101.

⁷² SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 101.

⁷³ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 101.

⁷⁴ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 84.

⁷⁵ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 116.

também filha dos reis de Castela. Contrariamente ao que sucedera no anterior acordo matrimonial, neste foi D. Manuel quem formulou o acordo, tendo os reis de Castela, para além da entrega do dote da princesa⁷⁵, que assumir o compromisso de expulsarem dos seus reinos os judeus e muçulmanos e de participarem na guerra contra o “turco” caso o rei português o solicitasse.

Em 1502, nasceu o seu segundo filho de D. Manuel I, aquele que viria a ser D. João III. Nesse período, o Império ganha uma dimensão militar à escala universal, com a presença de guarnições em número crescente na Ásia, ao mesmo tempo que se inicia o controlo da costa americana⁷⁶. Paralelamente, a Santa Sé aceita uma súplica de D. Manuel I concedendo-lhe o direito de nomear o comissário apostólico com poderes de ordinário para os domínios portugueses desde o cabo da Boa Esperança até à Índia Superior, assim como um terço das dízimas desses lugares⁷⁷. Ao domínio militar juntava-se o domínio apostólico e financeiro.

O seu empenho na conquista de territórios e na construção de fortalezas revestiu-se de uma forte vertente política partilhada e acompanhada pela monarquia, mas com uma componente religiosa subjacente. É, neste contexto, que em 1513 o papa Leão X autorizou que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, sujeita à Ordem de Cristo, pudesse ter uma pia baptismal para baptizar os negros e os mouros trazidos de África⁷⁸.

Em 1514, D. Manuel envia a Roma uma embaixada liderada por Tristão da Cunha, tendo-o incumbido de prestar obediência ao papa Leão X e de lhe transmitir as proezas praticadas pelos portugueses, presenteando-o com alguns raros exemplares de animais, jóias, tecidos e especiarias, trazidas do Novo Mundo. Como resultado, o rei conseguiu de Leão X, “as terças e dízimas de todas as igrejas catedrais, paróquias e abadias que rendessem mais de cinquenta cruzados e durante o período de guerra aos Reis de Fez e de Marrocos, concedeu ainda mosteiros e igrejas para comendas e a cruzada”⁷⁹. A recuperação do ideal de cruzada pela monarquia portuguesa, integrando a luta contra o Infiel tanto em Marrocos como no Oriente, foi certamente influenciada pelos valores espirituais e ideológicos inerentes à Ordem de Cristo, conferindo um carácter messiânico à prática ideológica manuelina.

Entre 1514 e 1517 desenvolveu-se a constituição de novas comendas para a Ordem, reforçando o poder temporal desta instituição⁸⁰. Igual crescimento aconteceu com o poder espiritual quando, em 1514, Leão X concedeu à Ordem de Cristo os direitos de jurisdição eclesiástica e espiritual sobre todas as igrejas criadas num espaço de dois anos em terras de África, ficando estas na dependência do vigário de Tomar e sendo todos os seus rendimentos aplicados às despesas da Ordem de Cristo⁸¹.

As relações existentes entre a Monarquia e a Ordem determinaram que a actuação régia se fizesse sentir através da concessão de privilégios, normalmente dirigidos ao Mestre, mas que se repercutiam na instituição. Esta política de beneficiação régia deixou de fazer sentido com D. Manuel, concretamente a partir de 1495, uma vez que o soberano reunia em si os dois poderes em questão.

⁷⁶ COSTA, D. Manuel I, 1469-1521, *Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 96.

⁷⁷ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 102.

⁷⁸ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 105.

⁷⁹ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 107.

⁸⁰ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 108.

⁸¹ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 108.

⁸² SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 113.

Depois dessa data, as determinações emanadas pela Santa Sé constituíram o meio de conservar e aumentar os privilégios da Ordem, substituindo-se à Monarquia⁸². Roma foi, assim, cúmplice na transformação e adaptação da ordem monástico-militar à vontade do Rei.

D. Manuel promoveu uma política de concessões transformando, para isso, alguns bens de carácter fundiário da sua Mesa Mestral em comendas concedidas aos seus mais fiéis súbditos que, desta forma, se viram distinguidos, honrados e prestigiados⁸³. Antes de 1503 criou uma dezena de comendas novas às quais só se podiam candidatar os cavaleiros que tivessem servido o reino durante quatro anos contínuos em Marrocos. Instituiu mais 30 comendas correspondentes a tenças anuais de 10 000 reais, atribuíveis a quem fosse viver com as suas famílias para uma praça africana. Depois de 1514, uma bula papal veio ainda prever que rendas eclesiásticas, no valor de 20 000 cruzados anuais, fossem transferidas para a Ordem de Cristo⁸⁴. Em 1516 mais 50 Igrejas do padroado real foram transformadas em igual número de comendas, todas elas destinadas a cavaleiros que tivessem combatido em África, a expensas próprias. As comendas da Ordem eram um troféu ambicionado por muitos. Consciente disso, e sendo esse o objectivo, D. Manuel, conseguiu, assim, aumentar o número de servidores da coroa em África. Efectivamente, ao longo do seu reinado as comendas da Ordem de Cristo passaram de 70 para 454⁸⁵.

Nesta altura a comunidade monástico-militar era constituída por freires religiosos e por freires cavaleiros, cada um deles com preparação e funções distintas. Os freires religiosos dedicavam-se exclusivamente à vida religiosa, submetendo-se aos votos e práticas do monaquismo cisterciense e os freires cavaleiros dedicavam-se à actividade bélica, cumprindo com as mais diversas competências militares⁸⁶. Esta separação de funções era iniciada logo na admissão de noviços para a Ordem. Para a admissão de freire cavaleiro a idade mínima era de quinze anos e máxima cinquenta, e para freire religioso a idade mínima era doze anos, não estando estipulada a idade máxima. Em ambas as situações o noviciado tinha a duração de um ano. Competia ao Mestre aceitar as admissões, embora relativamente aos freires clérigos a autoridade de D. Prior suplantasse a do Mestre - as ordenações de 1449 referiam no capítulo V que os noviços deviam prometer obediência a Deus, ao Mestre e à Ordem e os clérigos ao D. Prior da Ordem⁸⁷. Não se verificava qualquer relacionamento entre freires cavaleiros e freires clérigos, tanto em termos de hierarquia como em termos de convivência entre membros da Ordem.

Desde a regedoria do Infante D. Henrique que se foi-se assistindo a um gradual abandono do estrito cumprimento das definições e Regra. Ao mesmo tempo, a vertente militar da Ordem, em sintonia com as políticas da monarquia, converteu-a numa milícia especializada pelo que ser freire cavaleiro ou comendador da Ordem de Cristo era sinal de honra e de prestígio⁸⁸. Enquanto para os freires cavaleiros a laicização foi sendo cada vez mais concreta, chegando mesmo a poderem con-

⁸³ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 164.

⁸⁴ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 137.

⁸⁵ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 138.

⁸⁶ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 120.

⁸⁷ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 121.

⁸⁸ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 119.

⁸⁹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 119.

trair matrimónio, o caminho para os freires religiosos passava pelo estrito cumprimento das regras monacais, pela correcção das infracções e pela acção pastoral⁸⁹. O capítulo XXIV das Ordenações de 1449 testemunhava essa mudança referindo que (...) os religiosos cavaleiros, freires, e religiosos, neestas cousas aqui determinadas, nom sejam obrigados aos modos antigos nem aa pena de peccado mortal, por nom guardarem o algumas ordenações da orde, antigas nem novas (...) mas sejam obrigados a pena temporal de jejuns, orações, deceplinas e enclaustramento⁹⁰.

A nova Carta de Foral de Tomar, outorgada por D. Manuel em 1510, estabeleceu um conjunto de normas disciplinadoras das relações entre poderes e os direitos da Ordem de Cristo naquela vila, concretizados no oitavo do pão e linho, no exclusivo dos moinhos de pão, lagares e pisões bem como fornos de pão, açogagem (incluída nos direitos de alcaidaria), portagem, direitos de mordomado, no imposto do çalaio, no relego, na pensão dos tabeliães, nas penas das armas (direito de alcaidaria), no gado perdido e na dízima das sentenças⁹¹. Atendendo ao vasto poder de que a Ordem dispunha, em termos da jurisdição temporal e espiritual, compreende-se a difícil convivência entre esta instituição e a entidade municipal.

A atenção e as alterações que introduziu nas definições e regulamentação da Ordem tiveram correspondência no complexo construtivo da sua sede, na redefinição do Convento. Este ganha uma representatividade no panorama dos descobrimentos, fazendo com que D. Manuel eleja este local como o guardião de alguns dos símbolos mais importantes da época, como são exemplo Os pendões e bandeiras da armada dos Rumes, os maiores troféus de guerra obtidos pelo Venturoso, [que] foram levados para o Convento de Cristo em Tomar⁹².

Ao mesmo tempo que reformava as instituições e a paisagem urbana do reino, o soberano afirmava-se no contexto europeu como líder de um reino independente e neutro, capaz de se manter afastado dos inúmeros conflitos que assolavam a cristandade; de uma potência que realizou conquistas em Marrocos; de um império suficientemente forte para exercer domínio sobre grandes áreas do oceânico Atlântico e para se afirmar como senhor de um poderio asiático.

No Oriente, os seus súbditos dominaram os circuitos mercantis, estabelecendo bases navais, criando protectorados e conquistando cidades. A influência do Estado português da Índia estendeu-se, no final do reinado manuelino, desde o sudeste africano até ao sul da China⁹³. Portugal e o seu rei destacaram-se no contexto europeu da época, não só pela capacidade da descoberta dos novos mundos, como pela capacidade de articulação dessas novas culturas com a sociedade europeia em plena transformação. A dinâmica das relações ultramarinas do período de Quinhentos promoveu a circulação do conhecimento e a disseminação de raças, espécies animais e vegetais, hábitos alimentares e culturais, doenças, entre outros.

Sobre os povos descobertos, a Coroa manteve uma prática de divulgação de notícias de carácter geral, uma vez que existia uma política de sigilo profundo sobre o assunto. Em 1503, foi

⁸⁹ Excerto estatuto XXIV, das ordenações de 1449, transcrito por SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 119.

⁹¹ SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 229.

⁹² COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 158.

⁹³ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 145.

⁹⁴ COSTA, *D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 215.

publicado um folheto de quatro páginas intitulado “Mundus Novus”⁹⁴ que relatava a viagem de Pedro Alvares Cabral e a expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil. Este folheto foi editado 60 vezes até 1529 e traduzido para francês, alemão, flamengo e checo⁹⁵.

Por outro lado, o conhecimento geográfico sofreu alterações profundas: foi refutada, pelas evidências, a teoria ptolomaica, que supunha a inexistência de uma ligação entre o Atlântico e o Índico; foram descobertos novos continentes e novos oceanos; constatou-se que a superfície das águas era muito superior à das terras emersas. Como disse João Paulo Oliveira e Costa “Nunca mais a humanidade passou por tanta ruptura epistemológica neste domínio científico”⁹⁶.

Em conclusão, D. Manuel teve um destino singular e pautou-se por ser um homem empreendedor quer enquanto duque, quer depois enquanto rei. Foi um monarca centralizador e reformador, com um projecto político próprio que implementou sistematicamente em todas as vertentes do seu poder. Esteve sempre muito atento à conjuntura europeia, com particular atenção para a peninsular e manteve sempre uma postura sóbria mas interveniente. Foi o primeiro rei a ter representantes em quatro continentes, sonhando com a cruzada mediterrânica contra o Islão e o resgate de Jerusalém. Apoiou a formação do clero ultramarino através da preparação de sacerdotes africanos e indianos. Foi, por sua determinação que, em 1518, foi nomeado o primeiro bispo negro (D. Henrique, filho do rei do Congo), o que, durante séculos, constituiu uma excepção no corpo episcopal da igreja Romana⁹⁷. Foi um Rei enriquecido pelo trato ultramarino que transformou a paisagem arquitectónica do país e que viveu rodeado de um exotismo jamais alcançado por gregos e romanos⁹⁸. Sempre ausente dos campos de batalha, mas sempre presente nos campos de decisão, D. Manuel I controlou e construiu o destino do seu reino.

⁹⁵ COSTA, D. Manuel I, 1469-1521, *Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 215.

⁹⁶ COSTA, D. Manuel I, 1469-1521, *Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 215

⁹⁷ COSTA, D. Manuel I, 1469-1521, *Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 179.

⁹⁸ COSTA, D. Manuel I, 1469-1521, *Um Príncipe do Renascimento*, 2005, p. 21.



CAPÍTULO 2

Tomar

A REGIÃO DE TOMAR NO PERÍODO PRÉ TEMPLÁRIO

Desde o Paleolítico Superior que os solos férteis e a abundância de água do vale do Nabão privilegiam a fixação e sedentarização de populações⁹⁹.

No final do século I a.C., a região foi submetida ao domínio romano, e SELLIIUM, que se localizava na área da actual cidade de Tomar, ficou sobre jurisdição político-administrativa da Roma Imperial. Inserida no espaço hierarquicamente organizado da Lusitânia Romana, Sellium foi implantada na margem esquerda do rio e, confirmando a matriz das cidades romanas, organizou-se segundo uma malha ortogonal localizando-se o seu fórum na intersecção dos dois principais eixos viários – *cardum e decomanus maximus*. Encontram-se, hoje, vestígios arqueológicos que abrangem uma área que se estende desde o lado norte da Alameda 1 de Março até à Igreja de Santa Maria do Olival e ao monte do castelo¹⁰⁰.

Em 569, depois do declínio do Império Romano, a cidade de Sellium é referenciada no Paroquial Suevo sob o topónimo de Selio, identificando um núcleo populacional romano-germânico com dependência eclesiástica de Coimbra. Esta comunidade de Selio manteve a ocupação territorial romana, ou seja, na margem esquerda do Rio, ampliando, contudo, a dimensão da sua mancha de implantação. Foi durante este período que surgiram os mosteiros de Santa Iria (que se relaciona directamente com a lenda do martírio de Santa Iria), de Santa Maria de Selho dos monges negrados e a Igreja de S. Pero Fins¹⁰¹ (fig. 1).

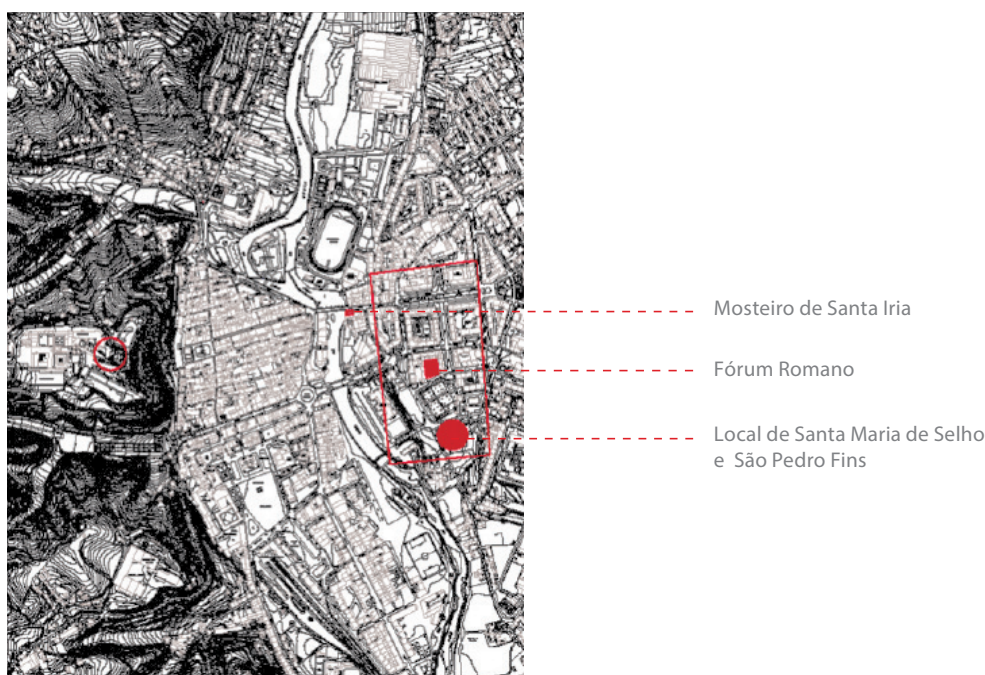


Fig. 1 Identificação da área em que foram identificados vestígios arqueológicos.

⁹⁹ PONTE, Maria La-Salette da, *Abordagem Arqueo-histórica dos Paços do Castelo dos Templários* (sondagem 1985), Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, nº11/12, 1985, p. 154.

¹⁰⁰ PONTE, *Abordagem Arqueo-histórica dos Paços do Castelo dos Templários*, 2012, p. 5.

¹⁰¹ CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1997, p. 32.

A partir do séc. VIII, e com o enfraquecimento do domínio visigótico, a ocupação muçulmana foi operada sem grandes resistências. Durante quase dois séculos e meio os muçulmanos mantiveram um clima de tolerância para com as populações conquistadas, permitindo-lhes manter os seus costumes e as suas instituições civis e religiosas, em troca do respeito pela autoridade muçulmana e pelo pagamento de tributos instituídos¹⁰².

Este período de estabilidade e coexistência religiosa não só permitiu que o culto de Santa Iria se desenvolvesse, como a região prosperasse. Assim, novos sistemas hidráulicos foram implementados, como o açude de estacaria e a roda hidráulica. Novas espécies vegetais foram cultivadas, nomeadamente os citrinos; topónimos como Algarvias, Atalaia, Alboritel, Arrascada ou Alcanena enraizaram-se e disseminaram-se pela região¹⁰³.

Mantendo a tradição romana e visigótica de povoamento na margem esquerda do rio, a cidade de Thamara, pertencente ao quadro administrativo muçulmano do Gharb-Al-Andaluz (séc. VIII-XIII), sobrepôs-se ao espaço ocupado pelas antigas cidades Sellium e Selio.

Com o desmembramento do califado, no início do século XI, o clima de estabilidade e prosperidade deu lugar à intolerância e ao ódio religioso. É neste enquadramento que, em 1137, surge pela primeira vez escrito o topónimo Tomar na *Chronica Gothorum*¹⁰⁴.

Esta breve abordagem à ocupação territorial da região de Tomar pré reconquista, tornou evidente a preferência pela margem esquerda do rio para a fixação dos núcleos populacionais, fundamentada no facto de ser a margem com melhor e mais longa exposição solar e com terrenos mais férteis e melhor drenados para cultivo. Na margem direita, só o monte do Castelo revelou vestígios de uma ocupação pré-Templária, nomeadamente na área correspondente aos Paços do Infante, pertencentes ao período moçárabe¹⁰⁵. Sendo o sopé do monte da margem direita, uma área de terreno alagadiço e pantanoso, compreende-se de imediato a preferência da margem esquerda para a fixação das populações na frente ribeirinha, ficando o monte da margem direita destinado a estruturas de defesa e alalaia.

Refira-se que, só em 1147, é que esta região ficou definitivamente inscrita em território cristão, mantendo a sua condição de vila de fronteira por quase mais um século. Por essa razão, e pela participação na reconquista do território cristão, D. Afonso Henriques doa aos Templários o território de Ceras (que incluía Tomar) com vista à sua defesa e povoamento, cumprindo, dessa forma, parte do seu plano estratégico de defesa e de agraciamento.

¹⁰² CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1997, p. 34.

¹⁰³ CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1997, p. 36.

¹⁰⁴ CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1996, p. 37 e 39.

¹⁰⁵ PONTE, *Abordagem Arqueo-histórica dos Paços do Castelo dos Templários*, 2012, p. 30.

O DOMÍNIO TEMPLÁRIO

Após uma primeira edificação castrense em Ceras, em 1160 e sob a liderança D. Gualdim Pais, os Templários fundaram no morro da margem direita do rio de Tomar (actual Nabão) o Castelo de Tomar.

A fortaleza templária, que reunia no seu interior o castelo, a vila amuralhada, o aquartelamento dos cavaleiros, que era simultaneamente a Sede da Ordem, garantia a defesa e gestão de toda a área pertencente a este novo “senhorio”. Iniciava-se, assim, uma nova era nesta região.

Fora da protecção das muralhas da fortaleza, a vila de baixo de Tomar surgiu no sopé do monte do castelo, na margem direita do rio e, embora não sejam conhecidas referências documentais que atestem a data da fundação desta vila, é muito provável que ela seja contemporânea da fundação do Castelo e, dessa forma, da vila intra-muros.

Esta ideia é reforçada pelo facto de que, em 1162, a leitura do I Foral de Tomar foi feita no Chão de Pombal¹⁰⁶ (actual Praceta Alves Redol), o que significa que a vila de baixo não era um mero arrabalde ribeirinho, mas sim um núcleo populacional suficientemente expressivo ao ponto de justificar esta opção da leitura do Foral no seu centro urbano em detrimento da vila amuralhada.

A notícia da venda de uma casa na rua da Corredora em 1165¹⁰⁷ vem, igualmente, reforçar a ideia da simultaneidade da fundação das vilas de Tomar, uma vez que se subentende que a aquisição do terreno e construção do imóvel reporta a um tempo anterior, muito provavelmente ao período de 5 anos que medeiam entre a fundação do castelo e a venda deste imóvel. Desenha-se assim um cenário invulgar em que a Ordem do Templo promove para o mesmo “senhorio”, dois núcleos urbanos em simultâneo.

Nos estudos específicos sobre o urbanismo de Tomar, desenvolvidos por José Inácio da Costa Rosa, Manuel Sílvio Alves Conde, José Júlio Cabral Dias, Luísa Trindade, entre outros, iniciou-se uma nova leitura sobre o processo gerador do plano urbano da vila de baixo. Afastada a teoria sobre a eventual fundação da vila sob a égide do Infante D. Henrique, clarifica-se a liderança dos Templários no processo de ordenamento do território e no planeamento do aglomerado urbano¹⁰⁸.

D. Gualdim Pais, mestre da ordem, assumiu aqui o papel do Povoador, função que normalmente pertencia a um funcionário régio, e das suas competências fazia parte promover e gerir o processo de povoamento, assegurar a construção das casas e a organização do espaço urbano.

Clarificada a questão fundacional da vila de baixo, revela-se de igual importância o esclarecimento sobre a opção pela escolha do local de implantação da vila.

¹⁰⁶ ROSA, Amorim, *História de Tomar*, 2ª edição Fábricas Mendes Godinho, 1988, p. 48.

¹⁰⁷ CONDE, *Tomar Medieval, o espaço e os homens*, 1996, p. 42.

¹⁰⁸ TEIXEIRA, Manuel Teixeira e VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português, séculos XIII - XVIII Portugal - Brasil*, Livros Horizonte, 1999, p. 31.

Como ficou expresso, os núcleos urbanos pré templários surgiram sempre na margem esquerda do rio tendo os Templários contrariado esta opção de povoamento, edificando a sua vila de raiz na margem direita do rio. Contudo, a área escolhida pela Ordem era, provavelmente, a zona mais insalubre do vale do Nabão, com terrenos pantanosos e alagadiços, onde o sol se escondia cedo por detrás do monte do Castelo (fig. 2).



Fig. 2 Identificação da área ocupada pela vila de baixo de Tomar.

Surgem, então, as seguintes questões:

- O que terá levado os Templários a optarem por esta solução?
- Porque o fizeram?
- Terá sido pelo facto de os terrenos estarem vazios e facilmente transformáveis?

A solução pode passar pelos termos seguintes:

A observação da vila de baixo a partir da muralha do castelo revela que toda a área ocupada pela primitiva vila Templária é controlável a partir desse ponto.

As vilas de Tomar eram vilas privadas da Ordem do Templo em que o Alcaide, que normalmente era um civil, era um membro da Ordem.

A população que habitava esta vila era caracterizada por gente desenraizada e conflituosa que, como diz Manuel Sílvio Conde, era preciso disciplinar. O primeiro e o segundo Foral de Tomar deixam bem evidenciado esse facto, uma vez que as principais normas se destinam a elencar as penalizações para delitos. Uma outra faixa significativa de população era constituída por gente muito

carenciada, ao ponto de D. Afonso Henriques contemplar os pobres de Tomar no seu testamento¹⁰⁹. É claramente evidente que desde a sua fundação o senhorio Templário (e posteriormente da Ordem de Cristo) não foi propício à fixação de nobres, verificando-se presença destes últimos apenas enquanto membros da Ordem¹¹⁰. A sua condição de sede de uma poderosa ordem religioso militar foi grandemente inibidora da captação de elementos do estrato nobiliárquico uma que, uma vez que os nobres não poderiam dispor de terras próprias para sustentos das suas casas senhoriais¹¹¹.

As duas vilas de Tomar, fundadas e projectadas em simultâneo, constituíam-se, assim, com locais de residência para as gentes que, sob a protecção e orientação dos Templários, se fixaram e povoaram a região de Tomar.

Apesar de se tratar da área menos salubre do vale de Tomar, a implantação da vila naquele ponto possibilitou à Ordem o controlo total sobre a mesma, sem ser necessário recorrer à construção de muralhas para a encerrar. Qualquer outra área da região não possibilitava um domínio tão eficaz a partir da fortaleza. A implantação e o desenho da vila de baixo de Tomar foi, assim, totalmente condicionada pela localização do castelo Templário. A ortogonalidade inerente ao projecto da vila de Tomar transcende a esfera das preocupações de controlo fundiário, amplamente fundamentadas e divulgadas pela historiografia. Acima de tudo, as preocupações eram de carácter militar e de domínio e controlo daqueles que povoavam o senhorio (fig. 3).



Fig. 3 Área ocupada pela primitiva vila de baixo de Tomar.

¹⁰⁹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 43.

¹¹⁰ Em Tomar, a função de alcaide que era exercida normalmente por um nobre, aqui estava incumbida a um freire-cavaleiro: O comendador de Tomar. CONDE, 1996, p. 179.

¹¹¹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 179.

¹¹¹ Especificamente no trabalhos de Silvío Alves Conde, *Tomar Medieval*, em 1996 e Maria Luisa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, em 2009.

A vila de baixo foi, desta forma, pré definida pela área de influência do castelo e delimitada a norte e a sul pela rua de Gil Avô e pelo caminho de Riba Fria, e a nascente e a poente, pelo rio, à época na rua dos Moinhos e pelo monte do castelo. A rua Direita e a rua dos Moinhos assumiam-se como os dois principais eixos Norte-Sul e, segundo o eixo nascente-poente, existem ainda referências documentais às ruas de São João, de Gil Vicente e de Maria Dona¹¹² (paralelas à Corredoura).

Como refere Luísa Trindade, para lá dos limites definidos – Corredoura, Riba Fria, Rua dos Moinhos e Rua Direita – o espaço seria progressivamente ocupado nos séculos seguintes, prosseguindo nesse processo de ocupação a lógica da matriz geométrica inicial: para este e oeste surgiam novos quarteirões, ainda que necessariamente mais curtos, para norte rasgavam-se outras ruas paralelas à Corredoura¹¹³.

Formava-se, por esta via, uma quadrícula organizada segundo rectângulos longos, orientados segundo um eixo nascente/poente que se iniciava no sopé do monte em direcção ao rio. A ortogonalidade e orientação destes eixos favoreciam a vigilância a partir das muralhas do castelo e a escorrência das águas (apesar das inúmeras alterações efectuadas às margens do rio, ainda hoje é possível observar a eficácia do encaminhamento das águas em direcção ao rio no centro da primitiva vila de Tomar) (fig. 4).



Fig. 4 Definição dos quarteirões na malha urbana.

O tecido urbano de Tomar era feito de casario de pequenas dimensões, de alguns templos e de espaços vazios. As praças e rossios que ocupavam as áreas limítrofes no núcleo urbano, as chamadas Várzeas Grande e Pequena, o Chão de Pombal e a praça de São João (actual Praça da República), destinavam-se ao convívio e às trocas/comércio¹¹⁴.

¹¹² CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 292.

¹¹³ TRINDADE, Maria Luisa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, polic. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p.507 e 508.

¹¹⁴ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 65.

A ocupação dos quintais e logradouros era feita por hortas e jardins, enquanto os olivais bordejavam a cidade cobrindo as suas encostas e colinas¹¹⁵.

Utilizando as potencialidades hídricas, as margens do rio ocuparam-se com moinhos e lagares pertencentes à Ordem do Templo.

Se a margem direita do rio acolheu a fortaleza templária e os dois núcleos urbanos de Tomar, a margem esquerda foi o local escolhido para a instalar a sede da vigaria – A Igreja de Santa Maria do Olival. A justificação para a localização de Santa Maria do Olival tão distante dos núcleos populacionais Templários baseia-se no facto de as populações anteriores aos Templários se terem fixado sempre na margem esquerda do rio por ela ser mais salubre. Como se sabe, a região de Tomar, especialmente a margem direita (devido aos seus terrenos pantanosos e alagadiços), sempre foi propícia a pestes. O local escolhido para a Igreja de Santa Maria do Olival, simultaneamente o Panteão da Ordem e área de enterramento da população, era o sítio que reunia melhores condições de salubridade. As características do solo daquele sítio fizeram com que fosse o espaço escolhido para a execução de enterramentos até ao presente¹¹⁶. Escavações arqueológicas levadas a cabo em 2008/2009, revelam que neste local se situa uma das maiores necrópoles da Europa Medieval (fig. 5)¹¹⁷.



Fig. 5 Igreja de Santa Maria do Olival.

¹¹⁵ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 66.

¹¹⁶ Os dois cemitérios de Tomar que ainda hoje estão em funcionamento encontram-se na área de influência desta Igreja, o mais antigo é mesmo contíguo aos seus terrenos e o novo está localizado a escassos quilómetros.

¹¹⁷ Esta afirmação foi amplamente divulgada nos meios de comunicação social, no período em que se desenvolveu a campanha arqueológica. Contudo, não foi possível confirmá-la uma vez que o relatório arqueológico ainda não se encontra público.

O plano ortogonal de Tomar distingue esta vila da maior parte das suas congéneres medievais que, determinadas pela orografia do território, crescem de forma orgânica gerando malhas urbanas labirínticas. O carácter de excepcionalidade conferido pela sua malha urbana ortogonal, não é extensivo à escala dos elementos que a constituem, isto é a dimensão das ruas, dos lotes e imóveis edificados, rege-se por padrões regulares da época, tanto no plano nacional como europeu¹¹⁸.

Os principais eixos de circulação como a Corredoura, as ruas Direita dos Moinhos e dos Meios (actual Infantaria 15) teriam, na altura, entre 3 a 4 metros de largura. As restantes vias teriam menor dimensão sendo, contudo, de referir, que na antiga rua de Maria Dona (actual D. Aurora de Macedo), a implantação de edifícios que remontam ao século XV evidencia cuja largura que atinge os 3,5m. O mesmo caso se verifica na Rua de São João e na rua da Judiaria¹¹⁹.

Desta forma, e dando suporte à teoria de que Tomar é / era uma vila “militarizada”, solidifica-se a ideia de que o seu plano urbano foi delineado recorrendo a uma estruturação de vias com uma dimensão regular de, aproximadamente, 3,5 metros de largura.

Formando um quadrado quase perfeito, as ruas da Corredoura, Direita, caminho de Riba Fria e dos Moinhos, delimitavam o perímetro exterior do núcleo urbano. No interior, quatro ruas intermédias e paralelas à corredoura definiam quarteirões rectangulares. A norte da Corredoura e a nascente da rua dos Moinhos as condições de salubridade e drenagem dos terrenos inviabilizavam, quase por completo, a fixação de população.

Quanto ao perímetro de implantação das casas que se alinhavam à face da rua, os valores mais frequentes variam entre os 3,3 e os 5,5 metros de largura na frente do lote, e os 4,4 e os 6,6 metros de comprimento. Estas casas tinham normalmente entre 1 a 2 pisos, sendo raro a existência de 3 ou mais pisos¹²⁰. A área interior do lote era ocupada não só por espaços vazios que serviam de zona de cultivo e de despejo, como de local onde outras pequenas construções de apoio à casa eram construídas¹²¹.

Exceptuavam-se desta “regra” as ruas do arrabalde do Alto da Piçarra, constituído pela rua do Pé da Costa de Cima e a rua do Pé da Costa de Baixo. É provável que ambas as ruas não estivessem incluídas no plano da vila e constituíssem um arrabalde autónomo, contemporâneo aos restantes povoados. A organicidade deste pequeno núcleo reflecte um princípio de ocupação do solo que se opõe ao traçado rectilíneo definido para a vila de baixo, encontrando-se, ainda hoje, pormenores tão característicos dos aglomerados urbanos medievais, tais como a implantação de casas fora do alinhamento, escadas públicas, alpendres privados na via pública, balcões, entre outros.

Um outro pequeno núcleo de semelhantes características surge contíguo ao Chão de Pombal (actual Praceta Alves Redol), entre os Cubos e o Olival do Flexeiro sendo este talvez o original arrabalde da Ribeira. Também aqui, a “espontaneidade” da ocupação do solo evidencia, novamente, critérios distintos da regularidade do núcleo principal.

¹¹⁸ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 94.

¹¹⁹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 95.

¹²⁰ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 114.

¹²¹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 117.

Até ao fim da Idade Média à excepção das actividades que envolviam preocupações de ordem sanitária, como é o caso do abate e comercialização de carnes, os curtumes, a tanoaria, a venda de peixe, ou os trabalhos de tinturaria, olaria e ferraria, a segregação social em Tomar não era prática dominante. Como refere Sílvio Alves Conde, Na corredoura, por exemplo, encontramos desde o barbeiro ao escudeiro, do burocrata ao lavrador, do sapateiro ao comendador, ou ao vigário da vila. A diferença passaria antes por um outro plano: o da qualidade da habitação de cada um¹²². A mesma harmonia vivencial não se verificava nas questões morais e religiosas, principalmente nas zonas reservadas às práticas de prostituição ou, mais tarde¹²³, à presença da comunidade judaica e à instituição da vila eclesiástica.

Planeada "à nascença", a vila de baixo de Tomar manteve-se sob a gestão dos Templários e viu o seu projecto ser executado durante séculos, garantido a possibilidade de vigilância permanente sobre a população. Extinta a Ordem do Templo, a Ordem de Cristo, sua herdeira, não promoveu qualquer alteração a esta forma de pensar a vila, muito pelo contrário, promoveu a sua continuidade.

No final do século XIV a população de Tomar distribuía-se pelas vilas de cima e de baixo, pelos arrabaldes de São Martinho, do Alto da Piçarra e da Ribeira, e, ainda, no "burgo" de Santa Maria do Olival que incluía o sítio do mosteiro de Santa Iria.

Em 1389, fora do aglomerado populacional surgiu a capela de Santa Maria do Monte conhecida, hoje, por Nossa Senhora da Piedade. Encomendada por Martins Vás Vilela, Alcaide do Castelo de Óbidos, vassalo, guerreiro e amigo de D. João I, foi alvo de diversas campanhas de restauro e ampliação, salientando-se as intervenções do séc. XVI, com D. Manuel e Frei António de Lisboa e, mais tarde, em 1613, por Bernardo Ortiz Ochoa¹²⁴ (fig. 6).

Capela



Fig. 6 Localização da Capela de Nossa Senhora do Monte.

¹²² CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 104, 105.

¹²³ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p.105.

¹²⁴ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 75.

A VILA DE BAIXO NA REGEDORIA DO INFANTE D. HENRIQUE

Uma das localidades mais presentes na documentação referente ao Infante D. Henrique é, precisamente, Tomar. O Infante visitava a vila com regularidade e foi manifesta a sua preocupação com o seu desenvolvimento económico e urbanístico, que superou a atenção dispendida pelo Duque/Regedor a outros territórios que lhe estavam associados¹²⁵ exceptuando-se, já numa época posterior, a vila de Terçanaival no Algarve¹²⁶.

No ano em que iniciou a sua Regedoria, 1420¹²⁷, logo tratou de implementar a primeira das duas feiras francas¹²⁸ que instituiu em Tomar. Os produtos comercializados nestas feiras provinham das terras da Ordem transformando-se, assim, em elevados proveitos para os seus cofres. Realizavam-se duas vezes por ano – no Verão e no Outono, e ambas tinham uma duração média de 15 dias¹²⁹. A instituição destas feiras não se resumia apenas à vila de Tomar, pois o Infante promoveu idênticas iniciativas em Viseu, Pombal, Lagos, entre outras¹³⁰. Contudo, a Carta de Feira Franqueada, dada por D. João I a Tomar em 1420, apresentou uma formulação jurídica inovadora, referindo que: "*durante o período de segurança da Feira, garante-se aos feirantes o não serem presos, acusados ou demandados por quaisquer delitos, a não ser que fossem praticados na Vila, no seu Termo, ou na Feira; concede-lhe o porte de armas, e o uso de qualquer montada, o não serem forçados a qualquer serviço, nem lhes serem tomados os seus animais para cargas; e os corregedores e meirinhos tanto da Corte como do Reino, só podem ir à Feira para comprar e vender e nunca para fazer correição*"¹³¹.

As imunidades concedidas aos feirantes naquela carta, propostas por D. Henrique e ratificadas por seu pai, revelam a ascensão da classe popular na conquista de prerrogativas e liberdades. Para além disso, esta orientação do Infante de favorecimento desta classe, onde D. Henrique mais tarde recrutará boa parte dos seus servidores para a subsequente tarefa dos descobrimentos marítimos, marca, em simultâneo, a intenção de elevação social e promoção da sua vila de Tomar¹³².

Em complemento, e para que estes feirantes tivessem um local apropriado para expôr e vender os seus géneros e demais mercadorias, o Infante construiu as Boticas no lado poente da actual Praça da República, no sítio onde hoje se localiza o edifício da Câmara Municipal. Este era o local de excelência para as trocas comerciais e realização das feiras, era também aqui que se localizava a adega de vinhos do Mestre da Ordem¹³³.

Sempre segundo uma política de dignificação da vila e de carácter assistencial, nomeadamente para todos aqueles que necessitavam de pernoitar na vila, desde feirantes, a pobres ou nobres, o Infante promoveu em Tomar a construção de uma hospedaria - os Estaus. Com a construção desta infraestrutura D. Henrique terminava com o direito de «aposentadoria» e replicava a acção de D. Pe-

¹²⁵ COSTA, João Paulo Oliveira, *Henrique o Infante*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009, p. 141.

¹²⁶ COSTA, *Henrique o Infante*, 2009, p. 297.

¹²⁷ COSTA, *Henrique o Infante*, 2009, p. 141.

¹²⁸ A segunda autorizada por D. Duarte em 1434. A.M.T. 1137-1453, vol.VIII, 1972, p. 445.

¹²⁹ DIAS, José Cabral, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, dissertação de Mestrado, poli. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999, p. 100.

¹³⁰ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 86.

¹³¹ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 86.

¹³² DINIS, Joaquim Dias, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*; Separata de "*A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*" Actas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972, p. 346.

¹³³ A.M.T. 1454-1580, 1972, p. 91.

dro, o príncipe regente, que em Lisboa construía também os estaus¹³⁴.

Em Tomar os Estaus foram edificados no limite do então rossio nobre da vila, o já referido Chão de Pombal, onde se localizavam também as casas da Câmara, o pelourinho, as trecenas, os Cubos¹³⁵ e os Paços da Ribeira ou da Várzea, onde o rei D. Duarte agonizou, antes de vir a falecer nos Paços Henriquinos do Convento¹³⁶.

A estrutura da hoppedaria dos Estaus era constituída por dois edifícios paralelos, com cerca de 88 metros de comprimento, que definiam no seu interior a rua dos Arcos ou do *Corpus Christi*, como então se chamava. O traçado do edifício definia os alçados das fachadas norte e sul com 16 arcos no piso térreo, com 4,4 metros de altura e 4,68 metros de largura e as fachadas nascente com três arcos de igual dimensão. Ambos os volumes estavam assentes sobre um embasamento lajeado, sobrelevado da cota da rua cerca de 0,79 metros. No piso superior janelas de arco quebrado alinhavam o feinho dos arcos da galeria à cota da rua e uma platibanda de ameias rematava superiormente o edifício¹³⁷.

Uma galeria coberta existente ao nível da rua definia uma zona de circulação que servia de local de venda e abrigo a forasteiros e caminhanes, bem como de serventia de acesso às casas. Os poiais dos arcos da galeria eram destinados a instalar bancas para venda de pão e de outras mercadorias.¹³⁸



Fig. 7 Reconstituição Hipotética do conjunto dos Estaus, Arq. Mota Lima, 1960.

A galeria de circulação dos Estaus introduzida, assim, um novo elemento urbano - o passeio coberto - que surgia como dispositivo de protecção do sol e da chuva, respondendo a necessidades concretas e intimamente relacionadas com a actividade mercantil e com preocupações de ordem assistencial (fig. 7). O traçado da Rua dos Arcos era então definida pela implantação dos dois volumes que constituíam os Estaus e que distavam entre si cerca de 17,5 metros, uma dimensão invulgar que contrariava não só o perfil comum da estrutura viária da vila de Tomar, como dos restantes núcleos urbanos da época¹³⁹ (fig. 8).

¹³⁴ A.M.T. 1454-1580, 1972, p. 303.

¹³⁵ Edifícios que se destinavam a recolherem o azeite, os cereais, o vinho e os legumes secos provenientes das rendas devidas à Ordem. ROSA, 1998, p. 47.

¹³⁶ A.M.T. 1337-1453, 1972, p. 358. Nada mais se sabe sobre este edifício, nem mesmos a sua localização concreta

¹³⁷ A.M.T. 1454-1580, 1972, p. 303.

¹³⁸ A.M.T. 1454-1580, 1972, p. 303.

¹³⁹ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portuga*, 2009, p. 735.

Se estabelecermos o paralelo com, por exemplo, a Rua da Sofia (fig. 9), construída em Coimbra a partir de 1535 e em plena atmosfera humanista, com cerca de 13,20 metros de largura, torna-se explícita a carga de inovação remetida à intervenção urbana do Infante em Tomar¹⁴⁰.



Fig. 8 Ruínas dos Estaus e rua dos Arcos na actualidade.



Fig. 9 Rua da Sofia em Coimbra construída em Coimbra em 1535



Fig. 10 Galeria Uffizi em Florensa construída em 1560

Em termos conceptuais a rua dos Arcos antecipa o desenho de um espaço público renascentista, pela racionalidade e regularidade do seu traçado, pela sua escala e monumentalidade da arquitectura dos seus edifícios. De salientar ainda que, a galeria que originalmente ladeava a rua apresenta a mesma intenção e o mesmo movimento de profundidade que cerca de um século mais tarde poderá ser observado na obra de Vazari, mais concretamente na Galeria dos Uffizi, 1560, em Florença (fig. 10)¹⁴¹.

O edifício dos Estaus foram provavelmente doados ainda por D. Henrique, a um dos hospitais de tomar do seu tempo uma vez que, quando em 1510 D. Manuel fundou a Misericórdia de

¹⁴⁰ LOBO, Rui, *Santa cruz e a rua da Sofia - Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Debaixo de Telha, Série B, nº6, eldlarq, Coimbra, 2066, 117.

¹⁴¹ LOBO, Rui, *Santa cruz e a rua da Sofia - Arquitectura e urbanismo no século XVI*, 2006, 126.

Tomar, eles eram propriedade do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Tomar¹⁴².

As preocupações de carácter assistencial que se encontram presentes na conduta do Infante, fundamentam-se amplamente no programa cristão medieval das obras de misericórdia - saciar a fome aos famintos, agasalhar os viandantes pobres, assistir aos enfermos e sepultar os mortos. É precisamente testemunhando este espírito que se identifica o pedido de licença/autorização, do Infante ao rei D. João, para escambar as suas terras de Reigada do Pereiro, em Riba-Coa e casas que possuía em Lisboa, junto da igreja de São Nicolau, por bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nessa sua vila fazer hospital que se mantivessem certos pobres e ali fossem vestidos, calçados e assistidos de outras coisas necessárias¹⁴³. D. João deferiu o pedido em 11 de Junho de 1430, por se *tratar de movimento bom e de serviço de Deus*¹⁴⁴ e por ser verdade que D. Henrique não possuía bens patrimoniais na dita povoação. A utilização de património próprio na intenção de fundar um hospital em Tomar confere a esta iniciativa um carácter de obra pessoal, de cumprimento individual de obras de misericórdia. Esta atitude aproxima-se à de Afonso IV, por exemplo, quando em 1345 funda o hospital de Lisboa destinado a assistir vinte e quatro pobres, com mais de 50 anos¹⁴⁵.

Os estabelecimentos assistenciais medievos tiveram, na sua grande maioria, origem em doações privadas. A criação de hospitais fazia-se quase sempre por testamento uma vez que esta acção estava intimamente relacionada com a salvação da alma. Na maioria dos casos as doações possibilitavam a criação de estabelecimentos de reduzida capacidade, com um ou dois quartos e seus respectivos leitos, e um hospitaleiro que zelava pelos pobres ou peregrinos que eram acolhidos¹⁴⁶. A proliferação destas micro estruturas ao longo de Quatrocentos transformou-se num verdadeiro obstáculo a uma acção assistencial consciente uma vez que dispersavam recursos e eram muito vulneráveis à corrupção¹⁴⁷.

Uma acção reformadora do equipamento assistencial Português teve início em 1432-1434, liderada pelo príncipe, e depois rei, D. Duarte, pedindo anuência papal com o objectivo de poder agregar aquelas pequenas unidades e respectivos patrimónios, de modo a garantir uma maior eficácia no combate às dificuldades coetâneas da pobreza e da doença¹⁴⁸. É precisamente esta mudança de paradigma que se intrepõe ao pedido e vontade do Infante em fundar um Hospital em Tomar. À data existiam naquela vila 14 casas de hospitais e hospícios, estando elas espalhadas por toda a zona habitacional existindo o registo do Hospital de Nossa Senhora da Cadeia ou da Graça localizava-se na Rua da Graça (antigo Caminho de Riba Fria); do Hospital de S. Brás, no limite da Rua da Graça e Pé da Costa de Cima; do Hospital de S. José e do Hospital do Espírito Santo, na Várzea Grande; do Hospital de S. Pedro na Rua dos Moinhos; do Hospital de Santa Maria-a-Velha na Rua da Judiaria; do Hospital de S. Tiago na Rua de São João na Praça; do Hospital de S. João na Rua da Corredoura, na praça; do Hospital de São Tiago-o-Velho na Rua de São João; do Hospital de Santa Iria e do Hospital de S. Tiago-o-Novo na Rua dos Oleiros; do Hospício de Santa Iria na Travessa da Rua dos Moinhos;

¹⁴² DINIS, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*, 1972, p. 350.

¹⁴³ DINIS, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*, 1972, p. 351.

¹⁴⁴ DINIS, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*, 1972, p. 351.

¹⁴⁵ DINIS, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*, 1972, p. 351.

do Hospício de S. Bartolomeu nas casas de Martim Correia (?); e do Hospital de São Martinho no Arabalde com o mesmo nome¹⁴⁹.

Cumprindo a vontade do rei D. Duarte seu irmão, o Infante absteve-se de fundar um novo hospital na sua vila de Tomar, como projectara em 1430, e agregou os existentes em quatro unidades hospitalares - o de Nossa Senhora da Cadeia ou da Graça, o de Santa Maria, o de Santa Cruz e a Gafaria. Estas quatro infraestruturas assistenciais mantiveram-se em funções até à criação da Misericórdia local por D. Manuel, em 1510¹⁵⁰ (fig. 11)



Hospital de Nossa Senhora da Cadeia / da Graça na actualidade

Estas quatro unidades assistenciais reuniam em si próprias e como suporte patrimonial as rendas e os bens das estruturas desactivadas, acrescidas das esmolas e das contribuições da Ordem de Cristo, de monarcas, do poder local e de alguns cidadãos que com esse gesto procuravam a salvação da alma¹⁵¹.

Estava assim iniciado o processo de reforma do sistema de assistencial, que tal como em Tomar se processava no resto do país e que culminará com D. Manuel com a criação das Misericórdias.

¹⁴⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães, *Igreja e Assistência em Portugal no século XV*, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol LIII, 1995, p. 228.

¹⁴⁷ CONDE, Manuel Sílvio Alves, *A Confraria de Santa Cruz de Tomar (1470)*, Arquipélago - História, 2ª série, IX 2005, p.603.

¹⁴⁸ CONDE, *Tomar Medieval*, 2005, p.603.

¹⁴⁹ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 89.

¹⁵⁰ A.M.T. 1137-1453, 1972, p. 358 e DINIS, 1972, p. 354.

¹⁵¹ ABREU, Laurinda, A especificidade do sistema de assistência Pública Português. Linhas estruturantes. Arquipélago, História, 2ª Série, VI (2001), p. 418

Na zona do Chão de Pombal as margens do rio eram razoavelmente estáveis mas o mesmo não se verificava na zona nascente da vila, mais concretamente na área inferior da rua Direita da Várzea Pequena, que era constantemente inundada, sendo os seus terrenos pantanosos e alagadiços. A expansão urbana da vila de baixo ficava, por esse motivo, condicionada e de difícil viabilização. Contudo, a necessidade de expandir a mancha de ocupação da vila na margem direita do rio levou a que o Infante promovesse o aprofundamento do canal do rio junto ao Mouchão procedendo à consolidação os terrenos por meio de estacaria. Estas operações permitiram o surgimento de uma nova zona habitacional que prolongava a malha ortogonal da vila desde a Corredoura até à primitiva Capela de São Gregório¹⁵². Com a regularização do Rio de Tomar (assim se denominava o rio Nabão) surgiram três novas ruas paralelas à Corredoura que ocuparam terrenos pertencentes à Várzea Pequena. À já existente rua dos Oleiros juntavam-se, agora, as ruas de Gil de Avô, da Peraguilha ou Perazilha (actual Sacadura Cabral), e dos Camanos (actual do Camarão). Até à construção da Avenida Marquês de Tomar, já no final do século XIX, as Ruas de Gil de Avô e da Capela terminavam no rio, dando origem a cais perigosos e insalubres e à lamacenta Rua da Estacada (fig. 12).



Fig. 12 Avenida Marquês de Tomar, antiga rua da Estacada.

Outros trabalhos de regularização do rio foram efectuados na zona da Levada, procedendo-se ao aprofundamento do seu canal. Inicialmente, a margem esquerda do rio formava uma espécie de praia fluvial que terminava nos tardozeiros dos quintais da Rua dos Moinhos, situação que não acontecia na margem direita que era cortada a pique. O aprofundamento do canal da Levada permitiu, assim, uma maior rentabilização dos recursos hídricos e a reorganização do espaço urbano com a construção de novos lagares, moinhos e a abertura de novas ruas¹⁵³ (fig. 13).

¹⁵² ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 84.

¹⁵³ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 84.



Fig. 13 A vila de Tomar em meados do século XV

No caso de Tomar, e sendo detentor do monopólio das saboarias, o Infante instalou-as na Várzea Grande perto da praça da Ribeira ou chão de Pombal, mais concretamente no antigo celeiro dos Templários abandonado por D. Lopo Dias de Sousa. Esta actividade, que estava intimamente ligada à olivicultura, constituía uma das principais fontes de rendimento da Ordem, em especial da mesa mestral¹⁵⁴ (fig. 14).

¹⁵⁴ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramo*, 1999, p. 102.



Fig. 14 Rua da Saboaria.

O crescente dinamismo económico da vila e região de Tomar fomentou o aumento da população e levou à passagem ou fixação de personagens que ficaram ligadas ao universo da epopeia marítima portuguesa, tal como João Gonçalves Zarco, cavaleiro que em 1418 aportou em Porto Santo com Tristão Vaz Teixeira e que, em 1419 descobriu a Madeira com Bartolomeu Perestrelo, que morando e deixando descendência na vila de baixo de Tomar¹⁵⁵; D. Fernando de Castro, que foi governador da casa do Infante D. Henrique e, em 1432, residia em Tomar, tendo várias casas com assentamento e vinha; Gonçalo Velho Cabral, freire da Ordem de Cristo e comendador de Almourol, senhor da Cardiga, de Pias e da Beselga, descobridor da Ilha de Santa Maria e de São Miguel na Terceira, e residiu na Rua de Nossa Senhora da Graça no primitivo solar dos Velhos de Macedo¹⁵⁶ (fig. 15); Antão Gonçalves, também ele freire da Ordem de Cristo, cavaleiro da casa do Infante D. Henrique e seu escrivão da pureza, alcaide-mor e comendador de Tomar e co-governador da Ordem de Cristo durante a menoridade de D. Diogo¹⁵⁷; Nuno Gonçalves Meira, filho bastardo de D. João I, pertencia a uma das famílias mais distintas da Tomar medieval, participou na conquista de Ceuta em 1415 e, em 1425, por ordem no Infante, participou na expedição às Canárias. Foi sepultado em túmulo brasonado em Tomar, na Capela da sua Quinta de Santo António nos Brazões, muito próximo dos Pegões Altos.

¹⁵⁵ ROSA, *História de Tomar*, 1988, p. 83

¹⁵⁶ ROSA, *História de Tomar*, 1988, p. 83.

¹⁵⁷ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 56.



Fig. 15 Solar dos Velhos de Macedo, onde residiu Gonçalo Velho Cabral.

A comunidade judaica existente, e cujas referências remontam a 1315¹⁵⁸, prosperou durante a regedoria Henriquina. Apesar disso, instalou-se de forma segregada para preservar as suas especificidades culturais, fruto da cultura e do anti-semitismo da época. Relembre-se que, a partir de 1361, e por decreto régio, a segregação das minorias adquire carácter de obrigatoriedade e nos casos em que o seu número fosse igual ou superior a dez, *judeus e mouros morassem em logar apartado e nom antre chistaãos*¹⁵⁹.

A judiaria de Tomar ocupava uma das ruas paralelas a sul da Corredoura. A Sinagoga, construída cerca de 1460¹⁶⁰, funcionava simultaneamente como câmara de vereação, tribunal e escola da comunidade judaica¹⁶¹. O conjunto de restrições impostas pela supremacia cristã, a quem cabia autorizar a construção dos templos judaicos, fez com que o edifício da sinagoga de Tomar, assim como o de Évora por exemplo, conservassem o seu anonimato no exterior. Os judeus estavam proibidos de elevar os seus templos acima do casario envolvente e, principalmente, de templos cristãos, e de utilizar uma decoração exterior ostentosa¹⁶². Para conseguir cumprir as normas de edificação subjacentes à construção de uma sinagoga, a comunidade judaica tomarense edificou o seu templo de raiz, rebaixando a cota de pavimento interior em relação à rua conseguindo, assim, a altura interior necessária mas mantendo a volumetria exterior dentro dos limites impostos. No interior, uma sala de planta quadrangular respeita o modelo sefradita, com quatro colunas centrais que definem o espaço da Tevah, ou seja, a plataforma onde se fazia a leitura dos textos sagrados¹⁶³ (fig. 16 e 17).

¹⁵⁸ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992, p. 35.

¹⁵⁹ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portuga*, 2009, p. 623.

¹⁶⁰ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992 p. 78.

¹⁶¹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 57.

¹⁶² TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portuga*, 2009, p. 662.

¹⁶³ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portuga*, 2009, p. 663.



Fig. 16 e Fig. 17 Edifício da Sinagoga.

A judiaria não coincidia com toda a extensão da actual rua Dr. Joaquim Jacinto, ou seja, desde a rua do Pé da Costa de Baixo à rua da Levada. O bairro Sefardita estava confinado entre a rua Direita e a rua dos Moinhos e, como todas as judiarias, nas suas entradas existiam portões que eram encerrados durante a noite¹⁶⁴ (fig. 18).



Fig. 18 Localização da Judiaria.

¹⁶⁴ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992, p. 45.

É desconhecido o local do cemitério judaico em Tomar. Para a cultura hebraica, o espaço dos mortos nunca se sobrepõe ao espaço dos vivos, por isso é implantado em terra virgem e sempre no exterior da judiaria. Deveria estar a uma distância mínima de cinquenta passos para além do limite definido pela cerca urbana e, sempre que possível, separada por um curso de água¹⁶⁵. E assim, coloca-se a questão: estaria o cemitério judeu de Tomar localizado na margem esquerda do Nabão? Até ao presente não foi identificada qualquer informação sobre este assunto.

A comunidade judaica de Tomar era bastante influente, detentora de um forte poder económico, intelectual e científico, que fomentou e justificou a sua permanência no “senhorio” de Tomar e a presença dum físico judeu nos Paços do Infante¹⁶⁶.

Pela mão do Infante D. Henrique, a pequena vila de baixo da Ordem de Cristo transformou-se numa dinâmica, moderna e cosmopolita vila do reino, ocupando um lugar de destaque no plano das Descobertas com a participação das suas gentes e o contributo dos réditos da Ordem.

A Vila de Baixo na Regedoria do Infante D. Fernando e da Infanta D. Beatriz (1460-1493).

Os 33 anos que mediaram as regedorias do Infante D. Henrique e de D. Manuel I não tiveram grande expressão na vila de baixo de Tomar. As intervenções em curso, iniciadas ou desenvolvidas pelo Infante, como os Estaus e a igreja de São João, foram continuadas por D. Fernando e depois por D.^a Beatriz respeitando, aparentemente, o previamente estabelecido por D. Henrique.

Recorde-se que relativamente à igreja de São João a primeira referência surge em 1178, mais concretamente à "Rua de São Joannes", atestando a existência de um templo com a mesma invocação¹⁶⁷. A partir de 1430 e pela mão do Infante D. Henrique, o templo é intervencionado, provavelmente fazendo recurso a uma linguagem goticizante, devendo esta igreja ser mais estreita, de uma só nave de acordo com os vestígios patentes na caixa-murária sob o reboco¹⁶⁸. O edifício fechava o lado nascente da praça de São João, actualmente da República, na largura das boticas do Infante, entre as ruas de São João e da Corredoura¹⁶⁹. Tal como em tantos outros aspectos, D. Fernando e D. Beatriz também seguiram uma política de continuidade em relação à intervenção prevista para igreja de São João, ficando reservado para o século seguinte nova campanha de obras promovidas por D. Manuel e que abordaremos mais adiante.

No que se relaciona com iniciativas de carácter próprio, são praticamente inexistentes os registos relativos a este período. Mas este aparente afastamento dos Regedores da vila não significou, contudo, indiferença. Quando, em 1466, D. Fernando visitou Tomar, foi conhecida a sua indignação

¹⁶⁴ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 663.

¹⁶⁵ A.M.T. 1137-1453, 1972, p. 356.

¹⁶⁶ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 127.

¹⁶⁷ A.M.T. 1137-1453, 1972 p. 322.

¹⁶⁸ FRANÇA, José Augusto, *Colecç. cidades e vilas de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1994, p.54.

¹⁶⁹ A.M.T. 1137-1453, 1972, p. 358

com o estado de conservação do edificado, dizendo mesmo que era pouca honra da villa¹⁷⁰. De imediato, o Duque ordenou que todos os pardieiros fossem reparados no prazo de um ano, sob pena de serem dados de sesmaria a quem mais desse por eles.

No ano anterior, em 1465, o mesmo Infante promoveu a construção da capela de S. Sebastião, templo de nave única que se localizava na Várzea Grande, no local da actual estação de Caminhos de Ferro. Foi demolida em 1905¹⁷¹ e não se conhecem registos sobre a mesma. No entanto, através dos registos desta natureza é possível adivinhar a extensão da malha urbana à morte de D. Henrique.

Sete anos após a morte de D. Fernando, em 1467, e estando D. Beatriz à frente dos desígnios da Ordem, a viúva de Pero Vaz de Almeida, vedor da Fazenda do Infante D. Henrique, D. Mécia Vaz Queiroz, e as suas três filhas, compram o “sítio de Santa Iria” – as ruínas do mosteiro Godo, e funda o primitivo Convento de Santa Iria, onde se recolhem¹⁷².

À semelhança de seu marido, D. Beatriz manteve discreta intervenção no desenvolvimento da vila de baixo não deixando, contudo, de demonstrar preocupação com a gestão da mesma. Assim, em 1474 ordena ao capelão da igreja de São João que mande fazer um livro para que nele se registem as escrituras, bens e direitos¹⁷³. Na mesma época, a Regedora mandou reformar o arco da ponte da Levada às expensas da Ordem de Cristo, uma vez que o povo de Tomar se recusava a contribuir. O Arco passou, assim, a ser propriedade da Ordem, dando passagem aos povos, peões e suas bestas¹⁷⁴.

Volidos 33 anos, a vila de baixo de Tomar deveria manter, quase intactos, os limites do aglomerado urbano definidos pelo Infante D. Henrique.

A Vila de Baixo na Regedoria de D. Manuel (1484-1521).

As práticas reguladoras no capítulo do urbanismo manuelino são sobejamente conhecidas pela historiografia uma vez que tiveram consequências determinantes na formação dos modelos e estruturas urbanas da cidade portuguesa do período moderno. A descoberta e implementação da impressão possibilitou, de forma dinâmica e sistemática, a divulgação por todo o reino destas práticas reformistas e reguladoras. Assim e ao mesmo tempo que se procedia à uniformização dos pesos e medidas de uso corrente no reino, à padronização da moeda corrente e à reforma dos forais, é elaborado o *Regimento dos carpinteiros pedreiros e braceiros e call tijolo e tojo e madeira e pregaduras oficiais* e são iniciadas diversas provisões e alvarás sobre a demolição de balcões e balcoadas, o regimento da Ribeira e várias cartas régias de reordenamento urbano da cidade de Lisboa¹⁷⁵.

¹⁷⁰ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 127.

¹⁷¹ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 1999, p. 115.

¹⁷² Em Outubro de 1523, e a pedido da última filha sobrevivente, Marta de Almeida ou Marta de Cristo, o convento foi submetido à observância religiosa de Santa Clara. ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 100.

¹⁷³ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 94.

¹⁷⁴ A.M.T. 1454-1580, 1972, p. 45.

¹⁷⁵ CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna, (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 109 e 110.

É precisamente o programa de reordenamento da cidade de Lisboa, desenvolvido entre 1498 e 1502, e a legislação produzida para a fundamentação de todo o programa de intervenção, definiram os parâmetros fundamentais para a formação do edifício da época moderna¹⁷⁶. Sendo iniciado pela já referida proibição de balcões e balcoadas em edifícios urbanos, em 1499, definiam-se assim edifícios de paredes direitas a delimitar as ruas urbanas. Esta norma contrariava a definição medieval que permitia a construção de balanços sobre a via pública, podendo as sacadas em madeira chegar a ocupar a terça parte da rua¹⁷⁷. Mais tarde esta definição foi reafirmada para todas as construções pré existentes, obrigando à demolição de todas estas saliências. A infracção a estas normas estava prevista com a aplicação de penas e a presença em tribunal¹⁷⁸. A permissão de sacadas com a largura máxima de palmo e meio será o balanço máximo autorizado nos edifícios urbanos dos séculos XVI, XVII e XVIII, não só em Lisboa como em todo o País e que se definirá como uma característica comum na arquitectura portuguesa.

A par da sacada também o portal e janela se normalizam na arquitectura do período manuelino, tanto nos edifícios comuns, onde adquirem um desenho retilíneo, tendo por base compositiva o quadrado e com cantarias simples; como nos edifícios públicos e religiosos, onde os vãos, em conjunto com as plantibandas, são os locais de eleição para a inserção da expressão escultórica manuelina.

A regulamentação do edificado permitiu que o elemento rua começasse a ser entendido como uma dimensão mais abstracta, como uma entidade urbana estruturada por um conjunto de fachadas que lhe conferem uma especificidade tipológica¹⁷⁹. É precisamente esta capacidade abstracção que permite hierarquizar o espaço urbano a partir do seu desenho e não à referência de um lugar ou objecto como acontecia no período medieval¹⁸⁰.

D. Manuel introduz em Portugal uma nova consciência urbana e Tomar é, talvez, o caso mais concreto desse novo paradigma. É este Regedor que põe fim à dupla urbanidade da vila de Tomar. Livre de civis, a vila de cima cerra as suas funções enquanto núcleo populacional e, a partir desse momento, a vila de baixo toma a exclusividade da denominação de vila de Tomar. Essa realidade foi de tal forma imposta que a memória da vila de cima se perdeu por completo. Para a vila de baixo são transferidas, apenas as infra-estruturas “administrativas”, sendo tomada a decisão de não transferir os antigos moradores da vila de cima para este núcleo populacional mas sim para o Arrabalde de São Martinho, evitando, dessa forma, o aumento desregulado do perímetro urbano.

Ao contrário da maioria das vilas e cidades do reino, Tomar era já detentora de um urbanismo regular, ortogonal, de quarteirões e praças, sendo esta realidade muito cara a D. Manuel. Relembrase, por exemplo, o programa de reordenamento urbano de Lisboa, nomeadamente a Vila Nova de Andrade iniciada em 1498¹⁸¹.

¹⁷⁶ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 181.

¹⁷⁷ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 182.

¹⁷⁸ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 182.

¹⁷⁹ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 189.

¹⁸⁰ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 189.

¹⁸¹ CARITA, *Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna*, 1999, p. 102.

Com o propósito de majorar os recursos existentes, a vila una de Tomar foi, assim, redefinida com pragmatismo e racionalidade. No tratamento do primitivo núcleo urbano, promoveu-se a reafecção de espaços com vista à definição de áreas específicas de funcionalidade como se de um plano de pormenor se tratasse. São então estabelecidas zonas destinadas à administração e ao comércio, à produção (moagem, lagares, saboaria, entre outros) e ao armazenamento, à justiça e ao cárcere, à habitação e ao espaço público de lazer e reunião.

A alteração da principal via de comunicação com o Convento é determinante em todo este programa de reestruturação. A importância outrora instituída na Praça da Ribeira, pela sua situação de espaço de remate e charneira entre a vila de cima/Convento e a vila de baixo é, neste plano, transferida para a Praça de São João. Estava, assim, formalizada uma nova centralidade na vila sendo essa ideia reforçada com a colocação no centro da praça do novo pelourinho, evocando a outorga do novo Foral de Tomar (1510) e identificando o novo centro administrativo da vila¹⁸². Os antigos edifícios pertencentes às boticas do Infante são reconfigurados em Casas da Câmara, não com a definição que hoje conhecemos mas com uma volumetria muito aproximada¹⁸³.

Em frente ao edifício da Câmara era concluída a Capela Real de São João, como D. Manuel lhe chamava¹⁸⁴, marcando o espaço urbano com forte carácter cénico, nomeadamente o portal e a torre sineira. Recurso cénico, aliás, e com idênticos propósitos, que é repetidamente utilizado nos portais e torreões laterais da fachada da igreja de Santa Cruz de Coimbra, da Sé da Guarda, da igreja da Golegã, entre tantos outros exemplos possíveis. No caso das torres, elas pontuam os eixos perspécticos obtidos a partir dos principais eixos urbanos desses núcleos populacionais, que no caso de Tomar eram a Corredoura, a rua Direita¹⁸⁵, e o caminho de Santiago (que ligava a praça ao Convento, mais concretamente à porta de Santiago). Os portais são, também, elementos que protagonizam o espaço e que o definem enquanto cenário de enquadramento de um espaço. No caso de Tomar, é o portal da igreja de São João, tendo por base a fachada do templo, que define, enquadra e encena do lado/alçado nascente da praça.



Fig. 19 Edifício da Câmara Municipal e Praça de São João antes da colocação da estátua de Gualdim Pais.



Fig. 20 Igreja de São João Baptista.

¹⁸² A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 127.

¹⁸³ A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 179. Segundo José Júlio Cabral Dias, ainda enquanto Duque, D. Manuel terá ordenado a construção do seu palácio sobre as boticas do Infante, alterando posteriormente esta ordem e transformando o palácio em Casas da Câmara, porém, o autor não faz qualquer referência à fonte de onde provém esta informação. DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 1999, p. 126.

¹⁸⁴ A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 169.

¹⁸⁵ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 1999, p. 118.

As transformações operadas na praça, então denominada Praça Nova, estenderam-se também ao edificado envolvente não só na dignificação das construções pré existentes, como na adequação do seu uso. Veja-se, por exemplo, o caso da adega de vinhos do Mestre que foi aforada para sempre e nela construídas duas casas sobradadas para habitação¹⁸⁶. Estava, assim, definitivamente formalizada a Praça do Município (fig. 19 e 20).

Tal como aconteceu em tantas outras vilas e cidades portuguesas, como é o caso de Lisboa, Coimbra, Aveiro e Leiria, foi durante o reinado de D. Manuel I que se assistiu à formalização e consolidação do novo centro urbano de Tomar.

Até meados do século XX, o rio Nabão foi navegável desde o Açude dos Frades até ao rio Zêzere, estabelecendo a ligação ao rio Tejo. Até ao aparecimento dos transportes viários motorizados e ferroviários, o transporte fluvial era o modelo de eleição para o transporte de mercadorias. Consciente dessa realidade, e sempre numa atitude de maximização de recursos, D. Manuel localiza a zona industrial e de armazenamento na Praça da Ribeira e em toda a extensão da margem direita do rio, desde a Levada a São Lourenço, construindo, aí, novos lagares e celeiros (fig. 21).



Fig. 21 Chão de Pombal, actual Praceta Alves Redol.

A Praça da Ribeira estava então cercada de edifícios pertencentes à Ordem. A norte ficava o Lagar do Paço; a nascente a Casa das Azenhas das farinhas, o Celeiro Novo, com a loja do azeite por baixo, e a serventia para o rio; a sul, a Casa das Terçarias (os Cubos); a poente, umas casas sobradadas e outra para recolha das máquinas dos moinhos e lagares. Em 1542, o espaço livre que constituía a

¹⁸⁶ A.M.T. 1457-1580,1966, p. 91.

esta praça media cerca de 42 metros no sentido norte/sul e cerca de 35 metros no sentido nascente/poente¹⁸⁷. O limite poente de toda a área era estabelecido pelo início da Rua da Graça e pelo prolongamento da estrada de Santarém e rua da Levada (fig. 22 e 23



Fig. 22 O Chão de Pombal

¹⁸⁷ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.114.



Fig. 23 Chão de Pombal.

A construção do muro da Levada originou a criação de uma plataforma que possibilitou, não só um melhor aproveitamento dos recursos hídricos mas, também, o surgimento de uma nova frente urbana. Se do lado do rio os novos lagares exibiam as insígnias reais, do outro surgiam novos edifícios submetidos às mais recentes regras de edificação¹⁸⁸. Cumpriam-se alinhamentos (planimétricos e altimétricos), utilizavam-se materiais e técnicas construtivas que respeitavam a arte de bem construir e obedeciam aos regulamentos de salubridade e saneamento implementados e difundidos pela política de D. Manuel em todo o Reino. A par disto, introduziram-se regras compositivas de dimensão e alinhamentos de vãos nas fachadas, preocupações até então desconhecidas e ignoradas no normal crescimento/desenvolvimento da vila (fig. 24 e 25).



Fig. 24 e Fig. 25 Rua da Levada em 1940 e imagem actual.

¹⁸⁸ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, 1999, p. 128.

Todas estas transformações foram promovidas desde o início do reinado uma vez que, já em 1 de Agosto de 1504 uma casa na Rua da Levada era citada num testamento¹⁸⁹. Contígua à obra da Levada foi reedificada a ponte romana, aumentando, assim, a eficácia da rede viária da vila¹⁹⁰.

Num dos eixos perpendiculares à Levada, um outro núcleo de significativa importância na vila era alvo de transformações profundas – a Judiaria. Após o decreto de 1496, relativo à expulsão dos judeus do reino, a Judiaria da vila foi extinta e os judeus de Tomar convertidos à fé cristã. Durante o período de D. Manuel, os judeus escondidos sob nomes e apelidos cristãos, integraram-se na sociedade tomarense e mantiveram as suas actividades comerciais e financeiras. É difícil re fazer o seu percurso existindo, porém, três situações documentadas que atestam a importância e a permanência desta comunidade na vila. A primeira é um documento redigido por D. Manuel I, em 1516, concedendo diversos privilégios aos “cristãos-novos de Tomar”¹⁹¹, sendo um deles a faculdade de não poderem ser presos (não sendo referida a natureza específica do delito). A segunda, uma lápide de sepultura existente na igreja de São João Baptista pertencente a Diogo Lopes e Guiomar Jacob, cristãos-novos. E por último, uma carta de João de Castilho a D. João III, queixando-se de que os cristãos-novos de Tomar eram os responsáveis pela escassez de pão na vila¹⁹².

A Judiaria, com as suas portas nas extremidades da rua e a sua sinagoga, funcionaram durante cerca de 50 anos¹⁹³. Após o édito de 1496, esta artéria foi reconfigurada e recebeu o nome de rua Nova, à semelhança do que aconteceu em todo o reino, sendo a sinagoga transformada em cadeia municipal, em substituição da antiga prisão existente na torre do Castelo¹⁹⁴.

Uma outra estrutura pré existente é reformulada segundo a vontade do Rei – o Hospital de Nossa Senhora da Graça. É precisamente no hospital fundado pelo seu tio avô, o Infante D, Henrique, que, em 1510, D. Manuel funda a Misericórdia de Tomar. Na sua estrutura administrativa inclui todos os bens anexos ao ex-Hospital de Santa Maria da Graça, as Confrarias de Nossa Senhora dos Anjos e a de Santa Cruz, assim como a Gafaria Municipal de Santo André¹⁹⁵. Relembre-se que a reestruturação das políticas assistenciais da vila foram iniciadas por D. Henrique, fundindo mais de uma dezena de pequenos hospitais e albergaria, como aliás já foi referido. Relembre-se também que a reforma das práticas assistenciais em Portugal teve início cerca de 1430 e que tem como marco de referência evolutiva a construção do Hospital de Todos-os-Santos em 1492 em Lisboa, fundado por D. João II. Será contudo D. Manuel I que conseguirá proceder à padronização hospital à escala nacional e implementar uma rede de confrarias que, em Portugal e no seu império, perseguiram os mesmos objectivos assistenciais e funcionavam segundo uma matriz organizacional comum¹⁹⁶.

A par do movimento de centralização de hospitais que percorreu todo o país, o papel de D. Manuel na expansão e divulgação das confrarias da Misericórdia por todo o país foi da maior importância. Foi a por determinação do monarca que se constituiu uma rede de instituições, cons-

¹⁸⁹ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 86.

¹⁹⁰ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, 1999, p. 129.

¹⁹¹ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992, p. 39.

¹⁹² SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992, p. 39 e 40.

¹⁹³ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992, p. 38.

¹⁹⁴ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1943, f.c 1992 p. 54.

¹⁹⁵ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 123.

¹⁹⁶ ABREU, Laurinda, *A Especificidade do Sistema de Assistência Pública Português, linhas estruturantes*, Arquipélago, Historia, 2ª série, VI, 2002, p.420.

truídas e administradas por leigos, vocacionadas para o auxílio aos presos, pobres, desamparados e pedintes que não tinham quem por eles zelasse¹⁹⁷.

A Misericórdia de Tomar, tal como muitas outras do país, reuniu em si as confrarias e unidades assistenciais locais e transformou-se na entidade responsável por cuidar de todos aqueles que à condição de pobre juntavam a de doente. Registe-se o facto de Portugal ser o único país da Europa a implementar um sistema próprio de assistência pública, que não dependia directamente da coroa, dispondo de património próprio que em conjunto com a esmola dos crentes permitia auto-financiar-se. Ainda hoje a Misericórdia de Tomar conserva uma unidade hospitalar no local da sua fundação.

Como espaços de lazer e reunião, a vila conservava os dois rossios públicos pré existentes. O do norte, a Várzea Pequena, mantinha as suas confrontações a nascente com o rio, a norte com o ribeiro da Era, a poente com o pé do monte e a sul com a povoação da vila¹⁹⁸ e, o do sul, a Várzea Grande, que tinha os seus limites definidos a sul com a igreja de São Sebastião e o ribeiro que vinha da Cerca, a norte com a povoação, a nascente com a igreja de São Gião (localizada próximo do edifício dos Cubos) e a poente com o pé do monte. Reconhecendo a importância do espaço público em termos vivenciais e de valor simbólico, e percebendo que a vinha da Ordem impedia que a vila fosse visível até às igrejas de São Gião e São Sebastião¹⁹⁹, D. Manuel promoveu o alargamento da Várzea Grande doando a Cerrada da Vinha da Várzea ao município e mantendo apenas o olival que estava entre a rua de São Gião e o rio. Conseguia, assim, um Rossio mui espaçoso, airoso e nobre, para uso público e bem e nobreza da Vila²⁰⁰ (fig. 27).



Fig. 27 Área correspondente à Várzea Grande.

¹⁹⁶ A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 92.

¹⁹⁷ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 112.

¹⁹⁸ A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 93.

No extremo sul da Várzea Grande, no local do encontro entre D. João I e Nuno Álvares Pereira em 1385, D. Manuel assinala a efeméride edificando a Capela de São Lourenço¹⁹⁹ (fig. 28). Nesta pequena capela é utilizado um elemento arquitectónico que será amplamente utilizado nas campanhas manuelinas – o alpendre – que se destinava, principalmente, à protecção dos peregrinos. São dessa época os alpendres acoplados à igreja de São Gregório e à desaparecida igreja de Santa Maria do Castelo²⁰⁰ (fig. 29).



Fig. 28 Capela de São Lourenço.



Fig. 29 Capela de São Gregório.

Durante a Regedoria de D. Manuel, o burgo de Santa Maria do Olival parece ter mantido a sua vivência normal. Há registo de que, nessa altura, o adro da igreja tinha as dimensões de cerca de 303 metros, no sentido norte sul, e 127 metros no sentido nascente ponte. Em redor deste adro dispunham-se as igrejas de Pero Fins, S. Pedro, S. Miguel e Santa Maria Madalena, estando alguns destes templos transformados em mausoléus privados²⁰¹.

Pragmático e eficaz, o rei refez a vila de Tomar potenciando a matriz urbana pré existente. São evidentes as preocupações formais, de aparato, de rigor espacial e de identificação pessoal do território, com a inserção de elementos que o caracterizam. São, aliás, estas as preocupações que sistematicamente lhe são atribuídas no tratamento do espaço urbano. Mas, em Tomar, mais do que um construtor de cenários urbanos, D. Manuel foi um estratega e o construtor de uma máquina de bem produzir, bem viver e bem administrar.

²⁰⁰ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.114.

²⁰¹ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 113.

²⁰² A.M.T. 1457-1580, 1966, p. 181.

A Cerca da Vila, entre 1420-1521

Fundada em 1160 pelo mestre da Ordem do Templo, D. Guardim Pais, a vila originária de Tomar desenvolve-se dentro das muralhas do castelo templário, coroando o monte mais elevado de toda a região.

Implantado na margem esquerda do Rio Nabão, este castelo enquadrava-se na tipologia de estrutura defensiva característica do século XII, o denominado castelo românico, que respondia às especificidades da estratégia militar da época. Por um lado, tinha a capacidade de resistir aos ataques ofensivos, por outro, os seus dispositivos de defesa eram organizados da periferia para o centro, adoptando cotas progressivamente mais elevadas, permitindo que um núcleo único comandasse todas as operações²⁰³.

À semelhança do castelo, a vila foi promovida pela Ordem do Templo e não pelo rei, como aconteceu com a maioria dos povoados portugueses. O mestre da Ordem assume, assim, um papel que normalmente pertencia a um funcionário régio; das suas competências fazia parte promover e gerir o processo de povoamento, assegurar a construção das casas e a organização do espaço urbano²⁰⁴ - o papel do povoador.

A Cerca da vila, como vulgarmente se denominava a vila intramuros, surgiu, assim, indissociável das necessidades e características militares do castelo templário, atendendo ao facto de que aquele núcleo habitacional não poderia impedir ou prejudicar as manobras operacionais inerentes à função da fortaleza templária. Recorde-se que este castelo estava inserido na linha defensiva de fortificações templárias, constituída pelos castelos de Pombal, Soure, Redinha, Ega, Almorol, Cardiga e Ozêzar (Praia do Ribatejo), que garantiam a defesa do acesso entre Coimbra e Lisboa, via Santarém²⁰⁵. Recorde-se também que em 1190 os invasores muçulmanos saquearam e incendiaram casas e cultivos no exterior das muralhas de Tomar, tendo a população ficado a salvo dentro da protecção do castelo²⁰⁶.

A eficácia de toda a estrutura militar comprova, pois, que a co-existência com esta vila intramuros não impediu a execução de manobras militares no interior das muralhas. A fortificação era formada por duas cinturas de muralhas que delimitavam quatro recintos distintos. O primeiro, a sul, circunscrevia a vila; o segundo, ao centro, a praça de armas; o terceiro, a norte, o reduto dos cavaleiros; e o quarto, a nordeste, a alcáçova²⁰⁷.

²⁰³ BARROCA, Mário Jorge, *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Círculo de Leitores, 2003, p. 112.

²⁰⁴ TEIXEIRA, Manuel C, VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII Portugal -Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 31.

²⁰⁵ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 39.

²⁰⁶ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 44.

²⁰⁷ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p. 45.

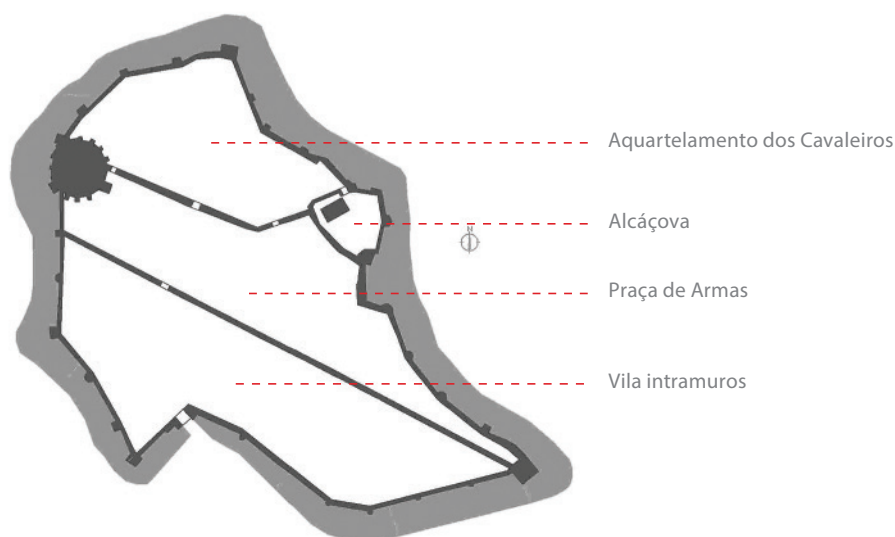


Fig. 30 Planta de zonamento. Identificação dos quatro recintos da fortificação Templária de Tomar.

A ocupação destas áreas está, hoje, profundamente adulterada. No recinto da vila encontramos hoje, um frondoso laranjal; na praça de armas, um jardim; no aquartelamento dos cavaleiros, aproximadamente a área correspondente aos claustros de D. Henrique, à enfermaria da Ordem e às ruínas dos paços do Infante; e na Alcáçova, as ruínas dos paços da Rainha (fig. 30 e 31).



Fig. 31 Foto aérea da actualidade com a identificação dos quatro recintos da fortificação.

O recinto da vila ocupava uma área de cerca de 1,5 hectares e, como referido, respeitaria integralmente os princípios militares inerentes à construção de uma fortaleza, isto é, em recinto autónomo, não envolvendo ou obstruindo a alcáçova ou os panos de muralha, e garantido a segurança dos seus moradores²⁰⁸. Por essa razão, a situação que se terá desenvolvido em Tomar foi o resultado de preocupações estratégico militares, provavelmente ordenada de forma geométrica, como aliás acontecia em todas as suas congéneres coevas. *"Dado o papel defensivo de muitas destas cidades, a sua localização era, por vezes, em sítios elevados mais facilmente defensáveis. Contudo, apesar da irregularidade de muitos dos locais em que estas cidades medievais eram construídas, os seus planos e a sua estrutura de loteamento eram regulares"*²⁰⁹.

Maioritariamente, estas novas cidades e vilas que surgiam por toda a Europa estavam localizadas em territórios recentemente conquistados, politicamente instáveis e pouco povoados. *"Tratava-se de um verdadeiro processo de autocolonização de novos territórios, no interior da própria Europa"*²¹⁰. Como refere Sílvio Conde sobre o caso de Tomar *"O castelo, edificado pelos templários para sede da Ordem e garantia de defesa do seu senhorio, era também o centro económico do espaço regional: o centro que coordenava o reaproveitamento agrícola do território, o centro receptor de rendas e tributos, um ponto de encontro – e, decerto, de algumas trocas – e, por último, um centro consumidor. Ia, assim, atraindo e fixando uma população crescente, cujos direitos e deveres urgia regular"*²¹¹.

São diminutas as informações disponíveis sobre este burgo intra-muros e tal como diz José Cabral Dias, (...) somente por extrapolação – atendendo a determinadas invariantes da cidade portuguesa, ditadas pelo seu método de povoamento – é possível inferir acerca do que seria ali o espaço interno: sabendo, por um lado, que a cidade portuguesa era dotada de um ajustado "sentido do lugar" na escolha do sítio e na produção do seu espaço, sabemos, também, que esse "sentido do lugar" conduzia à escolha dos sítios de implantação de acordo com as necessidades e de forma extremamente pragmática; vemos, ainda, por outro lado, que a adaptação da cidade aos locais eleitos se dava, por regra, com base numa grande compreensão e "leitura acertada do lugar"²¹². Refira-se, ainda, *"o papel determinante que os edifícios institucionais, de natureza religiosa ou secular, tiveram na estruturação do território urbano"*²¹³.

O acesso à vila e, de uma maneira geral, à fortificação era difícil, devido a razões inerentes à estratégia militar de defesa. O castelo românico e, conseqüentemente, os recintos que o constituíam, evitavam a multiplicação de pontos de entrada, reduzindo a uma ou, no máximo, a duas, as portas de entrada no recinto amuralhado. Do tempo da fortaleza templária apenas é conhecida a porta de Almedina, ou porta do Sangue, localizada no pano de muralha sul. Estabelecia a comu-

²⁰⁸ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 70.

²⁰⁹ TEIXEIRA, VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII Portugal –Brazil*, 1999, p. 26.

²¹⁰ TEIXEIRA, VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII Portugal –Brazil*, 1999, p. 25.

²¹¹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, 1996, p. 42.

²¹² DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, 1999, p. 70.

²¹³ TEIXEIRA, VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII Portugal –Brazil*, 1999, p. 15.

nicação com o exterior do recinto amuralhado, nomeadamente com a vila de baixo localizada nas margens do rio Nabão.

Pela sua definição formal e localização, é muito provável que tanto a porta do Sol como a de Santiago pertençam a épocas posteriores. Contudo, poder-se-á considerar a existência de uma segunda porta inserida na muralha, que possibilitasse um acesso directo dos cavaleiros do exterior ao seu recinto privado sem o necessário atravessamento da vila intramuros.

Os caminhos que ligavam a estas portas eram normalmente percorridos a pé por homens comuns. Para o transporte de cargas e mercadorias “recorria-se geralmente aos cavalos, mulas ou burros, transportando-se nos produtos sobretudo no lombo destes animais. As suas diferentes capacidades originavam distintos padrões de carga: a carga maior (de besta maior, isto é, cavalo ou mula) e a carga menor (de asno). Homens e mulheres faziam também os seus carregos quando a natureza dos produtos e distância o permitiam. Nas mãos, às costas, aos ombros, em canastras, seiras e cestos. Por último, recorria-se ainda a carros e carretas, de quatro ou duas rodas, a que se atrelavam animais”²¹⁴. No caso de Tomar, e até à formalização da porta do Sol com a definição que tem no presente, o acesso ao interior das muralhas de carros e carretas era pouco praticável, não só pela exiguidade da porta de Almedina, como pela acentuada orografia do terreno.

No interior da fortaleza, as comunicações entre os vários recintos eram também reduzidas, mantendo-os individualizados e passíveis de serem encerrados. No pano de muralha interior sul, uma porta fazia a ligação entre a vila e o recinto da praça de armas. Sob esta porta existem vestígios de uma calçada em tijolo burro que se prolongava até ao interior do recinto norte, atravessando a porta dos arcos²¹⁵.

Na muralha interior norte subsistem evidências de uma outra porta, contígua à Charola que, posteriormente, foi entaipada com a construção do convento henriquino, mais concretamente com a construção da torre de São Jorge²¹⁶. No mesmo alinhamento, mas numa cota inferior, localizava-se a porta dos arcos²¹⁷, que estabelecia correspondência com a porta localizada na muralha interna sul, permitindo, dessa forma, a circulação entre a vila intramuros e o aquartelamento dos cavaleiros. Ainda na muralha interior norte, e muito próximo da alcáçova, existiria uma outra porta que posteriormente terá sido refeita e transformada naquela que hoje tem o nome de porta do castelo.

²¹³ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 78 e 79.

²¹⁴ No interior do recinto norte, “Ambas as faixas de seixos rolados [que constituem a calçada] são intersectadas: a do lado poente é cortada pelas fundações da parede do Claustro da Lavagem; a do lado nascente, mais larga, encontra-se também danificada pela implantação dos arcos quebrados do lado nascente. O painel central de tijolo, com largura aproximada de 1,82m, apresenta a marca de rodado de veículos de tracção animal com cerca de 1,32m”. Maria La-Salette da Ponte, *Abordagem Arqueo-Histórica dos Paços do Castelo dos Templários* (sondagem 1985), Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, nº11/12, Tomar, 1989, p.63.

²¹⁵ BENTO, Maria José Travassos, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, Col. Monumentos/Monografias, IGESPAR, 2013, p. 65.

²¹⁶ Porta dos Arcos – esta denominação é utilizada por Pedro Álvares Secos na descrição dos Paços dos Infante, AMT, 1454 – 1580, 1966, p. 76.

Dentro do recinto norte, junto ao tramo exterior norte, localizava-se uma pequena porta estrategicamente protegida por um estrangulamento formado pelo encontro das muralhas, que possibilitava o acesso à alcáçova (fig. 31).

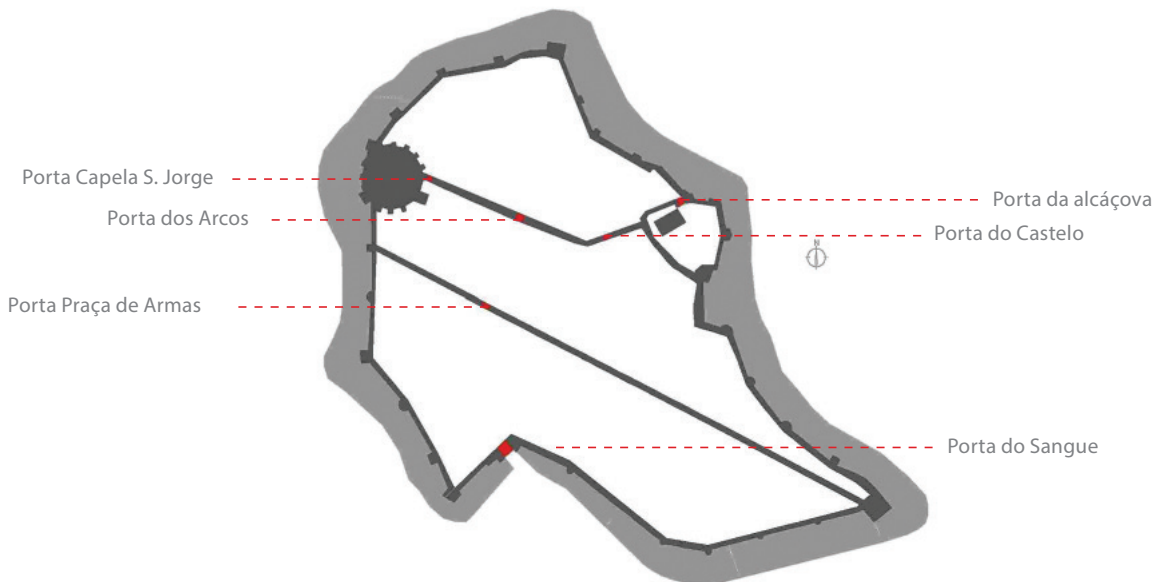


Fig. 31 Identificação das portas da fortificação.

A correlação das portas existentes na fortaleza permite-nos identificar a existência de um eixo principal que ligava a porta de Almedina ao interior da praça de armas e, a partir deste espaço, o acesso aos campos nascente e poente do terreiro e ao recinto Norte da Fortaleza. Recorde-se que a praça de Armas tinha a sua cota original cerca de três metros abaixo da actual. A iluminura de 1503 da Leitura Nova representa este recinto ainda na sua cota original e com as diferentes comunicações entre os espaços. Este recinto, embora separado do recinto da vila, constituía-se como um espaço semi-público onde existiam, inclusivamente, construções privadas²¹⁸.

Identificado o principal eixo urbano da Cerca, importa agora identificar os edifícios que simbolizavam as principais funções urbanas, lembrando sempre que é na vila alcandorada que surgem as funções mais nobres e prestigiosas, relegando para a ribeira ou terra chã, isto é, para a vila de baixo, o comércio, indústria e circulação²¹⁹.

Como em qualquer aglomerado urbano, a localização dos edifícios institucionais, de natureza religiosa ou secular, foram determinantes na estruturação do território urbano. No caso da Cerca da vila, a Charola foi, desde sempre, e até ao presente, o edifício símbolo de toda a fortaleza. Tratava-se de um edifício de acesso restrito, uma vez que era uma igreja privada da Ordem do Templo e, posteriormente, da Ordem de Cristo, onde a entrada dos leigos apenas era permitida em dias específicos.

²¹⁸ ANTT-OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT – OC/CT, L. 53, fol. 33 e 34.

²¹⁹ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, 1999, p.69.

Localizada igualmente na praça de armas mas no campo oposto à Charola, a igreja paroquial de Santa Maria do Castelo²²⁰ representava o poder religioso da vila e paróquia²²¹. Como refere Luísa Trindade relativamente à análise que faz à localização das igrejas em povoados contemporâneos à Cerca, a igreja "*surge invariavelmente à margem da malha optando-se quase sempre por um posicionamento lateral ou de topo. (...) O templo não penetra no tecido urbano que serve e, por isso não introduz qualquer tensão na forma urbana*". (...) Esta situação aplica-se inteiramente neste caso.

A par com a igreja paroquial, e no interior da alcáçova, localizava-se a Alcaidaria²²² e a cadeia da vila²²³. Saliente-se que o Alcaide de Tomar era, desde o início, um Comendador da Ordem e, os seus assessores, cavaleiros e freires templários²²⁴. Esta circunstância é consequência do facto de este povoado e fortificação serem promovidos pela Ordem e não pelo rei e, dessa forma, submissos ao poder da Ordem.

Mas a identificação da Alcaidaria no interior da alcáçova vem, acima de tudo, redefinir a leitura feita à praça de armas. O recinto central da fortaleza, delimitado pelos panos de muralha interior e, desta forma isolado do tecido urbano da vila, desdobrava-se então em múltiplas funções, como se de uma grande praça municipal se tratasse. Ao seu redor posicionavam-se os edifícios que simbolizavam o poder religioso e político-militar. A norte, era delimitado pela fachada do aquartelamento dos Templários e a sul, pela muralha que encerrava o núcleo urbano; a nascente, pela igreja paroquial e a Alcaidaria e a poente, pela Charola.

Dentro do recinto da vila, apenas se conhece a localização de seis edifícios (que serão tratados em capítulo próprio): um, o Paço do Vigário, que ocupava a torre conhecida por torre de D. Catarina²²⁵; três casas sobradadas²²⁶ localizadas numa rua pública perpendicular ao eixo porta de Almedina - porta praça de armas; e duas casas sobradadas²²⁷ localizadas junto do Paço do Vigário.

Conhece-se também a existência de outros edifícios, tais como, os açougues²²⁸, a casa do D. Prior do Convento²²⁹, ou casa do tabelião²³⁰, cuja localização ainda não foi identificada até ao presente.

²²⁰ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.47.

²²¹ "A paroquial de Santa Maria do Castelo foi feita em 1188", AMT, (1137-1453), vol VIII, p. 54.

²²² Depreende-se a localização da Alcaidaria do teor de uma carta de D. João I, datada de 1423 e referente a um costume local: (...) que o Concelho de Tomar nos disse que no dito lugar há um costume tal que quando algum casasse novamente na dita vila, cavalgava em cima de um cavalo com uma lança na mão, e levava um alqueire amassado e um cântaro de vinho, e chegava à porta do Castelo da dita Vila o feria com a lança nela, e dizia – Cavalo quero ser! E então levava o que ai estava por alcaide o pão e o vinho: e se isso não fizesse, havia o Alcaide de levar a oitava de seus bens: e se o fizesse, não levava nada. ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.88.

²²³ AMT, 1454-1580, 1966, p.35.

²²⁴ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.66.

²²⁵ ANTT, OC/CT, L 232, fol. XXXX.

²²⁶ ANTT – OC/CT, L35, fol. LX, LX/v (referente à doação de dois edifícios localizados numa rua perpendicular ao eixo porta de Almedina praça de armas) e DIAS, Ana Carvalho, O Castelo dos Templários e o Convento de Cristo à luz das recentes escavações arqueológicas, Actas do I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo, Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos da transição, Março de 2012. p. 319 (referente a um edifício e rua existente paralelo ao eixo porta de Almedina prala de armas).

²²⁷ ANTT, OC/CT, L 232, fol. XXXX.

É ainda possível que tenha existido na vila o edifício dos Banhos públicos, como se depreende da sentença de D. Dinis, de 1295: "*Item demandavam que a Ordem non lhes leixava fazer pombais, nem eirados, nem banhos. E Eu julgo que todo o vizinho de Tomar que quizer fazer pombais, e eirados, que o faça e os hajas, sem contenda: e dos banhos, julgo que os façam tam somente a Ordem, se os quizer fazer, e sejam da Ordem*"²³¹.

Apesar da controvérsia em que sempre se viu envolvida, a existência de um convento de freiras templárias dentro da Cerca do castelo de Tomar, mais concretamente junto à Igreja de St.^a Maria do Castelo, encontra-se referenciada numa escritura feita em 17 de Maio de 1290, a mando de D. Maria Peres, mulher de D. Estevão Pires Espinhal. Nesta, é referido que os cônjuges se haviam separado e ela se fez templária, como ele, que depois foi Comendador de Santarém²³². Até ao presente, não foram identificados outros documentos que comprovem a existência deste edifício (fig. 32).

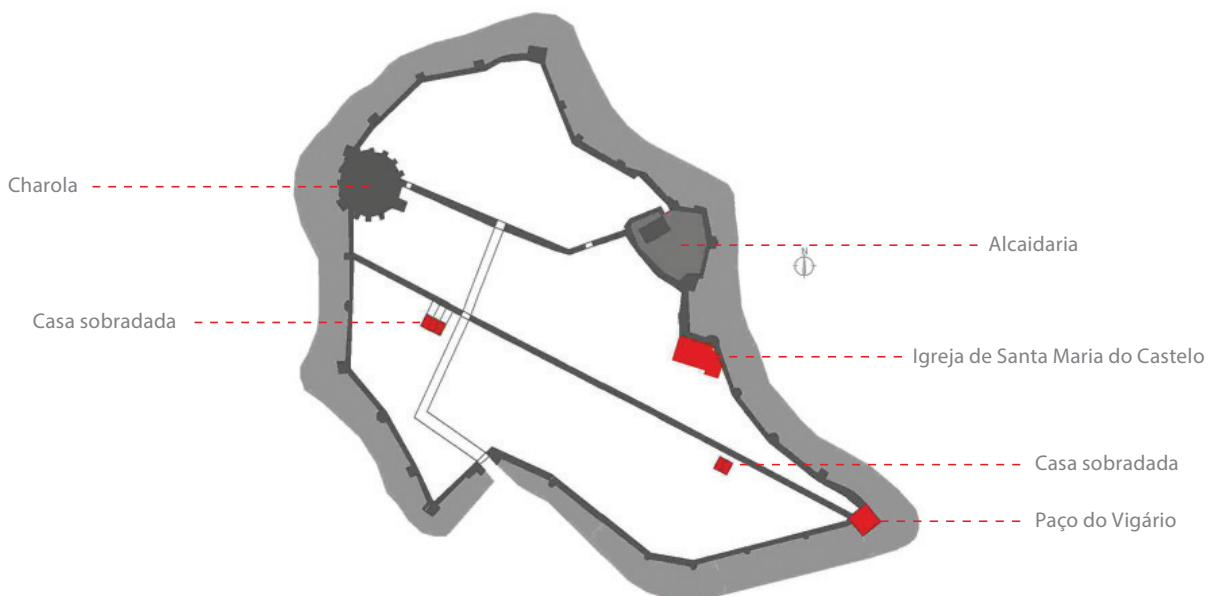


Fig. 32 Localização e identificação dos edifícios conhecidos.

Mas, se a identificação do principal eixo da vila e a localização de determinados edifícios se reveste de carácter essencial para a caracterização da Cerca da vila, a definição do tecido urbano e, consequentemente, o traçado dos seus arruamentos, revela-se fundamental para um claro entendimento da estrutura urbana da Cerca da vila.

²²⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens. L.299, fol.605.

²²⁹ ANTT, OC/CT, L 41, doc. s/n.

²³⁰ ANTT, OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT - OCCT, L 53, fol. 33 e 34.

²³¹ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.53.

²³² ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.52.

Não se sabe ao certo quantas ruas terão existido, mas nas descrições que acompanham alguns dos citados edifícios é feita menção a, pelo menos, duas ruas públicas. Refira-se que, *“As ruas, entendidas durante os séculos XII, XIII e XIV como simples percursos públicos, sem distinções tipológicas radicadas numa estrutura espacial, adquirem progressivamente uma nomenclatura a partir da sua função e importância hierárquica, na estrutura da cidade”*²³³. Também não são conhecidos os nomes das ruas da Cerca, nem se alguma vez o tiveram, uma vez que na documentação consultada pertencente ao século XVI, apenas se encontram referências à Rua de Nuno Amado²³⁴. Todas as outras descrições utilizam o termo “rua pública”.

A Rua de Nuno Amado localizava-se nas imediações do Paço do Vigário, junto de umas propriedades do dito frei. Existia uma rua pública junto da segunda cintura de muralhas, que fazia a ligação entre a porta de acesso à praça de armas e a entrada para o Paço do Vigário²³⁵. Uma outra rua pública é identificada perpendicularmente à rua que ligava a porta de Almedina à praça de armas mas, virada a poente²³⁶. Ainda uma outra rua é identificada no extremo nascente da Cerca, junto da propriedade do Paço do Vigário²³⁷, podendo esta ser a Rua de Nuno Amado. Na documentação aparece, ainda, a referência a uma azinhaga²³⁸; contudo, não existem referências sobre a sua localização.

As ruas identificadas estabelecem eixos perpendiculares com o eixo principal, já identificado, que constituía a ligação entre a porta de Almedina e a praça de armas. Numa primeira análise, esta leitura remete-nos para uma mancha rectangular, definida por Luísa Trindade para os exemplos de Monção e Viana do Alentejo como *“duas séries de quarteirões com o lado maior paralelo entre si, formando duas manchas compactas. O eixo principal corre perpendicularmente aos quarteirões separando duas manchas”*²³⁹. Até ao presente, os estudos efectuados à vila alcandorada dirigem as suas conclusões para um desenho urbano muito próximo daquele que aqui é mencionado²⁴⁰.

A teoria apresentada baseia-se na profunda convicção de que os princípios que estiveram na génese do traçado da vila de cima e de baixo de Tomar formaram-se com base em preocupações defensivo-militares, assentes em traçados regulares onde o planeamento objectivava a ortogonalidade. Assim, se aparentemente os testemunhos existentes conduzem o raciocínio para uma mancha de implantação rectangular, outros instrumentos de análise poderão sugerir outras leituras. A confirmar-se esta implantação, os lotes formados estabeleceriam parcelas paralelas ao eixo principal com uma orientação solar norte-sul; esta implantação dificultaria as manobras de vigilância do interior da vila, uma vez que os lotes paralelos aos principais panos de muralha constituiriam uma

²³³ CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna*. (1495-1521), 1999, p. 42.

²³⁴ *“Uma casa vem para rua de Nuno Amado e parte com casas de Pero Lopes e com pardieiro do dito Nuno Amado e com rua publica”*. ANTT, OC/CT, mc. 52, doc. s/n.

²³⁵ ANTT - OC/CT, L.35, fol. 33 e 34.

²³⁶ ANTT - OC/CT, L.35, fol. 33 e 34.

²³⁷ ANTT - OC/CT, L.35, fol. 34.

²³⁸ *9 de Fevereiro de 1448, Leonor Fernandes, viúva de Gonçalo Afonso, escrivão do Almojarifado, doou umas casas que tem na Cerca da Vila, que partem com Azinhaga e Rua Pública”* Anais do Município, (1137-1453), 1972, p.463. “

²³⁹ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 171.

²⁴⁰ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p.65; e DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos*, 1999, p.70 e 71.

barreira visual permanente, inviabilizando a visualização total dos arruamentos; Por último, a definição dos referidos arruamentos em planos paralelos à muralha dificultaria o escoamento e condução das águas pluviais e dos despejos domésticos.

Como refere Luísa Trindade sobre o desenho da estrutura urbana, *“Parece ter sido prática comum o aproveitamento de um eixo primário orientado no sentido norte-sul, pela forma como proporcionava aos topos dos lotes uma exposição a nascente e poente. Significa isso que as duas únicas fachadas livres, correspondentes às frentes e costas, aproveitavam a melhor largura de exposição solar, facto mais significativo face à escassa largura da fachada e ao desenvolvimento em profundidade do lote”*²⁴¹.

Desta forma, pode considerar-se que a estruturação urbana da vila intramuros se desenvolveu a partir do seu principal eixo, isto é, a ligação entre a porta de Almedina – porta dos arcos. Paralelas a este eixo e perpendiculares à muralha sul surgiram as ruas, hierarquicamente inferiores, segundo uma orientação norte/sul. Esta disposição permitia não só que as habitações se implantassem de acordo com a melhor exposição solar (nascente/poente), como favorecia a vigilância do interior da vila, a partir das suas muralhas interior ou exterior uma vez que se desenvolviam perpendiculares a estas. Facilitava, também, o escoamento das águas pluviais e domésticas, utilizando a pendente natural do terreno.

É de salientar que apenas existem notícias de que os edifícios existentes a poente desse mesmo eixo pertenciam, certamente, a uma época posterior à fundação, uma vez que a sua localização, encostada ao pano de muralha interior, não respeita os princípios que enformaram a definição original da vila (fig. 33).

A primitiva mancha de ocupação da vila devia, assim, ter sido confinada à área nascente do seu eixo principal. Entre a muralha e o espaço construído existiam, certamente, espaços vazios que se autonomizavam principalmente por razões de defesa, com a definição de caminhos de ronda ao redor de toda a muralha, mas também por sanitárias e de reunião. Como em tantos outros casos, *“A muralha envolvente não acompanhava o perímetro dos quarteirões, como acontecia nas cidades romanas. Pelo contrário, tal como se observa em cidades gregas, a muralha tinha muitas vezes um perímetro mais amplo e irregular, dentro da qual se inscrevia um conjunto de quarteirões ortogonais”*²⁴².

²⁴¹ TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 178.

²⁴² TEIXEIRA, VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII Portugal –Brasil*, 1999, p. 26 e 27.



Fig. 33 Localização da Cerca da vila.

A definição urbana da Cerca da vila foi, assim, estabelecida pelos Templários, potenciando uma maior eficácia defensiva, uma melhor exposição solar, uma maior protecção aos ventos dominantes, e uma maior eficácia na escurência das águas.

Garantida a paz nesta região da Península, o castelo abandonou a sua função de estrutura defensiva, transformando-se de acordo com as necessidades funcionais de quem o habitava. Como qualquer núcleo populacional delimitado por muralhas, ou outra barreira física, o espaço disponível para o normal crescimento populacional era diminuto e os espaços vazios, tradicionais em qualquer aglomerado urbano, foram sendo gradualmente ocupados por novas construções. O tempo que mediou entre a extinção da Ordem do Templo e a transferência da sede da Ordem de Cristo para Tomar terá proporcionado, igualmente, uma ocupação mais «aleatória» do espaço vazio. A vila de cima transformava-se, assim, num espaço exíguo e pouco apetecível para os seus habitantes. A confirmar esta tendência observam-se sucessivas cartas de doação²⁴³ à Ordem por parte dos proprietários intramuros que optavam por transferir as suas habitações para a vila de baixo. Como refere Sílvio Conde, *“Há notícia de transacções de casas na vila, desde meados da década de 60 do século XII, não só relativas a venda como, também a doações”*²⁴⁴.

Com a extinção da Ordem dos Templários e a criação da Ordem de Cristo, com a deslocação da sua sede para Castro Marim, Tomar terá sofrido um vazio “governativo” até 1357, ano em que a sede da nova Ordem é transferida para Tomar.

²⁴³ AMT, 1137-1453, 1966, p. 126.

²⁴⁴ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 287.

Ainda na primeira metade do séc. XV, e na tentativa de introduzir um novo alento e disciplina ao burgo intramuros, o Infante D. Henrique promoveu algumas intervenções urbanas, para além da construção, no recinto norte, do Convento e dos seus paços. Pertencendo à primitiva estrutura fortificada, a porta da Almedina era de difícil acesso e ineficaz para o transporte de mercadorias. Para pôr cobro a este problema, o Infante mandou rasgar na muralha nascente a denominada porta do Sol. Esta, de amplas dimensões e em arco quebrado, foi aberta junto da alcáçova, no extremo da calçada de Santiago que ligava o Convento à praça de São João na vila de baixo. A introdução deste acesso na vila intramuros originou a reorganização e hierarquização dos espaços, nomeadamente na praça de armas, que foi transformada em recebimento, e que, tal como o seu nome indica, era o local de recepção/celebração e distribuição dos diversos espaços intramuros²⁴⁵. Ao antigo eixo regulador, gerado pela principal porta de entrada no Castelo – a porta de Almedina, foi acrescentado um outro gerado pela porta do sol. Mas se a porta de Almedina continuou a ser a principal entrada na vila de cima, a porta do Sol concretizava, a partir de então, o principal eixo de acesso à praça de Armas.

O Infante promoveu, igualmente, a ampliação da igreja paroquial de Santa Maria do Castelo, destinada à população da vila de cima, do arrabalde de São Martinho e de todos os pequenos núcleos habitacionais que, entretanto, se tinham desenvolvido na encosta e sob a protecção das muralhas (fig. 34).

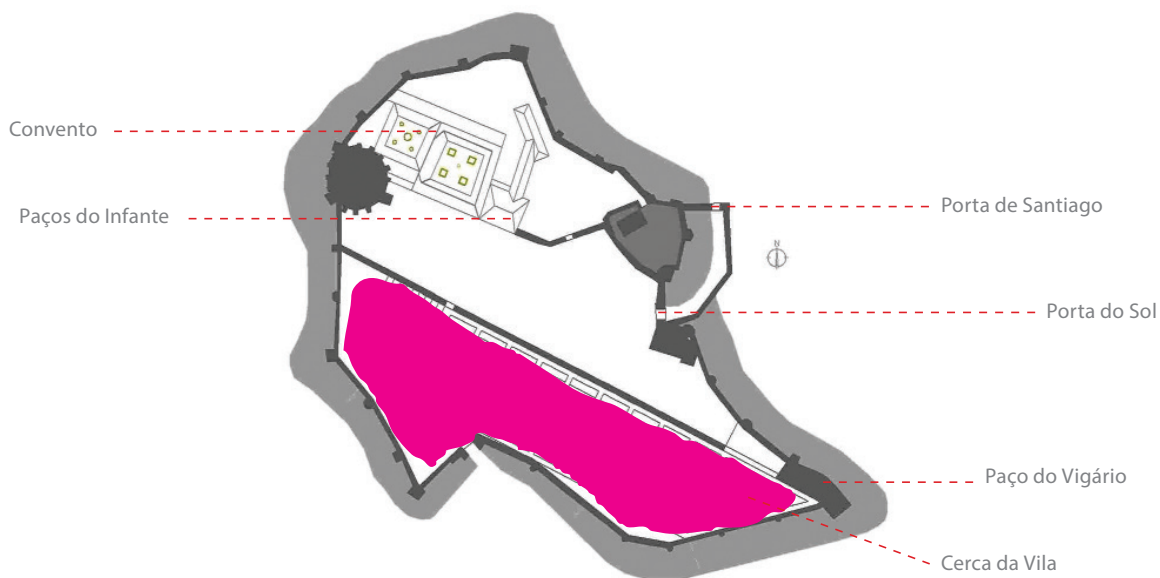


Fig. 34 A Cerca da Vila no tempo do Infante D. Henrique.

²⁴⁵ AMT, 1454-1580,1966, p. 76.

A formação de arrabaldes, no exterior da vila murada, deverá ter acontecido quase em simultâneo com a fundação da vila. Destaca-se o Arrabalde de São Martinho, colado ao cabeço da Charola, encostado ao pano ocidental da muralha e o arrabalde do Pé da Costa, localizado na base da encosta nascente, entre o caminho de Riba Fria e a Calçada de Santiago. Poucas informações existem acerca destes arrabaldes, no entanto, sobressai a existência do Hospital de São Martinho (localizado no Arrabalde de São Martinho, destruído no século XVI pela ampliação do convento pela mão de João de Castilho), extinto na época da Regedoria do Infante D. Henrique. A existência desta unidade é indicadora de um considerável número de habitantes, uma vez que, dada a proximidade dos outros hospitais existentes na vila²⁴⁶, de outra forma não se justificaria a sua existência.

Todos os esforços foram feitos pelos mestres e regedores das ordens do Templo e de Cristo para regular e obrigar os freires a residirem no convento ou, principalmente, a mantê-los reservados do contacto com os leigos porque, tal como refere Adelaide Pereira Millan da Costa e Iria Gonçalves, *“Se, no entender dos leigos, a vizinhança com os eclesiásticos era aborrecida, para a hierarquia da Igreja a proximidade dos leigos correspondia a uma séria ameaça para os religiosos, como várias Constituições Sinodais assinalam e tentam contrariar regulamentando esse convívio. Foi também mercê de directrizes claras e não apenas pelo costume que alguns bairros eclesiásticos se constituíram, como é exemplo o que ocupava todo o perímetro da muralha de Tomar”*²⁴⁷.

Neste contexto, e entre os muitos actos governativos tomados por D. Manuel, *“assinale-se, sobretudo, a decisão capitular de 1492, compelindo os freires a residirem na Cerca, adquirindo-se para esse efeito as casas dos moradores leigos”*²⁴⁸.

Efectivamente, em 1499²⁴⁹ D. Manuel procede à expropriação dos moradores da Cerca, com o objectivo prioritário de pôr termo ao contacto com a população intramuros. Cumprindo as orientações emanadas pelos Sínodos, o Rei Regedor retirou a população laica da primitiva vila de Tomar transformando-a numa vila exclusivamente clerical. Em suma, a preparação da reforma espiritual que culminaria em 1529.

Durante muito tempo, a historiografia defendeu e difundiu a ideia de que o fim da Cerca da vila tinha sido motivado pela necessidade de criação de uma cerca conventual²⁵⁰, e que todo o edificado intramuros havia sido destruído. Contrariando essa ideia, Pedro Alvares refere *“(…) mandou q da dita cerca se saíssem todos os moradores leigos e deu e apropriou todas as ditas casas e cerca a dom prior e freires (…)*²⁵¹.

²⁴⁶ ROSA, *História de Tomar*, 1998, p.87.

²⁴⁷ COSTA, Adelaide Pereira Millan da e GONÇALVES, Iria, *O espaço urbano e o espaço rural*, in “História da Vida Privada em Portugal” Dir. José Mattoso, Col.Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa 2011, p. 24.

²⁴⁸ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 60.

²⁴⁹ *“ytem as casas dos moradores da çerqua da vila que ham dir vivr fora lhe mandares pagar a qlo em que forem avaliadas as quaes vos mandares avaliar por oñiaes que nisso bem êtendá jueamêtidos ou lh mádares fazer outrás em sam Martinho que sejam daquela mesma valia e o dito recebedor pagara todo por vossa ordenança e per o asento do dito seu escrivam lhe sera levado em despesa como dito he.”* ANTT, OC/CT, L 232, fol. XXXIX/v.

²⁵⁰ BARBOSA, Álvaro José, *Os sete montes de Tomar, recuperação da cerca do Convento de Cristo*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2003. p. 17, entre outros.

²⁵¹ ANTT, OC/CT, L 232, fol. XXXIX.

Sendo permitido a estes clérigos dispor de bens próprios, enquanto regedor, D. Manuel concede-lhes, ainda, o privilégio de possuir casa própria e respectivos serviçais. Assim se justifica o aparecimento de uma escritura de doação, datada de 1519, em que um freire clérigo doa ao convento as suas casas na Cerca, uma onde ele próprio residia e outra onde residia a sua criada, para *“que depois do seu falecimento o dito convento aja posse delas para nelas possam pousar dois freires servidores do dito convento, cada um em sua morada repartidas como ao dito Dom Prior bem parecer”*²⁵². Esta doação atesta, igualmente, a intenção de conservar o casario da cerca para a residência de freires do convento. Um outro testemunho remonta a 1523 e é referente a um testamento. O documento refere ser feito *“em esta villa de Tomar em a cerqua da dita villa em as casas da morada de dom Diogo da Gama dom prior do convento de Christo (...)”*²⁵³.

Enquanto Regedor da Ordem de Cristo, D. Manuel funda, desta forma, uma vila de características muito particulares aparentemente sem que se encontrem paralelos no território nacional. Existe, contudo, uma cidade que inicia um fenómeno análogo a Tomar em meados do século XIV e que, no final do século XV, estava em plena transformação. Esta cidade não era desconhecida nem indiferente a D. Manuel, muito pelo contrário, terá sido ela a inspirar o Rei Regedor à transformação da Sede da Ordem de Cristo - a cidade do Vaticano (fig. 35).

Com efeito, D. Manuel plasmou em Tomar o que os Papas Sisto IV (1471-1484) e mais tarde, Júlio II (1503-1513) implementaram na sede papal. Durante este período, a cidade do Vaticano viu as suas muralhas medievais serem reabilitadas e a cidadela ser radicalmente reestruturada. A corte pontifícia foi então instalada, na sua totalidade, no interior das muralhas do Vaticano. Recorde-se, que até esse data, os papas residiam no Palácio de Latrão²⁵⁴.

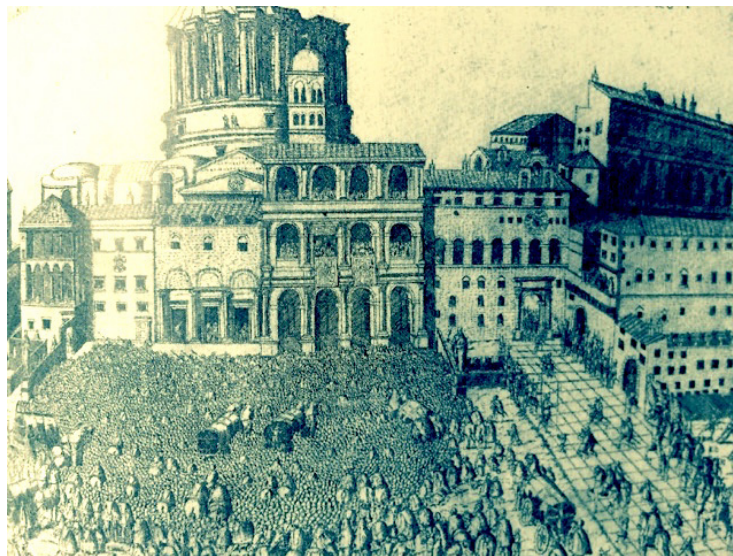


Fig. 35 Praça de São Pedro antes das grandes transformações do séc. XVI. Desenho de Ambrogio Brambilla, in *Speculum Romanae Magnificentiae*, s.l., Lafreri and Duchetii, 1588.

²⁵² ANTT – OC/CT, L35, fol. LX, LX/v.

²⁵³ ALVES, Ivone Correia, CUSTÓDIO, Jorge e MARQUES, Margarida, D. Diogo da Gama, subsídios para uma Biografia, colc. Gamas e Condes da Vidigueira. p. 52.

²⁵⁴ GALLICO, Sonia, Vaticano, Edizioni Musei Vaticani, Roma, 2006, p. 7.

Como refere Isabel Morgado e Silva, “Desde o momento em que esta ordem militar passou a ser governada pelo monarca, a documentação pontifícia revela a existência de um espírito de colaboração muito mais acentuado do que em épocas anteriores (...)”²⁵⁵. Efectivamente, a afinidade de pensamento entre D. Manuel e o papado reflectiu-se em diversas vertentes, não só na defesa da cristandade da ameaça turca, como na concessão, por parte da Santa Sé, de benesses de carácter económico como forma de reconhecimento do empenhamento do rei na guerra contra os infiéis, entre outros testemunhos.

Assim, na tentativa de replicar a cidade pontifícia, o antigo castelo templário transforma-se num reduto clerical privativo e exclusivo da Ordem de Cristo, onde os edifícios de carácter “institucional” são instalados na estrutura conventual pré existente, reabilitada e ampliada para o efeito, e o edificado “civil” da vila transformado nas residências privadas dos clérigos, incluindo-se nestes o Paço do Prior do Convento e o Paço do Vigário.

Coerente com os princípios de estruturação urbana defendidos pelo rei, com base em eixos perspéticos e alinhamentos regulados, foi assim definido um eixo com início na porta do Sol e fim na porta nascente da Charola. Este, foi tratado como uma verdadeira entrada de aparato, como um cenário propício à realização de cerimónias exteriores.

A poente, enquadrando o terreiro da igreja que agora se expandia até à nova casa do capítulo, foram construídos dois lanços de escadarias²⁵⁶ que ocupavam toda a extensão do recinto entre muralhas e introduzido um patamar intermédio suficientemente amplo para a colocação de um estrado para cerimónias²⁵⁷.

A nascente, a igreja de Santa Maria do Castelo não só foi mantida, como D. Manuel lhe fez continuamente diversas ofertas²⁵⁸ e proveu a sua reedificação²⁵⁹. A antiga praça da vila era agora transformada na grande praça de recebimento da Sede da Ordem, tal como no Vaticano se equacionava a Praça de São Pedro.

Complementando a reformulação do recebimento do Convento e reforçando o eixo porta do Sol/porta nascente da igreja, foi construída uma varanda sobre este eixo de aparato. A existência de uma varanda neste local destinava-se, muito provavelmente, à realização de cerimónias no exterior a serem presididas pelo Regedor ou pelo D. Prior (fig. 36 e 37).

²⁵⁵ SILVA, A Ordem de Cristo (1417-1521), 2002, p.114

²⁵⁶ Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, vol. I, 1959, p. 185.

²⁵⁷ No juramento de D. Filipe I em Tomar o recebimento foi descrito da seguinte forma: «(...) reuniram-se as Cortes entre o Terreiro e o Pátio da Charola, no qual se levantou um estrado engalanado em roda, e todo forrado de finíssimas tapeçarias; debaixo dum dossel estava colocada a cadeira de brocado destinada ao Rei. Em roda, o adro da Igreja estava todo paramentado com pano de oiro e seda, representando as cenas principais da expedição a Tunes. Defronte do dossel estavam sentados em 36 bancos com 3 coxias, os procuradores das cidades e vilas; à direita, um pouco mais acima, o alto clero; à esquerda, os Grandes do Reino e, abaixo deles, junto à gradaria, os conselheiros, vassallos não titulares, alcaides-mores e fidalgos da Casa Real. Nos degraus da escadaria da Charola apinhavam-se os freires e os capelães do Rei. Na parede fronteira, que ligava o Castelo com o Convento, havia mais 5 amplas janelas: as do claustro da Lavagem. Nelas estavam em cadeiras, o Jovem príncipe Alberto (...)» AMT, 1581-1700, 1968, p. 12.

²⁵⁸ AMT, 1454-1580, 1972, p. 66.

²⁵⁹ DIAS, Pedro, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, Aspectos Artísticos, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979, fls XLVIII.



Varanda sobre o recebimento

Fig. 36 Iluminura de 1503 com a representação da Praça do Recebimento.

A regulamentação e especialização do espaço perseguido pela política manuelina transformaram e recriaram a fortificação templária na esplendorosa sede da Ordem de Cristo.

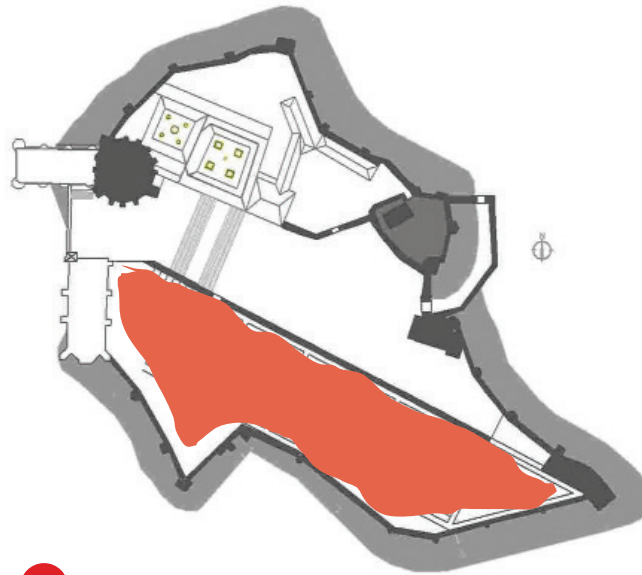


Fig. 37 A Vila Clerical de Tomar.

Esta vila clerical foi efémera. Sem ter completado um quarto de século, a sua existência foi terminada com a reforma de Frei António de Lisboa e a construção do convento novo. Depois, o seu abandono terá sido gradual sendo certo que, quando D. João V visita o Convento em 1714, a memória da Cerca da vila já não existia e este espaço não era mais do que um simples laranjal.

A partir de 1499, com a expropriação dos moradores leigos, e até à desamortização dos bens das ordens religiosas, a titularidade das propriedades que constituíam a Cerca da Vila não voltou mais para o domínio de leigos. Ela transitou directamente dos bens próprios dos clérigos para a propriedade do convento.

A igreja de Santa Maria do Castelo

Desaparecida no final do século XIX²⁶⁰, a igreja paroquial de Santa Maria do Castelo localizava-se no interior do recinto amuralhado, a sul da porta do Sol e encostada ao pano de muralha nascente (fig. 38 e 39). Como observou Pedro Dias²⁶¹, esta igreja deveria ser uma das mais antigas igrejas de Tomar sendo a paroquial dos moradores da Cerca, do arrabalde de São Martinho (que se localizava nos terrenos onde foi construído o Convento a partir da sua extensão quinhentista), do Vale do Carvalho, de São Miguel dos Porraes, de São Miguel dos Carregueiros e de São Silvestre²⁶²

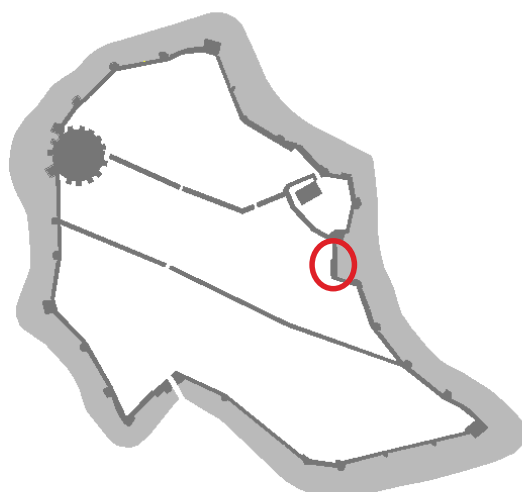


Fig. 38 Localização da Igreja de Santa Maria do Castelo.



Fig. 39 Localização da Igreja de Santa Maria do Castelo.

²⁶⁰ ROSA, *História de Tomar*, 1988, p.111.

²⁶¹ DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, fol. XLVIII.

²⁶² ANTT/OCCT, LIVRO 11 – m.f. 233, fol.361.

Foi construída em 1188, num período intercalar entre a construção do Castelo (1160) e a construção da Charola (1190). No ano da sua fundação foi feito o compromisso da Irmandade de Santa Maria do Castelo de manter a sua actividade até esta perder a sua condição de paroquial²⁶³.

Em 1897 a igreja encontrava-se em estado de ruína, tendo acabado por ser destruída antes do final do século. O desaparecimento total deste edifício, a inexistência de registos fotográficos do imóvel e a existência de elementos arquitectónicos no local (muros e a porta de arco quebrado) têm originado diversos apontamentos desenhados com propostas distintas para a sua implantação²⁶⁴. Mas uma análise mais demorada aos elementos construídos em questão revela que estes não são mais que um somatório de componentes dispersas, remontadas e reunidas naquele espaço (fig. 40 e 41).



Fig. 40 e Fig. 41 Elementos dispersos remontados no local.

Existe, contudo, um levantamento desenhado do 3º piso do convento, executado no final do século XIX, que inclui a implantação desta igreja, refutando as referidas propostas e confirmando a manipulação dos vestígios existentes no local (fig. 42).

²⁶³ AMT 1137-1453, 1972, p. 54.

²⁶⁴ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 93; BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas* 2013, p.127; DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 1999, planta 3.

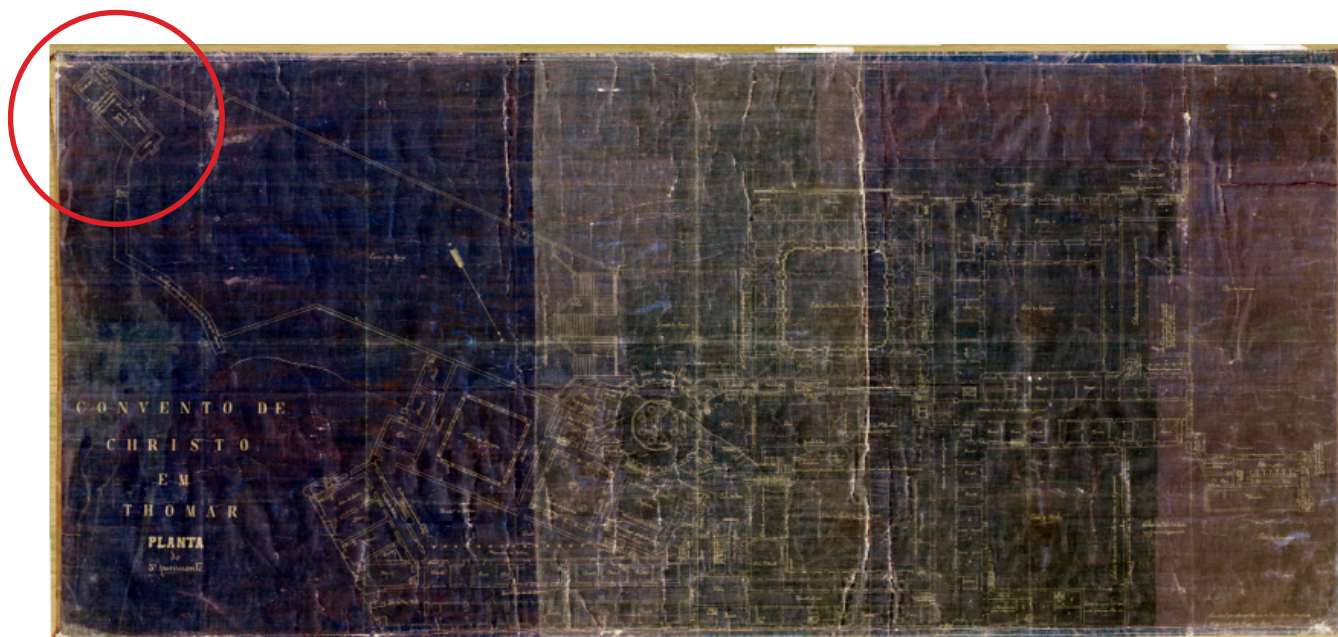


Fig. 43 Planta com a indicação da igreja de Santa Maria do Castelo. (Planta de 1890, Centro de Documentação do Convento de Cristo, nº de inv. 03-PL-03).

Tal como a igreja de Santa Maria do Castelo, as igrejas paroquiais construídas pelos Templários no interior dos seus castelos eram templos de pequena dimensão que se destinavam a servir comunidades reduzidas²⁶⁵. Eram edifícios muito simples, de uma só nave, construídos em alvenaria de pedra, com cobertura de duas águas²⁶⁶.

O templo de Tomar é descrito na Visitação de 1510 da seguinte forma: "(..) a oussia como o corpo da igreja tem as paredes de pedra e cal cafeladas de dentro e de fora e ameadas todas arredor, toda olivellada de castanho sobre as asnas e o olivel pintado, e tem na oussia hum boom altar de pedra sobre mociço e nelle huã imagem de Nossa Senhora de pedra grande e fermosa e tem dous degraaos que chegam de parede a parede.

Na dicta oussia tem huã samchrestia com seu almario cuberta de telha vã e tem boõas portas novas, sem ferrolho nem fechadura, e na dita igreja tem dous altares hum de Santa Catarina e outro de Sam Luiz e nelles duas imagens de pedra grandes e fermosas. Tem a hum canto huã grande pia de baptizar, e sobre o portal principal tem hum campanairo com huãampaam pequena e diante do dito portal tem hum alpendre sobre quatro colunas de pedra çarrado arredor de seu peitoril, forrado de olivel pintado. Esta igreja he toda bem ladrilhada e asi a oussia e se ladrilhou polla alma de Joam Draba que nella jaz enterrado"²⁶⁷.

A descrição feita pelos Visitadores confirma o desenho planimétrico, do final do século XIX (fig. 43).

²⁶⁵SANS, Joan Fuguet, ARQUÉ, Carme Plaza, *Notas sobre Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple de la Corona de Aragón Y su relación con Oriente*, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, GEOS/Câmara Municipal de Palmela, 2012, p. 891.

²⁶⁶SANS, *Notas sobre Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple de la Corona de Aragón Y su relación con Oriente*, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, 2012, p. 892.

²⁶⁷DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, p. 100.

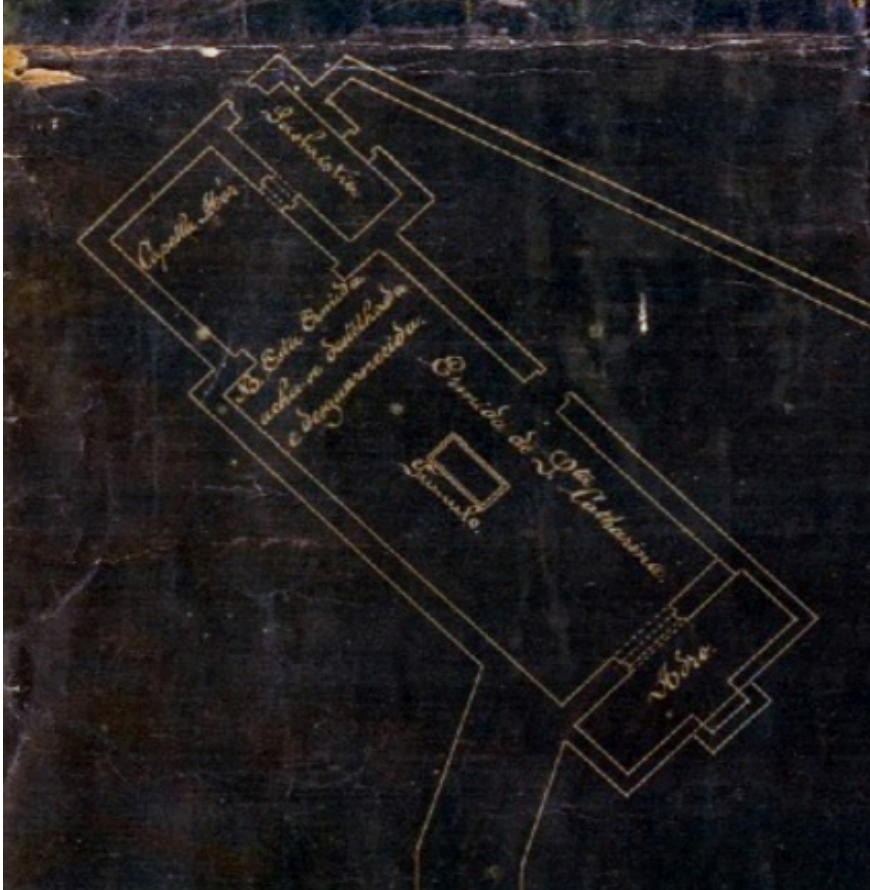


Fig. 43 Pormenor da planta da igreja de Santa Maria do Castelo no início do século XX.

Esta informação permite descrever a igreja de Santa Maria do Castelo como uma igreja de pequenas dimensões, de nave única e planta rectangular. Tinha capela-mor e sacristia também com planimetria rectangular e as paredes de todo o edifício eram em alvenaria de pedra revestida a cal, com coroamento superior ameado. Este remate superior, executado em época posterior à sua fundação, deverá ter sido construído durante o reinado de D. Manuel I, uma vez que esta solução construtiva foi repetidamente utilizada pelo monarca sendo um exemplo desta situação a igreja de Nossa Senhora da Assunção de Mértola (Matriz). A cobertura era em duas águas, com estrutura de madeira, revestida exteriormente a telha cerâmica e, no interior, a madeira pintada. Não há registo da existência de grandes pormenores ornamentais, exceptuando-se as pinturas no tecto de madeira, as imagens existentes nos altares, a pia baptismal (de grandes dimensões, segundo a Visitação) e o túmulo de frei D. Gonçalo de Sousa²⁶⁸ que, de acordo com a planta, foi colocado no centro da nave (fig. 44 e 45).

²⁶⁸ O túmulo de D. Gonçalo de Sousa foi levado para o Museu do Carmo em Lisboa, no final do sec. XIX. <http://imago.fcsh.unl.pt/?loc=5&tipo=1&id=100&tema=escultura&parent=98> – 9.18h, 2/8/2013.



Fig. 44 Túmulo de Frei D. Gonçalo de Sousa, Actualmente no Museu do Carmo em Lisboa.

O edifício era antecedido por um patamar de recepção coberto por um alpendre forrado a madeira pintada. Este alpendre era delimitado por um murete de pedra que forçava a um percurso axial de acesso à igreja. Esta descrição transmite-nos a ideia de um alpendre um pouco mais complexo que os existentes na vila de baixo de Tomar e que mencionamos no sub-capítulo anterior, como a igreja de São Lourenço e São Gregório por exemplo, uma vez que o alpendre era murado.



Fig. 45 Túmulo de Frei D. Gonçalo de Sousa.

O edifício adossava-se à muralha ocupando a área existente desde o alinhamento com a Porta do Sol até à torre sineira. Não há registos que comprovem se esta torre pertencia a Santa Maria do Castelo mas é provável que se tratasse de uma estrutura direccionada aos núcleos populacionais extra muros, para assinalar a realização de cerimónias litúrgicas enquanto a torre sineira, sobre o portal, se destinava à população do interior da muralha (fig. 46).



Fig. 46 Torre sineira de Santa Maria do Castelo (três fases distintas dos trabalhos de recuperação do início do século XX). Postais antigos do arquivo do Turismo de Tomar.

As igrejas paroquiais construídas pelos Templários no interior dos seus castelos eram templos de pequena dimensão que se destinavam a servir comunidades reduzidas. Traduziam-se em edifícios muito simples de uma só nave, construídos em alvenaria de pedra e com cobertura de madeira revestida a telha em duas águas²⁶⁹.

Em tentativa de estabelecer paralelos entre a igreja paroquial intra-muros de Tomar e de outros povoados amuralhados, fundados pela Ordem do Templo, identifica-se a Igreja de Santa Maria do Castelo do Castelo de Castelo Mendo²⁷⁰ como um dos exemplos mais genuínos dessas igrejas.

Tal como em Tomar, a Igreja de Santa Maria do Castelo de Castelo Mendo foi implantada numa das cotas mais elevadas do recinto interior das muralhas. Desenvolve-se, assim como em Tomar, segundo um eixo longitudinal que segue a orientação canónica de Nascente/Poente, composto por nave e capela-mor e o corpo da sacristia encostado à capela-mor. Construída em alvenaria de pedra aparelhada, terá tido uma cobertura (actualmente ruída) em duas águas com estruturas de madeira, coberta exteriormente com telha e no interior com madeira (como exemplifica a capela lateral que ainda mantém o telhado). Um campanário de dupla abertura sineira encima a fachada principal da igreja, ao eixo, sobre o portal de entrada (em Tomar a sineira tinha apenas um sino). Na fachada, e sobre o portal de entrada, encontram-se vestígios da existência de um alpendre. Este alpendre deveria ter as mesmas dimensões do patamar de acesso à igreja ainda hoje existente, e que é antecedido por dois lanços de escadas. Assim, e ao contrário do que acontecia em Tomar onde o alpendre acompanhava toda a fachada, o alpendre da igreja de Castelo só protegeria o portal, não acompanhando toda a fachada (fig. 47).



Fig. 47 Igreja de Santa Maria do Castelo do Castelo de Castelo Mendo.

²⁶⁹ SANS, *Notas sobre Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple de la Corona de Aragón Y su relación con Oriente*, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, 2012, p. 891 e 892.

²⁷⁰ CAPÊLO, José Manuel, *Portugal Templário Relação e sucessão dos seus Mestres (1124-1314)*, colc. Manuscritos do Temp(l)o, Lisboa Aríon Publicações, 2003, p. 148.

As semelhanças formais entre a descrição e planta existente da igreja de Santa Maria do Castelo de Tomar e a igreja de Santa Maria do Castelo de Castelo Mendo são evidentes, excepcionando-se o facto de a igreja de Tomar estar encostada ao pano de muralha, situação que em Castelo Mendo não acontece e as dimensões da igreja de Castelo Mendo são superiores às de Tomar (fig. 48 e 49).



Fig. 48 Planta de S.ta Maria do Castelo de Tomar.

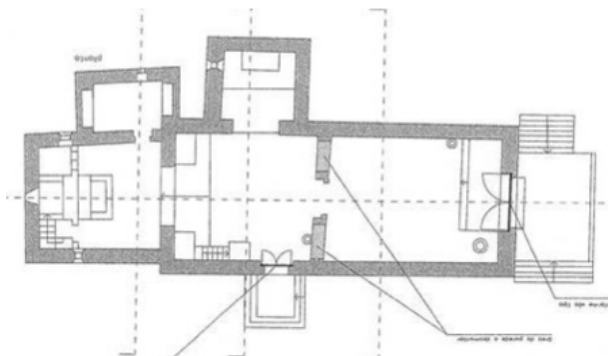


Fig. 49 Planta de S.ta Maria do Castelo de Castelo Mendo. IHRU.

A simplicidade destes templos era notória não só a nível das formas, mas também ao nível do tratamento interior dos espaços. O inventário do espólio da igreja de Tomar, feito na Visitação de 1510, refere um número bastante reduzido de peças, vestimentas e livros²⁷¹.

A par das imagens de vulto que estavam sobre os altares, como Nossa Senhora, Santa Catarina e São Luis, a exuberância formal da arca tumular de Frei D. Gonçalo de Sousa (localizada no centro da nave da igreja) simbolizava o elemento de excepção no ambiente despojado do templo. *"Tratava-se de um sarcófago exento. Uma arca paralelipipédica, decorada nos quatro faciais, com jacente sobre a tampa. Decoração da arca: brasão do tumulado, repetido nas quatro faces, num total de oito (três em cada facial maior; um em cada topo), sobre fundo liso. Jacente de Frei Dom Gonçalo de Sousa († 1469), comendador-mor da ordem de Cristo. O jacente, deitado de costas, veste o hábito da respectiva ordem, cingido por um cinto do qual pende uma bolsa; a cabeça, de cabelo curto, descansa sobre duas almofadas com debrum a toda a volta e borlas com franjas nos cantos; os braços, assentes sobre o peito, seguram um livro fechado; os pés apoiam-se num cão deitado sobre as quatro patas. Dois anjos ladeiam o jacente ao nível dos ombros: deitados lateralmente sobre as pernas esquerda e direita, respectivamente, descansam uma das mãos sobre a almofada e a outra sobre a cruz de Cristo inscrita no peito do hábito do inumado"*²⁷², com Inscrições em caracteres góticos a toda a volta da tampa ²⁷³.

Sendo Santa Maria do Castelo uma igreja paroquial é de salientar a invulgaridade da localização da arca tumular de D. Gonçalo de Sousa, no centro da nave da igreja e em frente à capela-mor, demonstra a importância deste comendador-mor que, de acordo com a inscrição no túmulo, para além de ter sido comendador mor da Ordem de Cristo, pertenceu ao Conselho do rei D. Afonso V, Vedor da fazenda do Infante D. Henrique, entre outros atributos como o de ser muito católico e manter uma conduta irrepreensível. Tal como D. Afonso IV, ou mesmo D. Dinis, G. Gonçalo procedeu à reformulação do templo e fez-se sepultar no seu interior ²⁷⁴.

²⁷¹ "Promeiramente hum calez de prata velho, dourado per partes e tem hum leteiro no pee que diz "Afonss' Eaans Marinho deu este calez" e na patena que he quebrada outro leteiro que diz, "Alvaro Anez e Constança Loureiros" e pesou. Huua cruz branca de prata posta sobre paa com seu crucifixo edous esmaltes no pee a qual deu Joam Draba e pesou. Huua vestimenta nova de chamalote negro com cruz de chamalote branco e nelle dous escudetes, franjada e toda perfeita que deu o dicto Joam Draba. Outra vestimenta de çendal listrado jaa velha e muito rrota per diante com huua cruz de seavstro broslado de imagens toda perfeita. Outra vestimenta de baldoquim jaa usada e tem huua cruz branca toda franjada e perfeita ainda pera servir. Outra vestimenta de pano de linho preta toda estrelada com sua cruz branca asi strellada e ainda pera servir toda perfeita. Huum frontal de chamalote negro e novo e tem huum leteiro que diz "Joam Draba" com huuns escudetes, e seu forro e guarda, que deu o dito João Draba. Dous frontais huum de linho e outro d'estopa pintados. Huua cortina azul franjada e usada e outra de sarja de collores pintada que deu el rei nosso senhor. Huum manto de linho velho com a cruz da hordem. Outra cortina de sarja velha e dous frontaaes de pano d'estopa de collores, scilicet vermelho e amarelo. Dous panos de coor pretos com cruces brancas da coressma. Quatro veeos e dous espelhos quebrados. Dous castiçaees grandes d'açofar d'altar e huua baçia de latom nova que todo deu el rei nosso senhor. Huuns corporaaes de Ollanda e três de pano de linho. Dous travesseiros velhos e rrotos e huum lenço pequeno e huuas tolhas velhas e rrotas pequenas. Huua ara sagrada, e huum matollote velho em que se guardam os ornamentos.

A. DO / NA : PHILIPA : O QUAL : COMENDADOR : MOOR : FOY : VEEDOR : DA CASA : E FAZENDA : DO : D[i] / TO : I(n)FANTE : E SEU : CHANCELER : E ALFEREZ : MOOR : AS : QuaES : VERTUDES : QUE : Em : ESTE I(n)FANTE : (h)AVIA : ESTE : COMENDADOR : MOOR : AS : MANDOU : AQUY : ESCREVER : E SAO : ESTAS [...] / [...] DEU : NENHUUA : COUSA : AO DEMO : E CANDO [sic] : LHE : FAZIAM : DESPRAZER : TODO : / DAVA : A D(eu)S : NEM : DIZIA : MAL : DE NE(n)HUUN : NEM : COBIJCAVA : A NENHUUN : MAL : NEM : BEBIA : VINHO : NUNCA : JUURO : PER Deus : NEM : PER : SanCto[sto]DAS : QuAREESMAS : E FESTAS : DE IeH(s)U : XPO [Cristo] : E DE : / SanCta : Maria : E APÓSTOLOS : E OUTROS : SanCtos : MUITOS : JEIUAVA : E PER : A MOOR : PARTE : / A PAO : EM [sic] : AGOA : ERA : MUITO : CATOLICO : E COMPRIA : Em TODO : HO OFICIO : DA EGREIA : FOY : MUITO : OBEDIENTE : A SEU : PADRE : E MADRE : E A SEU REY : E A TODO [...] BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafa Medieval, Construindo a Memória*. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, p.375.

²⁷² <http://imago.fcsh.unl.pt/?loc=5&tipo=1&id=100&tema=escultura&parent=98> – 9.18h, 2/8/2013.

²⁷³ "[noan]O DONA (s)C(i)M(en)toDE NOSS(s)O Senhor IHesU Xº [Cristo] DE MIL E CCCº LXIX [ed]JFIC / [ou e man]DOU FAZER ESTA CAPEELA E CASAS COM TODO SEU CERCOITO O HONRADO CAVALheiro DOM FREY GONçALO DE SOUSA COMENDADOR MOOR DA CAVALARIA DA ORDEM D / E NOS(s)O : Senhor. IHesU : XPO [Cristo] : DO CONSELHO : DELREY : DOM : AFONSO : O : V : CRIADO / E FEITURA : DE MENINO : DO MUITO : NOBRE : E EICELENTE : E COMPRIDO : DE MUITAS : VERTUDES : O I(n)FANTE : DOM : HENRIQ(ue) : Que : FOY [: go]VERNADOR : E MINIST[rador...] / [...] DUCQue : DE VISEU : E SENHOR : DE COVILHAAN : O Qual : ACHOU : / [e no]TIFICOU : TODALAS : ILHAS : DA MADEIRA : E DOS : AÇORES : COM TODA : A COSTA : DE GUINEA : ATEE OS : INDIOS : FILHO : DO MUY : NOBRE : REY : DOM : IOHAM : O PriM(ei)RO . E DA R(ainh) A . DO / NA : PHILIPA : O QUAL : COMENDADOR : MOOR : FOY : VEEDOR : DA CASA : E FAZENDA : DO : D[i] / TO : I(n)FANTE : E SEU : CHANCELER : E ALFEREZ : MOOR : AS : QuaES : VERTUDES : QUE : Em : ESTE I(n)FANTE : (h)AVIA : ESTE : COMENDADOR : MOOR : AS : MANDOU : AQUY : ESCREVER : E SAO : ESTAS [...] / [...] DEU : NENHUUA : COUSA : AO DEMO : E CANDO [sic] : LHE : FAZIAM : DESPRAZER : TODO : / DAVA : A D(eu)S : NEM : DIZIA : MAL : DE NE(n)HUUN : NEM : COBIJCAVA : A NENHUUN : MAL : NEM : BEBIA : VINHO : NUNCA : JUURO : PER Deus : NEM : PER : SanCto[sto]DAS : QuAREESMAS : E FESTAS : DE IeH(s)U : XPO [Cristo] : E DE : / SanCta : Maria : E APÓSTOLOS : E OUTROS : SanCtos : MUITOS : JEIUAVA : E PER : A MOOR : PARTE : / A PAO : EM [sic] : AGOA : ERA : MUITO : CATOLICO : E COMPRIA : Em TODO : HO OFICIO : DA EGREIA : FOY : MUITO : OBEDIENTE : A SEU : PADRE : E MADRE : E A SEU REY : E A TODO [...] BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafa Medieval, Construindo a Memória*. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, p.375.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Os Túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobaça*, Portugal, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996/1997, p. 270.

Existe, ainda, referência a um outro túmulo existente na capela-mor²⁷⁵ da Igreja, mas esse em campa rasa tendo aos cantos os quatro Evangelistas²⁷⁶. Trata-se da sepultura de João Draba, cuja desaparecida lapide sepulcral²⁷⁷ deu origem à chamada “Lenda do pintor Dralia”, e que originou o título do artigo publicado por Garcês Teixeira nos Anais dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo.

Uma vez esclarecida a possível confusão entre a palavra “pintor/reitor”, da leitura da epígrafe, a questão, no entanto, permanece. Quem era este João Draba? Terá sido ele um dos reitores de Santa Maria do Castelo, como sugere Garcês Teixeira?²⁷⁸

Para além da lapide sepulcral, foram apenas encontradas mais duas referências que mencionam João Draba. A primeira foi a já mencionada Visitação de 1510 que, para além da aludida sepultura rasa, enuncia a oferta de várias alaias religiosas à igreja de Santa Maria do Castelo, tais como: "*Huua cruz branca de prata posta sobre um paaõ com seu cruçifixo e dous esmaltes no pee a qual deu Joam Draba; Huua vestimenta nova de chamalote negro com sua cruz de chamalote branco e nella dous escudetes, franjada e toda perfeita que deu o dicto Joam Draba; Huum frontal de chamalote negro e novo e tem huum leteiro que diz “Joam Draba” com huuns escudetes, e seu forro e guarda, que deu o dicto Joam Draba*". A segunda é, surpreendentemente, o chamado “Auto Notarial de Valentim Fernandes”. Este documento relata episódios da viagem de Pedro Alvares Cabral, vários costumes dos índios brasileiros e acontecimentos da expedição de 1501-1502, a primeira expedição exploradora à terra americana, baseado, segundo explica, em relatos de dois homens que haviam vivido durante 20 meses na Terra de Santa Cruz (...). A certidão de Valentim Fernandes tinha como objectivo certificar e validar a origem de duas peças (uma pele de crocodilo e uma figura, desenho ou escultura) oriundas da Terra de Santa Cruz e oferecidas por João Draba a uma capela de Bruges²⁷⁹.

- Quem foi este religioso João Draba com ligação explícita a Bruges?
- Porque fez tantas doações à Igreja de Santa Maria do Castelo?
- Que importância teve para ter sido enterrado na capela-mor, ou pelo menos numa localização destacada na igreja?
- Qual a sua real ligação à viagem de Pedro Alvares Cabral?

²⁷⁵ “Esta igreja he toda bem ladrilhada e asi a oussia e se ladrilhou polla alma de Joam Draba que nella jaz enterrado”. DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, p. 100.

²⁷⁶ ROSA, *História de Tomar*, 1988, p. 110.

²⁷⁷ OSSA VENERABILIS RECTORIS
FLANDRIENSIS EX BRUGIS
ORIUNDI JOANNIS DRABA
HIC REQUIESCUNT QUI VIAM
UNIVERÆ CARNIS INGREDIENS
OBIIT ANNO DOMINI MILL Bc
IIII 3º JANUARIJ

Leitura interpretativa de TEIXEIRA, Garcês, *A lenda do pintor Dralia*, AUAMOC, 1959, p. 37.

²⁷⁸ TEIXEIRA, Garcês, *A lenda do pintor Dralia*, Anais UAMOC, vol. I, Tomar, Abril de 1951, p. 51.

²⁷⁹ AMADO; Figueiredo, *A Certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500, 1997*, p. 135. <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5872/4853>. 06/08/2013; “O egrégio varão João Draba manda essa imagem, isto é, daqueles homens, e a presente [pele] de crocodilo - em memória do sereníssimo rei - à capela do Sangue de Cristo, constituída em Bruges, cidade da Flandres, para louvor de Deus onipotente e da pátria, no mês de maio de 1503”.

Até ao presente não foi possível responder a qualquer destas questões, nem sequer apurar se se trata da mesma personagem.

A importância do esclarecimento destas dúvidas reside na possibilidade de encontrar uma leitura mais concreta sobre a Sede da Ordem de Cristo no Universo das Descobertas Ultramarinas. Sendo incontornável o papel da Ordem de Cristo no processo dos Descobrimientos, torna-se fundamental o investimento futuro numa investigação autónoma sobre a figura de João Draba.

Apesar da simplicidade artística de Santa Maria do Castelo, o seu estatuto de paróquia sobreviveu ao encerramento da Cerca da vila aos leigos, no tempo de D. Manuel e só em 1530, com D. João III, foi encerrada ao culto, altura em que o seu estatuto e bens²⁸⁰ foram transferidos para a igreja de São João Baptista²⁸¹, localizada na vila de baixo.

Mais tarde, durante a vigência da Rainha D. Catarina, Santa Maria do Castelo passou a ter a denominação de Santa Catarina²⁸². Desconhece-se a utilização que foi feita ao edifício, mas o seu adro, o Terreiro de Santa Catarina, continuou a ser utilizado como cemitério até meados do século XIX²⁸³. De acordo com o referido no trabalho que antecedeu a presente investigação, a área de enterramentos deveria prolongar-se até ao Paço do Vigário, constituindo o cemitério da Cerca da vila²⁸⁴. Mesmo depois do encerramento do adro da igreja, o Terreiro de Santa Catarina continuou a ser utilizado como cemitério até meados do século XIX²⁸⁵. Esta informação reforça, assim, a ideia de que a área envolvente à igreja e que mediava a igreja e o Paço do Vigário era ocupada pelo cemitério da Cerca da vila²⁸⁶.

²⁸⁰ ANTT, OC/CT, maço 52, doc. s/n.

Tº das casas o pertença aa igreja de Sta M.

+ primeiramente os paços do Vigro co duas torres sobre o muro e ho balcão sobre a villa co todas as casas o so dentro c o cerco e co hu quital de fora onde estão as arvores o he cercado todo sobresi. E as casas dentro so estas Ø huã sala grande com sua camara a etrada e loja e sobre loja. E co huã grãde estribeira de fundo da sala. E o aljubre defundo da torre pa os clérigos, mais huã casa pa cozinha e cima e mais huã despensa emais hu andaimo do muro cuberto co hú cubelo, mais huã adega de vº, mais huã cavalariça co outra casa de palheiro. E os ditos paços te a servidão do muro ate a torre do relógio e de fudo co há aporta dalmedina ate a parede o atravessaa o ãdaimo do muro. + a cerca dos ditos paços esta huã casa sobradada de duas casas. E de fundo duas casas téreas a qal casa ora parte co os ditos paços e quital. E da outra parte co pardieiro de nº amado e co Rua pca. Já este pardieiro e chão de Nº amado he da dita vigria segudo abaixo faz meção. + huã casa o ve pa Rua de Nº amado e parte co casas de p lopes e com pardieiro do dito Nº amado e co huã pca e co o dito quintal. Já o dito pardieiro coprou o dito vigro do frei pº dabreu por seu dinhos. Segudo se cõte e huã scritura p.ca qestá o este tõbo. E o cercou cõ todo o quital de parede de pedra e o qual pardieiro soião estar duas casas e odoutou e leixou todo a orde e vigra co boa votade. + Na villa huãs casas na varsea peona a travesa de meos o parte co lagar o foi de vºço e co casas o foi da miz e co casa o foi de chãçeletas aqual tras aforada o três pas dom gueanes albardeiro pagua cada hu ano por dia des.j. quarenta rs brãcos agora a traz g pil lavrador. + outras casas na rua de gil davó e parte co casas de gº anes fº de Jorge anes e co Rua p.ca E co qual outro e parta E tralos aforadas e três par Rui medes clérigo e pagua e cada hu ano dellas quoreta rs brãcos. + outras casas na ota Rua o parte co casas de pº anes descobertas e co casas do carrasco. E co casas o forão de gº anes carpitro e co Rua pca, agora as traz valetí alz e paga cada ano seseta rs por dia de S. Jº.

+ outra casa na traveça demeos da varsea peona o traz gil machado. +outra casas na Rua de S. Jº e u mora h~u pobre por amor de ds E parte co casa do hospital da cadeia e co Rua pca. Jaa nõ traz esta alugada a dº aº por qºreta rs e o ano começou no 1ºdabril de 1515. Já esta casa traz Jorge pito e sua mulher breoãja Luis e três pas. Por os ditos qºreta rs e cada h~u ano do 1º dia doutubro ao dito 1º dia de 8 feito o praso por Fernão garcia segundo atraz he coteudo. + outra casa na Rua dos moinhos o parte co casas o são antão mz e co Rua pca. E trazea aforada a (...) a lista continua com casas e propriedades rústicas.

²⁸¹ ANTT, OC/CT, maço 52, Fol.361 e 361 v.

"Ø E polla visitação que el Rey nosso s' nor mandou fazer por frey Diogo da Silva seu confessor que depois foy Arcebispo de braga per sua Carta de regimento e ordenança que como perpetuo Administrador desta ordem de nosso Snor Jesu Xpo mandou passar per ele assinada e aselada com o sello da dita ordem feita per Jorge Roiz seu scrivão da camara em Lixª a quatro de fevereiro de mil quinhentos e trinta proveo a desta igreja da maneira que se contem nos capítulos da dita carta cujo treslado de verbo ad verbum hee o seg.te Ø Item na Igreja de Santa Maria do Castelo de junto do convento nom haa necessidade daver capelão como atee agora ouve por não ter mais d'oitto fregueses os quais ficarão aa igreja de São João da vila e poderão ouvir missa e receber os sacramentos no convento tirando baptismos e casamentos que se farão na dita igreja de São João como matriz. Ø e por que a dita igreja de Santa Maria do castelo te' proprios bens e heranças que poderão render atee dez mil rs em cada hum ano pouco mais ou menos que atee agora levava o capelão por que ho não haa daver e por bem que fiquem pera a fabrica da dita igreja de São João e nisso somente se despenderao per ordenança do dito frey Antonio ou prelado qui for do dito convento e do vigário e raçoeiros da dita igreja naquelas cousas que lhe forem necessárias / os quais dez mil rs recadara hum freguês da dita igreja que o dito padre com o vigário pera isso elegerem que seja fiel e adonado e lhe serão carregados em recepta por hum dos ditos raçoeiros que também assentaraa em livro a despesa apartado q' somente pera isso fara pelo qual lhe sera tomada conta pello dito vigário o qual sempre della faraa relaçam a ho prelado do convento e se pelaventura o capelão da dita Igreja tiver algumas missas dobrigação por queles que deixarão os ditos bens dir se hão em São João. Ø e afora hos ditos bens tem a dita Igreja agu's outros que andão emalhados / os quaes mando ora de senalhear e demarcar e fazer deles tombo pera como forem [tidos] e certos ordenar que se faça deles o que for mais serviço de nosso S.nor. PEDRO ALVARES, "Tombo dos bens de Santa maria do Castelo que esta na cerca desta vila",

²⁸² ROSA, *História de Tomar*, 1988, p. 159.

²⁸³ TEIXEIRA, *Anais UAMOC*, vol. I, Tomar, Abril de 1959, p. 42.

²⁸⁴ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 67.

²⁸⁵ AUAMOC, vol. I, 1959, p. 42.

²⁸⁶ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 97.

O Vigário de Tomar

Desde 16 de Agosto de 1326, data da segunda Ordenação da Ordem de Cristo, que se encontra documentada a existência de um vigário em Tomar, determinada pela entrega do espiritual de Tomar ao vigário da igreja de Santa Maria do Olival, igreja matriz da vigararia²⁸⁷. O vigário de Tomar era um freire clérigo professo da Ordem de Cristo, nomeado pelo prior do Convento de Tomar desde 1389 sendo que, anterior a esta data, esta nomeação era determinada directamente pela Santa Sé uma vez que a Ordem estava isenta da jurisdição das autoridades episcopais²⁸⁸.

Inicialmente, as competências deste religioso limitavam-se à área de Tomar, à circunscrição nullius dioceses, incluindo a igreja de Santiago de Santarém. Posteriormente, aquando da concessão do espiritual das terras além-mar à Ordem de Cristo, este controlo jurisdicional ter-se-á estendido também por todos esses territórios²⁸⁹.

Entre o final do séc. XV e início do séc. XVI, à figura do vigário de Tomar estavam cometidos determinados deveres específicos, como é referido por Isabel Sousa Morgado e Silva: "*dar cura e sacramentos a todos os moradores de Tomar e seus termos per si e capellaaes seus. Por outras palavras, era da sua inteira responsabilidade assegurar o serviço religioso (os ofícios divinos, nomeadamente o da missa) e a administração dos sacramentos, não só na igreja matriz de Santa Maria do Olival, como também nas outras igrejas da vila – Santa Maria do Castelo e S. João Baptista – e nas do termo, estas últimas num total de nove, (...).*"

Ao mesmo tempo competia ao vigário zelar pela manutenção das igrejas, bem como provê-las dos ornamentos e demais alfaias de culto (nomeadamente livros, cálices e paramentos) necessárias para a realização dos ofícios religiosos, enquanto que a responsabilidade das ousias pertencia aos fregueses desses locais de culto. Em Santa Maria do Olival, como matriz, devia ainda ter o cuidado de dar cera para o altar mor, de forma a este, como centro da liturgia, estar sempre iluminado, bem como devia colocar e acender o círio pascal.

*Estes encargos espirituais, a que se juntavam outros temporais, obrigavam à prática de uma gestão organizada, pelo que o vigário contava com um conjunto de funcionários a quem pagava, e que o auxiliavam nessa tarefa governativa: um meirinho e aljubeiro, um porteiro, um contador, um promotor de justiça da igreja, um escrivão e três tesoureiros*²⁹⁰.

Embora a vigararia de Tomar fosse detentora de diversos bens e rendas²⁹¹, como o dízimo do gado, casas diversas, chãos, courelas, olivais, quintas e herdades, entre outros, a verdade é que, durante este período específico, os regedores da Ordem referenciaram sempre a precaridade dos rendimentos do vigário em face das obrigações que tinha a seu cargo. Assim, em 1426 o Infante D. Henrique recomenda aos juizes de Tomar que "*fique resguardado ao vigairo que aia as conhe-*

²⁸⁷ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 232.

²⁸⁸ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 232.

²⁸⁹ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.233.

²⁹⁰ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 245, 246 e 247.

²⁹¹ Sobre este assunto, ANTT-OC/CT L41, OC/CT MÇ 35, Isabel L. Morgado e SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002 e Maria José Pimenta FERRO TAVARES, A vigararia de Tomar nos finais do sec. XV, 1971.

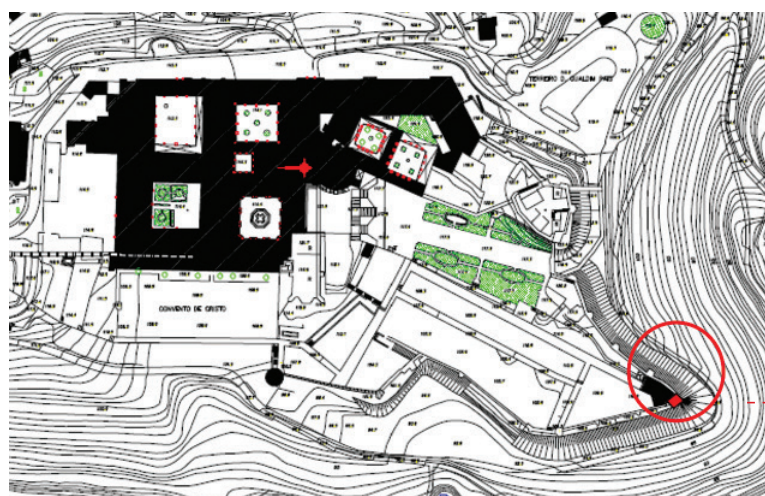
cenças, como sempre as ouve, naquelas em que as avia"²⁹². Por outro lado, D. Fernando atribui ao vigário diversas responsabilidades que, na sua execução e cumprimento, renderiam bons proveitos à vigararia, como por exemplo, o facto de o vigário passar a ser nomeado para contador dos testamentos e juiz dos resíduos, entre outros²⁹³. Em reunião do capítulo geral da Ordem em 1503, D. Manuel refere que: *"achamos que non teem da Ordem tanto como com rezam parece que deve (...) ordenamos que sejam anexados a dita vigairia allem da remda que agora tem quarenta mil reaes de tença em cada huum anno pera todo o sempre os quaes lhe sejam assentados na vintena das cousas da India"*²⁹⁴.

Por outro lado e recuperando o importantíssimo percurso curricular de D. Pedro Galvão, segundo se pode deduzir por uma nota do vigário Frei Pedro, futuro bispo da Guarda, *"os proventos são ínfimos, nos finais do séc. XV, pois apenas aufere de rendimentos setenta mil reais, quando tem a cura e jurisdição e trabalho que merecia ao menos duzentos mil reais de renda"*²⁹⁵.

Desde o início das suas funções, foram significativos os deveres e obrigações cometidos ao vigário de Tomar. Com a subida de D. Manuel I ao trono, a sua abrangência e representatividade transpôs os limites da vigaria para, na corte, junto do rei, tomar um lugar de destaque ocupando cargos de capelão-mor do rei, conselheiro régio, desembargador do Paço e Bispo²⁹⁶.

O Paço do Vigário

É precisamente pela mão de D. Manuel I que se redescobre o local onde estava implantada a residência do vigário de Tomar. Num documento datado de 1499, o rei identifica a localização do paço na área contígua à Torre de D. Catarina, referindo que, *"as casas do vigairio q era a torre q esta no canto da çerca sobre a varzea grade ode a çerca volue do levante ao poente com o recebimeto e casas e quitaes pegados com ela"*²⁹⁷. (figs. 50 e 51).



Torre do Paço
do Vigário

Fig. 50 Convento de Cristo – localização da torre do Paço do Vigário.

²⁹² SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.242.

²⁹³ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.244 e 245.

²⁹⁴ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.247.

²⁹⁵ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *A vigairaria de Tomar nos finais do séc. XV*, in *Do Tempo e da História*, vol.IV, Lisboa, 1971, p.150.

²⁹⁶ SILVA, A *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p.459.

²⁹⁷ ANTT-OC/CT L232, fol. XXXX.



Fig. 5 Torre de D. Catarina.

O edifício da residência do Vigário de Tomar ocupava, assim, um dos extremos da antiga fortaleza e utilizava a muralha e duas torres na sua construção, diferenciando-se do casario existente na cerca da vila de Tomar, não só pela sua dimensão, mas também pelas suas características tipológicas e morfológicas. O lote estava limitado a nascente e a sul pela muralha, a norte pela rua pública e a poente pelas casas e quintais da Ordem²⁹⁸. Edificado num dos extremos da propriedade murada, o edifício estava assim afastado do contacto com a rua pública e das outras propriedades vizinhas, garantindo a privacidade e o recato pretendidos (fig. 52).

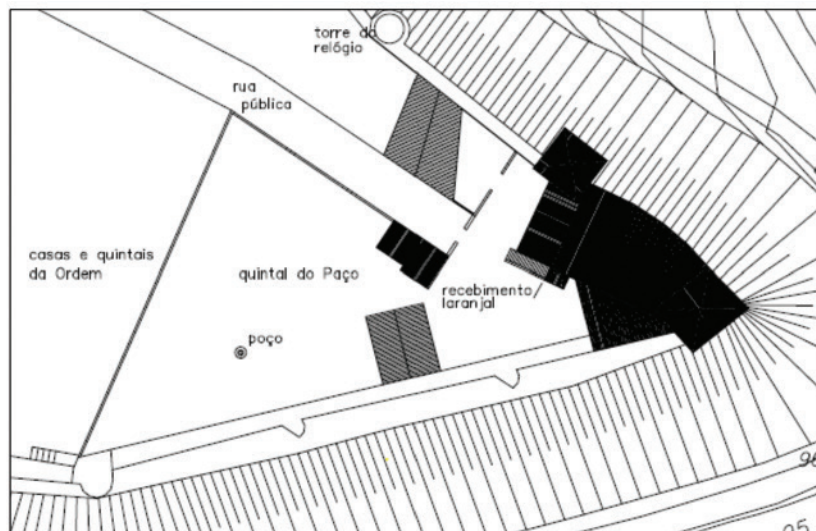


Fig. 52 Confrontação da propriedade do Paço.

²⁹⁸ ANTT – OC/CT, Livro 41, fol. s/n, "(...) parte ao levante e sul com o muro. ao norte com rua. e ao ponente com casas da hordem que foram da mulher de Pedro Lopes e com quintal que foy da dita veuva e com outro quintal que foy de Fernam Gil".

A poente, a frente construída tinha a configuração de um muro elevado à altura do adarve que intersectava um troço da muralha norte na desaparecida torre do relógio, e um troço da muralha sul na charneira do lanço da porta de Almedina²⁹⁹. Neste muro, com uma altura superior a 2m, localizava-se o portal³⁰⁰ de acesso à propriedade. Atravessando o dito portal, entrava-se no pátio do recebimento. Este era um espaço de configuração irregular³⁰¹ onde, entre outras coisas, existia uma escadaria por onde se subia à sala do paço³⁰² (fig. 53).

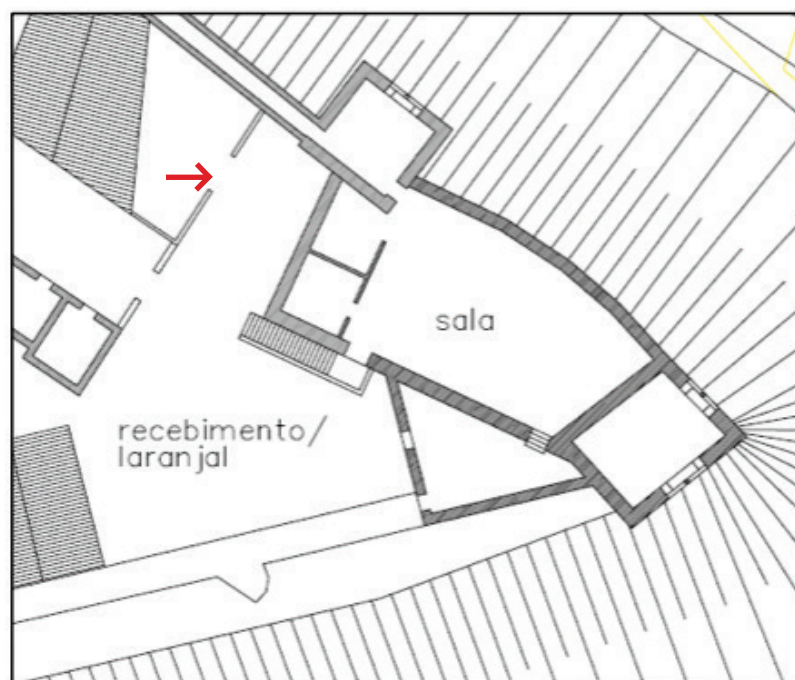


Fig. 53 Pátio do recebimento do Paço do Vigário.

A sala era o centro vivencial do paço, e era nesse espaço que se realizava a maioria das acções do quotidiano. Em seu redor, dispunham-se as câmaras, a cozinha e demais espaços que compunham o complexo residencial do vigário³⁰³. Tinha cerca de 62 m² de área³⁰⁴, uma lareira e duas janelas, uma de sacada e outra com conversadeiras³⁰⁵ (fig. 54).

²⁹⁸ "E os ditos paços tem a servidão do muro ate aa torre do relógio e de fundo com a porta dalmedina ate a parede que atravessa o adaimo do muro", ANTT; mç 52, doc. s/n.

²⁹⁹ "(...) na entrada tem huu portal grãde ameado com suas portas boas", ANTT – OC/CT, L41, fol. s/n.

Nesta época, observa-se uma clara preocupação com a segurança da propriedade e habitação sendo utilizados muros, portões, ferrolhos, etc. na procura constante da defesa da propriedade. Luísa Trindade, "A casa corrente em Coimbra", Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p.52.

³⁰⁰ "(...) huum patio ou recibimento que leva XXVI varas de comprido e de largo aa entrada leva quatro para mais adiante leva cinco para honde estaa o laranjal leva XIII", ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

³⁰¹ "Do dito recebimento vam para huua escada de pedra ahuaa salla sobradada", ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

³⁰² De referir que a localização da cozinha no último piso do edifício era uma solução corrente à época, facilitando a extracção de fumos e dos cheiros e precavendo situações de incêndios. TRINDADE, A casa corrente em Coimbra, dos finais da Idade Média, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p.73.

³⁰³ "(...) e estaa hí huu repartimento de tauvado que serve de camaras e outro repartimento asi de tauvado que serve de despensa e leva tê varas e meya de longo e outo tanto de largo. da dita salla vam a huua torre que tem dous sobrados. o primeiro que he no andar da dita salla he ladrilhado e o huellado de castanho e leva cinco varas e qta de longo e outro tanto de largo e tem duas janellas de seer huua ao levante e outa ao sul. sobr esta camera vai outra tal camera novamente feita ollivellada de pinho em qtro aguas e tem outras duas janellas de seer cõ suas portas quebradiças e huua chaminee. Da dita salla deçem ahuaa casa de cozinha sobradada feita em tais q'uas e leva de longo cinco varas e cinco de largo e tem huum portal para o muro e huu lanço de servintia para elle que leva XIII varas de longo. Da dicta salla vay huu corredor para outra parte do muro contra o relógio. honde tem logo huua torre maçaça atee o andar do dito muro que leva te varas de longo em vão para te de largo as casas e tem huua janela de duas sedas com suas portas e huu sobrado sem escada. e tem huu lanço pello dito muro que chega ao cubello em que estaa o relógio e estão nelle outo dous cubellos". ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

³⁰⁴ "(...) salla sobradada que lleva no laranjal sete varas e meya de longo de parede a parede e seis varas equarenta de largo", ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

³⁰⁵ "(...) e estaa nella huua chaminee e duas janellas, huua de duas sedas e outra rasa". ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

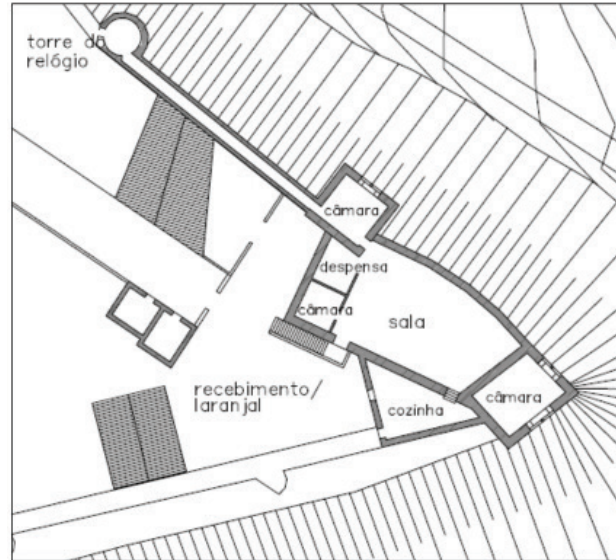


Fig. 54 Planta do 1º piso do Paço do Vigário.

O edifício residencial desenvolvia-se, assim, encostado à muralha e reunia, na sua mole construída, duas torres da fortificação, sendo uma delas a actual Torre de D. Catarina e outra que, hoje, se encontra transformada em cubelo. A descrição esclarece, ainda, que ambas tinham um piso mais (fig. 56). No caso da torre de D. Catarina, é provável que a comunicação interior entre as câmaras que ocupavam os últimos dois pisos se fizesse através de uma pequena escadaria em madeira, como ainda hoje acontece na torre de menagem (esta era, aliás, uma solução construtiva bastante comum à época em edificações com sobrados em madeira).

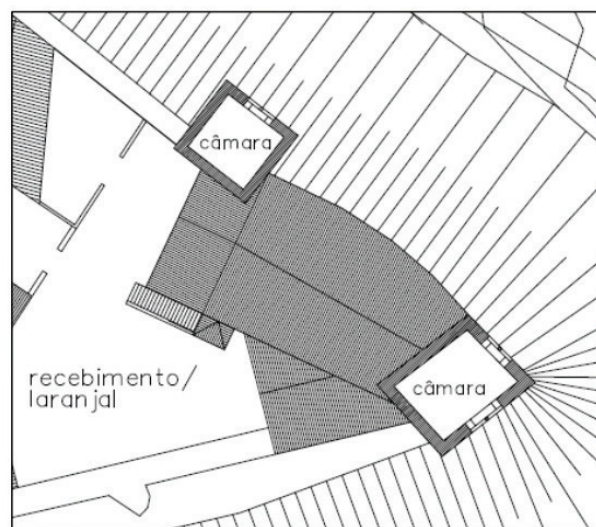


Fig. 56 Planta 2º piso do Paço do Vigário.

As duas torres referidas eram ligadas entre si através de um corpo onde se localizava a sala, também ele encostado à muralha. Uma construção que acolhia a cozinha foi encostada a estes volumes através do aproveitamento do pano de muralha sul, existindo ainda a poente e encostada ao volume da sala, uma outra construção que albergava a câmara, dispensa, loja e sobreloja. À cota do pátio do recebimento, e no edifício do paço, estava localizado o celeiro³⁰⁶, diversas lojas e o aljube dos clérigos³⁰⁷ (fig. 57, 58, 59, 60 e 61).

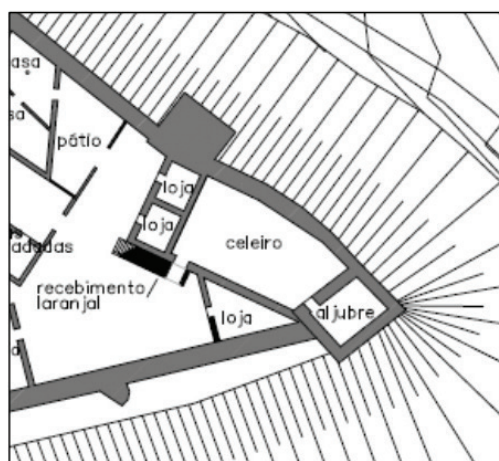


Fig. 57 Planta do piso térreo do Paço do Vigário.



Fig. 58 e Fig. 59 Entrada e interior do aljube dos clérigos do Paço do Vigário.

³⁰⁶ "(...) casa do celeiro que vay debaixo da sala (...)", DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, p.116.

Note-se que o celeiro é uma das divisões mais importantes nesta época a par com a sala e a câmara de leito. TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p.33.

³⁰⁷ "(...) debaixo destes dous sobrados vão duas logeas. e outra debaixo da torre que sohia seer aljubre de clérigos". ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.



Fig. 60 e Fig. 61 Vistas do interior do antigo celeiro.

Distribuídos por diversos espaços e pátios, localizados no interior da propriedade, existiam ainda outras construções que albergavam a adega, a estrebaria, o palheiro, e duas casas de dois pisos³⁰⁸ (fig.62).

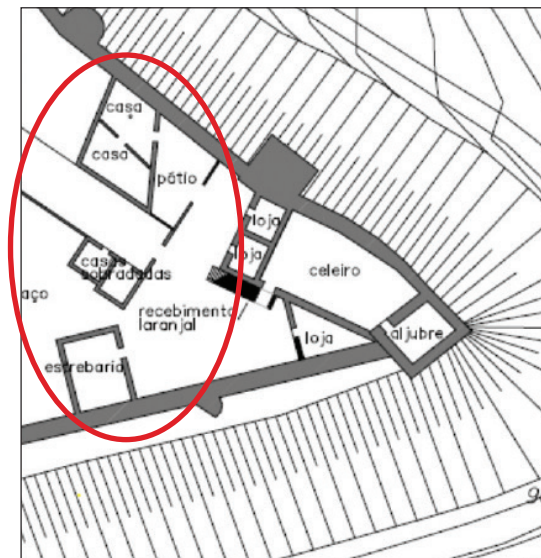


Fig. 62 Dependências anexas do Paço.

³⁰⁸ "Diante destas logeas vay outro patio çarrado sobre sy que leva VIII varas de longo e de largo leva para huu cabo seis e meya e per outro leva duas e estaa hi humu casa terrea que sohia seer adega e leva VIII varas de longo e seis e meya de largo para huu cabo e qtro varas e quarta per outro. e estam ora hi tẽ potes dous quebrados e huu saao. e tem huu esteo no meyo. e logo out casa dentro della que leva seis varas de longo e tẽ de largo para huu cabo e quatro per outro.

No outro patio em que estaa o alarangal estaa huua casa que serve de strebaria com suas manjadoiras e leva seis varas e meya de longo e quatro e meya de largo e outra casa junto della que leva VII varas de longo e cinco de largo e tem huuas manjadoiras danificadas.

Junto da primeira entrada tem huuas casas sobradadas e som duas casas per baixo e duas per cima. a primeira leva de longo tres varas e meya e três de largo e a de dentro leva te varas de longo e outras te de largo. e estão hi quatro potes grandes. te quebrados e huu saao / e dous pequenos. os sobrados destas casas som do tamanho dellas e estam ora mal reparados". ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

Como refere Luísa Trindade, "É quase tentador ver no número de dependências anexas o verdadeiro sinal exterior de riqueza, mais do que no espaço efectivamente habitável. Possuir bens exige mais divisões e os locais reservados ao armazenamento, prática a que todos se submetem, são tanto mais numerosos quanto maiores são as possibilidades económicas dos proprietários." TRINDADE, *A Casa corrente em Coimbra*, 2002, p.37.

Já fora da propriedade principal, mas contígua à sua entrada, localizava-se o quintal do paço. Era um terreno igualmente murado, onde existia um poço e onde estavam plantadas várias árvores de fruto; não há registo de práticas de cultivo agrícola da propriedade ou da existência de animais de criação³⁰⁹ (fig.63).

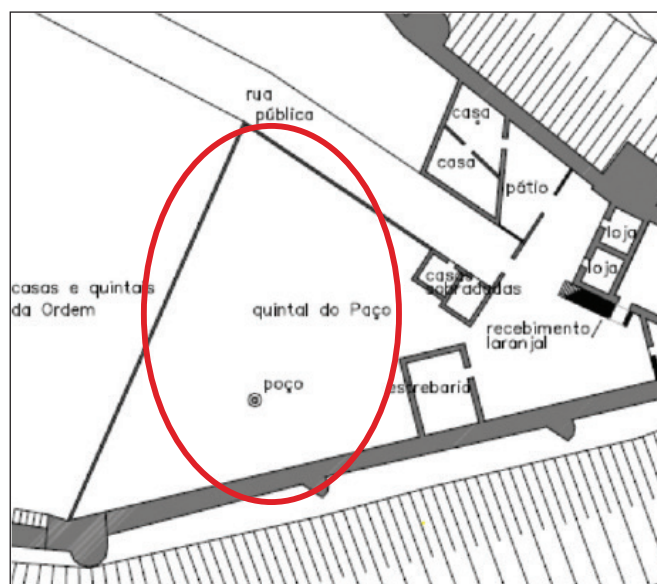


Fig. 63 Localização do quintal do paço.

Na documentação consultada não existe qualquer referência à data em que este espaço se transformou em residência, no entanto, a existência de elementos arquitectónicos como a abóbada do antigo celeiro remetem-nos para gramáticas decorativas pertencentes à última metade do séc. XV, não muito distantes dos arcos quebrados dos claustros henriquinos (fig. 64 e 65). Ao mesmo tempo, e uma vez que a Visitação de 1510³¹⁰ feita pelo Visitador da Ordem de Cristo, D. Diogo Rego, descreve um edifício a necessitar de algumas obras de recuperação, pressupõe-se que o edifício se encontrava em razoável estado de conservação e que satisfazia as necessidades existentes à época. Assim, é muito provável que a edificação do paço remonte à Regedoria do Infante D. Henrique.

³⁰⁹ " Tem hi mais huu quintal que leva de longo ao longo do muro XVIII varas de medir. e contra o ponente leva XXVIII e ao norte leva XXII e por onde he mais comprido leva XXXVIII. e estam nelle sete peiras e quatro limoeiros. e seis çidreyras e seis lorangeiras e hum açipreste e sete / romeiras e huua parreira e XIII ameixeiras e mameleiros e huu poço. e no pátio aa entrada estam duas parreiras". ANTT, OC/CT, L41, Fol. s/n.

³¹⁰ DIAS, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, p.115 e 116.



Fig. 64 e Fig. 65 Arcos quebrados e polilobados do celeiro do paço e galeria do Claustro do Cemitério.

Caracterização morfo-tipológica

Uma comparação da dimensão deste paço com os outros existentes à época na vila, permite concluir que só os Paços do Infante com 606m² de área total de construção e 860m² de área de quintal reuniam uma área superior³¹¹. O Paço da igreja de Santa Maria do Olival³¹², situado junto à igreja e hoje desaparecido, contava com 105,6m² de área total de construção e um quintal com 396m² de área; o Paço do Vigário, na cerca da vila, contava com 393m² de área total de construção (excluindo as construções dispersas pela propriedade), cerca de 320 m² de área descoberta onde se localizavam os diversos anexos, e mais 308 m² de quintal anexo.

Relativamente ao número de espaços interiores, no Paço de Santa Maria do Olival encontram-se descritos seis, mas sem qualquer referência ao seu uso específico. Já no Paço da Cerca da vila, são descritos nove espaços interiores estando todos eles devidamente identificados. Tendo em consideração que ambas as descrições são feitas num mesmo documento relativo aos bens e propriedades da vigaria de Tomar, poder-se-á concluir que o paço da cerca era o edifício com maior representatividade e importância na relação dos referidos bens. Relativamente aos paços do Infante, a documentação disponível revela o número de divisões existentes, porém as descrições conhecidas referem apenas a sala e o corpo dos "*aposentamentos do Infante*", sem identificar o número de câmaras ou outros espaços.

³¹¹ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 91 a 99.

³¹² "Junto da igreja de santa ma do Olival tem a dita Vigairia outro aposentamêto desta maneira: logo huua logea na entrada que leva seis varas de longo e quatro de largo e nella huua escada per que sobem a huum sobrado do tamanho da dita logea e estaa nella huua chaminé e huua janella com grades de ferro de duas sedas. Deste sobrado vam aoutro sobrado para outro tal escada do tamanho do debaixo e tem outra chamine e outra tal janella de grades. Daprimeira logea vam aoutra que leva quatro varas de longo e duas de largo e tem outros dois sobrados do seu tamanho e em o de cima estaa huua janella de portão. Desta logea pequena vam ahuum quintal çarrado de boas ealtas paredes que leva XX varas de longo e XVIII de largo. E estam nelle seis laranjeiras e sete adreiras e VIII açipestes e huua azamboia e dous pessegueiros. E huum poço com seu gargalo alto e boõ. E junto della huua pia que foi moinho o que todo juntamente parte ao norte com a dita igreja e ao ponente cô o adro e das outras bandas com a vinha da dita Vigairia". ANTT - OC/CT L41, fol. 4.

Depois de mencionada a área total de construção de cada um destes edifícios, falta referir que as divisões internas descritas se distribuíam, nos três casos em análise, por mais do que um piso e num máximo de três. Refira-se, ainda, que, à época e na vila de Tomar, a existência de três pisos só tinha equivalência no edifício dos Estaus³¹³ (fig. 66).



Fig. 66 Ruina do Estaus integrada no casario da vila de baixo.

Em relação aos materiais de construção, a documentação permite perceber que foram usados os materiais usuais na região³¹⁴, isto é, o calcário, o barro – na telha e no tijolo –, a areia, a cal e a madeira.

O paço do Vigário foi um edifício de grande representatividade na vila de Tomar, tanto na cerca como na vila de baixo. Iniciou provavelmente a sua função como residência vicarial em meados do séc. XV e estendeu-a até 1530, altura em que D. João III transfere a paróquia de Santa Maria do Castelo para a igreja de São João³¹⁵.

Apesar das dificuldades que o vicariato enfrentava devido à “aparente” falta de verbas para executar cabalmente as suas funções, a residência do vigário na cerca da vila de Tomar constituiu-se como um exemplar único de arquitectura civil, sendo apenas superado pelos Paços do Regedor da Ordem de Cristo. A sua função como residência prolongou-se por aproximadamente um século, concluindo-se, também, que o vigário levou mais de 30 anos a cumprir a ordem expressa de D. Manuel de abandonar a (cerca da) vila de cima e transferir a sua residência para o paço da Rua de São João, na vila de baixo.

Por último, impõe-se uma reflexão sobre a localização do paço do vigário. Sendo a igreja de Santa Maria do Olival cabeça da vigaria e localizando-se esta longe do núcleo amuralhado e do outro lado do rio, seria expectável que a residência principal do Vigário fosse o Paço junto da mesma. No entanto isso não aconteceu, pelo menos para o período em análise, pois as referências ao paço vicarial são sempre alusivas ao do núcleo amuralhado.

³¹³ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p.110.

³¹⁴ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p.122.

³¹⁵ ANTT-OC/CT L2, Fol. 362.z

Não se poderá esquecer que o núcleo populacional verdadeiramente gerador da vila, ou vilas, de Tomar, surge na colina do Castelo, dentro das muralhas da fortaleza. Embora desde cedo a cerca se tenha revelado insuficiente para albergar a sua cada vez mais alargada população³¹⁶, o burgo de Tomar conserva dentro da cerca os seus principais edifícios até o arrabalde da ribeira (a vila de baixo) se assumir como núcleo urbano de maior importância³¹⁷. Neste contexto, quando a figura do vigário é instituída, não poderia ter sido outro o local escolhido, que não a cerca, para a sua residência.

Casa do Ofício da Santa Inquisição

Como anteriormente referido, quando D. João III transferiu a paróquia da igreja de Santa Maria do Castelo para a igreja de São João, o vigário deslocou a sua residência para o Paço da Rua de São João. Mas, se a igreja de Santa Maria do Castelo não chegou até aos nossos dias, o Paço do Vigário no interior da Cerca, conserva uma parte significativa da sua estrutura original. Para além disso, o paço atesta intervenções posteriores a 1530, altura em que a igreja foi encerrada ao culto. Estas evidências permitem que se questione se, contrariamente ao que aconteceu com a igreja, este edifício não terá conhecido outros usos em épocas posteriores a 1530.

Em 1536, com uma definição formal e decorativa muito próxima dos claustros do “convento novo” e sob orientação de João de Castilho, é iniciada uma nova campanha de obras no paço vicarial. À primeira vista, as obras realizadas parecem limitar-se à substituição de tectos em madeira por abóbadas (fig. 67), à possível diminuição de um piso em ambas as torres (fig. 68), à abertura de um largo vão de comunicação entre o celeiro do paço e a loja existente sob a cozinha (fig. 69), à construção de um alpendre na rua pública de acesso ao paço (fig. 70) e à consequente reorganização do espaço exterior.



Fig. 67 Câmara do 1º piso da torre de D. Catarina com abóbada em substituição do tecto em madeira.

³¹⁶ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 2008, p.67.

³¹⁷ DIAS, *A evolução urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano*; de Sellium a Carlos Ramos, 2008, p.67.

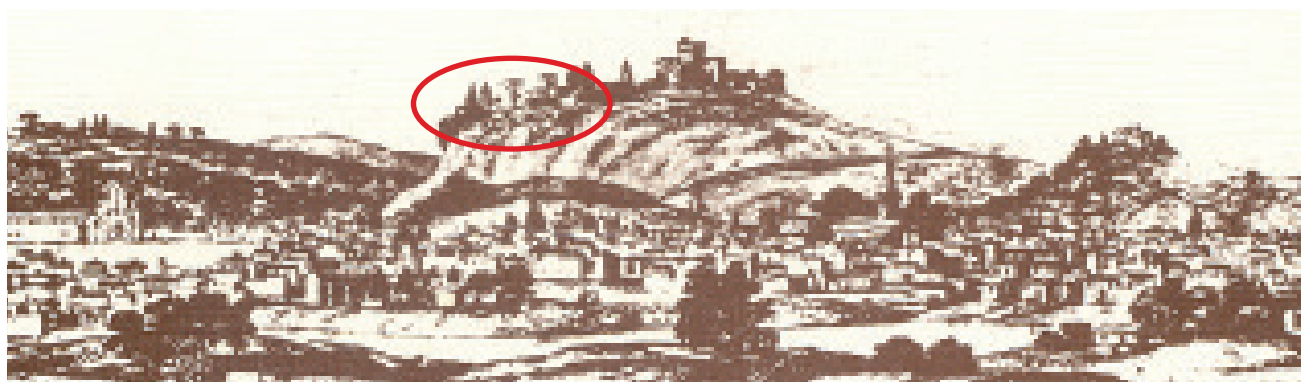


Fig. 68 Representação das duas torres do paço já sem o 2º piso. Aguarela em sépia, Pier Maria Baldi, 1668-1669.



Fig. 69 e Fig. 70 Arco de comunicação entre o celeiro e a loja. Mísula de apoio do alpendre na rua pública.

Mas, qual o motivo que terá levado D. João III a proceder a obras de beneficiação neste espaço? E qual a justificação para a construção de uma tribuna no espaço do antigo celeiro? (fig. 71)



Fig. 71 Pedra de encosto da tribuna de madeira.

A existência da data de 1536 na cartela sobre a porta da antecâmara de acesso à referida tribuna (fig. 72 e 73) remete-nos para um dos acontecimentos mais marcantes sobre a espiritualidade portuguesa de Quinhentos - a instituição da Inquisição em Portugal.



Fig. 22 Cartela sobre a porta de entrada na ante câmara da tribuna com a inscrição – IHS / 1536.



Fig. 23 Vista geral da porta de acesso à ante câmara.

A pergunta é imediata!

Estariam estes factos relacionados entre si?

O Tribunal do Santo Ofício de Tomar iniciou as suas funções em 1541, a par do de Coimbra, Porto e Lamego³¹⁸. Muito pouco se sabe sobre este Tribunal, pois da sua existência resta apenas um de dois códices intitulado Processos de cristãos novos processados e sentenciados neste Real Convento de Tomar pelo Reverendo Padre Frei António de Lisboa D. Prior do dito convento como inquisidor que he d'esta jurisdição da prelaia da dita villa³¹⁹. Nesse mesmo códice quase todos os preâmbulos das diversas actas de julgamentos referem: "*(...) dentro na cerca desy convento da villa de tomar da hordem de Nosso Senhor Jhesu Cristo, na casa do officio da santa Inquisição do crime de heresia onde se fazem as audiências delle fazendo audiência o mujto reverendo padre Frey António de Lixboa (...)*"³²⁰.

Sabe-se agora que frei António de Lisboa era o Inquisidor de Tomar e que o tribunal do Santo Ofício localizava-se dentro da cerca da vila. Sabe-se ainda que não eram muitos os edifícios existentes dentro da cerca que reuniam condições para albergar tais funções. Desenha-se, assim, um cenário em que, depois de desafectado o Paço dos bens da Vigaria, D. João III transforma a antiga residência do vigário em casa e sala de audiências da Inquisição.

É provável que as dependências situadas ao nível do primeiro piso (sala e câmaras), à cota do adarve, tenham ficado destinadas às funções administrativas; no piso térreo, os espaços do antigo celeiro e das lojas terão sido adaptados a sala de audiências, e o aljube dos clérigos destinado aos

³¹⁸ BUESCO, Ana Isabel, D. João III – 1502-1557, colc. Reis de Portugal, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Cascais de Mem Martins, Rio de Mouros, 2005, p.257.

³¹⁹ ANTT, TSO-IT/001, m.f.537.

³²⁰ ANTT, TSO-IT/001, m.f.537, e SILVA, F.G. Gonçalves da, A Inquisição de Tomar, in Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar nº4, A Gráfica de Tomar, Tomar, 1982, p.76.

réus no dia de julgamento (fig. 74) (a prisão da vila funcionava na antiga sinagoga) ³²¹. A tribuna construída no interior da sala de audiências acolheria as dignidades que assistiam ao julgamento (fig. 75, 76, 77 e 78). Data da mesma época a construção do percurso de ligação entre o Paço da Inquisição e a porta do recebimento do Convento, formalizando, dessa forma, a ideia de caminho processional entre o local da leitura - o Paço - e execução da sentença na vila de baixo (fig.79).



Fig. 74 Piso térreo - sala de audiências.

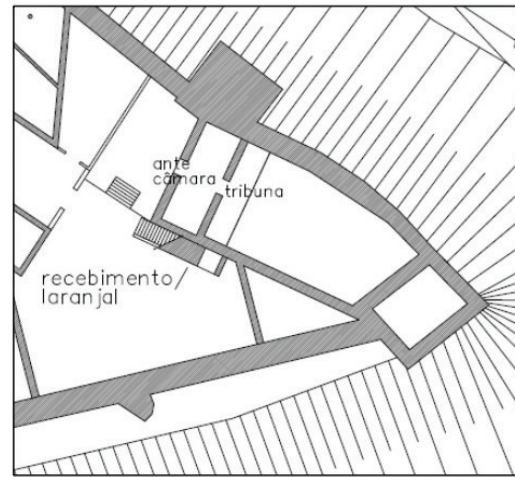


Fig. 75 Planta piso da tribuna.



Fig. 76 Vista da cota da tribuna sobre a sala de audiências (perspectiva truncada pela parede construída no centro da sala).

³²¹ SIMÕES, *Tomar e sua Judiaria*, 1941, f.c. 1992, p.54.



Fig. 77 Vista da cota da sala de audiências sobre o vão de entrada na tribuna.



Fig. 78 Ante câmara de entrada na tribuna.

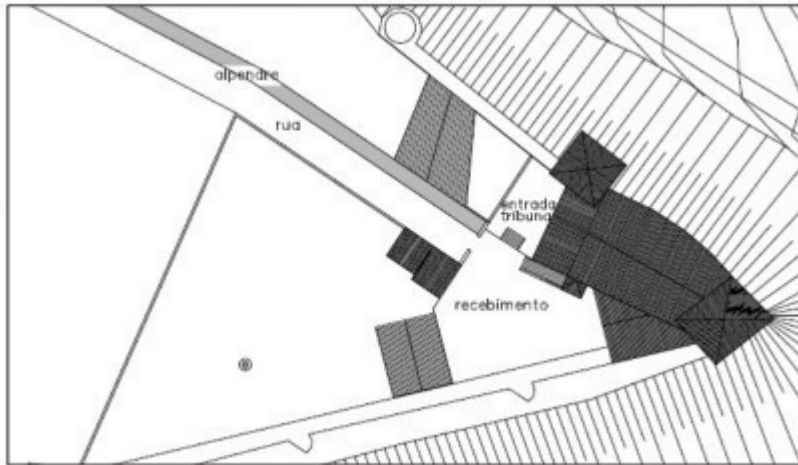


Fig. 79 Planta com a indicação da localização do alpendre exterior e alterações e pátio de entrada na tribuna.

O Tribunal do Santo Ofício de Tomar foi um dos primeiros a ser extintos, em 1547. A sua curta duração é, provavelmente justificada pela força de uma pujante comunidade de cristãos novos em Tomar que D. Manuel I tão habilmente tinha protegido, e pela necessidade de assegurar a reforma operada por Frei António de Lisboa sobre a Ordem de Cristo. Recorde-se que foram várias as vozes discordantes da reforma da Ordem, ao ponto de, em 1529, D. João III ter ordenado ao juiz de fora de Tomar que prendam os freires que repugnarem a reforma e ajudem ao dito P.e. Frei António em tudo o que lhe mandar ³²².

Estes foram, com grande margem de probabilidade, os motivos que terão estado na origem da instituição da Inquisição dentro da cerca do Convento em Tomar e, ao mesmo tempo, os que originaram a sua rápida extinção.

Um espaço para a Rainha

Com a extinção do tribunal da Inquisição em Tomar, a função do antigo Paço do Vigário perdeu-se no tempo. Contudo, a denominação que das torres do edifício adquire depois de 1547, Torre D. Catarina, poderá pressupor a ocupação daquele espaço por parte da Rainha a partir de 1547 como, aliás, aconteceu noutros locais do Convento como a Torre de Menagem e os Paços do Infante.

Ainda não se encontra identificada documentação que descreva e ateste estas ocupações e de que maneira a vivência nestes espaços era concretizada mas muito provavelmente, quando em 1578 D. Catarina morre, o edifício deve ter sido, novamente, votado ao abandono.

³²² BUESCO, Ana Isabel, D. João III – 1502-1557, colc. Reis de Portugal, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Cascais de Mem Martins, Rio de Mouros, 2005, p.197.

Um edifício cisterna

Numa época em que, tanto o primeiro piso da sala como a abóbada da antiga sala de audiências já teriam parcialmente ruído, foi construída uma parede que divide o piso térreo em duas áreas distintas e, ainda, uma estrutura de madeira para sustentar uma cobertura de duas águas (fig. 80).



Fig. 80 Marcação dos barrotes de madeira, por baixo.

Na mesma altura, o antigo compartimento destinado ao aljube dos clérigos foi encerrado e a parede capeada com um revestimento de tijoleira (fig. 81). Nesta conjuntura foi, provavelmente, introduzido um canaleta de condução de águas para o espaço do antigo celeiro (fig. 82). Nesta campanha de obras, identifica-se, ainda, a transformação deste espaço com um objectivo específico de carácter exclusivamente utilitário, facto este que justifica a ausência de qualquer pormenor de erudição.



Fig. 81 e Fig. 82 Capeamento com tijoleira da entrada no aljubre dos clérigos.; canaleta de recolha de água.

Ao mesmo tempo que se efectuavam estas transformações no edifício, foi alterado o traçado da antiga rua pública que ligava o paço à antiga porta do recebimento (fig. 83).

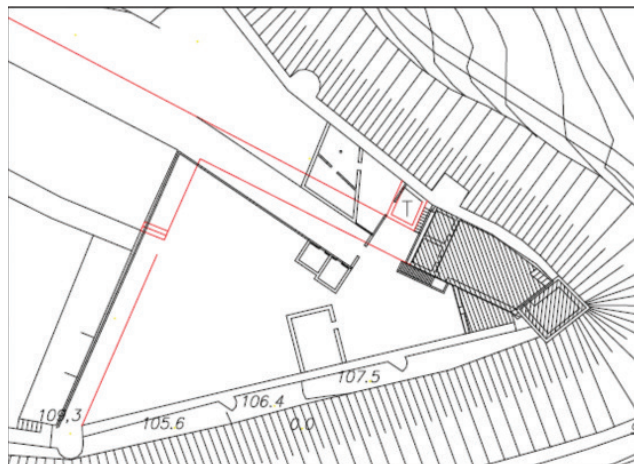


Fig. 83 Planta com a redefinição do alinhamento do muro e rua de acesso ao paço, tomado o posicionamento actual.

Embora até ao presente não seja conhecido qualquer documento que refira e justifique esta intervenção, a análise dos elementos construídos leva-nos a supor que este edifício poderá ter sido utilizado como reservatório de água. No seu interior, eram recolhidas não só as águas pluviais, como também a água do aqueduto que, desde o tanque junto à escadaria da Charola, era encaminhada pelo coroamento do muro do jardim (entenda-se, antiga muralha) até àquele local. A utilização do coroamento da muralha interna como aqueduto vem, assim, explicar o porquê da necessidade de alinhar o final da antiga rua pública pelo traçado recto da antiga muralha.

A utilização deste edifício como cisterna não chegou aos nossos dias, no entanto, é provável que a substituição da cobertura de duas águas por cobertura plana tenha sido motivada, ainda, por essa utilização (fig. 84).

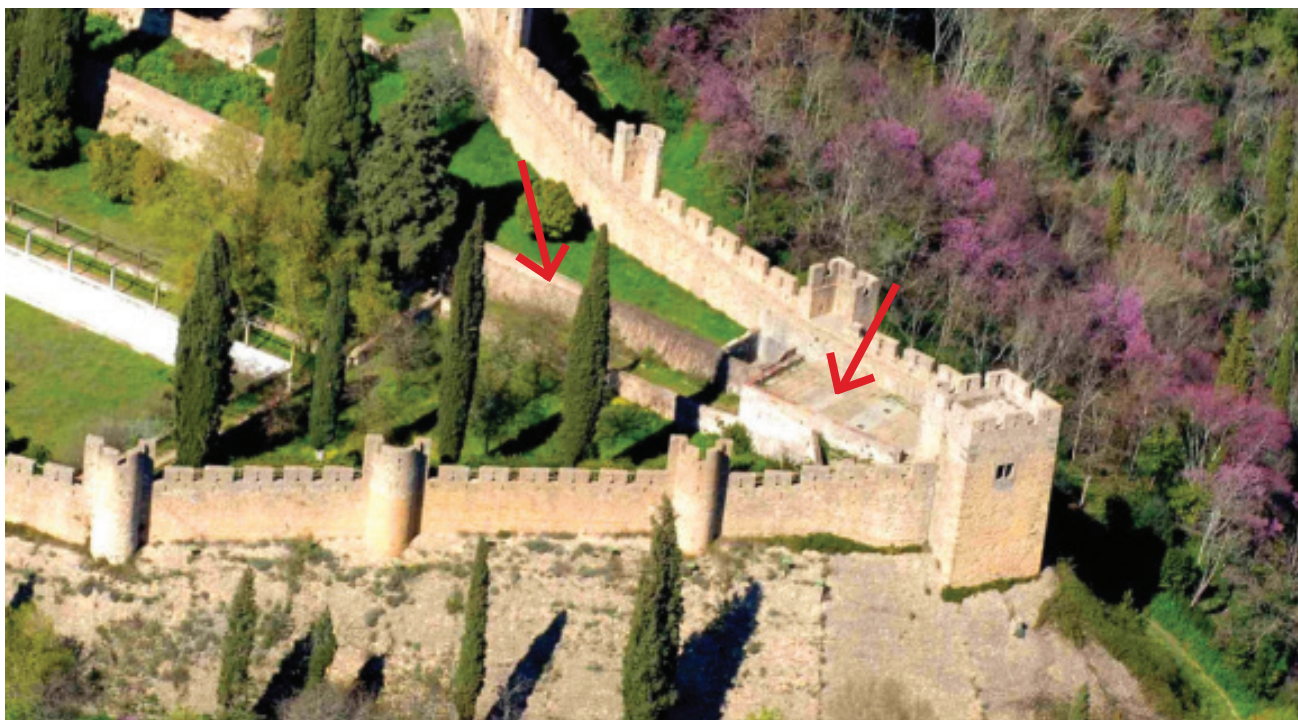


Fig. 84 Cobertura plana do edifício e muro com canelete de condução de águas.

Votado novamente ao abandono, e chegado aos dias de hoje em ruínas, o Paço do Vigário na Cerca não causa indiferença a quem a observa. Muito pelo contrário. Na mente de um qualquer observador mais ou menos atento existirá sempre a questão - qual a origem e utilização deste espaço? O que terá sido no passado? Para que serviu?

A antiga residência do Vigário na Cerca da vila surge-nos, assim, como uma espécie de fénix renascida das cinzas; como o último resistente; o último sobrevivente de um palco desaparecido que se traduzia no núcleo urbano intramuros; a verdadeira última testemunha, ainda que de forma efémera, do Tribunal do Santo Ofício na sombra do Convento de Cristo em Tomar.

A Casa Corrente

A aproximação ao final do período medieval coincide com o aparecimento, um pouco por todo o Reino, de núcleos populacionais organizados e assiste-se a uma verdadeira consolidação deste conceito de povoamento. Nesta altura, e por mais pequeno ou exíguo que ele fosse, contava sempre, na sua malha urbana, mais ou menos estendida, com edifícios que simbolizavam o poder religioso e o poder civil. Assim, no caso da cerca da Vila de Tomar, para além do edifício da igreja de Santa Maria do Castelo e do Paço Vicarial, existiam outros edifícios públicos, tais como a alcaidaria, a prisão, o tribunal, o mercado, os açougues, etc.

Colocam-se, então, questões fundamentais relativas à sua localização concreta.

- Onde se localizavam exactamente?

- Qual a relação urbana que estabeleciam com as demais edificações?

A documentação consultada permite identificar a localização, com exactidão, de um presídio na torre do Castelo³²³. (apesar dos vestígios físicos da sua existência terem sido completamente anulados com as intervenções de D. Catarina do séc. XVI) mas existe, contudo, uma grande falta de rigor na localização de outros espaços como os açougues existentes, sabendo-se, apenas, que se encontravam "*dentro da cerca da vila*"³²⁴.

Coexistia, com estes edifícios de carácter institucional, o casario comum, de carácter residencial. Era composto por diversas tipologias de construção cuja caracterização, até ao presente, é ainda desconhecida. À actualidade, não chegou qualquer vestígio de edifício ou ruína que testemunhe as habitações correntes existentes na cerca. A maioria da documentação existente relata doações e escambos de propriedades e imóveis existentes dentro da cerca mas não é acompanhada de qualquer tipo de descrição ou detalhe sobre o imóvel em si. As limitações inerentes às características da escrita da época³²⁵ restringem a utilização das mesmas sendo, ainda assim, importante a sua alusão em face do vazio de informação existente.

Assim, sabemos que em 1220, "*D. Justo doou à Ordem do Templo 7 casas*"³²⁶ que tinha junto ao Castelo de Tomar, pegados à muralha. (...) "*1271*". Outra doação é feita em 1271, por "*uma fidalga de nome Justa, senhora devotíssima das religiosas templárias, doou ao Convento de tais religiosas, as suas casas que tinha dentro da Cerca do Castelo de Tomar, junto da muralha, para que as tivessem para sempre*"³²⁸. Apesar da divergência e confusão na redacção dos mesmos, é plausível que estes dois textos se refiram à mesma doação. Este texto mostra ainda que o desenvolvimento/crescimento urbano dentro do perímetro das muralhas levou a que gradualmente, e numa fase em que as

³²³ AMT, 1137 - 1453, 1971, p. 35.

³²⁴ ANTT - MCO, L. 299, fol. 605.

³²⁵ Como refere Silvío Alves Conde, "*tal documentação considera sempre a casa como parcela de um património e fonte de um rendimento. Se lhe interessa, por isso, determinar com algum rigor a localização do bem, as suas confrontações, ou encargos e obrigações do seu foreiro, se, por isso mesmo, nos são dados – já tardiamente – o comprimento e a largura das casas, nunca é revelada a sua altura, desconhece-se muitas vezes se é térrea ou sobradada, raramente se faz menção do número de portas e janelas, dos materiais de construção ou dos tipos de cobertura e pavimento a que se recorreu, omitem-se em geral as particularidades da casa, excepto aquelas que o redactor do testemunho considera mais singulares*". CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 107.

³²⁶ "*Casa*" pode ser empregue num sentido genérico, englobando todo o espaço de habitação e mesmo dependências várias, mas também é possível que designe apenas uma divisão, ou um conjunto de divisões que constituem a construção principal. CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 107.

³²⁷ AMT, 1137 - 1453, 1971, p. 65.

³²⁸ AMT, 1137 - 1453, 1971, p. 126.

questões defensivas já não constituíam uma prioridade, se aproveitasse a solidez da muralha para a construção de edifícios.

Já a 9 de Fevereiro de 1448, "(...) *Leonor Fernandes, viúva de Gonçalo Afonso, Escrivão do Almojarifado, doou umas casas que tem na Cerca da vila, que partem com Azinhaga e Rua Pública. Os clérigos, em 13 de Fevereiro de 1448, tomaram posse delas na Cerca de Tomar*"³²⁹.

Em 1451 há notícia da existência de uma outra casa junto da Porta de Almedina, num documento de perfilhação que refere que, "(...) *Gonçalo Gil, morador na dita villa, na Cêrca, à Porta de Almedina, (...)*"³³⁰.

Em 1483, e por escritura de escambo, "(...) *João Alvares e sua Mulher Violanta Rodrigues trocaram com os clérigos de Santa Maria uma Casa na Cerca, em que moravam, partindo com Fernando Afonso de Feivem e com Quintal da Ordem e com ruas pubricas, por uma terra com oliveiras ao Ribeiro do Cerzedo*"³³¹.

Esgotam-se nos textos supra referidos as informações referentes à habitação comum na cerca de Tomar anteriores à sua transformação em espaço reservado do convento. Estes, embora parcos em descrições, permitem perceber uma ocupação contínua do espaço intra-muros, desenvolvendo-se desde a entrada na vila, na Porta de Almedina, até ao limite constituído pelas muralhas (fig. 85). No interior deste espaço muralhado, a formação dos lotes para a implantação das habitações estava fortemente condicionada pela orografia do terreno, pelo traçado viário e pelo limite físico "intransponível" que a própria muralha constituía.

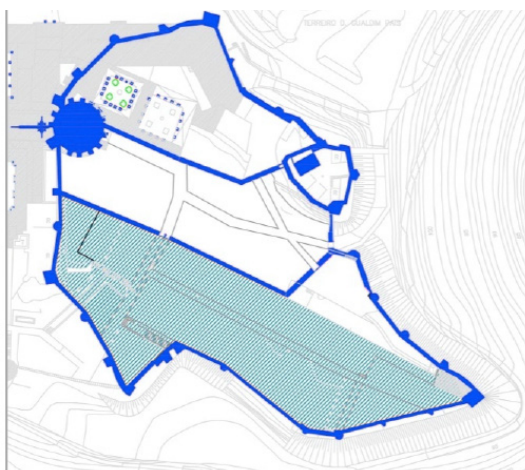


Fig. 85 Área de ocupação da Cerca da Vila de Tomar.

Perante a escassez de elementos disponíveis para uma aturada análise do tecido construtivo da vila intra-muros, a leitura da doação das casas de Frei António Perdigo³³² (datada de 1516) reveste-se de relevante importância para um primeiro olhar nas já desaparecidas habitações da cerca, considerando, contudo, que estes imóveis pertencem já, ao período da cerca conventual e são exemplo das residências da vila exclusivamente clerical.

³²⁹ AMT, 1137 - 1453, 1971, p. 463.

³³⁰ AMT, 1137 - 1453, 1971, p. 471.

³³¹ AMT 1137 - 1453, 1971 p. 52.

³³² Frei António Perdigo ou Perdigo foi capelão de D. Manuel I ANTT-OC/CT, Livro 35, Fol. LX" e freire clérigo do Convento de Tomar, SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 331.

Frei Perdigão doa ao Convento as suas duas casas, contíguas, e que confrontavam a nascente com casas do convento em que ora pousa frei P.e. dito Vassalo. e ao poente parte outro si com outras casas do convento em que ora pousa frei Alvaro Fernandes³³³ ao sul com a rua publica e ao norte com o terreiro³³⁴.

Uma análise à planta da vila permite constatar que estas edificações se localizavam a poente da via de ligação entre a porta de Almedina e o terreiro do Recebimento, uma vez que, a nascente da referida via, não era possível a construção de edifícios devido à existência de uma rua pública encostada à muralha que delimitava o terreiro³³⁵. Localizadas no extremo poente da vila, estas duas casas confinavam, a nascente e a poente, com outras casas pertencentes ao convento (relembre-se que a encomenda da Casa do Capítulo manuelina a João de Castilho data de 1521³³⁶ - em 1516 ainda não existia) e tinham a sul, frente com a rua pública (fig. 86).

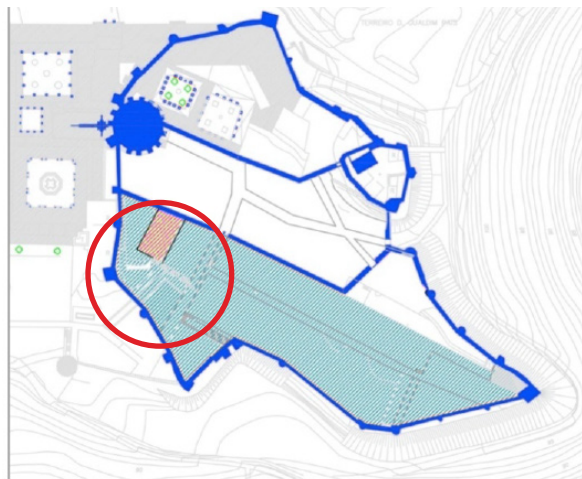


Fig. 86 Localização das casas de Frei António Perdigão.

Ambas as casas eram sobradadas, sendo, a primeira, onde residia frei Perdigão, a de maiores dimensões. De acordo com o texto, a sua casa tinha casa dianteira, com chaminé, cantareira, janela de assentar e duas câmaras, uma com janela de assentar e outra com uma chaminé e outra janela. Existia ainda um oratório fechado, uma janela sobre a rua e, no piso térreo, quatro lojas e um corredor por baixo do oratório. Na outra casa doada por frei Perdigão residia, à época, uma Maria Frenandez velha, que o servia. O imóvel tinha igualmente dois pisos e contava com quatro casas, duas por cima com sua chaminé, cantareira e janela de assentar e outras duas por baixo³³⁷.

Das características descritas ressalta logo a existência de várias chaminés. Até ao presente, e para a vila de Tomar, a utilização destes elementos estava apenas identificada nos aposentos do Vigário³³⁸. Como refere Luísa Trindade, "*O advento da chaminé reflecte um novo sentido de conforto*,

³³³ Frei Álvaro Fernandes foi Bacharel e freire clérigo do Convento de Tomar. SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 321.

³³⁴ ANTT – OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT – OC/CT, L. 53, fol. 33 e 34.

³³⁵ Veja-se a descrição das confrontações do Paço do vigário.

³³⁶ MOREIRA, Rafael, *A arquitectura do renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*. Vol.I, dissertação de Doutoramento, polic. Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 449.

³³⁷ ANTT – OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT – OC/CT, L. 53, fol. 33 e 34.

³³⁸ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 121.

*constituindo um elemento fundamental na evolução da casa de habitação entre a Idade Média e a Época Moderna. Adoptada ao longo de quatrocentos pelos estratos mais altos da sociedade, o seu volume e profusão é também sinónimo de prestígio e prosperidade*³³⁹.

Relativamente aos vãos e janelas, à sua eventual guarnição com portadas de madeira ou qualquer outro sistema de protecção, as descrições existentes são omissas. No entanto, há registos de que, *na casa corrente de finais da Idade Média e dos inícios da Época Moderna, o sistema mais vulgarizado seria o das portadas de madeira, embora tecido, pergaminho, oleados e encerados para uma maior transparência e resistência, também pudessem ocorrer*³⁴⁰. Também não existem quaisquer informações relativas aos materiais de construção utilizados nestas casas; no entanto, segundo Sílvio Conde, na construção comum em Tomar seria expectável a utilização de pedra, barro cozido em forma de tijolo ou telha, cal e madeira³⁴¹. O telhado, por exemplo, *seria de telha vã, ou seja, assente directamente no ripado, sem argamassa, e o telhado de duas águas*³⁴². A ausência de referências às cozinhas, adegas, celeiros e outros espaços pertencentes às referidas casas é uma das características da escrita e dos textos da época³⁴³, tão dependentes da sensibilidade do seu redator. Nesse contexto, repare-se, e em sentido inverso, na alusão ao compartimento do oratório existente na casa de frei António Perdigão. A inexistência de referências a pequenos anexos à habitação, também eles comuns à época, é, neste caso, motivada pela substituição dos mesmos pelas lojas referidas ao nível do piso térreo. Estas divisões destinam-se a locais de armazenagem e não à realização de actividades comerciais/artesanais, como normalmente estavam associadas nesta altura.

É possível que o acesso à área de residência localizada no primeiro piso pudesse ser feito por uma escada exterior localizada na frontaria do imóvel; no entanto, o facto de a descrição não referenciar a existência de um pequeno alpendre ou patamar antecedendo a entrada ao nível do primeiro piso, permite que se questione se esse acesso seria efectivamente realizado dessa forma. Coloca-se, por isso, a hipótese de essa comunicação ser feita por uma escada interior, à semelhança do que sucede no Paço do Infante e na generalidade da arquitectura civil destas faixas cronológicas.

Estas duas casas eram antecederidas de um espaço exterior, aparentemente comum, que se traduzia num patim ladrilhado com árvores³⁴⁴. A utilização do termo “patim” e não “quintal”, ou mesmo “pátio”, poderá reforçar a ideia de que esta área era de pequenas dimensões e não era murada. Efectivamente, e tal como acontece no Paço do Vigário, não se sabe se a propriedade era delimitada por muros, como era frequente. Poder-se-á, no entanto, pressupor, que se tratava de duas casas que não dispunham de área exterior, como acontece na vila de baixo ou na generalidade dos núcleos urbanos da época. Apesar de esta ser uma situação muito pouco comum no urbanismo do

³³⁹ TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p.66.

³⁴⁰ TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p.57.

³⁴¹ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 117 a 119.

³⁴² CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 121.

³⁴³ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 111.

³⁴⁴ ANTT – OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT – OC/CT, L. 53, fol. 33 e 34.

Portugal medieval³⁴⁵, existia um pequeno espaço dianteiro da habitação, de carácter privado, *um patim ladrilhado*, que servia de área de transição entre a via pública e as habitações.

A descrição refere ainda que todas estas casas [estavam] *"bem guarnecidas de paredes, sobrados, portais, portas³⁴⁶ e telhados. todo quase novo"*³⁴⁷. Este facto explica-se, eventualmente, com a transformação do casario da antiga cerca da vila de Tomar em residências privadas da nova vila clerical. Começa-se, assim, a associar estas descrições à existência de dois edifícios residenciais de qualidade habitacional elevada, enquanto reflexo do prestígio e estatuto do seu proprietário. Ao mesmo tempo, estas casas aproximam-se de um universo de conforto habitacional claramente próximo do período moderno³⁴⁸. As suas características enquadram-se na 4ª categoria de tipologia sugerida por Luísa Trindade (tendo por base o trabalho de Sílvio Conde), isto é, *"casa de dois (ou mais) pisos, com duas (ou mais) divisões por piso. (...) [Assistindo-se] a uma maior diferenciação do espaço interior. A subdivisão faz-se recorrendo aos "repartimentos", em regra de materiais frágeis como a taipa, o tabique, o "tavoado" ou os panos de armar, que, embora rudimentares, permitem atribuir a cada divisão uma função específica"*³⁵⁰.

Uma outra casa comum é identificada na propriedade pertencente ao Paço do Vigário³⁵¹, *"junto da p'imeira entrada te huuas casas sobradadas e som duas casas per baixo e duas per cima a p'imeira leva de longo três varas e meya e três de largo e a de dentro leva três varas de longo e outras três de largo. E estam hi quatro potes grandes. Três quebrados e huu saao e dous peqnos. os sobrados destas casas som do tamanho dellas, e estam ora mal repairadas"*³⁵² (fig. 87).

A mancha de implantação descrita no texto remete para polígono de implantação comum a muitos outros centros urbanos do país e mesmo na Europa medieval³⁵³. Ao contrário ao que sucedia na vila de baixo de Tomar onde Sílvio Conde identificou a forma quadrangular como o plígono de implantação mais comum nas casas tomarenses baixo-medievais. O mesmo sucede com a área útil das casas da vila de baixo³⁵⁴.

³⁴⁵ TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p.75.

³⁴⁶ Como refere Luísa Trindade, *"A porta ou portal é muito frequentemente a única abertura do andar inferior. As janelas reduzem-se ao mínimo indispensável e reservam-se, sobretudo, para o sobrado sem dúvida como forma de controlar a temperatura interior mas também por questões de segurança.* In, TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p. 66.

³⁴⁷ ANTT – OC/CT, L 35, fol. LX, LX/v e ANTT – OC/CT, L. 53, fol. 33 e 34.

³⁴⁸ TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p. 95.

³⁴⁹ TRINDADE, *A casa corrente em Coimbra*, 2002, p. 73.

³⁵⁰ Na Visitação de 1510, o visitador ordena que se *"reparassem as casas que estão junto da entrada em que agora "pousa" a caseira, as quais casas estão a cair e é necessário serem reparadas as paredes"*, Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, 1979, p. 116.

³⁵¹ ANTT-OCCT, L. 41, mf. 5145, fol. 3 e 3/v

³⁵² CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 114.

³⁵³ CONDE, *Tomar Medieval*, 1996, p. 115.

³⁵⁴ Frei Pedro de Abreu foi procurador da Ordem de Cristo, em 1468, e Escrivão da escrivania da Ordem de Cristo, em 1469, SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002 p. 427.

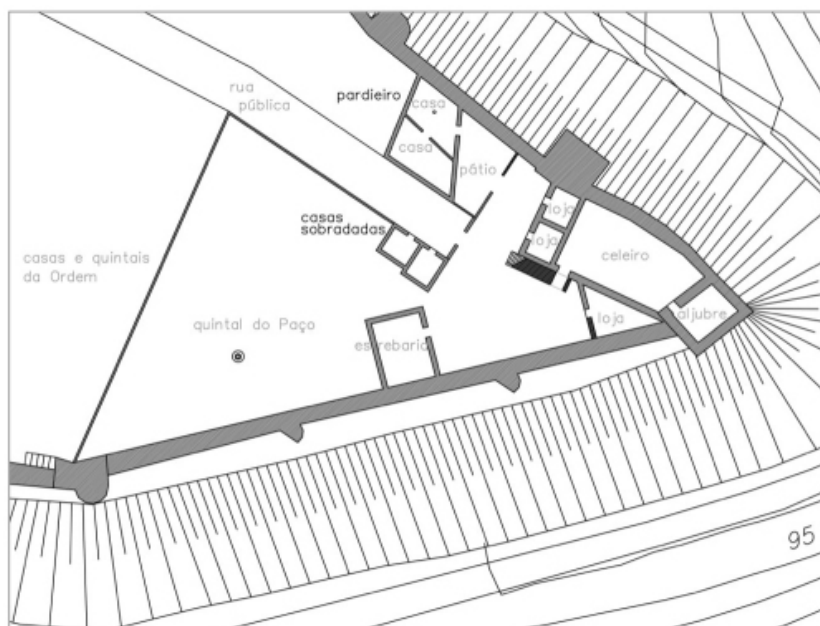


Fig. 87 Localização das casas sobradadas e do pardieiro descrito na propriedade do Paço do Vigário.

Ainda dentro da propriedade da vigaria, há registo de um pardieiro outrora pertencente a Dom Pero de Abreu³⁵⁵, que era constituído por um quintal e uma casa de duas divisões³⁵⁶ (fig. 88).

A residência de D. Diogo da Gama³⁵⁷ seria, num outro capítulo relativo aos edifícios notáveis da vila, um edifício que provavelmente se posicionaria a par com o paço do Vigário. Não é conhecida qualquer descrição ou informação sobre a referida residência, aparecendo apenas em algumas citações ou na introdução de alguns documentos^{358, 359}.

Nada mais se sabe sobre este edifício³⁶⁰ nem mesmo a quem pertenceu depois da morte do dom prior. Ele não é referido no testamento de Dom Diogo, o que poderá pressupor que tivesse havido lugar a uma doação anterior provavelmente em benefício do Convento, como aconteceu com as casas de frei António Perdigão.

³⁵⁵ Frei Pedro de Abreu foi procurador da Ordem de Cristo, em 1468, e Escrivão da escrivania da Ordem de Cristo, em 1469, SILVA, *Ordem de Cristo (1417-1521)*, 2002, p. 427.

³⁵⁶ "Hua casa o ve pa Rua de NO amado e parte co casas de p lopes e com pardieiro do dito nO amado e co rua pca e co o dito quintal. Já o dito pardieiro coprou o dito Vigro do frei pO dabreu por seu dinros. Segundo se cote e hua scritura p. ca o esta e este tobo. E o cercou co todo o quintal de parede de pedra e o qual pardieiro soião estar duas casas e o dotou e leixam todo a orde e Vigra co boa votade". ANTT-OCCT. Mç. 52, doc. S/N.

³⁵⁷ Fr. Dom Diogo da Gama foi prior do Convento de Cristo de Tomar e administrador perpétuo do Mosteiro de São Jorge de Coimbra. ALVES; CUSTÓDIO, MARQUES, *D. Diogo da Gama*, 2010, p. 25.

³⁵⁸ "(...) saibam todos os o este istº darrendamento vire que no ano do Snor de myl bc XX aos XX dias do mês de mayo dentº na cerca desta villa de thomar nas pousadas do Rdo Snorº dom Diogo da Gama dom p'or do Convento da dita villa (...)", ANTT-OCCT, L 53, Fol. 81.

³⁵⁹ Na abertura do seu próprio testamento, "SAibham quamtos este estromento de fee e certidão (...) virem que no anno do nascimento de nosso S.or Jhesuu Christo de mil e quinhentos e vymte e três anos aos XXb dias do mes de Janeiro em esta vill de Tomar em a cerqua da dita villa em as casas da morada de dom Diogo da Gama do prior do convento de Christos (...) por entam ffaleçer ho dito dom prior". ALVES; CUSTÓDIO; MARQUES, *D. Diogo da Gama*, 2010, p. 52.

³⁶⁰ Ressalve-se a referência no testamento feito ao seu órgão pessoal localizado na sua própria câmara – "leixo ao dom prior que apos mym vier os órgãos que estam na câmara omde oro (sic) pouso pera ter Rezam de oulhar pollo que toca a minha alma". ALVES; CUSTÓDIO; MARQUES, *D. Diogo da Gama*, 2010, p. 71.

Em Outubro de 2010, numa empreitada de requalificação de sanitários localizados no laranjal (próximos da ruína da casa do capítulo mas numa cota inferior), foram identificadas estruturas construtivas referentes a um outro edifício. Embora a área alvo de sondagem não compreenda a totalidade do edifício, para a responsável pelos trabalhos arqueológicos *"Podemos contudo afirmar que foi posto a descoberto um edifício notável, pela qualidade construtiva, pela sua localização num socalco da encosta Este da Almedina e dominando a porta de ligação entre a vila e o Pátio Central, o qual ao nível superior (piso 1) se articula com uma antiga rua lateral (W/E) e ao nível do piso térreo parece ladear o principal eixo viário que atravessa a Almedina em direcção ao Pátio e à Alcáçova.*

Ao observamos a iluminura quinhentista já citada, vemos o casario da vila intra-muros do lado esquerdo, observando-se edifícios na área contígua ao local onde hoje se situa a Casa do Capítulo e parte de um edifício nobre que parece ter uma torre. Será que a descoberta de parte de um edifício notável na nossa sondagem poderá corresponder a esta representação?"³⁶¹ (fig. 88).



Fig. 88 Localização da sondagem arqueológica.

À pergunta de Ana C. Dias poderão acrescentar-se outras de igual pertinência: poderá, este edifício notável, ser a residência do prior do Convento? Poderá ser esta a casa de Dom Diogo da Gama?

Aos elementos documentais elencados deve ainda acrescentar-se o poder descritivo da iluminura da Leitura Nova. As casas aí representadas têm formas rectangulares (com a excepção da torre) organizadas de topo com a muralha. São casas com mais de um piso, aparentemente 2, em que as fenestraçãoes aparecem ao nível do primeiro piso. As coberturas são em telha e os telhados de duas

³⁶² DIAS, Ana Carvalho, *O Castelo Templário e o Convento de Cristo à luz das recentes escavações arqueológicas*, Atas do I Colóquio Internacional de Cister, Os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos da transição, Instituto Politécnico de Tomar, 2012, p. 318 e 319.

águas (exceptua-se a pequena torre). Não é perceptível a existência de áreas exteriores anexas às casas, como quintais ou pátios, e o lote parece ser ocupado com a construção do edifício desde a rua pública até ao muro da muralha (fig. 89 e 90).



Fig. 89 Representação das habitações comuns na Cerca da Vila (Illuminura da .Leitura Nova).

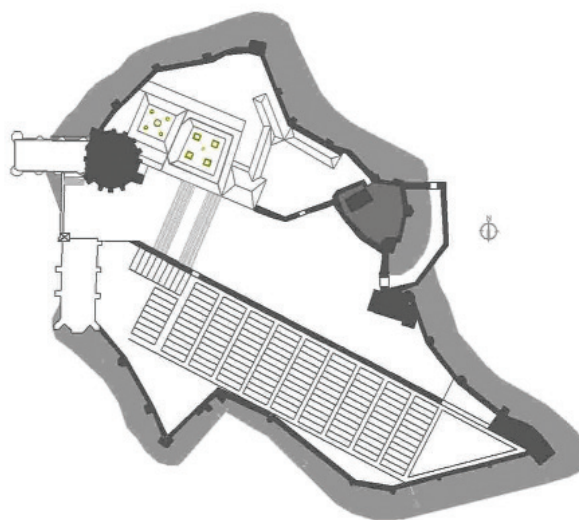


Fig. 90 A Vila Clerical de Tomar.

Os elementos recolhidos sobre a casa comum da cerca da vila de Tomar e que depois de 1499 se transformaram nas residências de clausura dos freires conventuais, mostram características semelhantes às habitações comuns existentes em outros centros urbanos muralhados. Inserem-se, sempre, em lotes estreitos e compridos, totalmente preenchidos por construção, e multiplicam-se em mais do que um piso, encostando-se às edificações.

Contudo, importa realçar que as casas da cerca que aqui foram observadas exibem parâmetros de conforto que não são vulgares nos outros locais. O uso, aparentemente vulgarizado das chaminés, a utilização de elementos como janelas de “assentar”, portas e portais, cantareiras, ou espaços como o oratório fechado, ou ainda, a utilização de alvenarias de pedra aparelhada na construção destes imóveis, mostram que estas casas não obedeciam a princípios básicos de economia e que não eram respostas directas a necessidades de abrigo e armazenamento. As casas utilizadas na clausura do convento são casas confortáveis, de dimensões razoáveis e exclusivamente destinadas à habitação.





CAPÍTULO 3

O Convento de Cristo 1420-1521

A IGREJA

A Igreja do Convento

Em 1420, quando o Infante D. Henrique é nomeado Regedor da Ordem Cristo, a sede desta organização estava instalada na antiga fortaleza e Sede da Ordem dos Templários, em Tomar. Desde o início da sua regedoria, o Infante define uma estratégia para a Ordem que resulta não só na sua reforma estatutária mas, também, na redefinição física da Sede da Ordem. *"El ynfante don Enrique otavo maestre y administrador queiriendo poner enfacion esta orden pasarlos freyles clérigos aloalto del castillo y que hiciessen eloficio divino alli y fundarles moradas e que fuese monasterio (...)"*³⁶².

À semelhança da grande maioria das fortalezas que foram sede da Ordem do Templo, também no interior da fortaleza de Tomar existia uma igreja, sendo esta particularidade igualmente visível nas fortalezas da Coroa de Aragão, Catalunha, ou mesmo nas construídas pelos Cruzados na Terra Santa. Edificadas segundo uma linguagem arquitectónica do período românico de transição, são estruturas sólidas, austeras e próximas da estética cisterciense, todas elas construídas em alvenaria de pedra e orientadas canonicamente³⁶³. O caso de Tomar ganha particular destaque e relevância com a adopção da tipologia de rotunda, sendo imediata a alusão mítica na edificação do templo. Como refere Paulo Pereira, *"Ter-se-á pretendido reproduzir a "imagem" do Santo Sepulcro de Jerusalém"*³⁶⁴ (fig. 90 e 91). Na sua génese poderá ter estado implícita a sua utilização como local de sepulcro³⁶⁵ onde alguns dos túmulos se dispunham ao longo das faces ou capelas do deambulatório. A oferta da relíquia de São Tomás a este templo³⁶⁶ (actualmente no Museu da Sé de Lisboa) por D. Gualdim Pais reforçou o simbolismo deste possível panteão, uma vez que o seu primitivo nome era o da evocação do mesmo santo - igreja de São Tomás³⁶⁷.

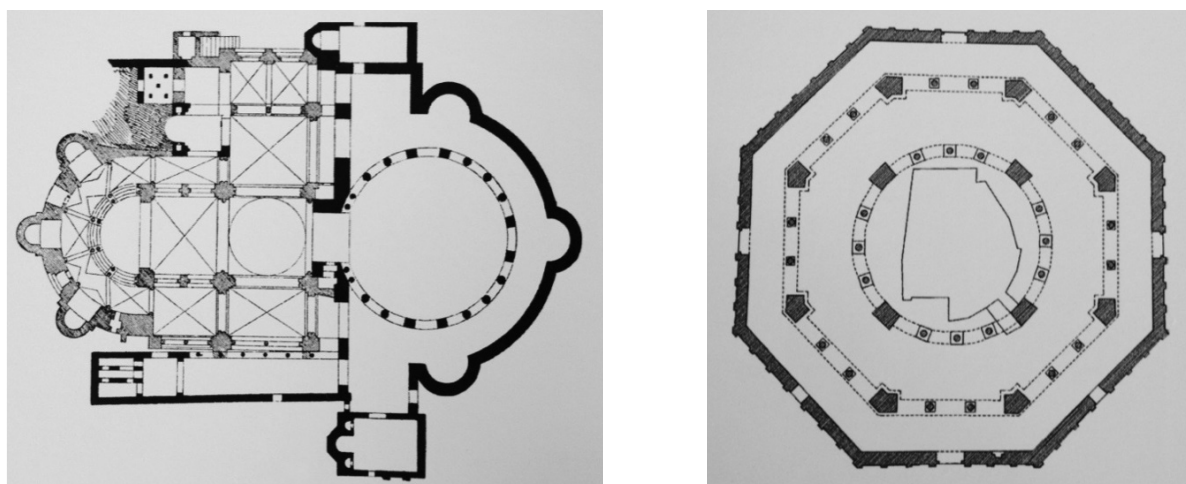


Fig. 90 Planta do Santo Sepulcro e Mesquita de Omar. (Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, GEOS/Câmara Municipal de Palmela, 2012.

³⁶² AUAMOC, vol. I, Tomo, Tipografia António Gouveia, tomar, 1959, p. 32.

³⁶³ PUIG i CADAFALCH, *Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple*, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, GEOS/Câmara Municipal de Palmela, 2012, p. 896.

³⁶⁴ PEREIRA, Paulo, *A Charola do Convento de Cristo de Tomar, Iconologia da Arquitectura*. O Brilho do Norte, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2014, p. 76

³⁶⁵ PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 341.

³⁶⁶ ROSA, *História de Tomar*, 1988, p. 44.

³⁶⁷ GUIMARÃES, Vieira de, *A Ordem de Cristo*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1901, p. 114.

Originalmente, esta estrutura construída desenvolvia-se em dois pisos (fig. 92), não sendo, contudo, de excluir uma ocupação inferior à cota da igreja, possibilitada pela configuração topográfica do terreno (fig. 93). Esta situação não é exclusiva a Tomar, uma vez que as construções inseridas no interior de uma fortaleza eram normalmente edifícios de dois ou mais pisos, encontrando-se a igreja localizada no andar nobre³⁶⁸. Exemplos de arquitectura templária como Barbéra (Tarragona, Espanha), Miravet (Tarragona, Espanha) e Safita (Síria) (fig. 94) documentam estas ocupações, sendo Safita o exemplo que mais se aproxima do caso de Tomar, não só pela existência do andar superior à igreja mas, também, pela possibilidade que introduz da existência de uma nascente ou cisterna no piso inferior à igreja. Efectivamente, os varrimentos por geo-radar efectuados no pavimento da Charola³⁶⁹, e desenvolvidos no âmbito desta investigação, não afastam a hipótese da existência de água sob o solo neste local. A análise da construção de uma estrutura abaluartada sobre uma nascente de água permite concluir, também, e sob o ponto de vista de uma estrutura militar, que essa é a forma mais eficaz de proteger o abastecimento de água no interior da fortaleza.



Fig. 92 Iluminura de 1503 com a representação do segundo piso do edifício da igreja.

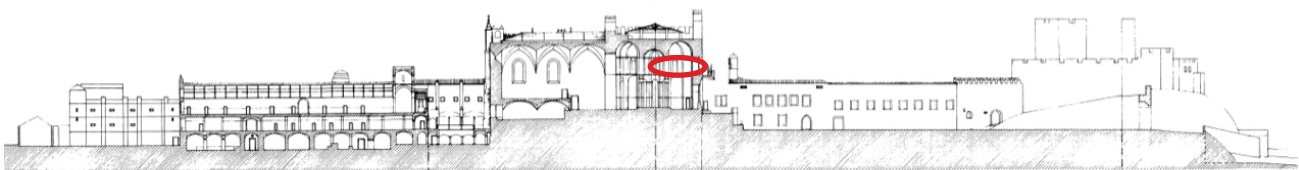


Fig. 93 Corte transversal do convento (actual), com indicação da possível cota de ocupação inferior.

³⁶⁸ PUIG i CADAFALCH, *Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple*, Freires, Guerreiros, Cavaleiro, 2012, p. 874.

³⁶⁹ As leituras de geo-radar foram efectuadas pelo Instituto Politécnico de Tomar, com o apoio do Prof. Rui Gonçalves.

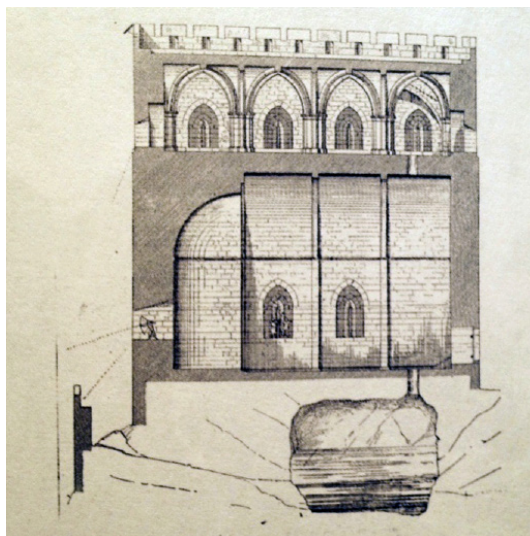


Fig. 94 Corte transversal da igreja de Safita com a representação da cisterna sob o pavimento da igreja.

Se a confirmação de uma cisterna ou nascente sob a Charola carece de trabalho de trabalho de investigação autónomo, a existência de um piso sobre a igreja é uma realidade documentada. Duas iluminuras do início do século XVI documentam visualmente este espaço sem, contudo, identificarem a sua ocupação. A denominada escadaria militar, construída entre paredes no lado norte do edifício, mostra que o acesso a este espaço só poderia ser trancado por dentro e por alguém que subisse a escadaria. Embora os extremos da escadaria (piso térreo e piso da cobertura) tivessem sido alterados (fig. 95) em época posterior, a verdade é que existem vestígios de portas e de encaixes de trancas em madeira em três níveis da escadaria. Isto poderá sugerir que, em caso de tomada da fortaleza por parte do inimigo, este piso seria o último reduto de defesa, onde os cavaleiros se podiam trancar por dentro à medida que iam subindo a escada. Por outro lado, o Tombo dos Bens e propriedades da Vigairaria de Tomar refere que, "*per bem da dita raçom que asi quero que de mym aja teera carregado das escrituras da dita hordem que estam na torre do dito convento e darra dellas bom conto como quando lhe per mim for mandado*"³⁷⁰. Em 1468, data em que este texto foi escrito, a torre do convento não poderia ser outra que não a do edifício da Charola, pois todas as outras tinham denominação derivada da sua função ou uso. Como se conclui também, na segunda metade do século XV, e até à derrocada da cobertura em coruchéu, o andar superior da Charola era ocupado pelo cartório da Ordem.

³⁷⁰ ANTT - OCCT, L41, fl. 40 v.



Fig. 94 Escadaria militar, acesso à nave manuelina e ao piso superior da Charola.

De acordo com as normas estatutárias da Ordem, o Infante D. Henrique define o seu novo convento tendo por base a norma cisterciense.

D. Henrique elege a Charola templária como a igreja do seu novo complexo conventual optando, assim, por um templo de planta centralizada e não rectangular, o que contraria o pré estabelecido pela regra cisterciense. A adaptação deste antigo oratório ao normativo conventual cisterciense obrigou a que o Infante tivesse mandado fazer: "*Côro no arco que ora (1542) está, com que tomou 2 panos dos 16, os que estão defronte do arco altura do andar do Convento da Capela que está contra poente, o qual fez debaixo do dito arco no massiço da parede, de uma braça, pouco mais ou menos, o qual acrescentou uma pequena sacada sobre a mata, e outra sobre a Igreja. Era o Côro de 6 varas de longo e 5 de largo. A serventia deste Côro fez no outro pano que está pegado, da banda do norte, e lançou escada pelo grosso da parede*"³⁷¹. Porque na Ordem "*se guardavan el rito antigo porquelatribuna o coro adondese juntava el clero herapegado conel altar mayor*"³⁷². A introdução deste coro garantia a separação física entre leigos e religiosos (fig. 96, 97 e 98).

³⁷¹ AMT, 1454-1580, 1972, p. 281.

³⁷² ROMAN, Fr. Jerónimo, *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo e Avis*, Cood. Paula Pinto da COSTA, Militarium Ordinum Anacleta, Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2008, p. 77.

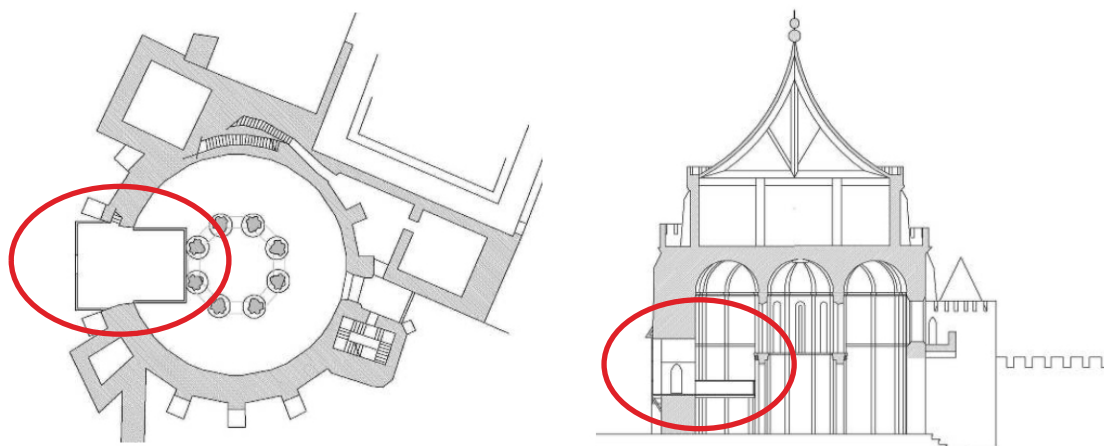


Fig. 96 e Fig. 97 Planta e corte da Charola com a localização do coro alto henriquino.

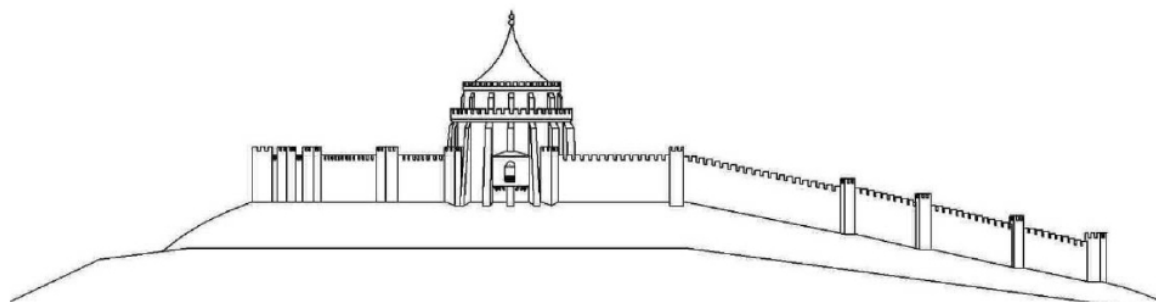


Fig. 98 Perfil poente do Castelo com a inserção do Coro Henriquino.

O remate da abertura efectuada nas duas faces poentes da charola para a inserção do coro constitui-se, hoje, como a sua única memória física. É definido com perfil interior nervurado e rematado por uma base que, possivelmente, testemunha a sua cota de inserção (fig. 99 e 100). A geometria regular desta estrutura, 6 varas de longo e 5 de largo³⁷³, é indicativa de que o coro deveria ter o seu limite nascente junto ao tambor do altar apoiado sobre colunas encontrando-se, a poente, apoiado na parede.

³⁷³ AMT, 1454-1580, 1972, p. 281.



Fig. 99 e Fig. 10 Arco nervurado de união das duas faces poentes da Charola, abertas para a inserção da estrutura do coro henriquino.

A transformação da Charola em igreja conventual não se limitou à inserção do coro para os clérigos pois foi também necessário garantir que todas as articulações funcionais e regulamentares³⁷⁴ se encontrassem acauteladas. No primeiro tramo a seguir ao coro henriquino, e do lado norte³⁷⁵ onde hoje se localiza a Capela de Jesus, estabelecia-se o acesso ao coro alto e à sacristia; com dois tramos de intervalo abria-se uma comunicação directa com o claustro do Cemitério, onde hoje se encontra o túmulo de D. Diogo de Souza; mais dois tramos de intervalo e localizava-se o acesso à capela de D. Vasco de Almeida; imediatamente a seguir, a porta de entrada dos leigos; no tramo seguinte a porta de acesso à Torre Sineira, que posteriormente foi transformada na capela de Nossa Sr. dos Anjos e, no último tramo, que antecedia o coro, era a porta de acesso ao torreão, posteriormente transformado em Capela de São Jorge³⁷⁶ (fig. 101).

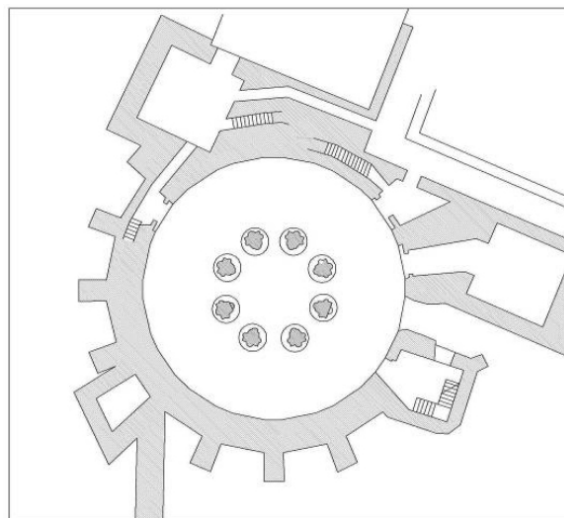


Fig. 10 Planta do piso térreo da Charola com a indicação das suas portas de comunicação.

³⁷⁴ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en el Occidente*, Barral Editores, Barcelona, 1974, p. 132.

³⁷⁵ AUAMOC, Vol.I, 1959, p. 70.

³⁷⁶ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 74.

Estavam assim estabelecidas as principais comunicações entre a igreja, as dependências conventuais e o exterior (relembre-se que nesta altura a porta de entrada na Charola é actual janela nascente). Para os religiosos era estabelecido um percurso autónomo desde o claustro até ao interior da igreja e ao coro; para os conversos, uma entrada individual, também a partir do claustro; para os leigos, a porta nascente que comunicava com o terreiro do recebimento. No universo da arquitectura cisterciense, o aparente obstáculo causado pela irregularidade planimétrica da Charola era assim ultrapassado, sendo garantido, aparentemente, o normal funcionamento das práticas litúrgicas conventuais. Isto porque a centralidade da planta e a porta de entrada dos leigos localizado a nascente, inviabilizava a possibilidade de ser estabelecido o percurso simbólico tradicional, das ocidente até à luz do Oriente. É esta a principal característica que excepciona a Charola da igreja do plano tipificado das estruturas conventuais.

O espaço de celebração organizava-se a partir do centro, onde estava o altar, o que possibilita a leitura da Charola como palco de uma cerimónia “centralizada”. Os templos de planta centralizada com deambulatório estão normalmente associados a rituais de adoração de relíquias, “*a ênfase de um centro do mundo agenciado através de objectos que o representam pelo carácter sagrado, e à noção de morte e ressurreição*”³⁷⁷. Neste caso trata-se de baptistérios e de túmulos ou monumentos funerários, uma vez que ambos se reportam a uma mesma realidade: morrer para um determinado tipo de vida (material ou profana) e renascer para outra mais elevada (eterna ou espiritual).

A possibilidade dessa dupla função, templo fúnebre e local de celebração litúrgica, surge tendo por base a igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém e replicada noutros locais na mesma época da Charola, como é exemplo o Santo Sepulcro de Cambridge (construído em 1130) (fig. 102 e 103), ou no Santo Sepulcro de Torres del Río (construído em 1170)³⁷⁸ (fig. 104 e 105).



Fig. 102 e Fig. 103: Igreja do Santo Sepulcro de Cambridge (imagem exterior e interior).

³⁷⁷ LEITE, Sílvia, *A arte do Manuelino como percurso simbólico*, Caleidoscópio - Edições e Artes Gráficas S. A., Lisboa, 2005, p. 192.

³⁷⁸ LEITE, *A arte do Manuelino como percurso simbólico*, 2005, p. 194.



Fig. 10 e Fig. 10s Igreja do santo Sepulcro de Torres del Rio.

Fica assim evidente que, ao escolher a Charola como a igreja do seu novo Convento, D. Henrique demonstra a intenção de adoptar este principio ritualista/celebrativo na redefinição estatutária da sua Ordem. Apesar de promover a construção do claustro do Cemitério destinado a local de enterramentos, e de a Igreja de Santa Maria dos Olival ser o panteão da Ordem do Templo e de Cristo quase até à sua extinção, o Infante insiste em levar para o interior da igreja aqueles que mais considera, como o seu antecessor, D. Lopo Dias de Souza³⁷⁹ e D. Vasco de Almeida³⁸⁰.

A igreja conventual henriquina, definida numa linguagem ascética e provavelmente desprovida de cor e ornamento, contrariou o gosto do novo Regedor da Ordem, D. Manuel I. Desde o início da sua regedoria que o Venturoso promove uma série de campanhas de obras de redefinição e de enriquecimento artístico do espaço, que só irá terminar com a sua morte.

Logo em 1495 D. Manuel enviou ao convento uma oferta que incluía paramentos e alfaias religiosas, retábulos, aras sagradas, reposteiros, panos de altar, entre outros. Destaca-se nesta lista o envio de 7 aras sagradas; 3 frontais para os altares pequenos, que estão de redor da Charola³⁸¹, que indiciam, por um lado, a existência de três altares no deambulatório e, por outro, a intenção de constituir mais sete novos altares nas faces exteriores do deambulatório.

³⁷⁹ “em sua morte seu corpo por mandado do Senhor Infante Dom Henrique foi trazido a este Convento e lançado em uma honrada sepultura metida na parede do Evangelho”, AMT, 1137-1453, Vol. VIII, 1972, p. 281.

³⁸⁰ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 81.

³⁸¹ “Estas cousas enviou o Snr. Duque para o Convento. (...) idem. outra vestimenta de damasco preto com almategas, todas compridas de um teor, somente lhe falece o manipolo. (...) Idem. Um manto de carmesim de divisa de espera com estola, e manipolos. Idem. 4 capas a saber, 3 de brocado e uma de damasco preto sem capelo. Idem. 6 coxins de veludo carmesim. Idem. 4 coxins, 2 de brocado carmesim, e 2 de cetim azul raso. 2 capelos de brocado e a sobreditas almategas. Idem. Uma alva com seus regaços de cetim raso pardo com seu cinto. Idem. 2 coxins de veludo negro. Idem. Mais dois coxins de brocado. Idem. Um capelo de damascobranco. Idem. 7 aras sagradas. Idem. 27 cordões de vestimentas bentas. Idem. Uma corrediça de cortinas de cetim raso verde e vermelho de 3 panos e meio, e de 3 côvados cada pano. Idem. Um pano de cetim raso azul, de 4 panos de 4 côvados menos sesma de comprido. Idem. Um reposteiro a metade de veludo verde e roxo e a outra metade de cetim aleonado com suas letras em cima, guarnecido com troçais de ouro, e as armas do dito Senhor na metade; e é forrado de pano de linho branco. Idem. Um tribulo de prata branco, que pesa e marcos e meio, e meia onça de prata. Uma cortina pera o Altar-Mor de damasco do mesmo teor e das cores da dita cortina. Idem. 3 frontais para os altares pequenos, que estão de redor da Charola, do teor da mesma cortina. Idem. 4 retábulos, a saber, hum da Nascimento de Nosso senhor quando os 3 magos vieram a orar; e outro quando o anjo veio visitar Nossa Senhora; e outro de Nossa senhora que está dando de mamar a seu Filho, etc.”, AMT, 1137-1453, Vol. VIII, 1972, p. 66 e 67.

O deambulatório exterior da Charola desenvolvia-se em 16 tramos. Dois estavam ocupados pelo coro, cinco com vãos, três com altares; um com o túmulo de D. Lopo e precisamente sete sem identificação específica. As sete aras sagradas seriam, então, destinadas a estes tramos do deambulatório.

Quatro anos mais tarde, em 1499, e já como rei, o Regedor elaborou uma relação de obras que incluía as pinturas murais que, ainda hoje, conferem à igreja um carácter de excepcionalidade. Daquela listagem encontramos vestígios dos “*verdugos desda chave de cima atee baixo e os campos dazul com suas rosas e estrelas a douro*”³⁸², nos pilares entre paredes, do lado nascente do deambulatório, nos baldaquinos e abóbada do tambor central e na parte inferior da varanda do recebimento (figs. 106, 107 e 108). Em todos estes casos, a tonalidade de azul é a mesma ou muito semelhante. No que concerne ao acabamento das rosas e das estrelas pode variar a sua execução entre a simples pintura, a moldagem de cera ou o estuque com folha de ouro sobreposta (figs. 109, 110 e 111).

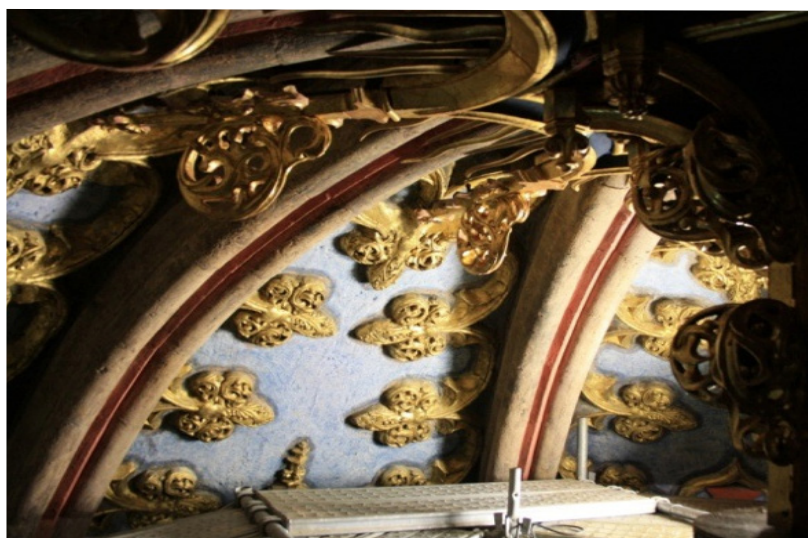


Fig. 106 e Fig. 10 Vestígios da primeira campanha de pinturas parietais na abóbada e baldaquinos do tambor central da Charola.



³⁸² “*Mandares pintar a charola do convento de dentro e de fora a saber os verdugos desda chave de cima atee baixo e os campos dazul com suas rosas e estrelas a douro (...). Ytem nos arcos da dita charola que estam abertos mandares fazer humas grades de ferro douradas*”. AUAMOC, Vol. II, 1943, p. 27.



Fig. 10 Pintura na abóbada da varanda do Recebimento.



Fig. 10, Fig. 11 e Fig. 11 Vestígios de execução de estrelas e flores em pintura, cera e estuque.

Importa aqui referir que a leitura de todo este cromatismo e toda esta pluralidade de técnicas e recursos plásticos e estilísticos só se tornou possível após campanha de conservação e restauro iniciada em 1995 e que decorreu na Charola durante 25 anos.

A moldagem de flores, estrelas e losangos em cera aplicadas sobre pedra era normalmente feita com recurso a formas/moldes. Os de maiores dimensões eram os losangos que se perderam quase integralmente, e os de menor dimensão, as estrelas e flores, ainda hoje se observam no interior e exterior da Charola. Os mesmos motivos feitos em estuque tomam particular relevo na abóbada do tambor central onde flores-de-liz douradas a folha de ouro se dispõem em convergência com a chave da abóbada (fig. 112).



Fig. 111 Abóbada do tambor central da Charola. Execução de flores-de-lis, cruces de Cristo e esferas armilares em estuque, cobertas a folha de ouro ou policroma.

A aplicação de cor directamente sobre pedra é identificada nesta intervenção na decoração azul que serve de base às estrelas douradas, como se se tratasse da representação do céu. Mais tarde, já no período da regedoria de D. João III, a utilização desta técnica é aplicada no claustro de Santa Bárbara, onde a maioria dos capitéis, mísulas no arranque dos arcos rebaixados e chaves de abóbada apresentam fortes vestígios de cor vermelha aplicada directamente sobre a pedra ³⁸³. Alguns dos arcos apresentam também vestígios de uma cor ocre fazendo crer que entre estes elementos estruturais haveria um jogo cromático com as duas cores.

³⁸³ Esta informação foi divulgada pelo Conservador-Restaurador José Artur Pestana, durante a campanha de conservação e restauro terminada em 2013.

Nas paredes da igreja outras campanhas de pinturas parietais foram executadas sobre a pedra (fig. 213), a utilização de padrões geoméricos, alguns de influência mudéjar podem ser atribuídas igualmente a esta mesma campanha de obras. Esta afirmação pode ser feita com algum grau de certeza uma vez que ,os vestígios que subsistem no acesso ao cartório da Ordem, no piso superior à Charola e desaparecido após 1508 (fig. 214), utilizam a mesma linguagem e técnica. A mesma campanha abrangeu também o claustro da Lavagem e a sala dos Paços do Infante , integralmente revestidos com esta decoração a fresco de padrões gemoétricos estampilhados (figs. 215 e 216).



Fig. 21 Pormenor das pinturas murais da Charola onde se observa um primeiro registo de padrão mudéjar.



Fig. 21 Pormenor da pintura da abóbada do corredor de entrada no Cartório da Ordem, localizado piso superior da Charola.



Fig. 21 e Fig. 21: Pormenor das pinturas murais do Claustro da Lavagem e da Sala dos Paços do Infante onde se observa uma pintura de gosto mudéjar.

Estes padrões, realizados através da utilização de estampilhas eram frequentes na transição do século XV para o século XVI, podendo estabelecer-se paralelo da situação existente em Tomar com a capela da Glória da Sé de Braga (fig. 217 e 218), onde a decoração mural reveste integralmente o seu interior. Esta técnica é encontrada, também, no Palácio da Vila em Sintra ou na greja da Graça em Santarém, para apenas referir escassos exemplos de um universo comum no reinado de D. Manuel.



Fig. 21 e Fig. 21: Fragmentos de pintura com padrões mudéjares na Sé de Braga.

A introdução da linguagem renascentista da decoração teve enorme importância como sinal de modernidade e de poder e impôs-se muito rapidamente, relegando este tipo de decoração para segundo plano ou fazendo-o mesmo esquecer, sendo este o provável motivo para que estes apareçam por debaixo de outras decorações renascentistas ou, até mesmo, escondidos por espessas camadas de cal.

Ainda na pintura mural, e relativamente a este período de intervenções, na varanda sobre o recebimento é utilizada a representação figurativa. Nesta situação temos a utilização das três técnicas em simultâneo: a cor sobre pedra na tonalidade de azul de base; as estrelas em cera aplicada sobre pedra - a estampilha na moldura que envolve o quadro central representado; e a pintura figurativa, nos dois anjos que seguram o escudo com a Cruz de Cristo (fig. 219, 220 e 221).



Fig. 21 Aspecto geral da abóbada inferior da varanda sobre recebimento.



Fig. 22 e Fig. 22 Pormenores da abóbada da varanda do Recebimento.

À mesma campanha de obras parecem pertencer os estuques chamados planos, mas com relevo, existentes nos tramos superiores das faces do deambulatório (fig. 322). A coerência de execução destes elementos com o vão existente no tramo superior poente e, posteriormente entaipado com a construção da nave manuelina, pressupõe uma intervenção anterior à construção da referida nave (fig. 323). Estas placagens são, em alguns casos, rematadas por placas com meninos em grinalda com folhas de figueira, ou serafins, com aplicação de camada cromática ou folha de ouro.



Fig. 32 Estruque com fundo cinza.



Fig. 32 Placas de estuque e vão entaipado.

A Nova Igreja do Convento Manuelino

Quando em 1508 uma forte tempestade assolou a região de Tomar e provocou a queda da cobertura em coruchéu da Charola, as intervenções encomendadas por D. Manuel já estavam terminadas. As diversas intervenções de conservação e restauro executadas neste espaço desde 1995 e terminadas em 2013 colocaram em evidência registos provenientes da encomenda feita por D. Manuel em 1499, e testemunham a sobrevivência daquela intervenção não só à tempestade do início de Quinhentos, como às inúmeras caiações e repinturas de que foi alvo no passar dos tempos. Os danos causados pela derrocada do coruchéu deverão ter sido de dimensão bastante considerável e terão provocado, entre outras coisas, a destruição do coro henriquino³⁸⁴.

Não se sabe o que aconteceu logo após 1508, nem quantas soluções ou projectos foram apresentados para o local, conhecendo-se apenas uma carta de D. Manuel enviada a D. Diogo de Braga³⁸⁵, datada de 1510, dando indicações precisas sobre a construção de um novo coro. Nessa carta, não é feita qualquer alusão à igreja ou ao convento o que pressupõe que este documento não é um acto isolado mas, sim, um elemento pertencente a um conjunto de documentação prévia, hoje desaparecida ou desconhecida, que pré-definiu a relação/implantação da nova estrutura com a pré existente.

A construção de um novo edifício para o coro, a denominada nave manuelina, possibilitou a reconfiguração da igreja conventual. As duas faces poentes do deambulatório, antes abertas só até à altura do primeiro piso do claustro do Cemitério, foram rasgadas até à cota de pavimento para

³⁸⁴ BENTO, *O Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*, 2013, p. 148.

³⁸⁵ Frei Diogo de Braga era Comendador de Gontijas [localidade perto de Ferreira do Zêzere] e Contador do Mestrado da Ordem de Cristo. AMT 1454-1580, Vol. VII, 1966, p. 174.

possibilitar a inserção do novo edifício. A antiga abertura do coro henriquino foi transformada em arco triunfal de ligação entre a Charola e o novo volume do coro. A face interior deste arco quebrado conservou o seu perfil até à cota de pavimento do antigo coro henriquino, desse ponto até ao chão o remate foi feito em aresta viva testemunhando um outro momento construtivo. A face exterior, virada a poente, resulta de uma outra campanha construtiva referenciada, também, na linguagem utilizada no perfil do arco. A transformação dos dois tramos exteriores da Charola num só plano, e que constituem a face poente do arco triunfal, é testemunhado na torção/deformação do intradorso do referido arco (fig. 324).



Fig. 32. Intradorso do arco triunfal com os respectivos frisos de remate.

O arco triunfal, nomeadamente a sua face poente e o seu interior, não foram alvo de qualquer tratamento cromático no decurso das intervenções manuelinas. O púlpito e as pinturas murais que ainda hoje o revestem não são contemporâneos da intervenção manuelina. Em 1602, a Mesa da Consciência e Ordem referiu "(...) *ter gastados os dusentos [rs] em hua alampada de prata pêra o altar mor, e em pintar e dourar o arco do cruzeyro da charola do convento, (...)*"³⁸⁶. Estas pinturas são atribuídas a Domingos Vieira Serrão e Simão de Abreu³⁸⁷. A intervenção de conservação

³⁸⁶ VITERBO, F. Sousa, *Diccionário histórico documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*, vol II, 1899, reprodução fac-simile, Lisboa, 1988, p. 357.

³⁸⁷ CUSTÓDIO, Jorge, *As metamorfoses religiosas e artísticas da Charola do Convento de Cristo e a "conservação" do "sagrado erário"*, in: *A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro*, coord. Ana Carvalho Dias e Irene Frasão, DGPC, Lisboa, 2014, p. 197.

e restauro desenvolvidas em 2009/2010 na superfície parietal do arco triunfal confirmaram a não existência de registos cromáticos sob a pintura actualmente visível. Com base na informação disponível é possível concluir que, originalmente, a face poente e o intradorso do arco triunfal foram previstos sem pintura, com uma expressão idêntica à da nave.

O novo coro da igreja surgia agora recuado em relação ao altar, seguindo a corrente de pensamento da época que levou a que a maioria dos cadeirais de coro que se encontrava na cabeceira das igrejas fosse deslocado para os coros altos que então se construíram. Entre o novo coro dos religiosos e o deambulatório da Charola concretiza-se um diminuto corpo de igreja com pé direito duplo, que se constitui como a nova entrada dos leigos na igreja (fig. 325); As ligações entre o antigo coro henriquino e a igreja foram reformuladas e adaptadas, possibilitando o acesso aos dois pisos no interior da nave (coro e sacristia). Estas ligações desenvolviam-se no tramo do deambulatório hoje ocupado pela capela de Jesus (fig. 326).

O aparecimento deste novo coro alto assim como os inúmeros exemplos de coros altos espalhados por todo o mundo cristão, surgem em resposta à necessidade manifestada nos séculos XV e XVI "de retirar aos cabidos catedralícios o domínio do espaço das catedrais e o contacto mais directo com o povo e de assegurar a centralidade do culto eucarístico"³⁸⁸. Mas sobre o coro falaremos mais à frente, agora retomemos da Charola.

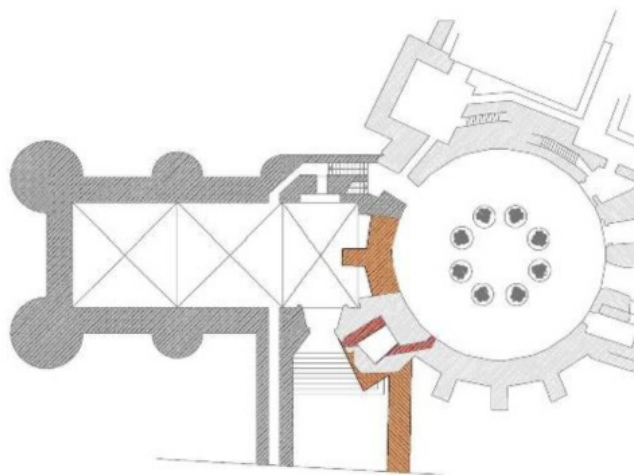


Fig. 32

Planta da Charola com a indicação dos elementos demolidos para a sua transformação em capela-mor.

Fig. 32

Capela de Jesus, antiga comunicação com o coro e sacristia.

³⁸⁸ GOMES, Paulo Varela, *O sistema de coros nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*, p.62, <https://estudogeral.sib.ucpt/bitstream/10316/19991/3/Liçã%20para%20Prova%20de%20Agregaçã.pdf>, 22/05/2013.

No lado oposto à capela de Jesus, a poente, localiza-se a antiga torre defensiva da Charola que foi refeita e transformada numa capela cuja denominação actual é a capela de S. Jerónimo (fig. 327). Segundo a investigação recentemente desenvolvida por Jorge Custódio, esta capela foi preparada para receber o túmulo de D. Diogo da Gama, actualmente no claustro do Cemitério³⁸⁹ (fig. 328). Como justifica o autor, A dignidade religiosa e política de D. Diogo da Gama, capelão do rei D. Manuel I, impedia que fosse sepultado em qualquer lugar da Charola, quer em função do seu papel no Convento de Cristo, enquanto prior-mor, quer como responsável contemporâneo do acompanhamento das obras em curso. Era de facto uma personalidade invulgar, meio irmão de Vasco da Gama e, pelo lado da sua acção na política internacional, embaixador do rei D. Manuel I, em Roma³⁹⁰. A presença do túmulo de D. Diogo na Charola é documentada por frei Roman a par com o de D. Lopo Dias de Sousa, D. Nuno Gonçalves e frei António da Silva³⁹¹ (dito de Lisboa) que se encontra sepultado em frente da entrada da antiga capela da Rainha do Céu e actual entrada para a torre sineira.



Fig. 32 Capela de São Jerónimo.



Fig. 32 Túmulo de D. Diogo da Gama.

O túmulo de D. Lopo foi então transferido para outra nova capela que se construía na base da torre sineira, a capela da Rainha do Céu³⁹². A construção desta capela introduziu um novo eixo de simetria, estabelecido a partir da janela nascente da Charola e a par com a Capela de São Jorge (fig. 329). Na moldura da sua entrada estão as insígnias de D. Manuel: a esfera, o escudo e a cruz da Ordem (fig. 330). As obras de reforço estrutural da torre efectuadas no início do século XX, destruíram esta capela transferindo o túmulo de D. Lopo para a antiga entrada na igreja do convento henriquino (fig. 331).

³⁸⁹ CUSTÓDIO, *A questão do túmulo de D. Diogo da Gama, no Convento de Cristo, contribuições arqueológicas*, D. Diogo da Gama, subsídios para uma biografia, col. Gamas e condes da Vidigueira, 2012, p. 32.

³⁹⁰ CUSTÓDIO, *A questão do túmulo de D. Diogo da Gama*, 2012, p. 33.

³⁹¹ ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.79.

³⁹² ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.79.

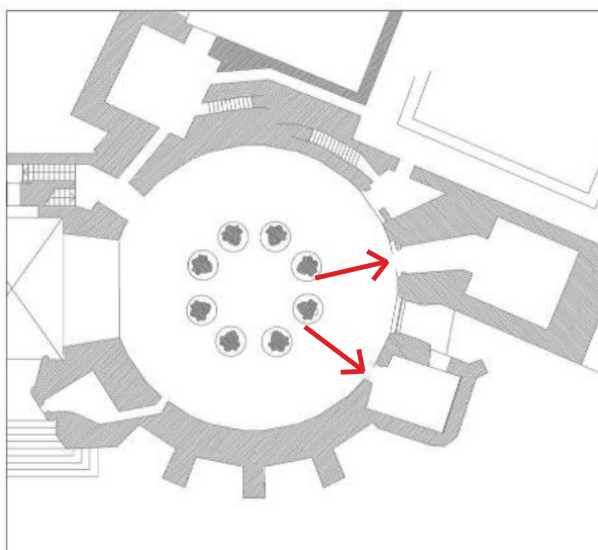


Fig. 32 Planta da capela-mor com a localização da capela de São Jorge e a capela da Rainha do Céu.



Fig. 33 As insígnias de D. Manuel na entrada da antiga capela da Rainha do Céu.



Fig. 33 Actual localização do túmulo de D. Lopo Dias de Sousa.

No novo templo, a Charola assumiu-se como capela-mor com deambulatório, adaptando o programa de 1499 à alteração de função e de escala do espaço e transformando a sua antiga porta dos leigos, a nascente, em janela, passando a entrada a fazer-se pelo novo portal sul da nave manuelina (fig. 332). A moldura da antiga porta foi refeita e, embora a sua autoria não esteja documentada, remete-nos para o trabalho de João de Castilho, já num período em que foi clara a sua filiação a um formulário de matriz classicizante (fig. 333).



Fig. 33 Portal da Igreja.



Fig. 33 Transformação da antiga porta dos leigos da Charola, em janela.

Apesar das alterações efectuadas, esta igreja continuava a manter uma das suas principais características, a de não ser um templo primordialmente dedicado aos leigos, tendo este carácter restritivo sido reforçado com a expulsão dos leigos do interior das muralhas. Esta particularidade é assumida com a edificação de um reduzido corpo de igreja, situação semelhante à que tempos mais tarde (entre 1541 e 1572) acontece na ampliação do Mosteiro de Celas em Coimbra, que partilha a mesma filiação cisterciense (fig. 334).

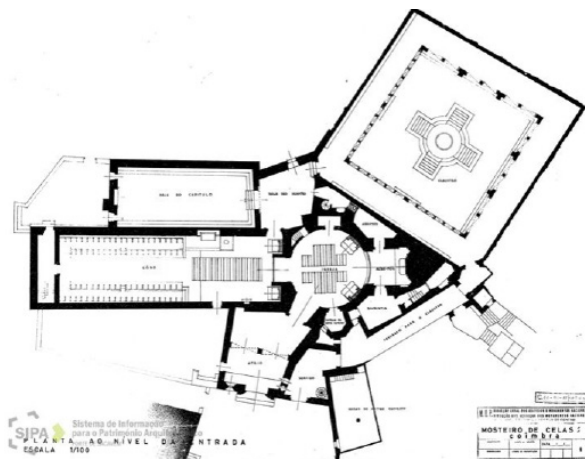


Fig. 33 Planta do Mosteiro de Celas. IHRU.

A nova concepção espacial da igreja que transformou a Charola em capela-mor originou a necessidade de redimensionar a escala da plasticidade introduzida no espaço com a campanha de obras de 1499. O espaço pré existente foi trabalhado, não com o recurso aos relevos e à escultura introduzida no aparelho de alvenaria, como sucede na nave manuelina, mas sim recorrendo à aplicação de estuques, douragem, pintura mural, pintura de cavalete, talha, guadamecil e escultura em madeira (fig. 335 e 336).



Fig. 33 Elementos figurativos em estuque, o casal silvestre, com a aplicação de folha de ouro.



Fig. 33 Exemplo da aplicação de guadamecil com policromia.

A modelação das faces do deambulatório, onde se inscreviam as pinturas de 1499, foi guarnecida com estuques que emolduraram e deram volume às superfícies. Dividiam-se em andares preenchidos por altar, quadro grande e pintura mural (fig. 337). A pintura mural ocupou um lugar de destaque no tratamento das superfícies da igreja. As paredes do deambulatório deverão ter registado as pinturas mais antigas reportando-se, como se referiu, à encomenda de 1499 e localizaram-se no pano a seguir à abóbada do deambulatório.



Fig. 337 Modelação parietal do deambulatório exterior.

A presença de Fernão Anes no Convento, autor de várias campanhas de pinturas parietais na Charola, está documentada entre 1511 e 1521, estando documentado o seu trabalho na abóbada do deambulatório entre 1512 e 1515³⁹³. Ocultas ao olhar do público durante quatro séculos por terem sido cobertas com cal no período da regedoria D. João III³⁹⁴, as pinturas da abóbada de canhão conservaram as suas características originais até à actualidade, revelando uma composição onde foi usado o

³⁹³ LEITE, Sílvia, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico* 2005, p. 229.

³⁹⁴ LEITE, Sílvia, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico* 2005, p. 229.

carmesim como cor de fundo, sobre o qual foram pintados em grisaille elementos arquitectónicos e decorativos – nervuras, molduras polilobadas, frisos como prolongamento dos relevos em estuque do tambor central, mísulas, capitéis, cordas entrelaçadas, ramos de árvores secas (fig. 338). Entre estes elementos foram introduzidas figuras que representam pombas, macacos, morcegos, cabeças e bustos de personagens várias e de anjos (fig. 339). Foram, igualmente, representados elementos heráldicos: cruz de Cristo, esfera armilar, escudo com as armas de Portugal (fig. 340). Desta unidade cromática – fundo carmesim - exceptuam-se dois panos da abóbada cujo fundo é verde escuro mas mantendo os motivos pintados em grisaille³⁹⁵ (fig. 341). As nervuras em pedra que subdividem esta abóbada de canhão e que, por sua vez, servem de moldura a estes quadros de pintura ilusionista, eram todas cobertas com guadamecil lavrado com motivos vegetalistas (fig. 342).



Fig. 338 Abóbada de canhão do deambulatório.

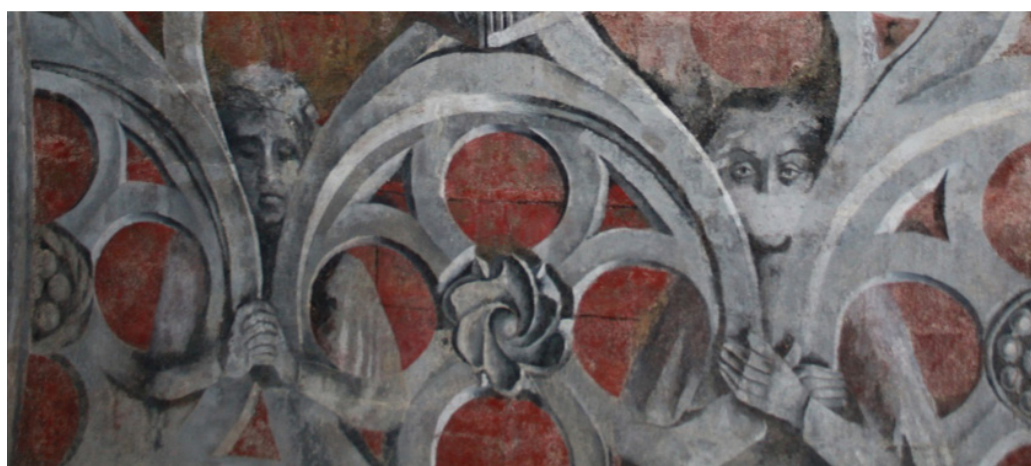


Fig. 339 Abóbada de canhão do deambulatório – elementos figurativos.

³⁹⁵ PEREIRA, Paulo, *De Áurea Aetate, O coro do Convento de Cristo de Tomar e Simbólica Manuleina, Coleç. Monumentos/Monografias, Instituto Português do Património arquitectónico*, 2003, p. 34.



Fig. 340 Abóbada de canhão do deambulatório – Escudo de Portugal.

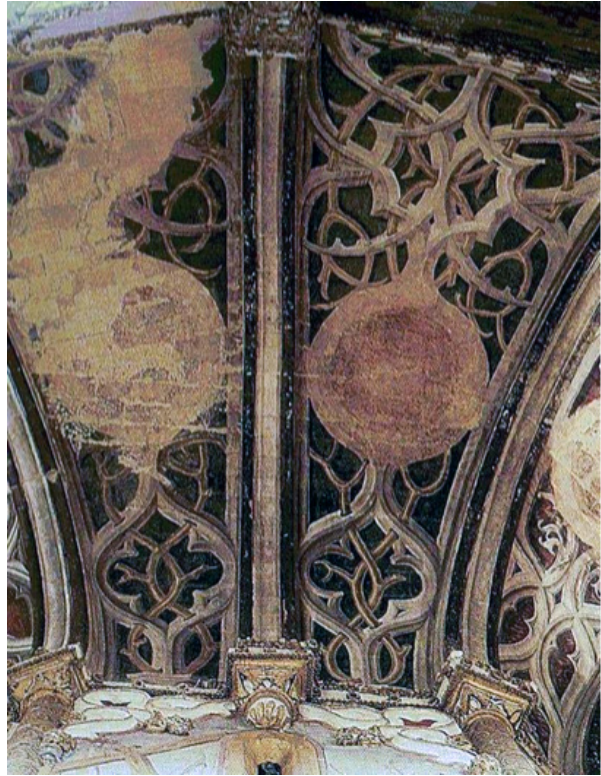


Fig. 341 Abóbada de canhão do deambulatório – fundo verde escuro.



Fig. 342 Abóbada de canhão do deambulatório – nervuras cobertas com guadamecil.

Nos tramos cegos do registo superior da parede do deambulatório foram pintados dez painéis (fig. 343) representando: A apresentação do Menino no Templo; Fuga para o Egipto; o Menino entre os Doutores; Agonia no horto; Ecce Homo; Cristo a caminho do calvário; Adão e Eva; Calvário; Descida da Cruz, As Santas Mulheres de São João junto ao túmulo de Cristo. As pinturas foram executadas directamente sobre a pedra, com a excepção de duas executadas sobre dois janelões entaipados utilizando como suporte um fino reboco de cal e areia branca de baixa granulometria³⁹⁶. Estas duas situações correspondem aos painéis representando Ecce Homo e Adão e Eva.

Ainda sobre as pinturas parietais do deambulatório, a campanha de conservação e restauro revelou que contrariamente ao que sucede na abóbada daquele espaço, em que as pinturas são a têmpera, as outras pinturas, ainda que executadas sobre pedra, utilizam tintas de óleo. Para além dos inúmeros repintes e recobrimentos de pinturas efectuados em épocas posteriores, esta campanha demonstrou as alterações introduzidas na representação original das cenas, como é exemplo o painel de Adão e Eva vestidos. A abertura de janelas de sondagem no processo de conservação e restauro mostrou que o par foi, originalmente, pintados nus (fig. 344)³⁹⁷.

Mas esta campanha revelou, ainda, a introdução de outros pormenores artísticos, até então não identificados, como é exemplo a utilização de elementos de cera aplicados sobre camada cromática, no manto de um dos sacerdotes no painel da Apresentação do Menino no Templo (fig. 345 e 346)³⁹⁸



Fig. 343 Interior da Charola. Pinturas parietais

³⁹⁶ PESTANA, José Artur Pestana, *Pintura mural, A Charola do Convento de Cristo, História e Restauro*, DGPC, 2014, p. 315.

³⁹⁷ PESTANA, José Artur Pestana, *Pintura mural*, 2014, p. 318.

³⁹⁸ *Tramos do Deambulatório - Tratamento de Conservação e Restauro de pintura mural, estuques e outros elementos aplicados nas superfícies parietais - Relatório dos Trabalhos - Nova Conservação, LDA, 2008, 65.*



Fig. 34 Adão e Eva, pintura a óleo sobre estuque. Janela de sondagem no peito de Eva com a representação do mamilo de Eva sob a pintura que actualmente caracteriza as roupas do par.



Fig. 34 Pormenor da aplicação de cera com folha de ouro sobre pintura a óleo sobre pedra.



Fig. 34 Localização do pormenor decorativo no painel A Apresentação o Menino no Templo.

O espaço intermédio das paredes do deambulatório foi destinado aos grandes quadros, com cerca de 2,5m x 4,0m³⁹⁹, cujo tema representado é a Vida de Cristo. Esta encomenda deverá ter sido feita por volta de 1510 à oficina de Jorge Afonso⁴⁰⁰ e contaria com 14 tábuas com remate semi-circular. Deste grupo, subsiste no local a Ressurreição de Cristo⁴⁰¹, a Ressurreição de Lázaro, Cristo e o Centurião, a Entrada de Jesus em Jerusalém, a Ascensão de Cristo e o Baptismo de Cristo⁴⁰² (fig. 347).



Fig. 347 A inserção dos grandes quadros representando a vida de Cristo de Jorge Afonso.

No sentido descendente, o espaço imediatamente a seguir aos grandes quadros era ocupado por altares, túmulos e vãos. Os retábulos de Gregório Lopes, que actualmente preenchem os altares, foram executados no reinado de D. João III⁴⁰³. Contudo, a encomenda de 1499 refere a execução de "*certos retavollos que pintou de novo pêra a charola (...)*"⁴⁰⁴, deixando antever momentos e pinturas distintas para o mesmo local. Pertencem também às campanhas promovidas por D. João III, concretamente a 1550⁴⁰⁵, as pequenas pias de água benta que surgem embutidas na parede ao lado de cada um destes altares (fig. 348).

³⁹⁹ LEITE, Sílvia, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico*, 2005, p. 213, entre uma extensa bibliografia existente: *A pintura no Período Manuelino* in "História da Arte Portuguesa", Direção de Paulo Pereira Volume II, Círculo de Leitores, 3ª edição, 1999; "Casa Perfeitíssima, 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus (1509-2009)" IMC, Museu Nacional do Azulejo, 2009; "O Renascimento e o Maneirismo", Editorial Presença, Lisboa, 2002; ; FLOR, Jorge - *Notas sobre Jorge Afonso e o Mestre da Charola de Tomar*, *Artis*, nº 7-8, 2009, pp. 73-78; SERUYA, Ana Isabel; PEREIRA, Mário, coord. *As Tábuas da Charola*. Lisboa, IPCR, 2005; Baptista, F. A. Pereira, *Descidas do Espírito Santo*, Programas Iconográficos Retabulares dos sécs. XV e XVI" in "Artis" nº 3, Instituto de História da Arte da FLUL, 2004; Markl L., Dagoberto *Renascimento em Portugal*, in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, Coord. de José Costa Pereira, Volume II, 1991; Gusmão, Adriano, *O Mestre da Madre de Deus*, *Artis*, Lisboa, 1960.

⁴⁰⁰ PEREIRA, *A Charola do Convento de Cristo em Tomar*, 1997, p. 99.

⁴⁰¹ Este quadro, assim como a pintura mural de Adão e Eva, recebeu a pintura de vestes em época posterior. Originalmente Lázaro foi representado andrajoso como é comum.

⁴⁰² PEREIRA, *A Charola do Convento de Cristo em Tomar*, 1997, p. 35.



Fig. 34: Pia de água benta datada de 1550.

A utilização do estuque pré moldado está presente em todos os níveis dos tramos do deambulatório. Os remates superiores são trabalhados com motivos vegetalistas, nomeadamente rosetas, coladas directamente sobre suporte pétreo (fig. 349). Os capiteis das colunas que ladeiam o arco triunfal são os únicos que não apresentam qualquer revestimento a estuque, uma vez que apenas foi colada a esfera armilar coberta com folha de ouro, ou a cruz de cristo, sendo, por isso, visível a definição original de feição românica (fig. 350).



Fig. 34: Remate superior dos tramos do deambulatório.

⁴⁰³ SERRÃO, Victor, *As tábuas do Santuário do Bom Jesus de Valverde: uma encomenda de D. Henrique ao pintor Gregório Lopes, Estudo da pintura portuguesa - oficina de Gregório Lopes, actas Seminário Internacional*. Instituto José de Figueiredo, Lisboa, 1999, p. 47.

⁴⁰⁴ LEITE, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico*, 2005, p. 216.

⁴⁰⁵ ANTT/OCCT, L 101, fol. 18.



Fig. 351 Capitel sem a introdução de estuques decorativos.

Frisos com rosetas e colunelos são repetidamente utilizados emoldurando planos e reforçando ritmos compositivos (fig. 351). Mantendo a mesma metodologia, as faces e os intradorsos dos janelões, que alternam com a pintura sobre pedra, são cobertos com os denominados estuques planos que proveêm da intervenção de 1499 (fig. 352).



Fig. 352 Utilização de frisos de estuques decorativos.



Fig. 351 Remate superior dos tramos do deambulatório.

A utilização de estuques curvos é feita nas colunas em pedra, apenas ao nível do registo superior. São revestidos a folha de ouro e, em alguns casos, têm os fundos preenchidos com uma camada cromática azul/cinza e puttis com camada de carnação (fig. 352).



Fig. 352 A utilização de estuques em colunas curvas.

O enriquecimento das superfícies murais da Charola, deambulatório e tambor central, foi engrandecido com a encomenda de esculturas e madeira ao escultor flamengo Olivier de Gand, assistido por Fernan Muñoz, estando a campanha documentada entre 1511 e 1514. Com a morte de Olivier de Gand em 1512, é Fernan de Muñoz que assume a liderança do estaleiro ao fim da encomenda⁴⁰⁶. O conjunto de 18 esculturas que sobreviveu até ao presente, assume dimensões que variam entre 1,56m e 1,94m. Desconhece-se a autoria do revestimento cromático das esculturas que, no Portugal de Quinhentos, era normalmente ofício de um pintor e não de um escultor/entalhador, motivando o aparecimento de parcerias como a de Olivier de Gand com Jean d'Ypres, no retábulo mor da Sé Velha de Coimbra, ou de Olivier de Gand com Frederico Henriques na igreja do Convento de São Francisco de Évora⁴⁰⁷. A análise efectuada ao conjunto escultórico durante a intervenção de conservação e restauro terminada em 2014, permitiu concluir que as únicas esculturas que conservavam a sua primitiva policromia tardo-gótica ao gosto flamengo, são os dois anjos que hoje se encontram no interior do tambor central⁴⁰⁸. Todas as outras esculturas foram alvo de repintes, parciais e até integrais, ao longo dos tempos mantendo contudo, observando-se um grande dramatismo de expressão e sendo cada figura individualizada e caracterizada de forma distinta. Identifica-se riqueza e perfeição no detalhe visível na modelação dos rostos, dos pés e das mãos, na fluência das pregas dos tecidos, nos brocados trabalhados a ouro, na policromia utilizada nos rostos, nas vestes e nos adereços. O cromatismo utilizado na escultura encontra-se em plena sintonia com a pintura mural da Charola, sendo clara a simultaneidade da sua planificação e encomenda⁴⁰⁹ (fig. 354).



Fig. 354 Escultura de Olivier de Gand.

⁴⁰⁶ GRILO, Fernando, *A Escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e obras*. O Brilho do Norte, Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal, Época Manuelina. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997, p. 100.

⁴⁰⁷ GAC, Agnès le, MANIÉS, Alexandre, *Tratamento de conservação e restauro do tambor central da Charola*, in *A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro*. dgpc, Lisboa, 2014, p. 353.

⁴⁰⁸ GAC, MANIÉS, *Tratamento de conservação e restauro do tambor central da Charola*, p. 356.

⁴⁰⁹ GAC, MANIÉS, *Tratamento de conservação e restauro do tambor central da Charola*, p. 356.

Ainda de acordo com a campanha de conservação e restauro, a análise atenta à policromia original dos elementos escultóricos da Charola, mesmo encontrando-se oculta sob as camadas de repintes, "permite afirmar que D. Manuel que os encomendou exigiu para eles o mais refinado acabamento. O que se aprecia da gramática ornamental dos "brocados aplicados" leva a crer que o mestre pintor que os fez seria naturalmente da Flandres, Holanda ou Alemanha"⁴¹⁰.



Fig. 355 Baldaquinos e mísulas em talha dourada de enquadramento às esculturas.

As esculturas foram colocadas em baldaquinos em talha coberta a folha de ouro e fixos às colunas do deambulatório (fig. 355). Estas colunas eram revestidas a guadamecil polícrome lavrado com motivos vegetalistas de fundo e tendo em destaque os símbolos da heráldica manuelina – a cruz a esfera e o escudo. Esta técnica decorativa que combina a douragem, pintura e gravura sobre cabedal foi introduzida pelos muçulmanos na Península Ibérica na Idade Média. Era normalmente aplicado revestimento com folha de prata de lei e, só muito excepcionalmente, como é no caso da Charola, com folha de ouro de lei. A forma como se encontra aplicado na Igreja também constitui um caso de excepção - directamente sobre a pedra. Apesar de se encontrarem muito alterados, os existentes na Charola são, provavelmente, os mais antigos conhecidos em Portugal, mantendo-se ainda no local de origem ⁴¹¹ (fig. 356).

⁴¹⁰ GAC, MANIÉS, *Tratamento de conservação e restauro do tambor central da Charola*, p. 357 e 358.

⁴¹¹ FALCÃO, Lina, *Os guadamecís na Charola do Convento de Cristo*, in *A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro*. dgpc, Lisboa, 2014, p. 335.



Fig. 356 Aplicação de guadamecil.

Mantendo a modelação original, as faces exteriores do deambulatório foram enriquecidas sob o ponto de vista material e cromático. Apenas a capela de São Jerónimo excepcionou esta pré definição, rasgando-se até ao registo superior. A expressão que exhibe no presente é o resultado de inúmeras intervenções posteriores ao reinado de D. Manuel e que ao longo do tempo fizeram esquecer que este foi o local de sepultura de dois dos mais carismáticos priores deste Convento – D. Lopo Dias de Sousa e D. Diogo da Gama.

O plano de reconversão do deambulatório da capela-mor incluía, ainda, a introdução de vitrais nas janelas do registo superior desconhecendo-se por completo o tema, o executante e as características desta encomenda. Dos elementos decorativos apenas sobreviveram pequenos fragmentos que ficaram presos na argamassa que envolvia a moldura da janela do primeiro tramo. A análise e junção dos mesmos permitiram reconstruir pequenas imagens, destacando-se uma figurativa e outras duas com elementos arquitectónicos (fig. 357 e 358).

Segundo Márcia Vilarigues, Joana Delgado e Pedro Redol, *"Pode-se adivinhar um significativo e esteticamente qualificado programa de vitral para o Convento de Cristo, no período manuelino, datável entre 1510 e 1518, altura em que os mestres (Francisco Henriques e Mestre João, ambos provenientes da oficina de vitral do Mosteiro da Batalha) (...) se encontravam em plena laboração.*

Porém, se os pormenores paisagísticos ou o fragmento de auréola não contradizem a filiação na arte de Henriques, o mesmo não se pode dizer daquilo que é mais expressivo entre os fragmentos da Charola: os elementos híbridos de uma imaginária arquitectura e o rosto que lhes está associado. A vigorosa técnica de pintura grisalha, de uma qualidade superior a muitas realizações contemporâneas da Batalha, acusa outra mão. O domínio plástico com recurso a todos os expedientes colocados à disposição do pintor de vidro na época, usando uma grisalha negra - também ela inexistente na Batalha -, o contorno indelével e preciso, o uso sistemático de meios tons, são apanágio de outro artista⁴¹². Quem terá sido o autor? Os autores do citado texto propõem o nome de António Taca I, enteado de Mestre João e já activo em 1504⁴¹³. Durante a presente investigação não foi encontrado qualquer registo que permita confirmar tal suposição.



Fig. 357 Fragmento de vitral.



Fig. 358 Fragmento de vitral.

A introdução de vitrais no deambulatório é o culminar de um revestimento cromático globalizante que reveste todas as superfícies existentes e, inclusive, colora a luz que entra pelas janelas. Não é certo que esta regra não se aplicasse ao pavimento, uma vez que em 1591 Filipe Terzi coordena a substituição do mesmo⁴¹⁴.

Neste ambiente exuberante a música de órgão tinha um papel fundamental e o órgão de tubos, que originalmente estaria colocado ao lado do tubo grande que ainda hoje se conserva no local⁴¹⁵, foi transferido para o corpo da nave conservando-se, no local, vestígios dessa localização (fig. 359).

⁴¹² REDOL, Pedro, VILARIGUES, Márcia, DELGADO, Joana, *Os vitrais*, in A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro.dgpc, Lisboa, 2014, p. 347.

⁴¹³ REDOL, VILARIGUES, DELGADO, *Os vitrais*, 2014, p. 349.

⁴¹⁴ ANTT/OCCT, L 115, fol.117 e 118.

⁴¹⁵ AUAMOC, vol.I, 1959, p. 131.



Fig.359 Localização do órgão.

Todas as técnicas decorativas utilizadas no deambulatório foram profusamente utilizadas no tambor central. O registo superior exterior é integralmente coberto por pinturas parietais atribuídas a Fernão Anes⁴¹⁶, que representam os instrumentos da Paixão de Cristo sustentados por anjos (fig. 360, 361 e 362). Os intradorsos dos arcos entre colunas são cobertos com painéis de gesso plano lavrado e cobertos a folha de ouro (fig. 363), tal como os capiteis das colunas que preservam o seu desenho de feição românica (fig. 364). No tambor central todo o estuque é coberto com folha de ouro excepcionando-se, apenas, os putti (fig. 365) e os casais de homens silvestres que apresentam policromia (fig. 366).



Fig. 360 Pormenor da pinturas de Fernão Anes - instrumentos da Paixão.

Fig. 361 Pormenor da pinturas de Fernão Anes - instrumentos da Paixão.



⁴¹⁶ CASANOVA, Maria Amélia Pinto da Silva, *As pinturas de Gregório Lopes em Tomar sob o mecenato de Frei António de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Restauro, Vol. I, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002, p.120.



Fig. 362 Pinturas de Fernão Anes representando os instrumentos da Paixão.



Fig. 363 Intradorso de arco com estuque lavrado e coberto com folha de ouro.



Fig. 364 Capiteis de feição românica cobertos com folha de ouro.



Fig. 365 Estuques cobertos com folha de ouro e puttis com policromia.



Fig. 366 Casal silvestre com folha de ouro e policromia.

A pintura geométrica que cobre as oito colunas que sustentam e delimitam aquele tambor reporta-se à intervenção de Domingos Vieira Serrão e Simão de Abreu, pintores maneiristas que actuam na Charola entre 1592 e 1600⁴¹⁷. Numa das colunas localizadas a norte é possível ver que existem três camadas de pintura: a primeira tem fundo azul com romãs e deverá pertencer à campanha de 1499; a segunda tem fundo carmesim e a representação da esfera armilar e flores estilizadas, provavelmente da campanha de obras que transforma a Charola em capela-mor; e, a terceira, o padrão geométrico, que ainda hoje é possível observar⁴¹⁸.

O interior dos tramos superiores do tambor central eram, por sua vez, integralmente cobertos por guadamecil policromo com motivos de padrão de brocado ou vegetalista e com a inclusão dos temas da heráldica manuelina – a esfera armilar e os escudos da Ordem e do Reino. Actualmente, estas áreas preenchidas por guadamecis encontram-se recobertas por pinturas que repetem os padrões geométricos das colunas que sustentam a parte superior do tambor (fig. 367).

⁴¹⁷ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, IGESPAR, IP, e Scala Publishers, London, 2009, p. 51.

⁴¹⁸ CASANOVA, *As pinturas de Gregório Lopes em Tomar sob o mecenato de Frei António de Lisboa*, 2002, p. 120.



Fig. 367 Guadamecil coberto com pintura.

O revestimento a guadamecil na zona dos baldaquinos principais, localizados a nascente sobre o altar mor, é rematado em triângulo, deixando ver uma coloração azul sobre a pedra (fig. 368). Poder-se-à pensar que este remate grosseiro foi devido à necessidade de obter um efeito cromático, ou ainda, resultante de um erro de medição? A análise à totalidade dos baldaquinos que albergam as esculturas de vulto na Charola e que são, também, revestidas a guadamecil mostra que o seu remate lateral era feito de forma triangular (fig. 369). É assim de pressupor que estes baldaquinos se encontram incompletos ou que não são os originais (fig. 370).



Fig. 68 Aplicação de guadamecil sobre o altar mor com remate triangular simétrico.



Fig. 369 Baldaquinos do deambulatório exterior com remate lateral de guadamecil.

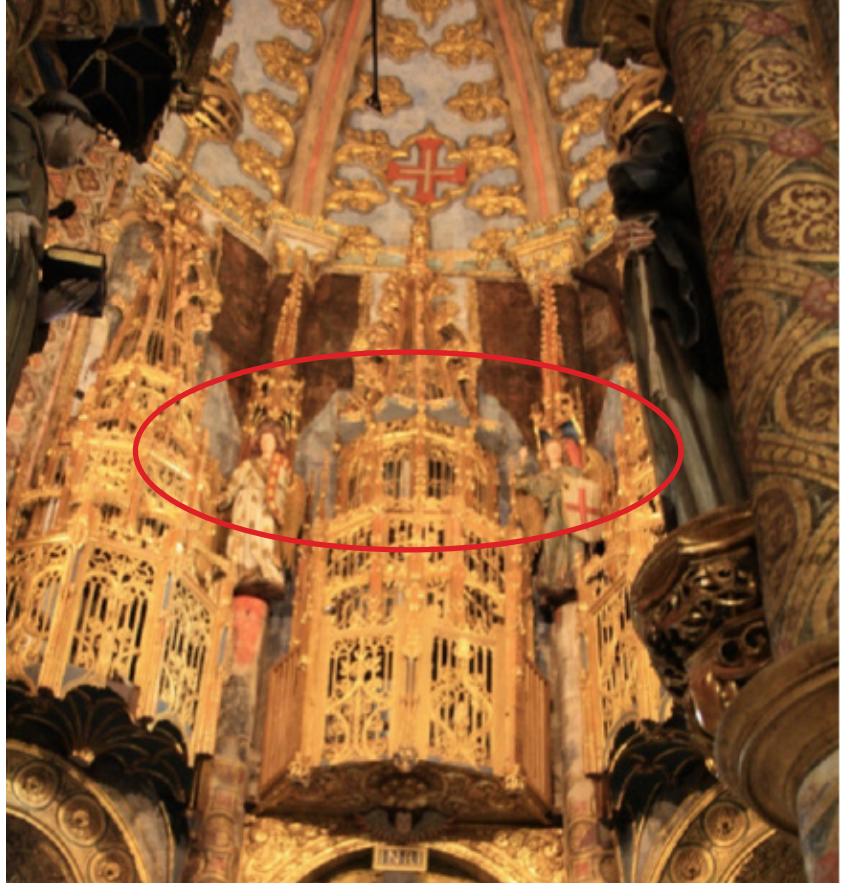


Fig. 370 Baldaquinos do tambor central

Uma situação idêntica é identificada no remate central da abóbada interior. Esta abóbada é em meia esfera e conserva a expressão definida por D. Manuel em 1499, o fundo azul com flores-de-liz cobertas a folha de ouro, sendo os veios da abóbada cobertos com guadamecil, tal como os da abóbada do deambulatório, (fig. 370). O elemento em talha revestido a folha de ouro colocado no centro desta abóbada tem uma complexidade formal assinalável e é executado de forma primorosa, contudo, é grosseiramente serrado para permitir a sua colocação naquele local (fig. 371). O sistema de fixação à abóbada é igualmente complexo, facto esse que motivou a não retirada do local deste elemento durante a intervenção de conservação e restauro terminada em Janeiro de 2014. Se, por um lado, tudo parece indicar que se trata de um erro de projecto solucionado de forma grosseira em obra, por outro, é difícil compreender que um elemento tão bem executado seja aplicado dessa forma.



Fig.37 Abóbada do tambor central.



Fig.372 Elemento decorativo serrado para possibilitar a colocação no local.

A chave deste problema poderá estar numa cavidade simétrica, que se encontram junto do fecho da abóbada e que a atravessam até ao piso superior. Estes orifícios poderiam permitir suspender qualquer elemento do qual se perdeu a memória. A este pormenor acresce referir que o revestimento das nervuras da abóbada com guadamecil é interrompido de forma circular no alinhamento do limite externo das referidas cavidades (fig. 373).



Fig. 37 Aplicação de guadamecil até quase ao limite do fecho da abóbada e mecanismo de suspensão do actual elemento em talha.

Independentemente de este elemento ter sido, ou não, encomendado para o remate do fecho da abóbada do tambor central da Charola, a sua definição formal ajusta-se à linguagem utilizada no espaço (fig. 374).



Fig. 374 Pormenor decorativo da talha no remate da abóbada do tambor central.

Sob esta abóbada destacava-se o retábulo do altar que, conjuntamente com a cruz relicário que D. Manuel ofereceu ao Convento, constituíam o altar-mor da igreja. Segundo o estudo de reconstituição deste altar, feito por Sílvia Leite com base na crónica de frei Roman, ao centro estaria Cristo crucificado, do lado esquerdo a Virgem e São João Baptista e do lado direito a escultura desaparecida das “três marias mirando” (fig. 375). Na altura em que o frei espanhol escreveu a crónica, 1588⁴¹⁹, e descreveu a igreja, os altares que posteriormente foram colocados nas costas do altar-mor já se encontravam no local, não pertencendo, portanto, à encomenda manuelina⁴²⁰.

Sobre a cruz relicário, a primeira referência a esta peça foi feita por Frei Hieronimo Roman⁴²¹ e, segundo a análise de Garcês Teixeira, a cruz era de ouro e esmalte, com um peso total entre 3,440Kg a 3,700Kg. Tinha oitenta e seis pérolas, um ou mais rubis ou granadas, dois ou mais querubins, três diamantes (que serviam de cravos a Cristo), seis apóstolos (em vulto, de ouro e esmalte, que ornavam a Cruz) uma relíquia alojada num espaço vazio no cruzamento dos braços com a haste da cruz, outra dentro de uma coluna de cristal, outra num engaste de ouro e uma cruz pequena de ouro, que também continha um Santo Lenho. A cruz assentava sobre uma peanha, provavelmente de definição gótica⁴²².

⁴¹⁹ ROMAN, *História das Ilustres Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, por COSTA, 2008, p. 8.

⁴²⁰ LEITE, *A arte do manuelino como percurso simbólico*, 1992, p.223.

⁴²¹ "una cruz de oro q pesa de quinze asta diez e seys marcos de oro el qual dio elRey don Manuel. Tiene sembrados por diversas partes setenta perlas orientales mui redondas y greusas de manera q son maiores que camarinas. El crucifixo es de la mesma manera de oro e tiene por clavos três diamantes de mucho precio y toda ella esta llena de figuras de arto rrelievo y de esmalte finisimo.

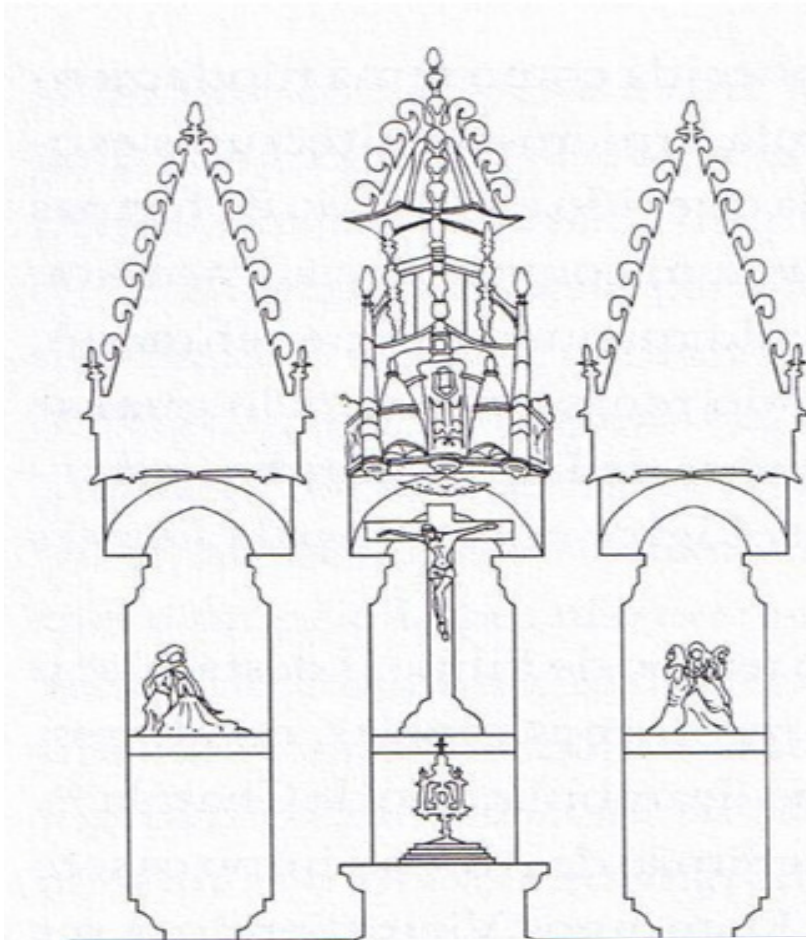


Fig. 37 Reconstituição do altar segundo Sílvia Leite.

Atribui-se a autoria da cruz-relicário a Gil Vicente, vedor das obras em ouro e prata do Convento a partir de 1509 e autor da famosa Custódia de Belém. Desaparecida entre 1829 e 1834, apenas se conhecem dois fragmentos da mesma - a cruz-peitoral que lhe estava adossada e datável do séc. XV e a figura de Cristo crucificado⁴²³. A cruz-peitoral tinha extremos flordelisados com uma pedra azul no centro, que tinha no seu interior um fragmento da Vera Cruz. Esta cruz-peitoral pertenceu à Casa de Avis⁴²⁴ e encontra-se actualmente no Museu do Tesouro da Sé de Lisboa (fig. 76). A figura de Cristo é em ouro maciço, coberto de um esmalte opaco branco que contrasta com o castanho dos cabelos e da barba. A expressividade cromática é acentuada pela coroa de espinhos em ouro, e as gotas de sangue em esmalte vermelho vivo⁴²⁵, encontrando-se actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga (fig. 377).

Tiene endonde se harman los braços y la cruz un bacio que sirve de rrelocario adonde esta un pedaço del madero de la sancta cruz y tiene colada como yo uide una coluna de rystal dentro de qual esta una espina de la corona del salvador y tambien outro joiel de oro dentro del qual esta otra espina. Ytem cuelga desta cruz outra pequena de oro que a costumbrava traher elle mesmo rrey don Manuel y en ella esta otro pedaço de la santa vera cruz". AUAMOC, Vol.I, 1959, p.20.

⁴²² AUAMOC, Vol.I, 1959, p.52.

⁴²³ SILVA, *A arte do manuelino como percurso simbólico*, 1992, p.57.

⁴²⁴ SILVA, *A arte do manuelino como percurso simbólico*, 1992, p. 57.

⁴²⁵ SILVA, *A arte do manuelino como percurso simbólico*, 1992, p. 57.



Fig. 37 Cruz-peitoral pertenceu à Casa de Avis actualmente no Tesouro da Sé de Lisboa.



Fig. 37 Figura de Cristo pertenceu à cruz relicário manuelina actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga.

Com o passar do tempo muitas componentes fundamentais para a percepção e vivência da capela-mor manuelina foram perdidas. Ficaram as memórias escritas ou arqueológicas da existência de elementos como o alta-mor, com a cruz relicário manuelina, os vitrais, o pavimento original, que poderia seguir os princípios geométricos e cromáticos de toda intervenção, assim como tantos outros elementos sobre os quais não sobreviveram quaisquer notícias. Mesmo assim, é notória a excepcionalidade do templo refundado em 1499 e da campanha de obras que marcou e definiu, até ao presente, a evolução espacial daquela igreja. O ascetismo formal do espírito cisterciense que deveria caracterizar a Charola foi banido para sempre. O exotismo e a magnificência do tratamento plástico de todo este conjunto, encomendado por D. Manuel I e oculto parcialmente por mais de quatro séculos, faz com que este se tenha constituído como um objecto precioso, como se de um colossal relicário se tratasse.



O CORO ALTO

3.2.1 Um Coro para a Charola

No interior de uma qualquer igreja, o altar ou a capela-mor e o coro, identificam-se sempre como locais de primordial importância litúrgica, constituindo-se como espaços sagrados, de acesso restrito e exclusivo do clero; articulam-se, mas não se imiscuem com o espaço sagrado público⁴²⁶. A partir do século XV, assiste-se a uma preocupação crescente com a sua localização e promove-se a separação física e a distinção inequívoca entre espaços destinados a religiosos e espaços destinados a leigos, que se reflete na reformulação dos espaços corais das principais igrejas do país⁴²⁷, por consonância de pensamento entre os poderes régio e eclesiástico.

Neste contexto que assume progressivamente a reforma da Igreja, o coro passa a identificar-se como um local destinado especialmente à oração, ao louvor e à introspecção, que acolhe uma elite que se rege por regras próprias e se afasta voluntariamente do mundo⁴²⁸ (fig. 378).



Fig. 378 “Cerimónia fúnebre”, Livro de Horas de D. Leonor (c. 1470), Lisboa, Biblioteca Nacional.

⁴²⁶ ANTUNES, Joana Filipa Fonseca, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, p. 16.

⁴²⁷ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 27.

⁴²⁸ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 17.

Em sintonia com esta corrente de pensamento, as igrejas conventuais apresentavam normalmente uma nave transversal a nascente e um pequeno coro rectangular destinado aos monges, frequentemente localizado num plano elevado, dividindo desta forma o templo entre monges e conversos. O acesso a estes espaços distintos, era feito por entradas separadas a partir do claustro, de forma a garantir a separação total entre estes dois grupos. Os monges dispunham ainda de uma segunda entrada que estabelecia a ligação ao dormitório através de uma escada (depois de dormirem seis ou sete horas vestidos, os religiosos passavam outras seis ou sete horas executando os serviços divinos)⁴²⁹.

Com recurso ao poder disciplinador e impositivo que o objecto arquitectónico pode impor a quem o vivencia, durante as celebrações garantia-se uma separação efectiva entre o espaço reservado aos religiosos e o espaço reservado aos leigos, (fig. 379). Este preceito enquadrava-se numa estratégia deliberada de reforma e submissão da Igreja perante o poder régio iniciada com a dinastia de Avis e massivamente intensificada por D. Manuel I⁴³⁰.

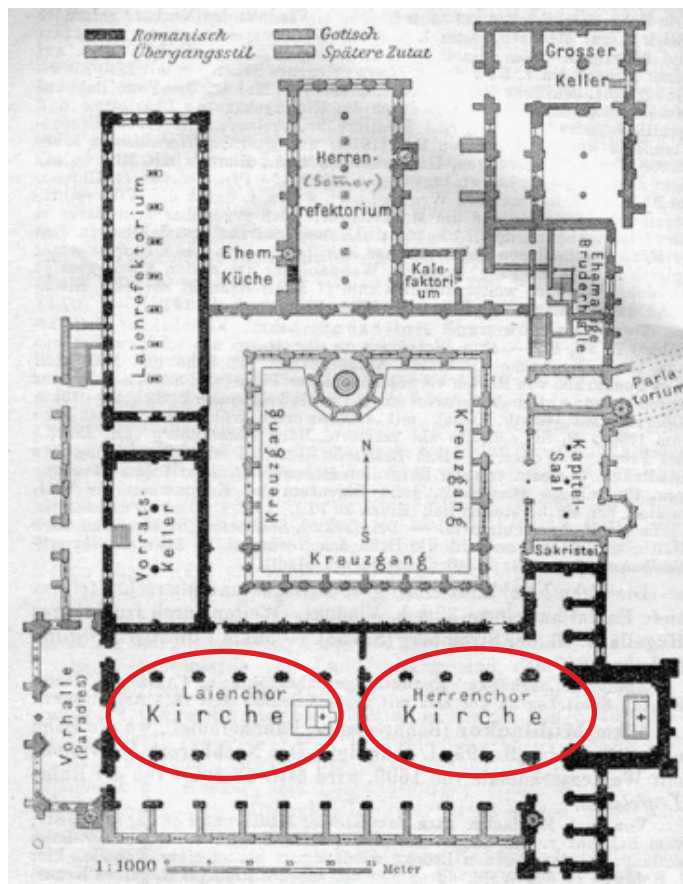


Fig. 37 Convento de Maulbronn com a indicação do coro dos clérigos e do coro dos conversos. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_cisterciense) – 14/06/2014.

⁴²⁹ BRAUNFELS, Wolfgang, *Arquitectura monacal en el Occidente*, Barral Editores, Barcelona, 1974, p. 134.

⁴³⁰ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 27.

Na definição do novo convento da Ordem de Cristo, o Infante elege a Charola templária como igreja conventual. Apesar da sua planta centralizada não se enquadrar com frequência nas tipologias usuais dos conventos, a adaptação deste antigo oratório templário em igreja conventual foi concretizada através da inclusão de um coro alto no interior da igreja, como já foi referido.

Como refere Paulo Varela Gomes, A construção do coro alto inseria-se portanto na intenção de reformar a ordem de Cristo transformando os freires guerreiros em frades de uma ordem regular. O passo mais importante desta reforma foi abrir a igreja ao culto público, impondo uma moralização geral da actividade religiosa⁴³¹.

Até à queda da primitiva cobertura da Charola, em 1508, não é conhecida qualquer intenção de alterar a configuração do coro henriquino. Quando, em 1499, o rei regedor D. Manuel I elaborou uma lista de obras que se destinavam a ser executadas pelo D. Prior do Convento, ficou bem claro que era sua intenção "*mandares correger o coruqueo e o coro em maneira que nom chova nele*"⁴³². Nessa lista, nada constava relativamente a quaisquer alterações do seu carácter decorativo ou funcional e a grande campanha de pinturas parietais da Charola correspondeu a uma intenção de manutenção do coro henriquino⁴³³.

A destruição provocada pela queda da cobertura da Charola, causa, muito provavelmente, danos profundos na estrutura do primitivo coro e motiva D. Manuel a reformular integralmente o espaço dedicado aos freires clérigos na igreja. Quando, em 1730, Frei Bernardo da Costa escreve a História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, refere que D. Manuel mandou demolir o coro alto henriquino porque o " *julgou não so indecente, mas sumamente lemitado*"⁴³⁴.

Claro está que se poderá enquadrar esta justificação em mais uma acção de exacerbação da reforma eclesiástica que, no panorama nacional, originava a deslocação dos cadeirais das principais igrejas, tendo por base justificações que poderiam, por exemplo, ter a gratuitidade do "*frio que incomodava a clerezia da Sé Velha de Coimbra, ou a pertinência da deslocação dos túmulos reais para o interior da capela-mor do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*"⁴³⁵.

Fossem quais fossem as razões implícitas desta decisão, em 1510 D. Manuel designa Diogo de Arruda como mestre da obra do novo coro dizendo, "*vimos esta mostra da obra do coro desse comveento, que, prazeendo a nosso senhor, se hade fazer e pareceonos muy booa ordenamça e aveemos por beem que Diego darruda seja mestre da dita obra*"⁴³⁶. Acompanhando a nomeação, o rei dá indicações precisas sobre a forma que o novo edifício deve apresentar, nomeadamente "*que a casa do dito coro seja de comprido dez braças e damcho quatro braças e meia em vaão e dalto*

⁴³¹ GOMES, *O sistema de coros nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*, 2012, p. 31.

⁴³² AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 27.

⁴³³ A lista que elabora em 1499 refere, "*Mandares pintar a charola do convento de dentro e de fora a saber os verdugos desda chave de cima atee baixo e os campos dazul com suas rosas e estrelas a douro; Ytem nos arcos da dita charola que estam abertos mandares fazer humas grades de ferro dourada*". AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 27.

⁴³⁴ AMT, 1454-1580, Vol. II, 1966, p. 32.

⁴³⁵ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 29.

⁴³⁶ VITERBO, Sousa, *Dicionário histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, fac-símile* do exemplar de 1899 da Biblioteca da INCM 1922, p. 47.

cymquo braças – s – do andar da dita casa. Iteem, que as faces da dita casa, asy da parte de dentro como de fora, sejam de pedraria muy bem laurada e aseemtada. Iteem, ordenamos que se faça samxpya com o dito coro, a qual queremos que seja de seis braças de comprido e de larguo três braças em vão que suba de altura des o amdar da casa outras três braças; a qual samxpia queremos que seja abobadada e as faces de dentro e de fora de pedraria como a casa do coro, e que tenha três janelas – s – huua no topo e duas na ylharga, as quaes sejam dasento e ferradas de muy boos ferros e seram as ditas janelas da grossura das paredes e as vergas e rebates sejam de grossura de hum palmo e huu couto e a largura das ditas janellas sejam seis palmos e meio em vão e doyto palmos em alto. Iteem, hade começar dita samxpia a olivel com o topo do coro da parte de San Martynho, segundo o fallamos com o dito Diogo Darruda, Escripta em Almeirim a xxix de abril, o secretário a fez, 1510”⁴³⁷. Estava então definido um programa concreto para a construção do novo edifício que iria albergar não só o coro como a sacristia. Um programa invulgar, ditado pelo rei, que incluía a descrição organizativa e volumétrica do edifício a construir. Definia que o coro e a sacristia alinhavam a poente com o vale de São Martinho e o coro ficava por cima com 10 braças de comprido e 4,5 braças de largura e a sacristia com 6 braças de comprimento e 3 de largura. Como foi pormenorizadamente demonstrado por Sílvia Leite, as medidas ditadas por D. Manuel não foram cumpridas, ou seja, a largura e o comprimento do coro e da sacristia do Convento de Cristo não coincidem com a encomenda de D. Manuel ^{438, 439}.

Qual terá sido o motivo para o não cumprimento da encomenda do rei? terá sido motivado por questões de relação e composição volumétrica? terá sido uma questão acidental? a resposta a estas perguntas talvez nunca seja encontrada. Talvez também, nunca saberemos se o texto escrito por D. Manuel se referia verdadeiramente ao Convento de Cristo, uma vez que em momento algum é feito qualquer menção nome e local para onde se destina o referido edifício.

Perante estas dúvidas a análise ao edifício existente revela-se a única fonte segura para o presente trabalho de investigação.

Ao encontro da Nave Manuelina

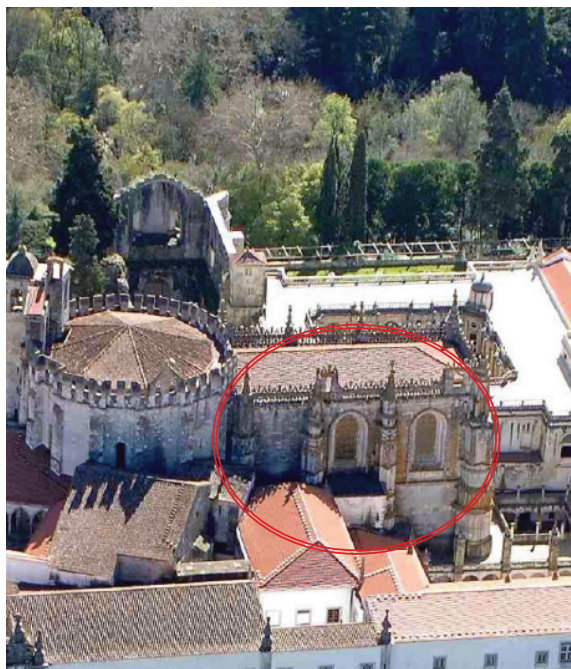
Mais de três séculos após o início da construção da fortaleza templária, a nave manuelina foi o primeiro edifício a transpor o perímetro da muralha e é, provavelmente, um dos edifícios mais paradigmáticos do período manuelino. Implantando-se à cota do arrabalde de São Martinho, o volume desenvolveu-se e alinhou a sua platibanda pela base do coroamento ameado da Charola. Como já foi referido, no interior, onde se localizava o antigo coro henriquino, foram rasgadas as duas faces poentes da igreja, mantendo-se o primitivo desenho do arco do coro no remate parietal superior. Acoplado ao volume da Charola, o edifício projectou-se sobre o vale de São Martinho vencendo um desnível de cerca de 9m⁴⁴⁰, desenvolvido segundo um sistema de abóbadas e botaréis preenchido por panos de alvenaria de pedra aparelhada pontualmente vazada por vãos (fig. 380 e

⁴³⁷ VITERBO, *Dicionário histórico e documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, fs. 1899 /1922, p. 47.

⁴³⁸ LEITE, Sílvia, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico 2005*, p.

⁴³⁹ LEITE, Sílvia, *A Arte do Manuelino como percurso simbólico 2005*, p.

⁴⁴⁰ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 149.



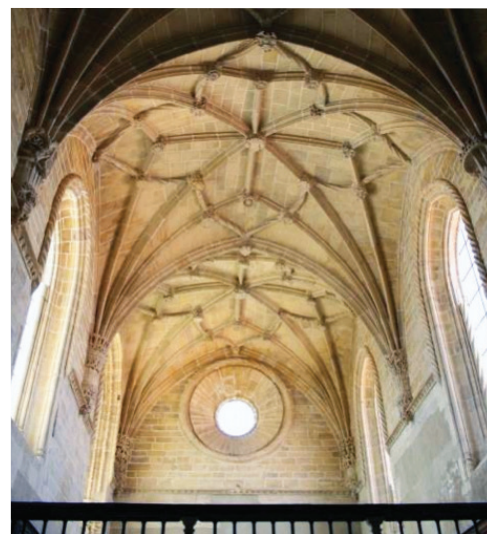
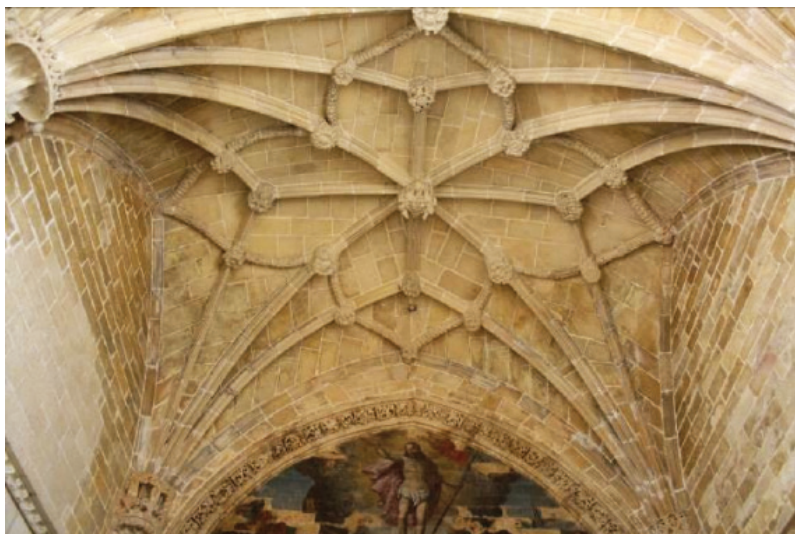
F. 380 e F. 381 Vista geral exterior e interior da nave manuelina.

-nor dimensão (fig. 382); os dois seguintes são iguais entre si e de dimensão superior (fig. 383). O de menor dimensão corresponde ao espaço de entrada na igreja e os outros ao espaço ocupado pelo coro e, numa cota inferior, a sacristia. Os vãos exteriores, que se posicionam ao eixo dos panos de parede de cada módulo, organizam-se pela seguinte ordem: no primeiro módulo da fachada sul configura-se na entrada de aparato da igreja (fig. 384) e sob ele, ao nível da sacristia (piso -1), o vão de acesso ao corredor do capítulo da clerezia⁴⁴¹; no segundo módulo, uma janela do coro alto e uma janela da sacristia (hoje entaipada pela construção do claustro principal e, no interior, parcialmente ocultada por um arco formeiro da abóbada da sacristia); no terceiro módulo, uma janela do coro alto (fig. 385) e outra janela da sacristia (enclausurada pelo claustro principal) (Fig. 386); na fachada poente, com um único tramo, o óculo do coro alto e a janela da sacristia – a Janela do Capítulo (fig. 387). Na fachada norte, o primeiro tramo (que encosta à Charola) tinha apenas um vão de acesso à sacristia actualmente entaipado (fig. 388 e 389); o segundo, uma janela no coro alto e ao nível da cota da sacristia, a representação do homem barbado (fig. 840) não se verificando contudo, qualquer indício da existência de qualquer vão; no terceiro e último tramo, uma janela no coro alto e uma porta de comunicação ao Arrabalde de São Martinho⁴⁴² (actualmente entaipada)⁴⁴³ (fig. 341). Todos os outros vãos que actualmente permitem o acesso ao coro, à sacristia e ao claustro principal pertencem a épocas posteriores, nomeadamente do período filipinho e, no caso da porta de acesso à sacristia, dos Monumentos Nacionais (fig. 342).

⁴⁴¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 164.

⁴⁴² BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 162.

⁴⁴³ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 152.



F. 382 Abóbada do módulo da nave com menor dimensão.

F. 383 Tramos de abóbada dos módulos maior dimensão.



F. 384 Primeiro tramo da fachada sul.
Portal da igreja.



F. 385 Janelas do coro alto do alçado sul.



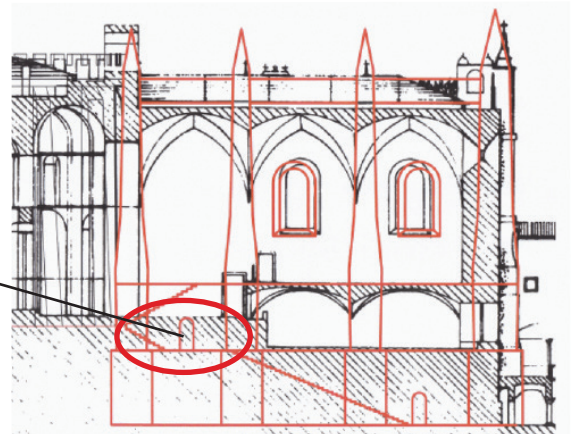
F. 386 Janela da sacristia enclausurada pelo claustro Principal.



F. 387 Fachada poente.



F. 388 Vão obliterated de acesso à sacristia.



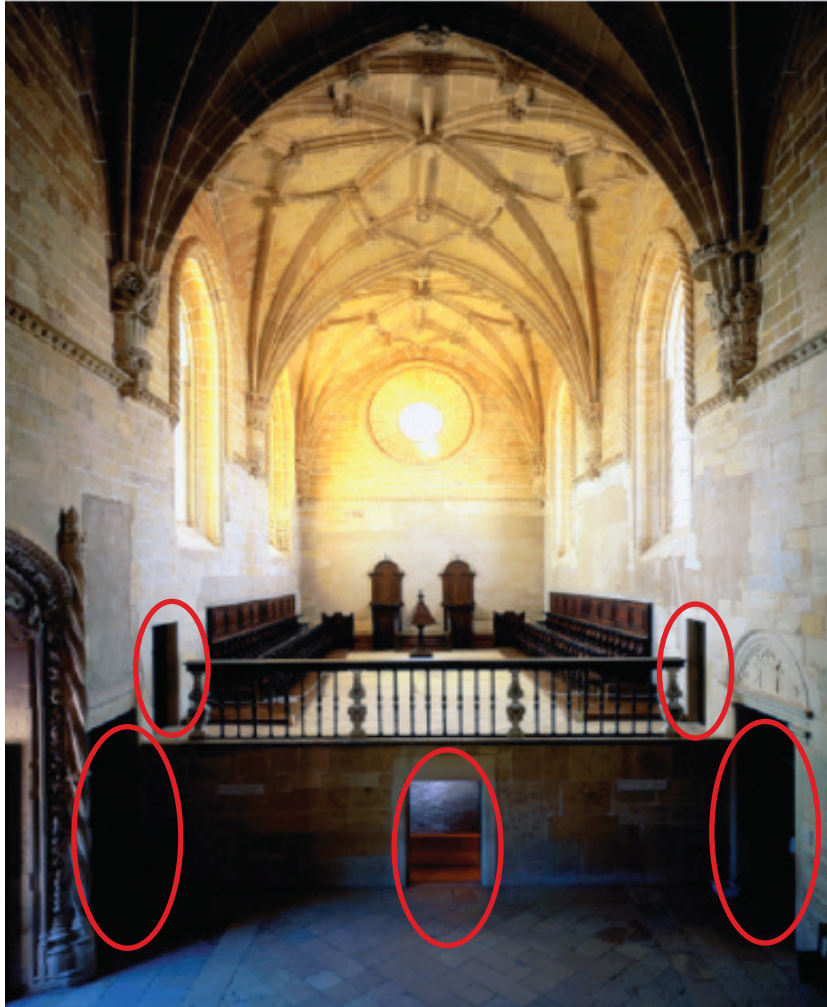
F. 389 Localização do vão de acesso à sacristia.



F. 340 Representação do homem barbado na fachada norte



F.341 Alçado norte, acesso a São Martinho.



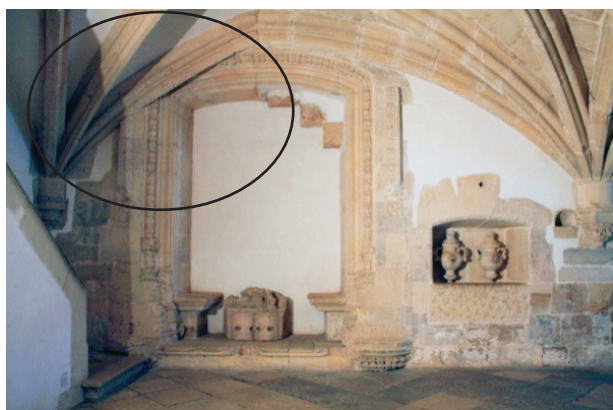
F. 342 Identificação dos vãos pertencentes a campanhas construtivas posteriores.

O interior da nave foi integralmente trabalhado por João de Castilho que substitui Diogo de Arruda e termina o edifício do coro. Em termos práticos resume-se a nave manuelina resume-se a uma caixa exterior encerrada por uma abóbada com três tramos, que inclui no seu interior uma outra caixa encerrada por uma abóbada de dois tramos, em que ambas as caixas se alinham a poente e que a cobertura da caixa interior concretiza o pavimento do coro da igreja. A cota base do pavimento destas duas caixas encontra-se desfasada. A caixa de menor dimensão, que continha no seu interior a sacristia e sobre ela o cor alto, estava a cota inferior à cota da igreja e respectiva entrada. Originalmente, a modelação da abóbada da sacristia, constituída por dois tramos, correspondia aos dois tramos de maior dimensão da abóbada do coro⁴⁴⁴ mas com a intervenção de Filipe Terzi⁴⁴⁵ no final de quinhentos, que promove a alteração do limite sul do coro com o propósito de estabelecer uma ligação com o claustro principal e a portaria real ao nível da cota da Charola, foi destruída a correspondência métrica deste espaço, isto é, a concordância entre os dois tramos de maior dimensão da abóbada do coro e da sacristia.

⁴⁴⁴ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 152.

⁴⁴⁵ ANTT/OCCT- L15.

Durante muito tempo a ausência de simetria nos dois tramos da abóbada da sacristia foi atribuída a um erro de projecto e a ausência de uma porta de acesso aquele espaço, contemporânea à construção da nave, a um mistério indecifrável. Foi apenas em 2009, na dissertação de Mestrado⁴⁴⁶ que antecedeu esta Tese, que se propôs uma nova leitura para estas duas incoerências projectuais. Originalmente, o coro prolongava-se quase até ao portal da igreja permitindo, dessa forma, que a abóbada da sacristia tivesse os seus dois tramos simétricos⁴⁴⁷. Actualmente, o lado nascente do tramo nascente da abóbada da sacristia é mais pequeno (fig. 343 e 344), os seus arcos formeiros são quase rectos e cobrem, parcialmente, a moldura de cantaria lavrada de uma janela existente no lado sul (fig. 345). Recorrendo à análise métrica dos elementos verifica-se que o tramo poente da abóbada mede 8,80m e o seu fecho está ao centro. O tramo nascente mede 7,30m, menos 1,50m que o tramo poente, e o fecho da abóbada está a 4,40m do limite poente e a 2,30m do nascente.



F. 343 Tramo nascente da abóbada da sacristia.



F. 344 Tramo poente da abóbada da sacristia.



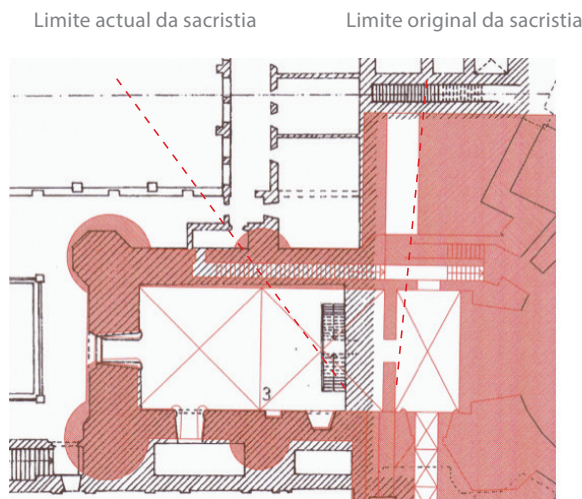
F. 345 Assimetria dos arcos formeiros do tramo nascente da abóbada.

⁴⁴⁴ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 149-165.

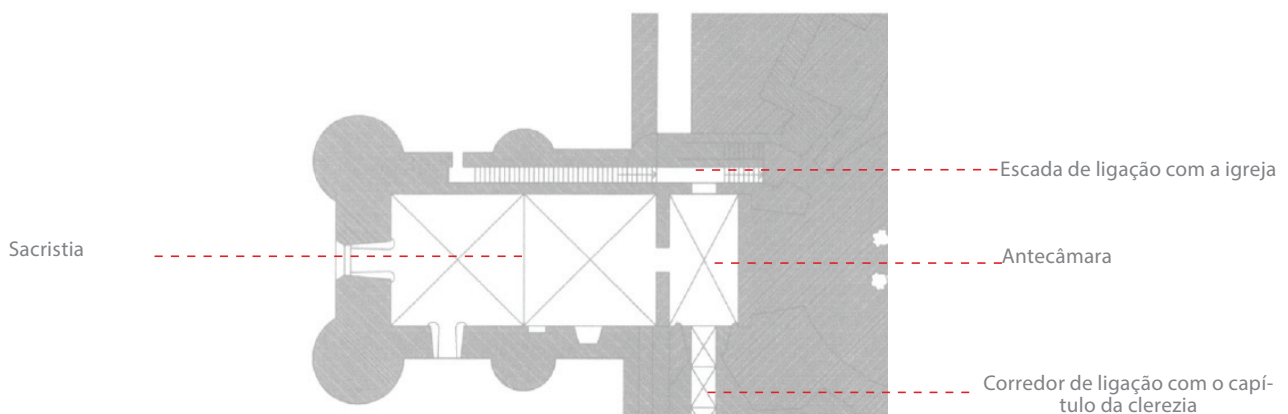
⁴⁴⁵ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 154.

⁴⁴⁶ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 152.

O espaço destinado ao coro era, assim, de maior dimensão. Mas estas alterações não produziram efeito apenas na mancha de implantação do coro e da sacristia. A sua área de influência abrangeu os circuitos e as zonas adjacentes de todo aquele espaço. As fontes documentais, nomeadamente a Crónica de Frei Roman que descreve o ritual de celebração dos freires que se deslocavam do coro à Charola para realizar, em simultâneo, os rituais litúrgicos⁴⁴⁸, associado ao normal esquema funcional dos espaços conventuais, indicaram-nos que o coro teria, obrigatoriamente, ligação directa à igreja, ao claustro do cemitério, ao dormitório e, provavelmente, à sacristia. Uma vez que o claustro do Cemitério e o dormitório se localizavam a norte, esta rede de comunicações só poderia ser prevista, também, a norte (fig. 346, 347 e 348). Em 1578, Pedro Álvares confirma esta possibilidade quando refere que *"no outro painel pegado com estes [referindo-se aos dois painéis da Charola intersectados pelo coro] fez porta e escada, pelo grosso do muro pêra serventia do Coro"*⁴⁴⁹ [embora esta descrição seja referente ao acesso ao primitivo coro, ela é descrita como ainda existente]. Este acesso, construído para fazer a ligação ao coro henriquino, foi posteriormente reformulado e compatibilizado com o plano manuelino⁴⁵⁰.



F. 346 Planta esquemática de alterações.



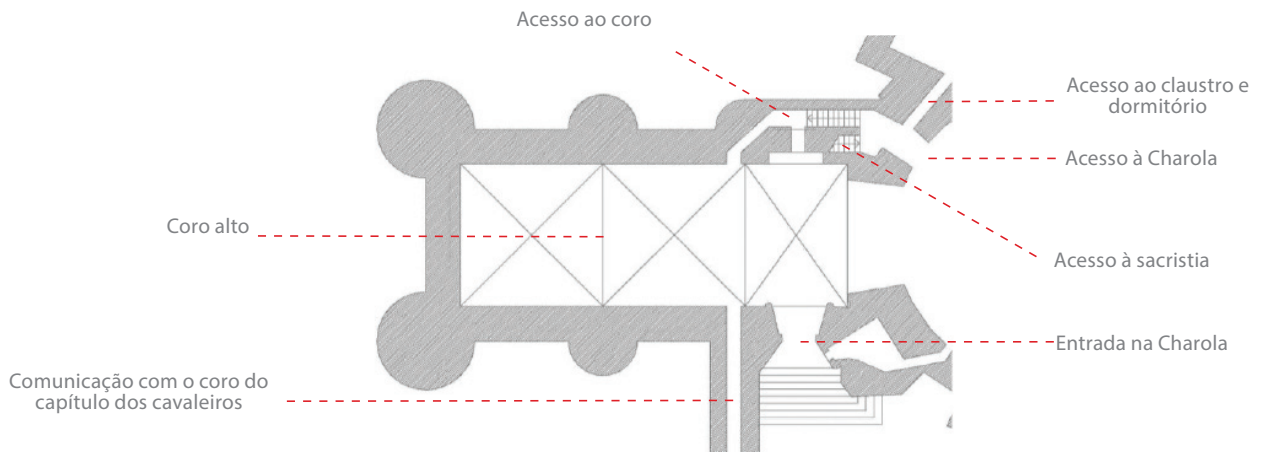
F. 347 Reconstituição da planta do piso da sacristia.

⁴⁴⁷ AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 35.

⁴⁴⁸ AMT, 1137 – 1453, 1972, p. 361.

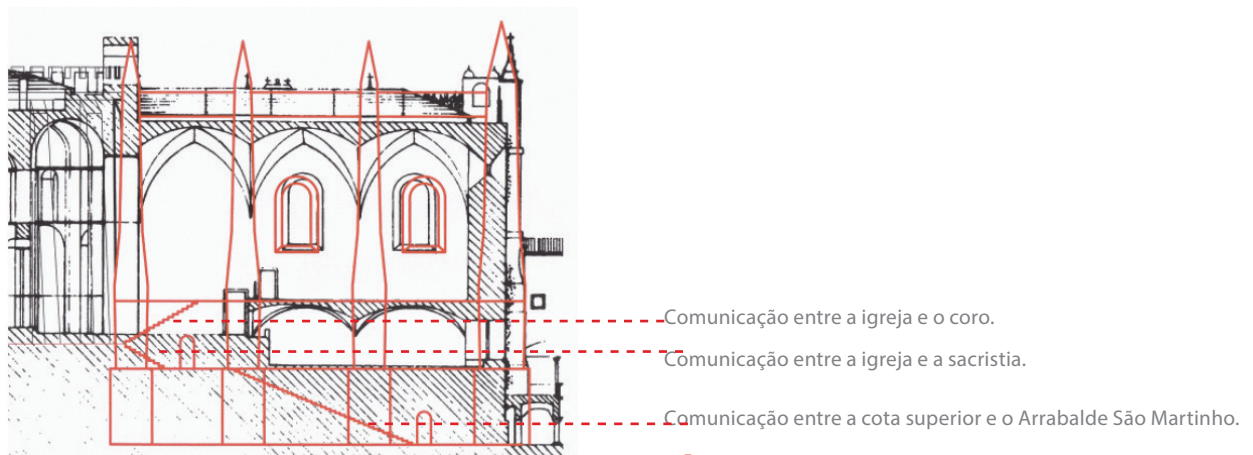
⁴⁴⁹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 157.

⁴⁵⁰ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 154..



F. 348 Planta do coro e da igreja.

A espessura da parede norte da nave é de cerca de 4,40m (no troço correspondente ao corpo da igreja), e as descrições de frei Roman e Pedro Álvares indicam que a ligação coro alto/igreja se fazia pelo interior da parede, iniciando-se no primeiro tramo da Charola, imediatamente a seguir à inserção da nave manuelina, e desembocando no coro (fig. 349). A actual escadaria de acesso ao coro, construída durante as campanhas filipinas, foi implantada utilizando a largura total da parede, inutilizando e ocultando o anterior acesso (fig. 350). Ainda na parede norte da nave localizava-se o desaparecido órgão de tubos da igreja e a correspondente casa do fole (fig. 351). O acesso a ambos os espaços fazia-se utilizando a comunicação entre o coro e a igreja estando ainda em funcionamento no início do século XX é testemunhado por fotografia existente no arquivo do IRHU⁴⁵¹ (fig. 352).



F. 349 Esquema organizativo das comunicações verticais.

⁴⁵¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 157.



F. 351 Escada actual de acesso ao coro alto (lado norte).



F. 352 Acesso ao órgão (foto arq. IRHU).



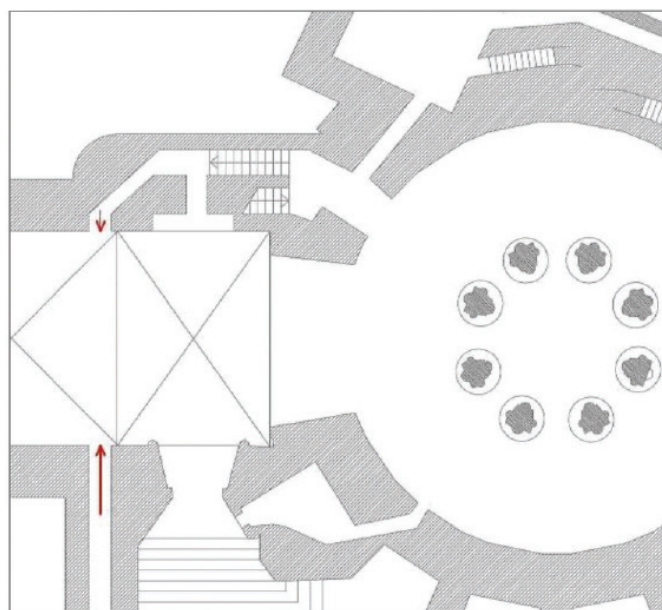
F. 353 Vestígios pertencentes à estrutura do antigo órgão de tubos.

Do lado sul existia um outro vão de acesso ao coro, simétrico ao da parede norte e à mesma cota (os vestígios ainda hoje se observam) que estabelecia uma comunicação directa com a casa do capítulo, localizada a sul deste bloco. O coro era, assim, limitado por dois vãos simétricos, um a norte e outro a sul⁴⁵¹ (fig. 354 e 355).

⁴⁵¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 154.



F. 354 Entaipamento da comunicação entre o coro alto e o coro dos cavaleiros.



F. 355 Ligações com o coro alto.

Cadeiral ad maiorem dei gloriam.

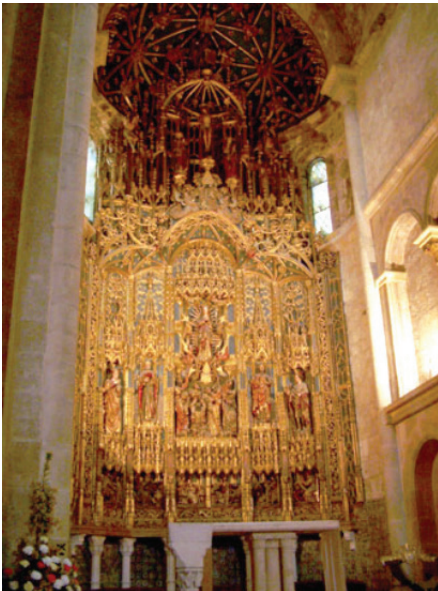
O cadeiral encomendado por D. Manuel para o coro alto da nave manuelina ultrapassa, largamente, o limite restrito da sua função de assento e da sua concepção formal de banco ou cadeira para se apresentar em moldes de verdadeira complexidade arquitectónica⁴⁵². A recitação do Ofício Divino no espaço do coro exigia uma postura rigorosa, digna daqueles que tinham por missão louvar a Deus, levando a que neste espaço se tenham desenvolvido mecanismos para atenuar o desconforto das horas aí passadas, como a inclusão de cadeiras de assentos basculantes dotados de pequenas consolas de apoio (misericórdias). A cadeira de espalda é, per si, um elemento de distinção hierárquica, normalmente reservada aos graus superiores de uma qualquer comunidade. A sua apetência para se constituir como poderoso símbolo de prestígio no seio de uma comunidade religiosa que se reúne ocupando um conjunto de cadeiras, fez com que a sua estrutura e a sua decoração se tenham complexificado com o passar do tempo. Na sua versão mais básica, o cadeiral organizava-se segundo duas filas paralelas de cadeiras, em cada uma das paredes fronteiras. *"As filas de cadeiras baixas eram necessariamente mais simples ao nível do espaldar e não possuíam estantes fixas, proporcionando, pelo contrário, apoio às estantes que serviam aos ocupantes das cadeiras altas, que se encontravam sobrepostas a um estrado e às quais se acedia por meio de escadas. Encostavam-se estas cadeiras*

⁴⁵² ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 10.

efectivamente às paredes (a menos que se encontrassem literalmente a meio do corpo da igreja, como acontecia com o cadeiral da Sé Velha de Coimbra) desenvolvendo-se verticalmente em espaldares mais altos que, não raras vezes, desembocavam em dosséis ou guarda-pós mais ou menos elaborados que não só compunham artisticamente o conjunto como também protegiam fisicamente os utilizadores dessa fila elevada de cadeiras, proporcionando-lhes até melhores condições acústicas⁴⁵³.

A partir dos finais do século XIII, os cadeirais tenderam a desenvolver uma grande complexidade formal, acompanhando os pressupostos teofânicos da arquitectura gótica. Desenvolveram-se em altura e recorreram a soluções de pormenor com grandes difisticação, tanto de carácter figurativo como geométrico, numa convivência permanente entre o religioso e o profano que, "sob diferentes perspectivas, concorriam ambas para o despertar de uma piedade edificante de uma auto-consciência moralizante do observador⁴⁵⁴.

O cadeiral, destinado a ocupar o coro alto do convento de Tomar, foi encomendado a Olivier de Gand em 1511⁴⁵⁵, tendo sido terminado por Fernan Muñoz em 1514⁴⁵⁶. Olivier de Gand, mestre flamengo, entra em Portugal talvez sob a protecção do bispo D. Jorge de Almeida, com o intuito de executar o retábulo da Sé (Velha) de Coimbra (fig. 356) abandonando, para isso, os trabalhos da catedral de



F.356 Retábulo Sé Velha, Coimbra.



F.357 Cadeiral, Catedral de Toledo.

A encomenda por parte de D. Manuel para Tomar surge mais tarde e é, ainda, antecedida por uma encomenda do monarca para Évora - o retábulo para o Convento de São Francisco. Quando finalmente chega a Tomar, em 1511, Olivier de Gand fazia-se acompanhar por sete oficiais auxiliares e o sócio Fernão Muñoz⁴⁵⁷. É, aliás, Muñoz que termina o cadeiral depois da morte de Olivier⁴⁵⁸ (fig. 358).

⁴⁵³ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 14.

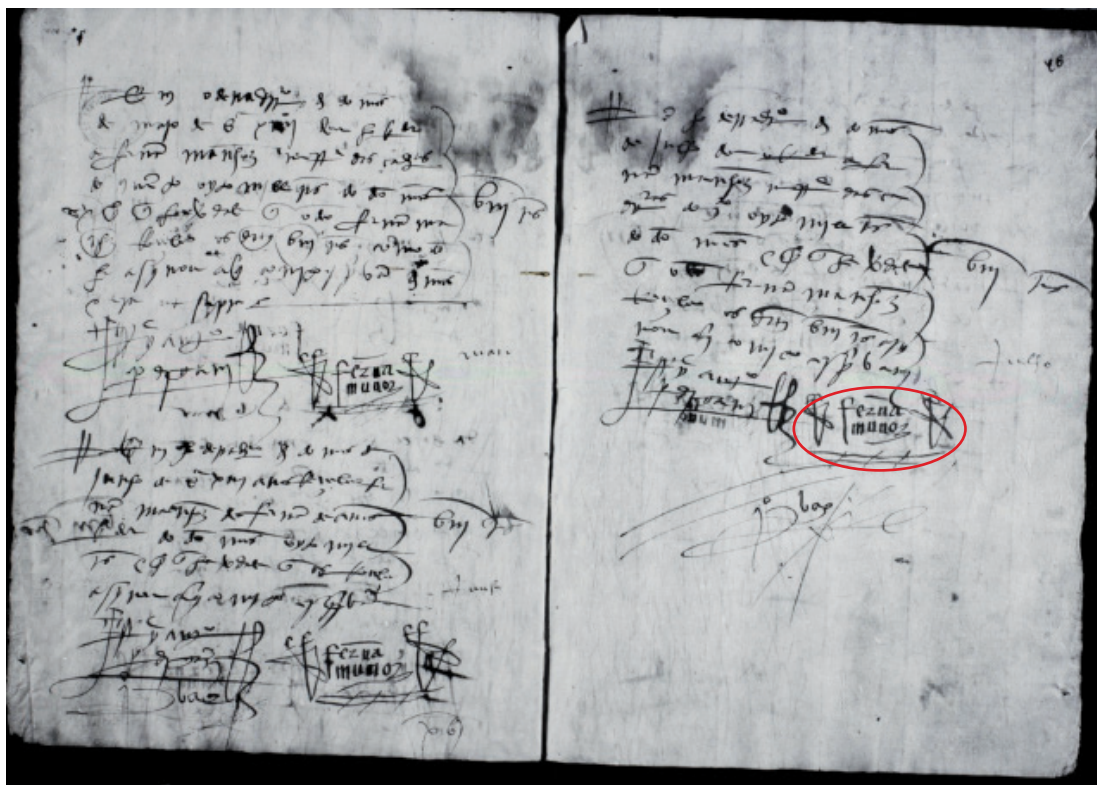
⁴⁵⁴ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 19.

⁴⁵⁵ AMT, 1454 – 1580, 1972, p. 154.

⁴⁵⁶ AMT, 1454 – 1580, 1972, p. 161.

⁴⁵⁷ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 59.

⁴⁵⁸ MOREIRA, *A arquitectura do renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, 1991, p. 102.



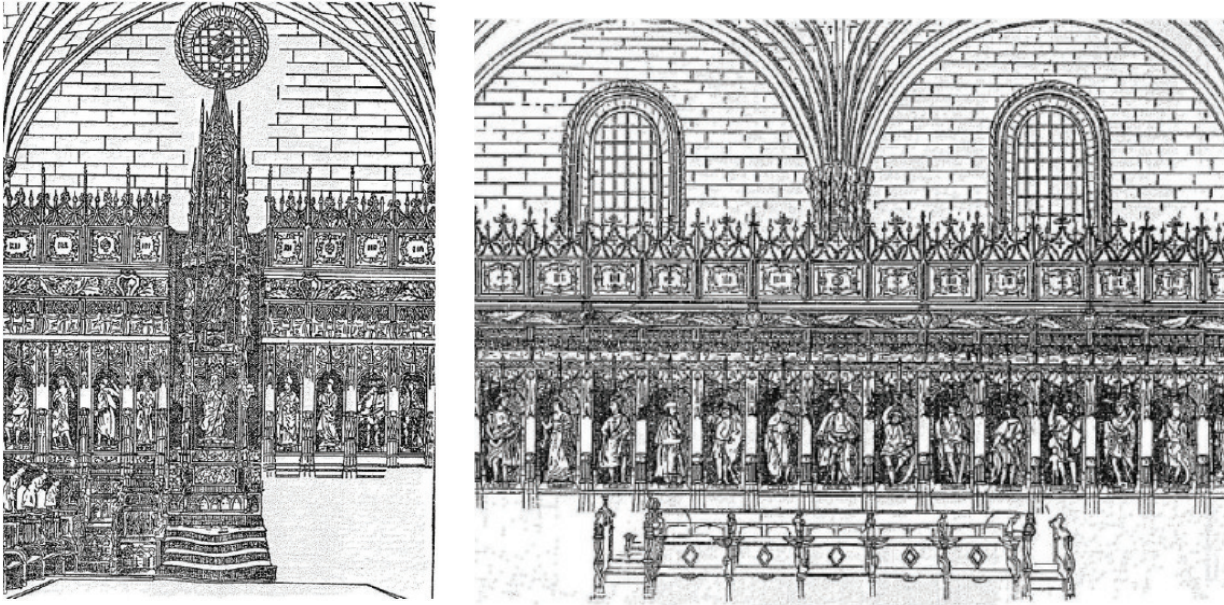
F.358

Assinatura de Fernão Muñoz – ANTT/NA.772, mf.6739P. Livro do dinheiro q recebeu p.ª as obras das cadeiras, do ano 1511 a 1514.

Do desaparecido cadeiral apenas são conhecidos dois desenhos datados de 1806⁴⁵⁹ (fig. 359 e 360) e as descrições de algumas crónicas, nomeadamente a de frei Hieronimo Roman que descreveu o cadeiral como "*Tiene ochenta y quatro sillasy en médio una de mayor magestad en la qual nose asienta sino su mestre estoda la obra destecoro de bordo qués linage derrobte traydo de falndes dequese usa mucho enel Reyno de portugal estoda sulavor de yalla tiene por los espldares queson muy altos puestas las ystorias y figuras de muchas cosas que caualleros dela Orden hicieron endiuersos tiempos queno haciera dano sauerlas nipaescieram mal enesta queuamos escriviendo sobre todo tiene una coronacion o guardapoluo de marauillosa mano yen quelos ojos delos curiosos pueden emplear-se y no creo que la mdera sepuede pedir mas enfin porel dilata el coraçon del que lovee por ser muy claro y tanes pacioso y como dije tener tantas cosas que mirar⁴⁶⁰*". Aqui, Frei Roman refere que o cadeiral era constituído por 84 cadeiras, mais a cadeira do mestre que estava no centro do alçado poente, feito em madeira de bordo trazida da Flandres, tendo gravadas nos espaldares das cadeiras algumas cenas da história da Ordem e com o coroamento de «marauillosa mano».

⁴⁵⁹ GRILLO, *A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e obras*, 1997, p. 99.

⁴⁶⁰ AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 40.



F. 359 e F. 360 Desenho do alçado frontal e lateral do cadeiral.

O programa iconográfico desenvolvia-se em torno da celebração da Ordem e do seu mestre, sendo que a sédia mestral culminava num altíssimo pináculo flamejante rematado pela esfera armilar que coincidia com o centro do óculo da nave. Entre a cadeira e o pináculo distribuíam-se frisos, painéis e figuras, destacando-se os três anjos que sustentavam a cruz do Salvador ⁴⁶¹, o escudo com as armas de Portugal e o escudo com a cruz de Cristo (supõe-se que estas duas últimas figuras correspondam aos dois anjos existentes actualmente na Charola e que não pertencem ao conjunto iconográfico da mesma) ⁴⁶². Ainda através dos desenhos oitocentistas, pode ver-se que os motivos decorativos eram já claramente de transição notando-se, a par da utilização de pináculos, «abóbadas» polinervadas e arcos polilobados, a presença de grinaldas e outros motivos de entrelaçado de folhagem, à maneira dos festões romanos ⁴⁶³ (figs. 361 e 362).

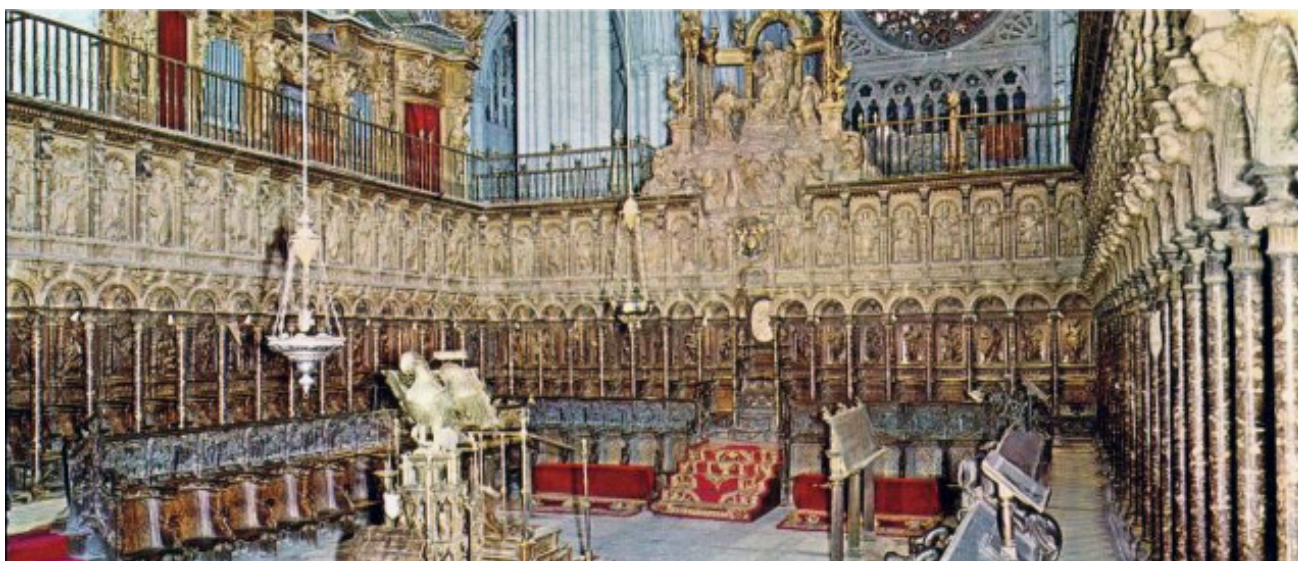


F. 361 Friso central do cadeiral.

⁴⁶¹ Boletim Cultural nº14, Câmara Municipal de Tomar, 1991, 178.

⁴⁶² GRILO, *A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e obras*, 1997, p. 100.

⁴⁶³ GRILO, *A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e obras*, 1997, p. 100.



F.362 Cadeiral de Toledo. Estrutura formal equivalente, no ritmo, nos motivos figurativos, na organização e hierarquização dos lugares.

Não sabemos como se organizava a comunidade de religiosos no cadeiral, sendo apenas certo que, pela expressão emanada pela cadeira central do alçado poente, esta destinar-se-ia ao cargo máximo da Ordem – o regedor que era simultaneamente o rei. É necessário compreender que, na generalidade dos casos, a presença de laicos no coro dependia de três factores: o estatuto social do indivíduo, a importância da pessoa na congregação, e a razão específica para a ocupação naquele espaço. À parte dos acólitos laicos que, em certas ocasiões participavam nos ofícios corais, *"nenhum indivíduo de estatuto social e económico relativamente baixo estava autorizado a permanecer no coro durante a realização dos Ofícios Divinos. Honra que reservava quase exclusivamente à família real ou apenas ao rei"*⁴⁶⁴ (fig. 363).



F.363 Corte francesa participando no Ofício Divino, gravura de 1525.

⁴⁶⁴ ANTUNES, *Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Vol. I, 2010, p. 21.

No caso de Tomar, a especificidade estatutária da Ordem que possibilitava que o cargo de regedor fosse ocupado por um laico (que simultaneamente era o rei), transformava a sua presença no coro num acto regular. A partir de D. Manuel I, todos os reis tiveram o seu lugar reservado e bem identificado no cadeiral de Tomar. A notícia específica da presença no coro de D. João V com os infantes D. António e D. Manuel ⁴⁶⁵, durante a celebração do Ofício Divino, mostra este carácter de não excepção instituído. A descrição é feita pelo Doutor Gaspar Leitão da Fonseca referindo que, *"He este coro de bordo relevado com prolixa, mas nunca emfadonha escultura, varia, mas não confusa. Ally se vem os lances de dezafogo, os seguimentos da montaria? (sic) e toda a mais ocupação de huma cavalaria religioza com tal expressão de affectos que a vista na intimação dos Objectos perca as fantásticas viveza, como reflexo de confuzos pensamentos. Lavor emfim, que mandado vir de Itália ⁴⁶⁶ pello Senhor Rey D. Manoel ainda merece a admiração nos nossos tempos ao mais generozo Princepe da mesma Italia, o Gram Duque Cosme treceyro achando nas suas miudezas, que levar com a recomendada iluminação principalmente na fácil imitação, mas da (de)ficultoza invectiva com três olhos nos vizos de quatro inteyros perfis, forma quatro semblantes.*

Coro emfim tão singular em todo o zello que achou nelle Sua Magestade canto não vulgar para toda a semana Santa por autor da mesma Ordem ilustrada com duas rubricas de tão acertada como Real mas do Senhor D. João Quarto de venturosa memoria cujo original primorozo character se compositor levou Sua Magestade com o credito de ser recatado uso de sua soberana Capella no tão nobre, como engrandecido título do coro donde sahira prometida em elegantissimo traslado a restituição deste cerimoniozo compendio com hum irrefragável diploma senão conservar esta suavidade mais que nas duas participaçoes de copia, e o original chegado Sua Megestade a fazer tanta estimação de ser o Primas desta Ordem, que mandou com effectuoza devoção, que na collecta da Missa no lugar de Regem Nostrum, acrescentassem Magistrum Nostrum, ou por se particularizar com esta Ordem, ou por mostrar que della fazia tanta gloria do titulo de Prelado como do de Rey.

Levanta-se no meyo desta magestoza fabrica, hum sólido ao serve de torreado docel hum piramidal baldaquino a que da gloriozo remate a crus da Ordem, entre duas esferas com mais prudente obzequio do que a vaidade da poezia custuma exaltar os seus Emperadores. Pois se la se lhes lavra o Trono a Esfera, aqui se levanta ao Rey a Esfera por Docel, porque he mais acreditada gloria de hum cetro ter a imagem do Ceo no lugar, onde mostre que a sustenta como Catholico que na parte onde se murmure que a atropella como gentio.

Guarneceo-se este lugar com preciosas çanefas, não para lhes dar mais lustre mas mais demonstração com o paramento de pompozas almofadas, e vistozos sitiaes assim neste como nos lugares colaterais, onde Suas Altezas e Eminencia se assentarão ⁴⁶⁷. Fica assim explícito que, não só o rei, mas toda a família real presente tomaram lugar no coro durante a realização do Ofício Divino.

⁴⁶⁵Boletim Cultural nº14, 1991, 155.

⁴⁶⁶como é evidente Gaspar Leitão da Fonseca equivocou-se quanto à origem do cadeiral.

⁴⁶⁷Boletim Cultural nº14, 1991, 177 a 179.

O carácter excepcional deste espaço e, em particular, deste cadeiral levou a que Frei Roman, quando acompanhou Filipe I a Tomar e soube que eram realizados Capítulos da Ordem no coro, escrevesse que *"este coro que oy vemos no se hiso propriamente para los religiosos clérigos mas para capítulo de los cavalleros porque su fin era que ally se celebracen sus capitulosy assy lo hiso com tanta magestad como luego diremos y porque avia necesidad que ojecen missa estando ally requeria que estuviessen com decência rompio un gran arco qual oy lo vemos para que saliendo en frente del altar maior le servisse de capitulo e coro y despues como vino la reformacion começo a crecer en mucho numero de religiosos y se trato del culto divino com mucha curiosidad servio de coro estando traçado tan a propósito esto es algo de lo que yo e leio mas a mi me parece que aunque sea verdad que al principio se hiço esta pieça para capitulo despues que mando abrir el arco fue para el coro de los clérigos mientras no hacian capitulo los cavalleros y este fin tuvo y presuado me a esto porque vejo que comenso alla fuera outro capitulo alto para los cavalleros outro baxo para los religiosos dejando el outro coro pues avia salido tambien la traça"*⁴⁶⁸. É perfeitamente compreensível que a interpretação feita por Roman se tivesse baseado numa percepção equivocada em termos volumétricos e de composição geométrica, uma vez que a nave manuelina é muito próxima, para não dizer idêntica, à casa do capítulo manuelina. As duas assemelhavam-se a caixas murais paralelipédicas divididas, interiormente, em dois pisos. Mas talvez mais do que qualquer semelhança o facto de os capítulos gerais da Ordem se realizarem no coro alto praticamente desde a sua conclusão⁴⁶⁹, fez com que esta confusão tenha surgido justificando, também, a denominação da janela da sacristia como a Janela do Capítulo.

O cadeiral de Olivier de Gand e Fernão Munoz sobreviveu até às Invasões Francesas, momento em que foi destruído. Como memória da sua existência, conserva-se no convento um fragmento do cadeiral que, em conjunto com os desenhos novecentistas e as descrições, permite uma proposta de reconstituição virtual daquele espaço (fig. 364, 365 e 366).



F.364 Fragmentos do cadeiral.

⁴⁶⁸ ROMAN (por COSTA), 2008, p. 78.

⁴⁶⁹ Boletim Cultural nº14, 1991, p. 155.





F.366 Reconstituição virtual do cadeiral.



F.367 Sacristia manuelina.

SACRISTIA MANUELINA

Por debaixo do coro alto foi construída a sacristia (fig. 367) não tendo chegado aos nossos dias a sua entrada original. Actualmente, acede-se ao seu interior por uma porta existente na parede frontal do coro, aberta no início do século XX. A anulação do acesso original e, principalmente, à sua cota de implantação, condiciona e inviabiliza uma correcta leitura do espaço. Como descreve Paulo Pereira, "*encontra-se um espaço insólito, coberto por uma abóbada de nervuras de pedra manuelina, muito abatida, o que faz com que o tecto seja muito baixo e o interior atarracado, com uma chave com um elemento geométrico rebuscado (uma estrela de oito pontas), como se nos encontrássemos perante uma cripta*"⁴⁷⁰. A alteração da cota de acesso a este espaço subverteu a leitura original mesmo ⁴⁷¹ (fig. 368).

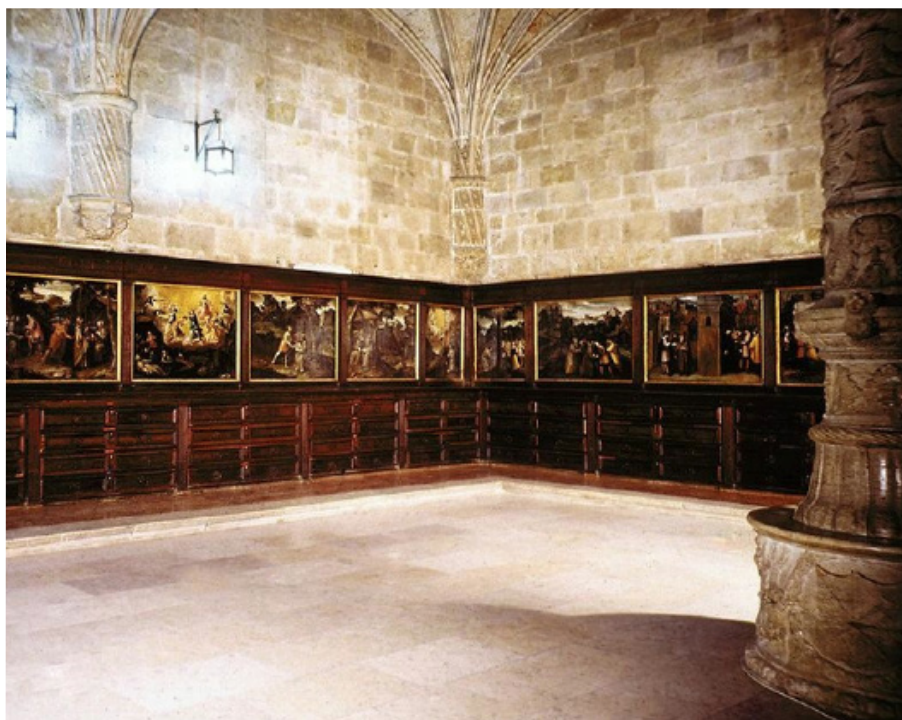
Esta sala desenvolvia-se segundo uma planta rectangular onde os arcazes, para guardar os paramentos e outras alfaias litúrgicas, estariam encostados às paredes onde não existiam vãos, como sucede, por exemplo, na sacristia do Mosteiro dos Jerónimos, também da autoria de João de Castilho (fig. 369). O lavabo manuelino foi inserido na parede sul entre as duas janelas de assentar e ao seu lado direito antes da mísula de arranque, uma pequena pia de água benta (fig. 370).

⁴⁷⁰ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 71.

⁴⁷¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 153.



F.368 Actual entrada na sacristia.



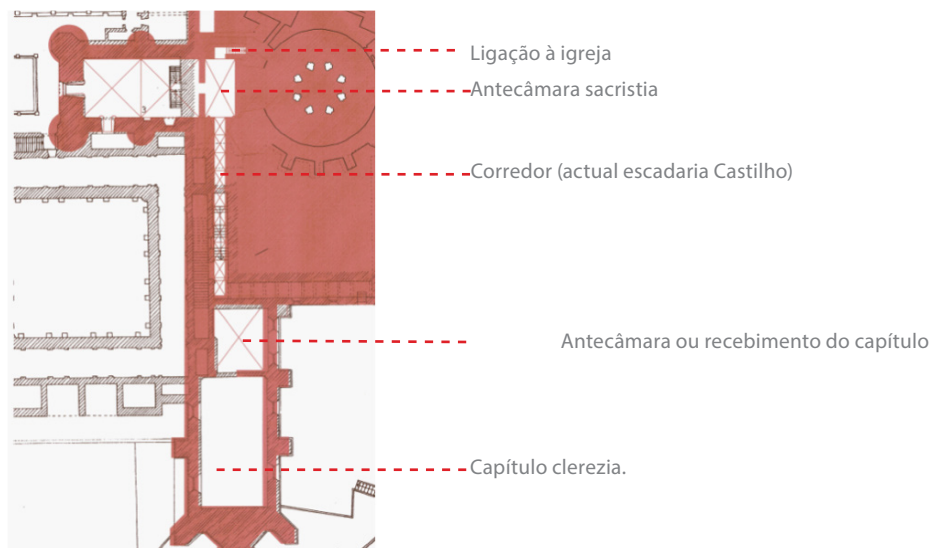
F.369 Sacristia do Mosteiro dos Jerónimos.



F.370 Lavabo da sacristia manuelina e pequena pia de água benta.

Originalmente, a sacristia era antecedida por um corredor, antecâmara de recebimento que, no piso inferior, replicava o espaço e o tramo de abóbada de entrada na igreja. O espaço que antecedia a sacristia fazia ligação, a norte, com a igreja e, a sul, com o capítulo da clerezia⁴⁷². O registo da existência deste passado é nos testemunhado pelos vãos ou corredor de acesso ao mesmo, que se encontram actualmente entaipados. A sul, a escadaria executada por João de Castilho no claustro principal testemunha o primitivo corredor de ligação entre a referida ante-câmara da sacristia e o capítulo da clerezia⁴⁷³ (figs. 371, 372, 373, 374 e 375). O corredor original permitia uma ligação interna entre o convento e a sala capitular. Com as campanhas filipinas, nomeadamente com a alteração do limite nascente do coro, ou o entaipamento da ligação entre o capítulo do clérigos, esta rede de comunicações foi anulada e a entrada original da sacristia perdeu-se para sempre⁴⁷⁴ (fig. 376 e 377).

F.371 Planta de alterações com as diversas comunicações estabelecidas com a antecâmara da sacristia.



⁴⁷² BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 162.

⁴⁷³ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 163.

⁴⁷⁴ ANTT/OCCT, L 115.



Fig. 372 Encaixe de degraus no pórtico pré existentes e pertencente ao primeiro Claustro Principal de Diogo de Castilho



Fig. 373 Pórtico com a inclusão da escadaria.

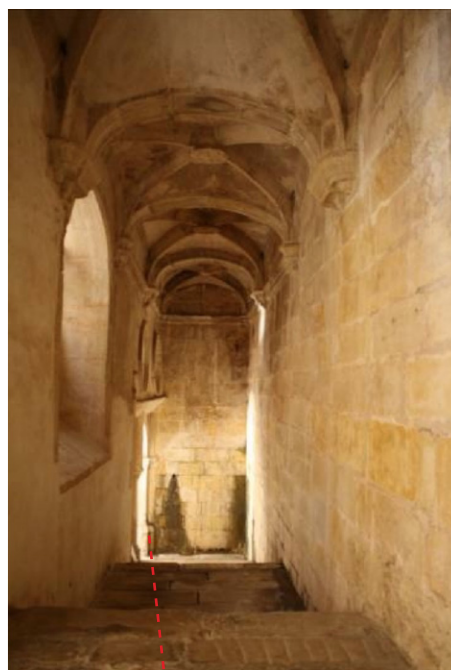


Fig. 374 Imagem geral da escadaria com o emparedamento no topo.



Fig. 375 Pormenor do encosto da parede à coluna de transição.

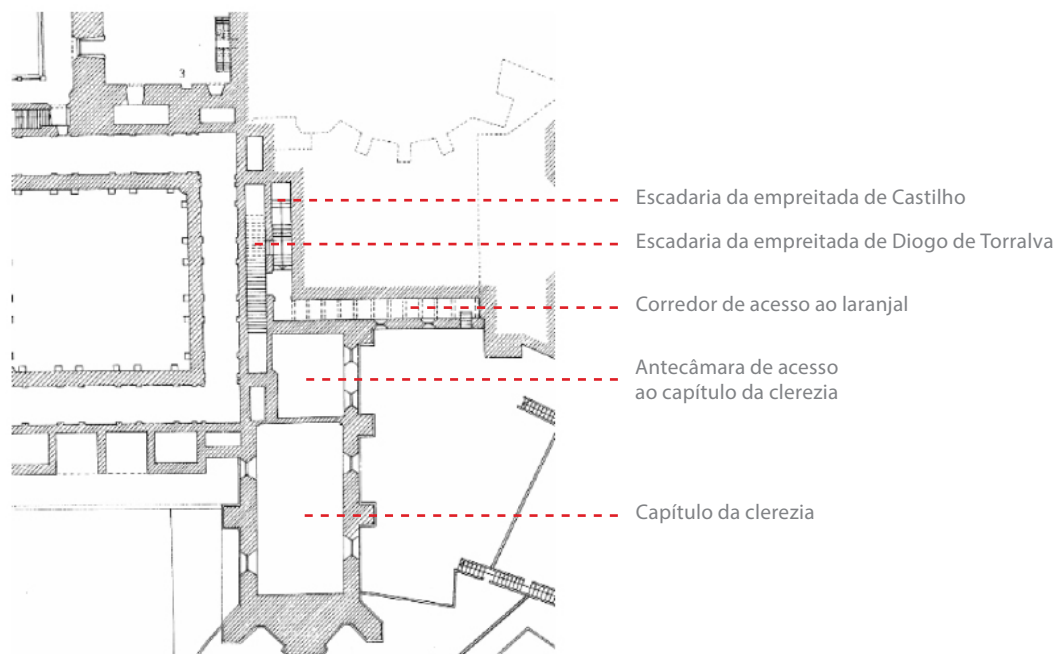


Fig.376 Planta com a indicação do corredor do laranjal que intersectou a ligação ao capítulo da clerezia.



Fig.377 Corredor do laranjal.

A escadaria entre paredes existente na fachada norte, que fazia a ligação entre a igreja e a sacristia, permitia também a comunicação com o arrabalde de São Martinho com o prologamento da escadaria até à cota base do edifício (fig. 378). Numa primeira fase, a construção do claustro da hospedaria de João de Castilho respeitou aquela ligação, antecedendo-a com uma dupla arcaria de acesso (figs. 379, 380 e 381). Com a desactivação da escadaria da nave, a ligação entre cotas passou a ser feita pela escadaria construída posteriormente, na ala nascente do claustro da hospedaria⁴⁷⁵.



Fig. 378 Vão entaipado com acabamento de capeamento de alvenaria de pedra, que fazia a ligação entre o Convento e o arrabalde de São Martinho.

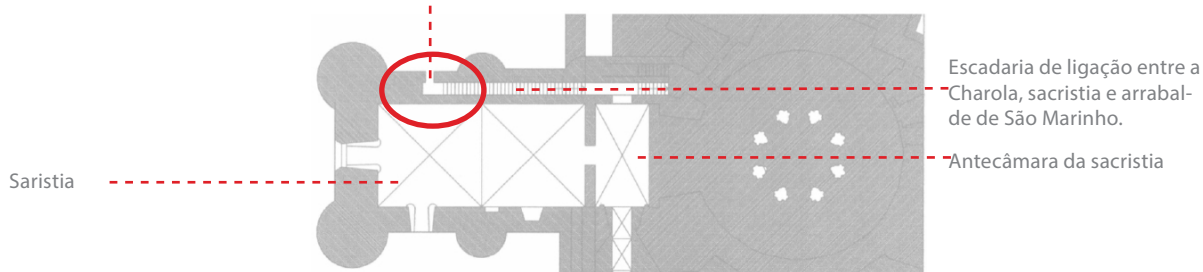


Fig. 379 Planta de reconstituição com a indicação da comunicação com o arrabalde de São Marinho e, posteriormente, com o Claustro da Hospedaria.



Fig. 380 e Fig. 381 Dupla arcaria da campanha posterior de João de Castilho, que antecedia o vão de acesso ao interior da nave manuelina a partir do Claustro da Hospedaria.

⁴⁷⁵ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 162.

O tratamento exterior

Este volume de dimensões ímpares foi suporte para um elaborado e vasto programa iconográfico em que a gramática decorativa utilizada, nomeadamente a da sua fachada ocidental, se inscreve num universo simbólico de suporte à construção de uma mensagem de propaganda régia de carácter messiânico. Todo este discurso destina-se a ocupar lugares específicos nos planos construídos. Vãos, botaréis, planos horizontais e plantibandas de remate definem o momento e o ritmo da sua inserção (fig. 382). A leitura integral deste edifício e da mensagem que lhe estava subjacente ficou muito comprometida pela construção dos edifícios do convento novo, que envolveram todo o perímetro da nave. Como ainda hoje é possível observar, a introdução de elementos decorativos foi feita desde a sua cota de base (fig. 383 e 384).

O ritmo compositivo de todo o volume foi definido pelos botaréis que estabeleceram as secções onde se inseriram os vãos. Os planos que constituem as fachadas são sucessivamente interrompidos por linhas horizontais, que correspondem à diminuição da espessura da parede, coincidindo a última linha com a definição da platibanda de coroamento do edifício. A definição destas quebras nos paramentos verticais conjuntamente com vãos e botaréis estabelecem a matriz para a introdução do discurso decorativo (fig. 385).



Fig. 382

Vista geral sobre a nave manuelina.



F. 383 Pormenor decorativo da base do botaréu.



F. 384 Botaréu serrado.



F. 385 Localização dos elementos decorativos na fachada, sobrepondo/ocultando pormenores estruturais do edifício.

Enraizado profundamente na expressão exacerbada do decorativismo característico do gótico final, o manuelino da nave do coro surge-nos com um discurso simbólico que utiliza uma linguagem muito particular e extremada, ao mesmo tempo que recorre a elementos comuns ao da vulgar temática manuelina: a heráldica; os temas vegetalistas e outros como troncos de árvores, raízes e frutos, assim como elementos com filiação na flora marítima; o uso da corda; instrumentos marítimos; etc. Uma temática ornamental que reuniu influências do mundo gótico e renascentista, em termos dos motivos representados, na escala, na proporção e no tratamento das massas e que foi alvo de análises aturadas por parte de Ana Maria Alves, Dagoberto Markl e, neste caso específico, de Paulo Pereira. A sublimação deste discurso, elencado no único corpo que extrapola a muralha templária, foi plasmada na fachada poente da nave manuelina.

Como refere Paulo Pereira, a fachada ocidental surge emoldurada pelos botaréis: o localizado a norte representa o *"Reino Celestial ou Espiritual"* (fig. 386), sendo essa a razão pela qual vemos ali raízes cortadas, sem contacto com o mundo, em oposição ao lado direito que corresponde o Reino Terreal (o dos Guerreiros) (fig. 387) no qual as raízes se encontram inteiras. De facto, os anjos ou arcanjos correspondem aos reis d'armas no reino Celestial sendo também os respectivos precursores. Os restantes símbolos respeitam esta hierarquização. De facto, no lado direito, ou seja no lado Terreal, encontra-se a insígnia da Ordem das Jarreteira, uma instituição cavaleiresca, mundana, criada e governada por homens. Do lado esquerdo, ou seja, no lado celestial, encontra-se o colar, símbolo da Cavalaria Espiritual, quer dizer da dignidade do cavaleiro da Ordem de Cristo (da qual D. Manuel era governador), uma ordem religioso-militar ao serviço de Deus⁴⁷⁶. É precisamente neste contexto que é estabelecida *"uma ponte iconográfica entre a Ordem de Cristo com a sua figura fundacional (Jesus, metaforicamente representado pelas molduras de árvore seca que em cima voltam a florescer, conferindo àquela o estatuto de Árvore da Vida, pois representa no ápice uma Cruz de Cristo) e as origens divinas da realeza manuelina, que era simultaneamente o governador da Ordem e ao mesmo tempo imperador, consubstanciando em si o poder sobre as esferas do terreal e celestial, governando os homens por imposição e escolha providencial de Deus"*⁴⁷⁷. Dentro deste universo, a figura do homem barbado é a representação de Jessé denderóforo - o velho que transporta aos ombros a árvore das profecias (fig. 388); os anjos e os arautos de armas representam o poder espiritual e o poder temporal; o homem águia representa o crente e segundo Isaías tem asas como a águia, corre sem se cansar, marcha sem desfalecer. (Isaías 40:31)⁴⁷⁸. (fig. 389).

Tanto os escudos dos anjos como os dos homens de armadura ostentam os símbolos régios e da Ordem de Cristo – a Esfera Armilar e a Cruz de Cristo (fig. 390, 391, 392 e 393). A ligar todos os botaréis e panos de fachada da nave está uma corda que, na fachada ocidental e ao nível do plano das cintas de raízes, é abraçada por piacettes ou bóias⁴⁷⁹. Paralela a esta corda, existem outras cordas que percorrem todos os planos, assim como frisos com flores-de-lis e Esferas Armilares (fig. 394 e 195); todos os eixos verticais estabelecidos são rematados pela Cruz de Cristo (fig. 396).

⁴⁷⁶ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 63.

⁴⁷⁷ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 68.

⁴⁷⁸ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 68.

⁴⁷⁹ PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 63.



F. 386 Botaréu norte, representação dos Anjos.



F. 387 Botaréu sul, representação de homens de armadura.



F. 388 O velho que transporta aos ombros a árvore das profecias.



F. 389 O homem águia.



F. 390 e F. 391 Anjo Custódio do Reino e o Anjo Custódio da Ordem de Cristo.



F. 392 e F. 393 Representação de homens de armadura com escudo d'armas com a Esfera Armilar e a Cruz de Cristo.



F. 394 A Janela do Capítulo.



f. 395 Platibanda com flores-de-lis e Esferas Armilares.



f. 396 Remate de botaréu com a Cruz de Cristo.

No discurso decorativo são utilizados elementos de carácter figurativo, imagens de nobres cavaleiros, trajados a rigor e ostentando elmos, escudos e caduceu, pormenorizadamente trabalhados. São corpos de feição moderna, no tratamento da proporção do corpo, no trabalho do movimento dos corpos e panejamentos e na caracterização da expressão facial (fig. 397, 398, 399 e 400). É contudo de salientar que, contexto temporal da época, a temática da cavalaria era quase exclusiva da escultura tumulária, por princípio, reis e nobres faziam-se representar como cavaleiros nos seus leitos de morte mas não em vida - veja-se, por exemplo, o portal do Mosteiro dos Jerónimos, em que D. Manuel se faz representar em vida trajado à civil (fig. 401).



F. 397 e F. 398 Pormenorização do detalhe decorativo.



F. 399 e F. 400 Pormenorização do detalhe decorativo.



Fig. 401 Representação de d. Manuel I no portal sul do Mosteiro dos Jerónimos.

Em paralelo com a representação dos cavaleiros, a figura do Anjo Custódio, do Reino e da Ordem de Cristo, mantém a mesma expressão plástica de feição moderna utilizada no grupo escultórico referido no tratamento da proporção do corpo, no trabalho do movimento dos corpos e nos panejamentos. Não foi ainda identificada a autoria destas esculturas contudo elas são o espelho da prática ideológica da época o que poderá, de certa forma, estabelecer a contemporaneidade da sua encomenda.

D. Manuel utilizou a imagem do Anjo Custódio como o símbolo de protecção régia *a todos os seus e em todos os seus territórios, garantindo, assim e através de um culto unificado, a equidade de procedimentos e o equilíbrio numa justiça que se assume como divina*⁴⁸⁰(fig. 402). A Ordem de Cristo, assim como outras Ordens religiosas, acompanharam e participaram na difusão dessa mensagem e *"É também esse o papel desempenhado pelo Anjo Custódio da Ordem de Cristo que, em íntima e física conjugação com o Anjo Custódio do Reino, projecta para o Convento de Cristo em Tomar uma ambição de liderança religiosa sob a divina protecção"*⁴⁸¹(fig. 403 e 404). Em perfeita consonância com todo este discurso surge ao lado dos Anjos Custódios a representação do Anjo da Anunciação (fig. 405).

⁴⁸⁰ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O Anjo Moderno/The Modern Angel*, Angelorum - Angels in Portugal, Museu de Alberto Sampaio, 2012, p.69.

⁴⁸¹ CRAVEIRO, *O Anjo Moderno*, 2012, p.70.



F. 402 Anjo Custódio do Mosteiro de Santa Cruz, Diogo Pires o Moço.



F. 403 Anjo Custódio do Convento de Cristo de Olivier de Gand



F. 404 Anjo Custódio da Ordem de Cristo representado no Livro 3 da Leitura Nova (1503).



No exterior um outro momento de excepção surge na fachada sul, a abertura do portal da igreja que possibilitou a transformação da antiga Charola templária em capela-mor. Definindo um novo eixo de entrada no templo, com a orientação sul/nascente, o portal sul da nave constitui-se como a grande entrada de aparato na igreja do Convento (fig. 406 e 407). Assinado e datado de 1515 (fig. 408), este portal marca, também, o início de uma nova campanha construtiva chefiada por João de Castilho. Foi aberto no primeiro tramo do alçado sul da nave manuelina entre dois contrafortes prismáticos e escalonados, rematados em pináculos de colchetes encimados pela cruz de cristo. Os botaréis foram unidos superiormente por um arco, profundo, em asa-de-cesto com rosetas e cairéis de cogulhos que antecede a estreita abóbada rebaixada polinervada com bocetes vegetalistas pendentes (fig. 409). O portal possui 3 arquivoltas em arco inteiro, delimitadas por colunelos sobre bases facetadas. A primeira, apresenta grutescos e na base do lado direito encontra-se inscrita, em faixa, o ano de 1515 e a assinatura de João de Castilho; a segunda, com enrolamentos de folhagem que se erguem a partir de um cesto por entre os quais se destacam anjos; e a terceira, por rosetas quadri-foliadas, mais pequenas e ladeadas por colunelos torsos nos pés-direitos. Do extradorso, decorado com cogulhos de acanto, desenvolve-se uma moldura ondulante rematada em canopial, decorada com rosetas e cogulhos, que acolhe a esfera armilar suportada por dois meninos, sendo encimada por friso torso com rendilhado e mísula vegetalista com imagem da Virgem com o Menino sob baldaquino (fig. 410). Ladeiam-na pilstras e colunelos estriados que intercalam nichos com estátuas de Profetas e Doutores da Igreja em 3 registos (fig. 411 e 412). O conjunto é encimado por um tronco podado a formar um arco polilobado com florões nos vértices e rematado por Cruz da Ordem de Cristo (fig. 413). Observa-se, neste conjunto, uma evolução estilística relativamente à restante linguagem utilizada no exterior da nave; uma expressão mais contida do manuelino com a introdução de referências ao mundo italiano do Renascimento. O programa iconográfico centra-se na figura da Virgem com o Menino ao colo, dispondo ao seu redor imagens de menor dimensão representando o Novo e o Velho Testamento⁴⁸². Este programa iconográfico é aliás a referência para os portais mais emblemáticos da época, como é o caso dos dois portais do Mosteiro dos Jerónimos, também pela mão de João de Castilho⁴⁸³, sendo que a Nicolau de Chanterene recairá a responsabilidade da execução do portal axial⁴⁸⁴, ou do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra de Diogo de Castilho e Nicolau de Chanterene⁴⁸⁵.

A geometrização da composição retabular destes portais denota uma clara percepção da organização dos esquemas da organização compositiva, em primeiro plano encontramos as personagens principais mais destacadas em módulo e volumetria, e em planos seguintes as personagens secundárias seguidas dos elementos cenográficos. Estes últimos, quase sempre prefiguram representações de edifícios arquitectónicos que, dadas as suas características topológicas, permitem estabelecer no espaço de representação uma relação espacial privilegiada na ordenação e disposição de todos os outros elementos, e assim, constantemente estabelecendo-se como elementos estruturantes de toda a composição⁴⁸⁶.

⁴⁸² PEREIRA, Paulo, *Convento de Cristo, Tomar*, 2009, p. 75.

⁴⁸³ DIAS, Pedro, *A Arquitectura Manuelina*, Arte Portuguesa, Da Pré-História ao século XX, Fubu Editores, 2009, p. 97

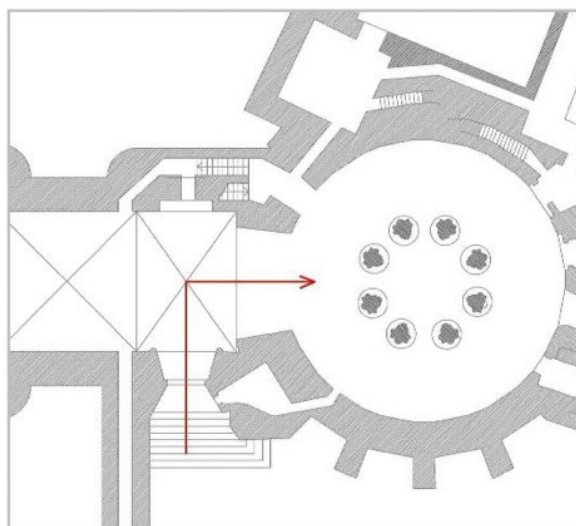
⁴⁸⁴ CRAVEIRO, Maria de Lurdes, *O Mosteiro de Santa Cruz*, Direcção Regional de Cultura do Centro, 2011, p. 64.

⁴⁸⁵ CRAVEIRO, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 2011, p. 65.

⁴⁸⁶ HENRIQUES, Francisco, *O Retábulo da Pena de Nicolau Chanterene, geometria e significado*, Mestrado em Teorias da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2006, p.37.



F. 406 Portal sul.



F. 407 Localização do portal.



F. 408 Assinatura João de Castilho, 1515.



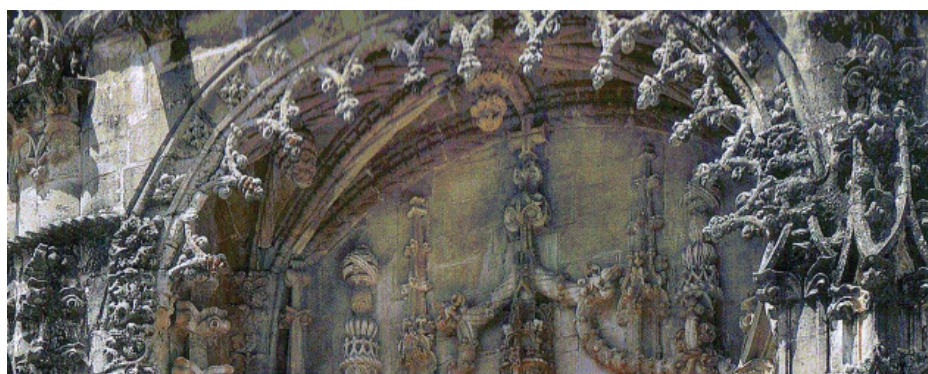
F. 409 Abóbada do portal.



F.410 Figura central do portal - Virgem com o Menino.



F.411 e F.412 Profetas e Doutores da Igreja.



F.413 Remate superior do portal com a Cruz de Cristo.

A primeira Sala do Capítulo

A construção dos complexos conventuais da Ordem de Cristo obedecia ao cumprimento rigoroso de um conjunto de regras e relações espaciais definido pelo plano tipo cisterciense, desenhando uma relação de, e entre espaços. Uma das características deste plano encontra-se visível na relação entre a sala capitular e o claustro, localizando-se no piso térreo da ala nascente, que era dedicada às dependências dos freires (fig. 414).



F.414

Imagem e corte transversal e da sala capitular e claustro de Fontfroide, com a representação do dormitório no primeiro piso sobre o capítulo.

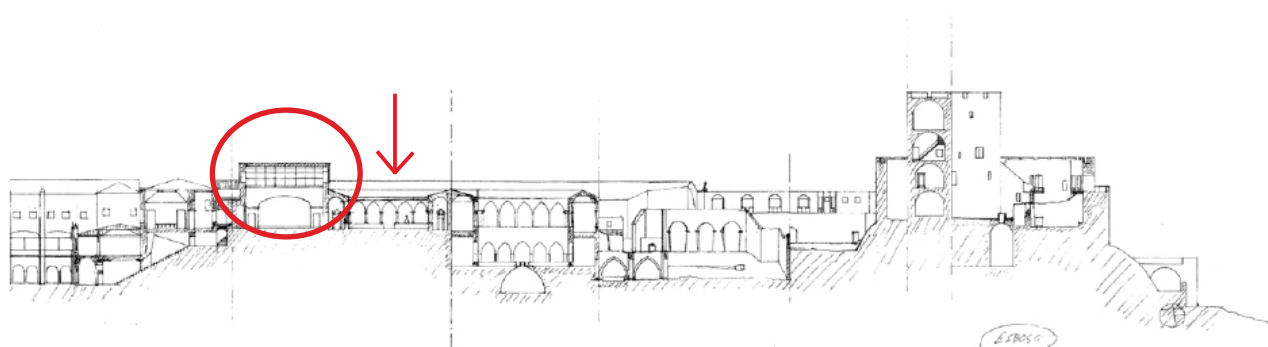
Na tipologia cisterciense, apenas e só a igreja era considerada mais importante do que o capítulo em toda a estrutura conventual. As salas capitulares eram espaços de amplas dimensões com capacidade para albergar a comunidade, onde um banco de pedra ou de madeira mais ou menos trabalhada circundava toda a sala encostado à parede. O acesso a estas salas era feito directamente a partir do claustro e através de uma única porta. Serviam de local de reunião entre os freires e os seus superiores, onde podiam ser discutidos diversos temas como as regras da ordem, as faltas cometidas pelos freires ou questões relacionadas com a administração do convento.

Contrariando as regras estabelecidas para a sua localização no claustro, a primitiva sala do capítulo do convento henriquino encontrava-se localizada na ala poente do Claustro do Cemitério, no local onde actualmente se encontra a sacristia nova⁴⁸⁷. Ainda assim, a sua relação com o claustro respeitava as normas de organização espacial; ou seja, esta fazia parte integrante da ala dos freires localizando-se, também ela, a poente e não a nascente⁴⁸⁸. A localização atípica da ala dos freires justifica-se pela não existência de um corpo de dependências na ala nascente do claustro, uma vez que, a parede que delimita a ala nascente do claustro do Cemitério é a mesma que delimita a parede poente do claustro da Lavagem.

⁴⁸⁷ " O qual (D. Manuel) vendo que falecia casa de sacristia a mandou logo fazer pegada com a serventia e a escada do coro e entre elle e a casa do capitulo e o muro e esta egreja e abriu sua porta e servintia do coro. Pedro Alvares Seco, A.M.T. – 1454-1580, p. 281 e ROSA, p. 84.

⁴⁸⁸ A ala dos freires significa a ala do claustro onde são enterrados os freires e, também, onde se localizam as suas dependências.

A intervenção de Filipe de Terzi, com a construção da Sacristia Nova no espaço do capítulo levou a que as altimetrias de quase todo o claustro fossem modificadas⁴⁸⁹. A documentação associada à empreitada de Terzi deixa antever que é nesta altura que o primeiro piso do Claustro do Cemitério é destruído e na área correspondente Sacristia Nova, os dois pisos são aglutinados pela geometria do novo espaço⁴⁹⁰ (fig. 415 e 416).



F. 415 Corte longitudinal com a indicação da Sacristia Nova e Claustro do Cemitério.



F. 416 Sacristia Nova.

A diferença de escala entre o corpo correspondente à Sacristia Nova, com os volumes correspondentes ao Claustro do Cemitério, e o Claustro da Lavagem, seu contemporâneo, é expressiva e reforça a possibilidade de as altimetrias terem sido adulteradas na reformulação daquele espaço. Provavelmente, o espaço original terá sido muito próximo de outras estruturas de raiz cisterciense como, Fontfroide, Santa Maria de Alcobaça, Santa Clara-a-Velha. As sala capitulares destes espaços tinham um pé direito mais contido, rematado por uma abóbada de cruzaria com nervuras apoiadas

⁴⁸⁹ ANTT, OCCT, L. 115.

⁴⁹⁰ ANTT, OCCT, L. 115.

em quatro colunas centrais ou, como provavelmente seria o caso de Tomar, em mísulas distribuídas pelas paredes laterais. São exemplo dessa tipologia a sala capitular do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa (fig. 417), da Abadia de Valmagne (fig. 418), da Abadia de St. Martin de Boscheville (fig. 419), ou do Prieuré de Comberoumal em Saint-Beauzély (fig. 420), ou seja, de salas com uma planimetria maioritariamente rectangular, com abóbada de cruzaria sem pilares de descarga ao centro.



F. 417 Sala do capítulo Mosteiro de Santa Maria de



F. 418 Sala do capítulo Abadia de Valmagne.



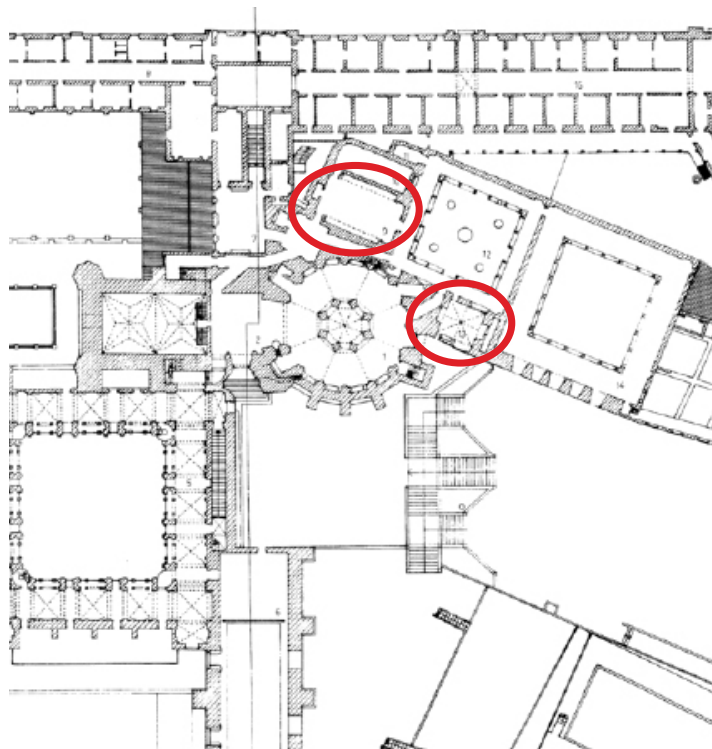
F. 419 Sala do capítulo da Abadia de St. Martin de Boscheville.



F. 420 Sala do capítulo de Prieuré de Comberoumal.

Em termos formais e de proporção volumétrica, poderá colocar-se a hipótese de que esta sala seja a duplicação da Capela de São Jorge localizada na ala sul do claustro e sua contemporânea (fig. 421, 422). Essa duplicação far-se-ia apenas em termos planimétricos, sendo o pé direito equivalente ao da Capela e permitindo manter constante a cota do primeiro piso (fig. 423). A geometria deste primitivo capítulo poderá ainda ser a razão da invulgar capacidade acústica da Sacristia Nova,

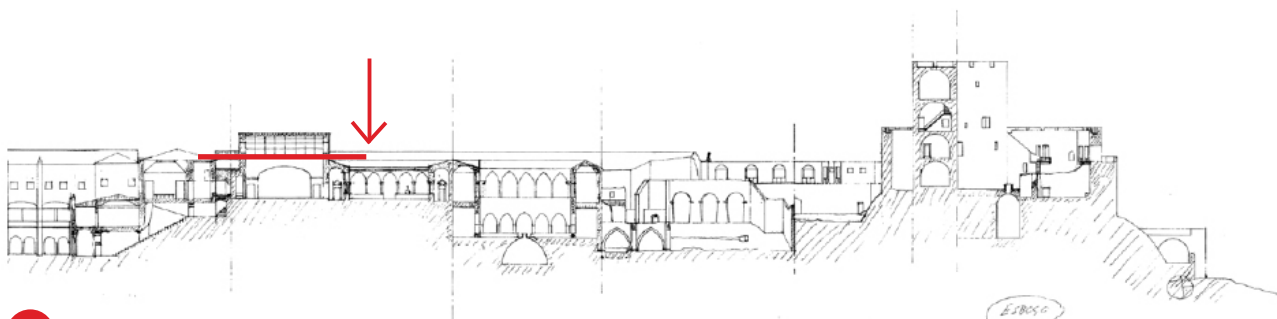
uma vez que, «the shape of the room is usually designed to allow good audibility for speakers from all parts of the room. It may be rectangular, tending towards the square (...)»⁴⁹¹ (fig. 424).



F. 421 Sacristia Nova e Capela de São Jorge.

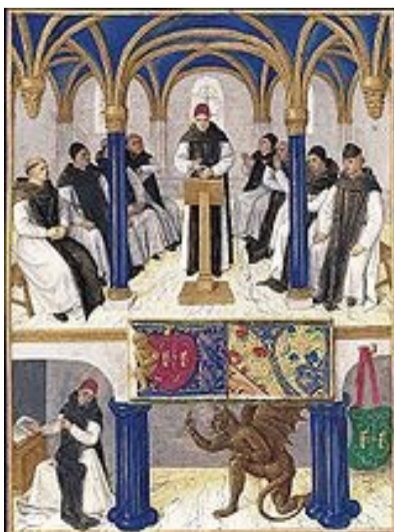


F. 422 Capela de São Jorge.



F. 423 Corte com a primitiva relação altimétrica do primeiro piso do Claustro do Cemitério.

⁴⁹¹ http://en.wikipedia.org/wiki/Chapter_house, consultado a 13/05/2014.



F. 424 Representação de São Bernardo e seus monges no capítulo. Jean Fouquet, Museu Condé, Chantilly.

Quanto ao tratamento das superfícies, apenas se pode referir que em 1499, D. Manuel manda «lagear o cabido de lageas e os assentos e costas seja de madeira e seja todo pintado como virdes que he bem»⁴⁹². Do exposto na encomenda poderá questionar-se se a sala do capítulo seria pavimentada ou se o rei apenas discordava do material utilizado ou do seu estado de conservação. Também os bancos existentes não teriam o conforto e a dignidade pretendida uma vez que são encomendados novos assentos com costas em madeira. A título de exemplo, poder-se-á identificar o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra como um caso extremo destas preocupações na origem da construção de um novo espaço sobre a original sala medieval (fig. 425).



F. 425 Sala do Capítulo, Mosteiro de Santa Cruz.

⁴⁹² ANTT, PT-TT-OCCT-A-007-0232_m0079 e PT-TT-OCCT-A-007-0232_m0080, Fol.XXXIX e Fol.XXXIX/v.

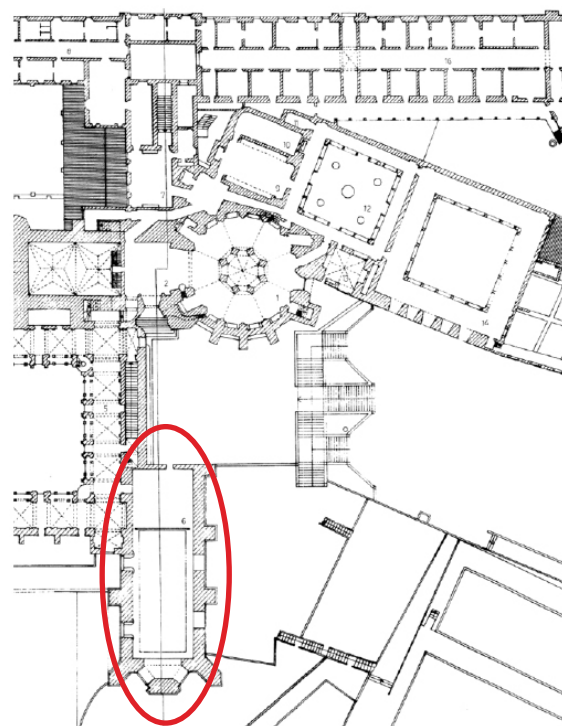
A Casa do Capítulo Manuelina

Em 1521 D. Manuel o rei muda de planos e promove a encomenda a João de Castilho⁴⁹³ de um novo edifício para o capítulo da Ordem. O Capítulo manuelino foi então edificado a sul do adro da igreja, com recurso a uma estrutura construtiva semelhante à da nave manuelina, utilizando um sistema construtivo de abóbadas e botaréis preenchido por panos de alvenaria de pedra aparelhada vazada pontualmente por vãos. Esta casa contava com dois pisos, destinando-se o inferior ao capítulo dos clérigos e o superior ao capítulo dos cavaleiros⁴⁹⁴ (fig. 426 e 427). Foi muito longo e inconclusivo o processo de construção deste edifício, uma vez que ainda em 1752 os freires pediam verbas para a sua conclusão⁴⁹⁵. A obra nunca chegaria a ser terminada.

Durante décadas, a investigação historiográfica procurou respostas para o enigma da localização atípica da casa do capítulo manuelina, desinserida de um claustro e do próprio edifício do convento. Relembre-se que o claustro que hoje serve de acesso aos dois pisos da casa capitular pertence já ao denominado convento novo ou de Castilho, cujo projecto só foi iniciado na regedoria de D. João III.



F. 426 Os dois níveis da Casa do Capítulo.



F. 427 Localização da Casa Capitular.

⁴⁹³ «Mandamos a vos Fernão d'alvares nosso escrivão da câmara e tesoureiro das nossas moradias, que João de Castilho pedreiro mestre das nosas obras se concertase de novo com o amo do príncipe meu filho por nosso mandado sobre o faziamento da obra do capitulo do convento de Tomar que o dito João de Castilho tem d'empreitada e se obrigou de a fazer deste Janeiro que vem de (15)21 a dous anos; e foy o contrato e preço em 5 contos e 200 mil rs». MOREIRA, 1991, p. 449.

⁴⁹⁴ «(...) Veina aqui a propósito poner el capitulo q es proprio deste lugar [referindo-se ao Claustro Principal] por hedificarse ent'des partes en los mismos claustros es excelente pieza porq es de vna nave y tiene tres capillas p'noes alto aunq tiene p'porcion no esta acuada niquistos susasientos ni demas q adetener p'raq dar la pieza qual conulene para q respnda cont'excelentes obras y no se adexad' de acuar porque ya no [no texto original o "no" encontra-se riscado] estaria en superfection mas porq como se ha de hazer otro dev'jo de uno q dexo traxido el Rey don Manuel anse detenido empero como quel u' muy despacio este se cree que seruirá por grandes años esto do este capitulo dev'ueda y tanilla que parece demaderá p'no fuerte y muy ricamente labrada tiene en l'rgo o ncell'ves de piedra ent'allada y los capuchos s'ndel'drillo yest'da de calycant' y tiene un capilla pequena ensult'ryntes dentro deste capitulo tiene unrequeimiento grande q es un pieza quadrada delo mesmo lab'or yechur' quel mesmo capitulo yel esta dev'jo del chr'o [na época em que frei Romão esteve no Convento o capítulo da clereziã funcionava na sacristia manuelina. Rep're-se que o frei s'liente serem estes dois esp'ços anteceditos de um recebimento [antecâmara/vestibul'] demaner' q siempre tuvieron los antig's oja que uuiese dos capitulo's uno p'ral' caulleri' y otro p'ral' la Clericiã». Frei Hierónimo Romão: AUAMOC Vol. II: p. 113.

⁴⁹⁵ AUAMOC Vol. II: 1951p.197.

Na realidade, as abordagens efectuadas a esse problema foram bastante parcas e as teorias alvitradas para a resolução do mesmo não foram muito além do campo da suposição. Foi assim que se construíram hipóteses como a de este edifício ter sido destinado a outro qualquer fim que não o de casa capitular; ou que D. Manuel tinha já planeado a ampliação do convento para poente, como D. João III viria a fazer; ou que tinha existido um qualquer elemento construído entre o edifício conventual e a casa do capítulo, anulado nas campanhas construtivas posteriores.

Para esclarecimento deste problema é fundamental ter presente que, para além das inúmeras campanhas de obras que levou a cabo nos edifícios da Ordem, D. Manuel fez também a reforma das regras da Ordem aprovadas em 1503⁴⁹⁶. Entre as várias alterações efectuadas, uma tem particular importância para o presente caso: o capítulo XXXVI da «Regra e definições da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo» referia que «Todos os comendadores, cavaleiros, vigários e freires da Ordem são obrigados a estar presentes nos Capítulos Gerais da Ordem, só sendo dispensados por justa causa»⁴⁹⁷. Se os freires clérigos se dedicavam exclusivamente, à vida religiosa, submetendo-se aos votos e práticas do monaquismo cisterciense, os freires cavaleiros dedicavam-se à actividade bélica, cumprindo com as mais diversas competências militares e não estando, por isso, sujeitos à prática do monaquismo. A junção destas duas componentes humanas e operacionais da Ordem nos seus Capítulos Gerais apresentava uma dificuldade imediata – a entrada no edifício conventual de leigos, isto é, não clérigos – uma vez que a casa do capítulo henriquina se localizava no claustro do cemitério⁴⁹⁸. Por outro lado, o aumento de comendas efectuado por D. Manuel, de 70 para 454, exigia que a sala capitular tivesse dimensão para albergar todos esses elementos⁴⁹⁹. A alteração das regras da Ordem e o aumento exponencial do número de comendadores foram, por isso, decisivos para a tomada de consciência de que a casa do capítulo henriquina já não conseguia cumprir a sua função.

Surgia assim um novo edifício de grandes dimensões, periférico à mole conventual, com duas salas capitulares, uma em cada piso. No piso térreo, e com ligação ao interior do Convento, localizava-se o capítulo da clerezia, destinado aos freires religiosos que guardavam obediência ao prior. No primeiro piso, e com ligação directa ao Terreiro do Recebimento, localizava-se o capítulo da cavalaria, destinado aos cavaleiros que guardavam obediência ao mestre⁵⁰⁰. No capítulo da cavalaria existia, ainda, um coro para albergar os freires clérigos, nos capítulos gerais, uma vez que estes tinham de estar separados dos freires cavaleiros. O edifício foi assim desenhado para dar resposta àquele novo programa e, ao mesmo tempo, para se articular com o edifício conventual pré-existente⁵⁰¹.

Em Portugal, são raros os exemplos de casas capitulares desligadas fisicamente de um claustro. Em Coimbra, o Mosteiro de Celas é um desses raros exemplares e apresenta o capítulo em edifício individual, encostado à igreja e antecedido por um vestíbulo (fig. 428 e 429). O acesso ao seu interior poderia ser feito pelo pátio exterior que tinha comunicação com o coro e o claustro, ou pelo referido vestíbulo a

⁴⁹⁶ SILVA: *A Ordem Militar de Cristo*, 2002, p. 99.

⁴⁹⁷ CARNEIRO: *António: A Regra da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesus Cristo*, 1503 fol. XXXIII.

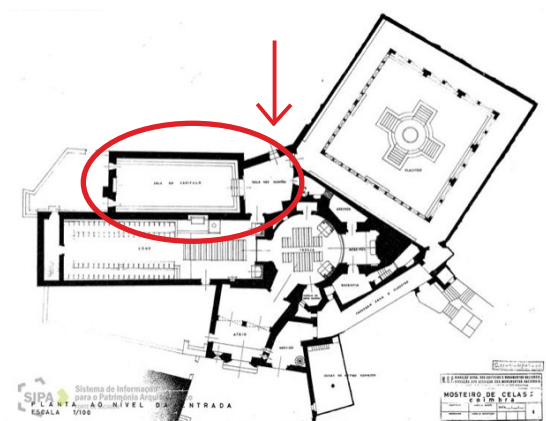
⁴⁹⁸ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 167.

⁴⁹⁹ COSTA: *D. Manuel I*, 1469-1521, 2005, p. 138.

⁵⁰⁰ SILVA: *A Ordem Militar de Cristo*, 1417-1521, 2002, p. 121.

⁵⁰¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 168.

que, por sua vez, se poderia aceder pelo claustro ou pelo interior do corpo da igreja. Efectivamente, Many larger chapter houses are designed with vestibules for attendants and those waiting to be called, where opening onto a cloister does not provide such a space⁵⁰². Em Tomar, a existência do vestíbulo/antecâmara (recebimento) ainda hoje se observa no capítulo dos clérigos (fig. 430).



F.428 Casa e vestíbulo do Capítulo do Mosteiro de Celas.



F.429 Interior da casa capitular do Mosteiro de Celas.



F.430 Dupla arcaria de acesso ao vestíbulo do capítulo dos clérigos.

Em termos formais, o edifício surge como uma reformulação muito castilhana da Nave Manuelina de Diogo de Arruda, terminada pelo mesmo João de Castilho. Embora não exista testemunho da intervenção de Arruda, é perceptível uma repetição conceptual da igreja, visível na forma como o edifício se agiganta como um monólito, sendo o seu “brutalismo” suavizado pela introdução de elementos decorativos pontuais (fig. 431).

⁵⁰² http://en.wikipedia.org/wiki/Chapter_house Consultado em 16/03/2012.



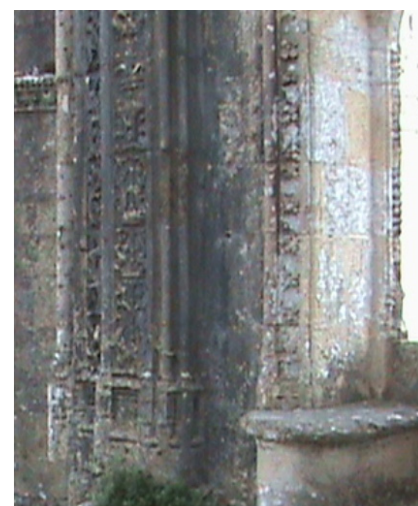
F. 431 Casa do Capítulo Manuelina.

A gramática decorativa original que prevalece apenas na cabeceira do edifício, onde frisos vegetalistas rematados por guizos ou borlas se cruzam com delicados colonelos em que os seus capitéis são utilizados como nós decorativos (fig. 432, 433 e 434). Especificamente na sala dos cavaleiros, também as janelas e o arco triunfal da cabeceira apresentam elementos anteriormente utilizados na nave manuelina, mas aqui adquirem uma expressão menos volumosa, sinónimo de um percurso já feito em direcção a uma plástica mais próxima da Renascença (fig. 435, 436 e 437).



F. 432, F. 433 e F. 434 Pormenores os elementos decorativos presentes na cabeceira da Casa do Capítulo.

Posteriormente, no período que medeia 1530 a 1540, vários vãos e panos de parede são destruídos, por ordem de D. João III e o Reformador da Ordem, Frei António de Lisboa, para serem refeitos com recurso a uma linguagem mais próxima da Renascença ⁵⁰³.

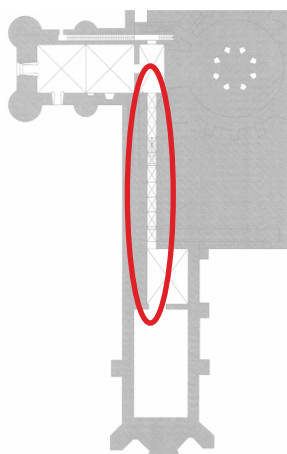


F. 435 , F. 436 e F. 437 Pormenores os elementos decorativos presentes na cabeceira do Capítulo dos Cavaleiros.

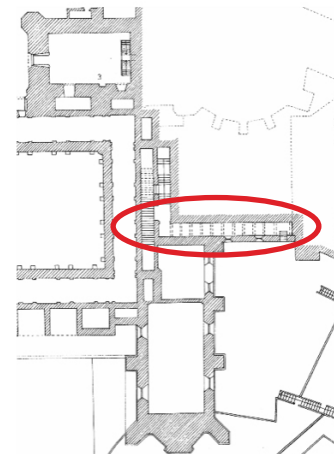
Este edifício estabelecia, originalmente, quatro pontos de acesso, cada um deles destinado a funções e cotas distintas. Ao nível do piso térreo, o capítulo da clerezia era acedido por um corredor de ligação à antecâmara da sacristia, ou seja, ao piso (inferior à Charola) e, a partir deste ponto, a todo o interior do Convento⁵⁰⁴. No âmbito desta investigação, foram realizados estudos com GPR que vieram reforçar a possibilidade de ainda se encontrarem, in-situ, vestígios pertencentes a este circuito original⁵⁰⁵. A existência desta comunicação esclarece as dúvidas existentes acerca da coerência da localização do portal com duplo arco que fazia o acesso ao primitivo claustro principal de João de Castilho (fig. 438) e evidencia a sua posterior mutilação com a construção do corredor de acesso ao laranjal⁵⁰⁶(fig. 439 e 440).



F. 438 Portal com duplo arco de acesso ao Claustro Principal.



F. 439 Planta com a localização do primitivo corredor de ligação.



F. 440 Planta com a localização do corredor de acesso ao laranjal.

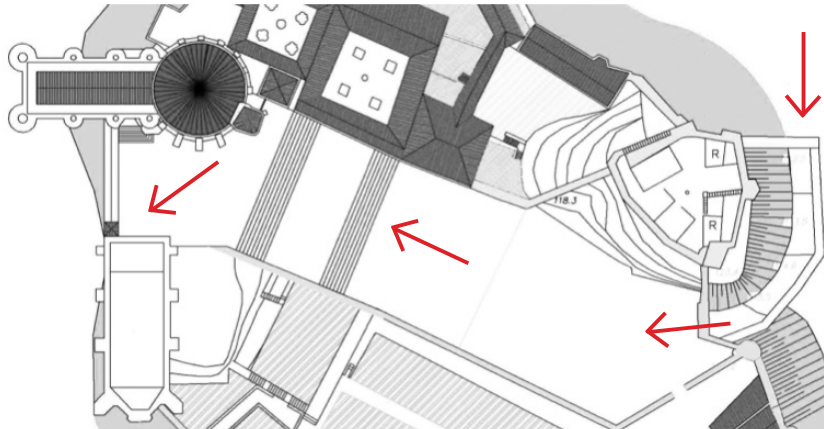
⁵⁰³ MOREIRA, A arquitetura a do renascimento no sul de Portugal, 1991, p. 522.

⁵⁰⁴ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 169.

⁵⁰⁵ Os varrimentos por GPR foram realizados com a colaboração do Instituto Politécnico de Tomar sob a orientação técnica do Prof Rui Gonçalves.

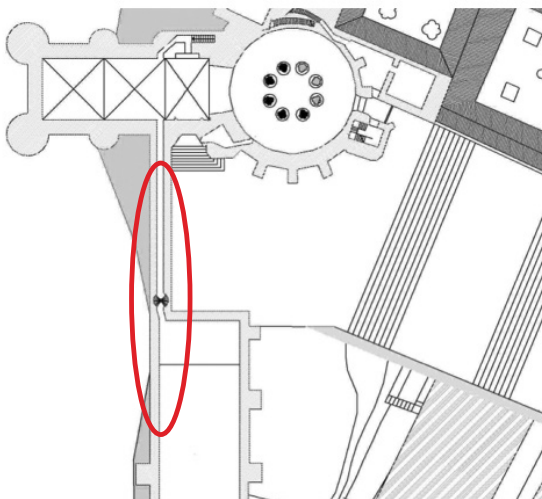
⁵⁰⁶ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 168.

No primeiro piso, o acesso ao capítulo da cavalaria erpelos cavaleiros e comendadores efectuava-se através da Porta do Sol e em direcção ao terreiro da igreja⁵⁰⁷, terminando no portal que se localizava em frente ao portal da igreja⁵⁰⁸ (fig. 441).



F.441 Percurso de acesso ao capítulo dos cavaleiros.

O coro alto do capítulo da cavalaria era destinado a manter separados os freires clérigos dos freires cavaleiros, nos Capítulos Gerais da Ordem. Acedia-se a este espaço através do desaparecido corredor que ligava ao coro alto da igreja (fig. 442). Ainda hoje é possível ver a porta de acesso a este espaço localizada na torre do capítulo⁵⁰⁹ (fig. 443). A escada em caracol existente no interior desta torre possibilitava, ainda, a comunicação o coro e o piso da cavalaria⁵¹⁰.



F.442 Corredor de comunicação entre o coro alto da igreja e o coro alto do capítulo.



F.443 Porta de acesso ao coro alto do capítulo da cavalaria.

Em termos formais o capítulo da clerezia segue a tipologia das salas capitulares. Possui um banco contínuo em pedra que contorna as paredes e que é interrompido, apenas, na entrada e no altar, e janelas altas que não permitiam a visualização do exterior. A maioria dos panos de parede

⁵⁰⁷ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 171.

⁵⁰⁸ MOREIRA, *A arquitetura do renascimento no sul de Portugal*, 1991, p. 522.

⁵⁰⁹ AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 98.

⁵¹⁰ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 170.

deste edifício foi reformulada em tempo posterior e por ordem de D. João III⁵¹¹. É esta intervenção que introduz e justifica a alteração da linguagem primitiva do edifício e que atinge maior expressão no capítulo da clerezia (fig. 444, 445 e 446).



F.444 Vestíbulo da clerezia.

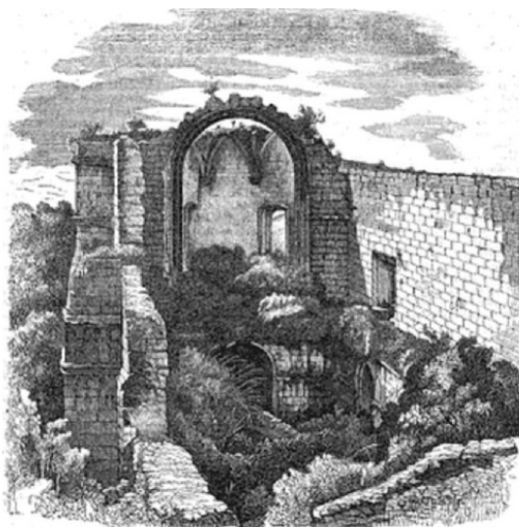


F.445 Sala do capítulo clerezia, entrada no vestíbulo.



F.446 Altar no capítulo da clerezia

A sala deveria ser pavimentada com lajeado de pedra, embora presentemente só o contorno da sala apresente essa pavimentação. O centro da sala e toda a área do vestíbulo estão preenchidos por uma lâmina de brita com relva contida por lancis de cimento. É provável que a pavimentação original deste espaço tenha sido destruída após a queda da abóbada. Não se conhecem registos que testemunhem a data e o motivo da queda da referida abóbada. Posteriormente, este espaço terá sido votado ao abandono (tal como é visível na gravura de 1860 publicada na revista *Archivo Pittoresco*, vol. 3 (fig. 447), tendo sido destruídos quaisquer vestígios dessa pavimentação.



Casa do capítulo de Ordem de Cristo, em Tomar – Desenho de Nogueira da Silva

F.447 Casa do Capítulo, 1860.

⁵¹¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 168.

Por oposição, e embora nunca tenha sido concluído, o capítulo dos cavaleiros tinha uma expressão formal muito mais exuberante e, quase poderíamos dizer, ostensiva. A sala, de amplo pé direito, seria coberta por uma abóbada de cruzaria⁵¹² numa cota superior à cota da abóbada da cabeceira. No alinhamento dos vãos do piso de baixo outras janelas se abriam neste espaço com características bem distintas, como, por exemplo, as janelas que permitiam a observação do exterior. Em 1547 D. João III redige uma carta a Frei António de Lisboa, em diz (...) *Miguel de Arruda me disse que a João de Castilho parecia que se deviam fazer frestas no Capítulo dos Cavaleiros sobre as janelas do tamanho que podiam caber em boa porção de cima das janelas ate a cimalha donde se hade começar a abobada, o que me parece bem, e far-se-ão as ditas frestas de obra chã que conforme com as ditas janelas.* (...) ⁵¹³ (fig. 448). As janelas de obra chã que a carta menciona deverão ter substituído as antigas janelas de feição manuelina.



F.448 Janelas do pano de parede sul da sala do capítulo dos cavaleiros.

Os vãos da cabeceira da sala, os únicos coevos à construção do edifício, são rematados por conversadeiras. Entre ambos, um pano de parede cego guardava o espaço destinado ao retábulo que, muito provavelmente, nunca chegou a ser colocado.

Mais que uma vulgar sala capitular, o capítulo dos cavaleiros apresentava-se como uma grande sala do trono. A semelhança formal com a sala do trono coimbrã⁵¹⁴, sua contemporânea e actual Sala dos Capelos (fig. 448), sugere a colocação do trono do Rei/Regedor numa cota superior, a que se tinha acesso por uma pequena escadaria de aparato. A cabeceira, que assim se estabelecia como o palco para o trono, era antecedida de um arco triunfal e coberta por uma abóbada rebaixada que servia de dossel ao conjunto.

No final do séc. XVI, o carácter cenográfico desta sala levou Filipe I de Portugal a elegê-la para reunir as Cortes e realizar a cerimónia da sua aclamação⁵¹⁵. Talvez tenha sido esta característica de sala de aparato que tenha justificado, mesmo após a Reforma de 1529, algum investimento neste espaço.

⁵¹² AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 98.

⁵¹³ MOREIRA, A arquitetura a do renascimento no sul de Portugal, 1991, p. 522.

⁵¹⁴ A actual Sala dos Capelos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra foi, na sua origem, a sala do paço real manuelino. PIMENTEL, António Filipe, *A Morada da Sabedoria, O paço Real de Coimbra: Das Origens ao Estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Almedina, 2005, p. 359.

⁵¹⁵ AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 102.

A obra de João de Castilho para este capítulo dos cavaleiros é exemplificativa da importância e dimensão simbólica desta organização no panorama político/administrativo do Reino, e não tem paralelo ou comparação com qualquer estrutura religioso-militar ou civil. Nas ordens religioso-militares suas congéneres, como a ordem de Avis e Santiago, ou nos Reinos vizinhos, não são conhecidos outros exemplos que se revistam de características semelhantes.

Apesar do desaparecido portal, da não executada abóbada do capítulo da cavalaria e da abóbada ruída do capítulo da clerezia, que impede uma leitura total deste edifício, nesta inacabada casa capitular percebe-se e testemunha-se um momento único da história da Ordem de Cristo: a junção dos três poderes fundamentais do reino – o poder real, o poder clerical e o poder militar. Todos eles reunidos num só homem – D. Manuel. Todos eles reunidos e simbolizados num só espaço – o Capítulo dos Cavaleiros.

Com a morte de D. Manuel I e a chegada ao poder de D. João III, este poder trinitário é extinto e o capítulo dos cavaleiros perde a sua função. Por oposição, e ainda que com usos distintos, o capítulo da clerezia é utilizado por mais de uma centúria, mas também ele acaba por ruir e se perder no percurso do tempo, à semelhança do sucedido com o capítulo da cavalaria.



OS CLAUSTROS

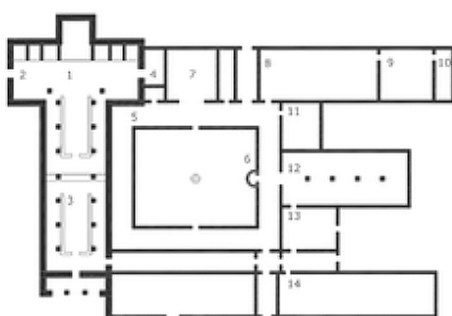
As alterações operadas pelo infante D. Henrique à Ordem de Cristo implicaram a implementação de acções reguladoras da conduta clerical dos seus elementos com a construção de uma estrutura conventual⁵¹⁶. Tomando a Charola como igreja conventual, o mestre construiu, no recinto norte do Castelo, os claustros necessários para albergar a sua Ordem reestruturada (fig. 449).

Tendo por referência a arquitectura de Cister, constitui-se um espaço ascético onde se repudiou o supérfluo, com dois claustros de expressão contida e rigorosa como convinha aos religiosos da Ordem, numa concordância entre a expressão estética da arquitectura e a ética daqueles que a vivenciavam. Nela, o claustro é a imagem de um paraíso construído, um local onde o caos se extingue e o cosmos organizado floresce.

Por definição, o Claustro é o centro da vida conventual e do mesmo se acede a todas as suas dependências. As galerias cobertas estabelecem o perímetro de um quadrado, de 20 a 35 metros de lado, e abrem-se interiormente a um pátio central mediante uma arcaria corrida. A sua planta articula a vida e as obrigações distintas de monges, noviços e conversos (fig. 450).



F. 449 Os claustros do Infante.



- | | |
|--------------------------|------------------------------|
| 1. Igreja | 9. Dormitório dos noviços |
| 2. Porta do cemitério | 10. Latrinas |
| 3. Coro dos conversos | 11. Caldário |
| 4. Sacristia | 12. Refeitório |
| 5. Claustro | 13. Cozinha |
| 6. Fonte | 14. Refeitório dos conversos |
| 7. Sala Capitular | |
| 8. Dormitório dos monges | |

F. 450 Planta tipo cisterciense.

⁵¹⁶ El ynfante d'on Enrique ot'avo m'astre y administr'ador queiriend' poner en f'nci'on esta' orden p'as'ar'los freyles clérigos al'alto' del c'still' y que hiciessen el'ofici'o all'i y fund'arles m'or'd's e que fuese m'on'asterio' AUAMOC, Vol. I, 1959, p. 32.

Assim surgem em Tomar o Claustro do Cemitério e o Claustro da Lavagem. As feições depuradas do perfil dos arcos e das molduras e a delicadeza dos motivos vegetais empregues nos capitéis, revelam uma evolução compositiva do vocabulário gótico. As Uma referência clara à linguagem formal do mosteiro da Batalha, nomeadamente no perfil dos arcos quebrados, nos capitéis vegetalistas e nas alas muradas com acessos pontuais ao centro do claustro (fig. 451 e 452). A abóbada de berço e a opção por gárgulas de canhão, em detrimento das comumente representadas filiadas à iconografia medieval, devem pertencer, provavelmente, à intervenção de Filipe de Terzi, no final de Quinhentos.

Registe-se, contudo, a localização atípica da estrutura claustral - a norte da igreja, contrariando a normal localização – a sul. A justificação para esta irregularidade deve-se, possivelmente, às limitações impostas pela estrutura pré existente – o castelo Templário – que reservava o recinto norte da fortaleza para uso exclusivo da Ordem.



F. 451 Claustro do Cemitério.



F. 452 Claustro Real, Mosteiro da Batalha.

Claustro do Cemitério

No Convento de Cristo, o denominado claustro do silêncio, isto é, local destinado à introspecção, procissões e a enterramentos⁵¹⁷, toma o nome de claustro do Cemitério. Da autoria de Fernão Gonçalves⁵¹⁸, com a formulação arquitectónica dos complexos conventuais, ou seja, pátio de planta quadrada, com galeria de circulação em todos os lados e construído contíguo à igreja. O seu desenho, contido e rigoroso, apresenta um pátio de lajeado com a inclusão de floreiras; galerias circundantes rematadas por abóbadas de berço e delimitadas por uma arcaria ogival, de colunas geminadas e capitéis vegetalistas e assentes sobre um murete contínuo interrompido apenas para permitir o acesso central ao interior do pátio (fig. 453).

⁵¹⁷ Boletim Cultural, nº14, 1991, p.77.

⁵¹⁸ VITERBO, *Diccionario histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. III, fac-símile, 1922, p.339.



F. 453 Claustro do Cemitério.

O acesso às várias dependências do claustro era feito a partir dessas galerias, o que significa que provavelmente terão existido vãos de arco quebrado coevos à sua construção. O seu pavimento deveria contar com inúmeras lápides tumulares, evocativas dos membros da Ordem mas também dessas não se encontram quaisquer vestígios. Sabemos, contudo, qual a organização dos enterramentos nas galerias: "*En el un ângulo se entierran los relegiosos que viven en el convento en el sigundolos frailles clérigos que sirven beneficios y son curas de las iglesias y pueblos de la orden que sirven y mueren quatro legoas de la villa de Thomar en el outro estan sipultados los cavalleros de la Orden que mueren en las mismas quatro legoas del dicho convento porque ay constituicion y definicion que manda que los que mueren dentro deste termino sean traídos a sipultar al combento en el quarto se entierran los donados y conversos que son aquellos que antiguamente llamavan sirvientes y estan bastante clausto que para todos ay suficientes sipulturas*"⁵¹⁹.

Segundo esta descrição, Frei Roman chegou ao claustro vindo do coro e por isso, o primeiro ângulo de enterramentos a que se refere deve ser o poente onde, no tempo de D. Henrique e D. Manuel, se localizava a sala do capítulo. Assim, a poente enterravam-se os religiosos que viviam no convento; a sul, contíguo à igreja, os freires clérigos que serviam nas paróquias da Ordem e que serviam e morriam a quatro léguas de Tomar; a nascente, pegado com o claustro da Lavagem, os cavaleiros da Ordem que morriam, também, a quatro léguas da vila; e a norte, os donatos e conversos, junto das dependências de serviço.

⁵¹⁹ ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.80.

As Regras da Ordem indicavam que a inumação era feita em campa rasa⁵²⁰. Avaliando os túmulos que ainda hoje existem no convento, podem concluir-se que a excepção a esta regra ficava reservada, apenas, para os notáveis da Ordem que poderiam ser sepultados no interior da igreja ou no claustro em arcos tumulares com arcosólio. Assim se explica a não existência de mausoléus nas paredes do claustro até finais do século XVI (os túmulos de Baltazar de Faria (1584, e Pedro Alvares de Freitas (1599) edificam-se no claustro em datas contemporâneas às intervenções filipinas). O túmulo de D. Diogo da Gama, datado de 1523 e de feição claramente manuelina, foi deslocado da Charola para este local sem, contudo, se saber a razão e a data exacta desse acontecimento⁵²¹.

Ao tempo do Infante a expressão do espaço claustral deveria ser bastante severa e desprovida de qualquer elemento decorativo ou pictórico, com a excepção de elementos arquitectónicos como os capiteis vegetalistas (fig. 454). As gárgulas de canhão que hoje se observam no local deverão, também, serem contemporâneas das intervenções filipinas.



F. 454 Gárgula de canhão no claustro.

Toda esta expressão ascética, de recusa do elemento figurativo e decorativo que caracterizou a intenção disciplinadora do Infante D. Henrique, vai transformar-se num ambiente totalmente distinto com a intervenção de D. Manuel I. A exuberância formal no tratamento das superfícies e o enriquecimento dos espaços feita pelo Rei Regedor, irá transformar o claustro henriquino num espaço repleto de policromia e beleza. Frei Roman refere que (...) *"tambien la pinto el rey Don Manuel pêro ya no ay rastro de la pintura por las paredes aunque si por el techo porque fueron*

⁵²⁰ JANA, Ernesto, *O Convento de Cristo e as Obras durante o Período Filipino*, faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p.351.

⁵²¹ CUSTÓDIO, *A questão do túmulo de D. Diogo da Gama*, 2012, p. 38.

*muchas veces rebocadas. Tiene esta claustra ocho retablos al olio pintados de singular mano los quales abren por las fiestas soblenes com que el claustro queda hermosicimo porque cada canton de un ângulo que se pone huna persona vee quatro retablos juntos son las figuras de Nuestro Senñor e su Santicima Madre las mas hermosas y de lindo talle que creio que ay en toda Europa y bo se que mas hermosos rostros ay en el mundo labrados de pincel*⁵²².

Pela descrição do cronista, a galeria do claustro - paredes e abóbada - foi totalmente coberta de pinturas murais. Frei Roman diz que em cada canto do claustro se podiam observar os quatro retábulos em simultâneo e que representavam as figuras de "*nuestro senor y su sanctissima madre*"; tecendo o cronista rasgados elogios à sua beleza e perfeição. Note-se que a recolha de informação para a redacção da crónica foi feita entre os anos 1586 ou 1587⁵²³ e já nessa altura não existiam vestígios de pinturas nas paredes do claustro, somente subsistiam nas abóbadas. É possível que as pinturas parietais deste claustro utilizassem motivos geométricos, como os do Claustro da Lavagem, contrariando a expressão plástica utilizada nos contemporâneos claustro da Catedral de Toledo ou da catedral de Brixen/Bressone (fig. 455 e 456).



F. 455 Claustro da Catedral de Toledo.



F. 456 Claustro da Catedral Brixen/Bressone.

Não são muitos os exemplos que chegaram aos nossos dias de claustros com pinturas murais, contudo, esta solução era comum na época para os conventos e mosteiros mais abastados. Mais tarde, este recurso foi substituído pelos revestimentos azulejares que muito mais rapidamente se difundiram e vulgarizaram. O claustro do Cemitério foi também testemunha desse processo uma vez que, num período posterior ao século XVI, foi introduzido um lambrim de azulejos azuis e brancos nas paredes da galeria e nas floreiras do pátio (fig. 457).

⁵²² ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.80.

⁵²³ ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.80.

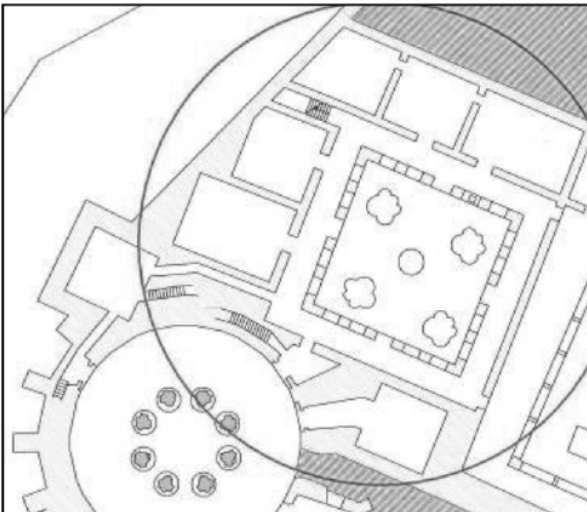


F. 457 Revestimento azulejar nos claustros do Cemitério.

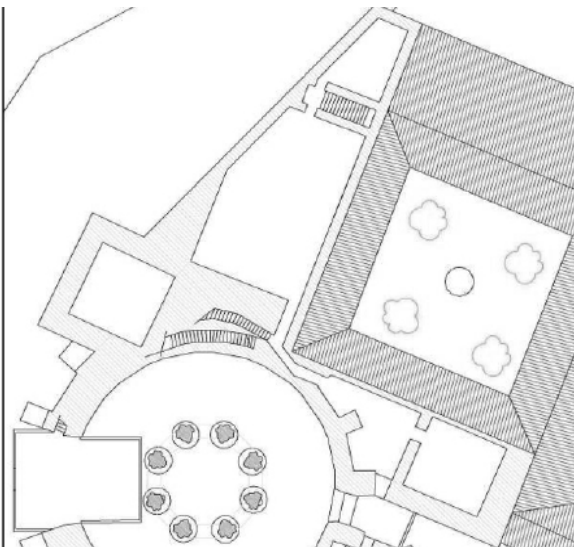
As dependências do Claustro

As galerias do claustro davam acesso às diversas dependências conventuais que se distribuíam ao seu redor. A documentação existente localiza-nos, como já foi visto, a sala do capítulo na actual Sacristia Nova e a capela de São Jorge contígua à igreja, no piso térreo da Torre de São Jorge. As outras dependências deveram distribuir-se no claustro cumprindo a norma cisterciense, o que significaria que a poente, na ala da sala do capítulo, localizava-se: o acesso ao coro da igreja e ao dormitório; a sala do capítulo e sala comunitária (onde a comunidade de religiosos se reunia)⁵²⁴. A sul localizava-se o acesso à igreja, escadaria militar e capela de São Jorge⁵²⁵; a nascente, a comunicação com o claustro da Lavagem; e a norte, o refeitório e a cozinha⁵²⁶ (fig. 458).

No primeiro piso localizava-se o dormitório dos freires, a cela do D. Prior, a comunicação entre ambos e o coro, o acesso ao cartório da Ordem e à varanda do recebimento (fig. 459). Só se encontraram evidências desta existência, em termos de arqueologia vertical, na ala sul e poente.



F.458 Piso térreo do claustro do Cemitério.



F.459 Piso 1 do claustro do Cemitério.

⁵²⁴ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 78.

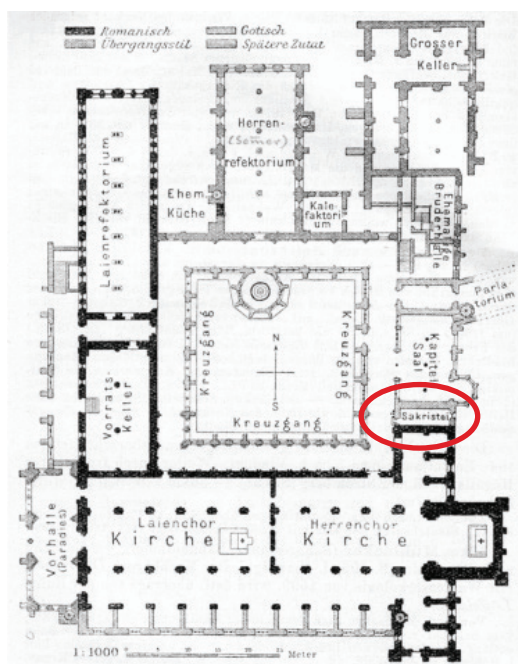
⁵²⁵ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 78.

⁵²⁶ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 78.

A Sacristia

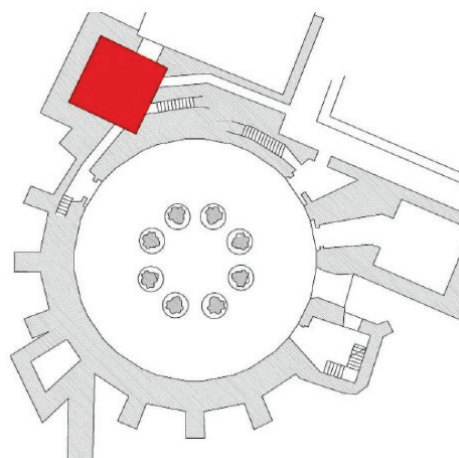
Nos conventos de raiz cistercienses as sacristias coevas à construção do Claustro do Cemitério, eram pequenos compartimentos anexos à igreja e ao nível do piso térreo do claustro (fig. 460)⁵²⁷. Em Tomar, a sacristia foi instalada num cubelo contíguo à Charola, no pano de muralha sul. Nada se sabe sobre a configuração original deste espaço sendo que, em 1499, D. Manuel o engloba numa relação de obras mandando "*cobrir o cubelo que esta sobre a samcristia no qual mandai fazer hum pombal*"⁵²⁸. Esta indicação pressupõe uma sacristia existente, sendo por isso natural que a mesma remontasse ao período da constituição do convento henriquino. Cumprindo com a definição dos espaços conventuais cistercienses, como aliás é uma constante no espaço do convento henriquino, a sacristia do tempo do Infante localizava-se no espaço correspondente à actual área de distribuição que antecede a sacristia nova e a sala dos reis⁵²⁹ (Fig. 461).

Mais tarde em 1546, Pedro Alvares diz que D. Manuel mandou fazer a sacristia "*pegada com a serventia do Coro e entre ela e a Casa do Capitulo* (referindo-se à primitiva sala do capítulo no claustro) *e o muro e esta Igreja se abriu sua porta e fez serventia do Coro para ela, e uma Casa Forte no Cubelo e Torre pegada a ela, da banda do Norte, para guarda da prata e cousas de preço, que depois ficou sendo o Cartório*"⁵³⁰.



F.460

Convento de Maulbronn (Alemanha) com a indicação da sacristia. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_cisterciense) – 14/06/2014.



F.461

Localização da primitiva sacristia.

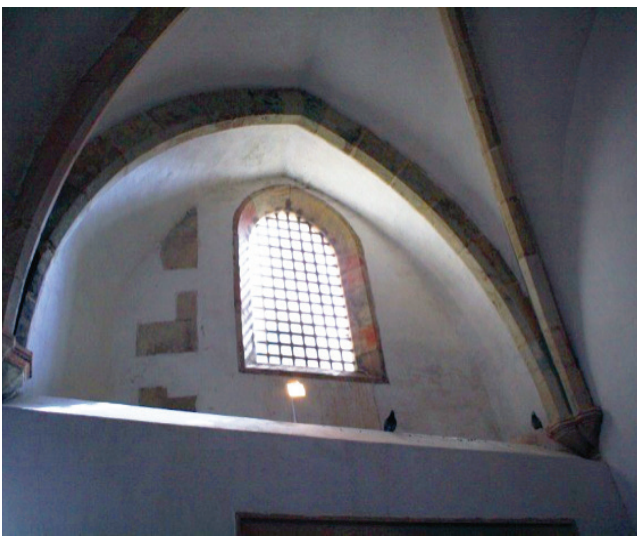
⁵²⁷ BRAUNFELS, *Arquitectura monacal en el Occidente*, 1974, p. 133 e 134.

⁵²⁸ AUAMOC, Vol.I, 1959, p.179, 180 e 181.

⁵²⁹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 134.

⁵³⁰ AMT, 1454-1580, 1972, p.89.

Neste espaço sobrevivem vestígios referentes a diversas épocas destacando-se a janela em arco quebrado (fig. 462), existente na parede a sudoeste e a esfera armilar inscrita na chave da abóbada, da intervenção manuelina (fig. 463). Um outro vão foi inserido num paramento pertencente ao troço da muralha templária, provavelmente coeva à construção do convento novo de João de Castilho (fig. 464). O lavabo (fig. 465) foi introduzido em época posterior, possivelmente durante a intervenção de Filipe Terzi, e deverá ter substituído uma estrutura pré existente coeva à primitiva sacristia e contemporânea da pequena pia de água benta que ainda hoje se conserva no local (fig. 466).



F.462 Janela de arco quebrado.



F.463 Chave da abóbada com a esfera armilar.



F.464 Janela aberta na parede.



F.465 Lavabo anexo à primitiva sacristia.



F.466 Lavabo e pia de água benta.

O Refeitório

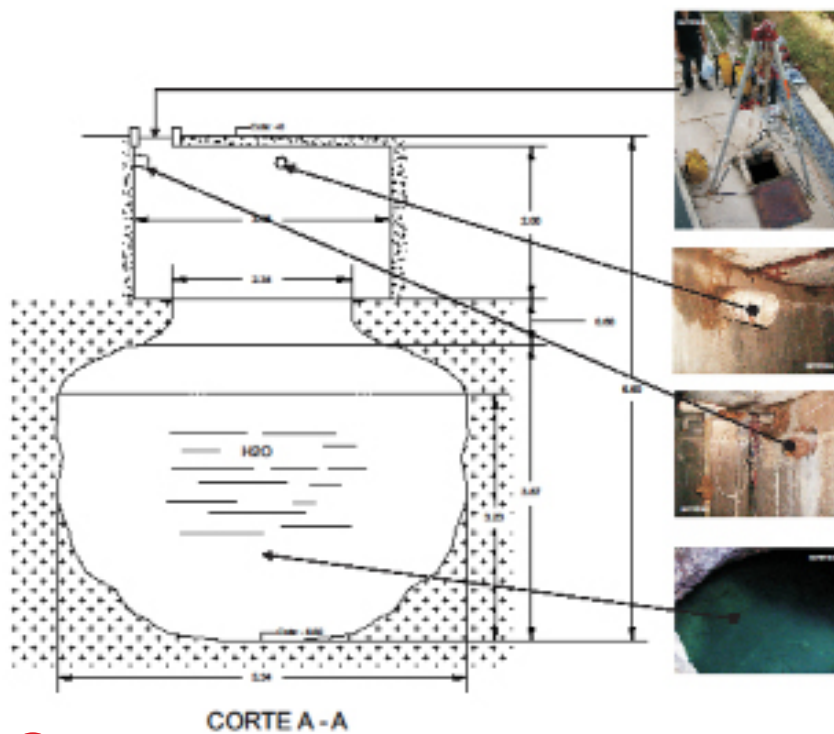
No plano cisterciense, o refeitório e a cozinha situavam-se geralmente na ala do claustro oposta à igreja. A regra estabelecia o tempo da refeição em silêncio, escutando um leitor que lia textos sagrados desde um púlpito, assemelhando-se quase a um ofício litúrgico. O espaço era projectado como se fosse uma igreja, não só em termos espaciais, como na inclusão de elementos característicos dos espaços litúrgicos como o púlpito. Era normalmente um corpo de dimensão e cêrcea superior às restantes dependências, sendo o refeitório do Mosteiro de Alcobaça testemunha dessas características (fig. 467).



F. 467 Piso térreo do claustro do Cemitério.

Em Tomar, o refeitório e respectivas infraestruturas de apoio deviam respeitar estas características, assim como a localização habitual do plano cisterciense, isto é, no tramo do claustro em frente à igreja. Até ao presente a informação documental conhecida é omissa relativamente a este assunto, no entanto, as infraestruturas necessárias para localização da cozinha – existência de água própria, possibilidade de drenagem de águas sujas e área rústica contígua para animais e vitualhas – só poderiam

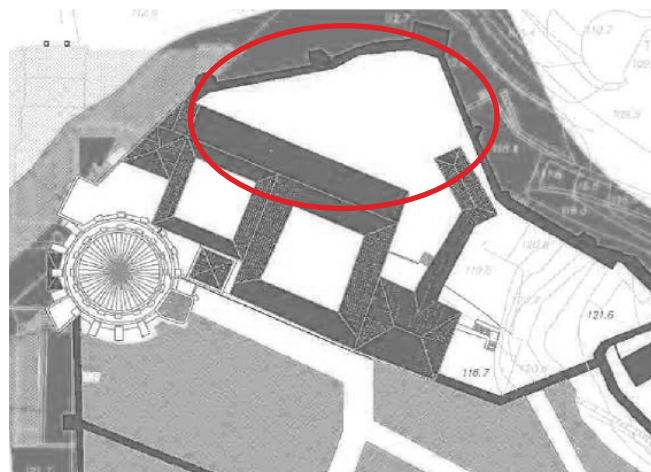
ter lugar na zona norte do claustro, uma vez que o restante espaço se encontrava ocupado por outras construções. Esta proposta de localização é estruturada a partir da existência de um poço com cisterna, na zona contígua à actual parede norte do claustro (fig. 468), de um outro poço incluído na arcada da galeria norte do claustro (fig. 469) e na evidência de, entre o limite posterior das dependências claustrais e o pano de muralha norte, existir um espaço vazio que permitia a existência da necessária área rústica⁵³¹ (fig. 470).



F.468 Poço localizado na área contígua à parede norte do claustro do Cemitério.



F.469 Poço da galeria norte do claustro.



F.470 Localização da área rústica anexa aos claustros.

⁵³¹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 78.

O refeitório e respectivo acesso deviam localizar-se no centro da galeria norte do claustro, articulando-se com a cozinha que, possivelmente, dividia o refeitório dos freires do dos conversos, este último localizado já no claustro da Lavagem⁵³².

Em frente ao refeitório localizava-se, normalmente, o lavatório. A fonte encontrava-se, por norma, dentro de um pequeno pórtico coberto, encostado ao claustro e que devia ser uma construção simples, de aspecto agradável, como se de um pequeno templo se tratasse (fig. 471 e 472). Uma pequena sala quadrada ou hexagonal com duas portas, onde os monges entravam em fila por uma delas. Lavavam-se em grupos de 6 ou 8 e saíam pela outra, para entrar no refeitório. Esta estrutura também se utilizava para a higiene pessoal e, liturgicamente, era empregue para as abluções e aos sábados lavavam-se os pés uns aos outros. A ter existido um lavatório com estas características no claustro do Cemitério, ele devia localizar-se junto ao actual poço e utilizar a água da sua cisterna.



F.471 e F.472 Lavabo do Mosteiro de Santes Creus e do Mosteiro de Alcobaça.

A Comunicação com a Igreja

No tramo sul do claustro, no local hoje ocupado pelo túmulo de D. Diogo da Gama, localizava-se a porta de acesso ao primitivo corredor de acesso à igreja⁵³³. Esta comunicação desenvolvia-se a partir da parede sul do claustro, em direcção à Charola, e a entrada na igreja era feita pelo espaço actualmente preenchido pelo túmulo de D. Lopo Dias de Sousa. Este acesso ainda é visível na parede interior do claustro, onde está encostado o túmulo de D. Diogo da Gama (fig. 472). A definição formal do vão entaipado não é contemporânea da construção do claustro, testemunhando o encerramento tardio deste acesso, provavelmente no final de Quinhentos. Deste corredor acedia-se também à escadaria militar e ao cartório da Ordem, sendo este acesso testemunhado por um fragmento de vão entaipado, com detalhes decorativos que a remetem para a primeira metade do séc. XV⁵³⁵ (fig.

⁵³² BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 78.

⁵³³ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 79.

⁵³⁴ CUSTÓDIO, *A questão do túmulo de D. Diogo da Gama*, 2012, p. 20.

⁵³⁵ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 79.

473). Este acesso foi substituído por um novo corredor de comunicação com a Charola e pelo actual acesso à escadaria, ambos fruto da intervenção levada a cabo por Filipe Terzi no final do séc, XVI.



F.473 Vão entaipado de ligação do claustro à igreja.



F.474 Vão entaipado de acesso à escadaria militar.

Torre de São Jorge

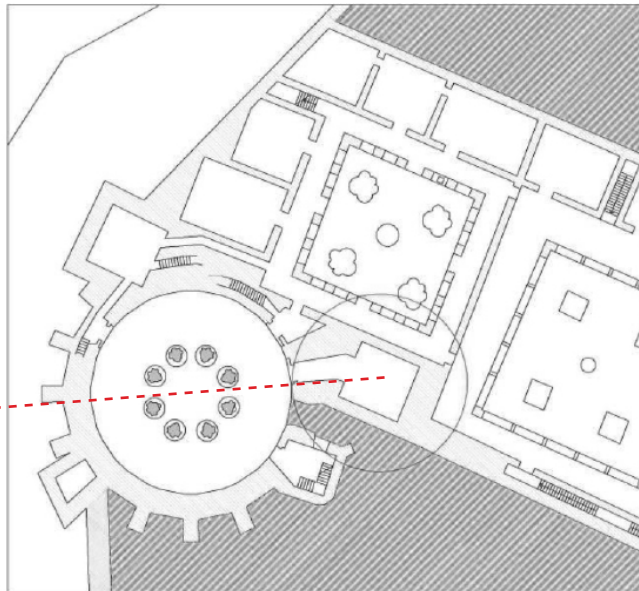
Como a igreja é de planta circular, a ala sul do claustro não encostava totalmente à estrutura da igreja, como vulgarmente acontece. O encontro destes dois volumes geométricos – cubo e cilindro – permitiu a introdução de um outro volume, a Torre de São Jorge. A inserção desta torre permitiu regularizar os alinhamentos pré existentes. Se a sul a sua parede incorporou a muralha interior do castelo e sua respectiva porta, a norte o seu limite coincidiu com a galeria sul do claustro.

Na sua origem, esta terá sido a torre sineira do convento e onde eram assinaladas as horas canónicas. Esta convicção fundamenta-se na descrição de Pedro Alvares *"a qual parece que foi feita para servir de sinos, segundo as frestas que nela estão (1542) tapadas pela torre que os tem por ser muito pequena"*⁵³⁶; na iluminura de 1503, que mostra uma abertura na parte superior da torre, induzindo a percepção de um vão sineiro; e na noção concreta de que a torre sineira da Charola se destinava aos moradores da vila intra e extra muros, como por exemplo o Arrabalde de São Martinho e mesmo a vila de baixo. Este pormenor escapou a Frei Roman uma vez que, na época em que esteve no Convento, em 1588/1589, a vila intra muros já não existia e a torre sineira deveria estar já a funcionar como torre conventual (fig. 475 e 476).

⁵³⁶ AMT, 1454-1580, 1972, p.281.



F.475 Torre de São Jorge, 1503.



F.476 Torre de São Jorge 1503.

Capela de São Jorge

No piso térreo da Torre de São Jorge localizava-se uma capela com o mesmo nome, mandada edificar em 1426 por D. Vasco de Almeida, cavaleiro da Ordem e amo do Infante⁵³⁷. Como capela funerária que era, tinha um único acesso pela Charola, utilizando para isso o arco que hoje serve de arcosólio ao túmulo. As outras paredes da capela deviam ser cegas. Os vãos existentes tanto do lado norte, como do lado sul são posteriores à execução da capela, não havendo concordância entre as mísulas de arranque da abóbada e a abertura dos vãos (fig. 477). Após a expulsão dos moradores da vila intramuros, a antiga capela funerária de D. Vasco de Almeida foi transformada em antecâmara de comunicação entre a vila clerical e o espaço mais reservado do Convento. São desta época os dois vãos na parede sul – uma janela com mainel e uma porta (fig. 478 e 479) e o arcosólio manuelino que se encontra na parede nascente (fig. 481). O lavatório, cuja expressão plástica nos remete para o último quartel do séc. XVI, foi colocado neste local provavelmente durante as obras de construção da sacristia nova e reformulação do coro manuelino e, segundo a placa que se encontra no local, este espaço terá funcionado como sacristia (fig. 482). Contudo, não foi possível confirmar esta informação na documentação consultada.

A mísula figurativa que se encontra no tramo sul da abóbada, constitui-se como o único elemento figurativo conhecido coevo ao primitivo momento construtivo (fig. 482).

⁵³⁷ROSA, *A História de Tomar*, 1988, p.82.



F.477 Mísula com sobreposição de vão.



F.478 Vão com mainel.



F.479 Vão de acesso.



F.480 Arcossólio manuelino da parede nascente.



F.481 Lavatório e janela da parede Sul.



F.482 Misula figurativa, Capela de São Jorge.

A capela de São Jorge era, originalmente e como já foi referido, uma capela funerária, privada, dos aios do Infante D. Henrique, estando devidamente identificada pela epígrafe existente sobre a arca tumular (fig. 483 e 484). A sepultura não se encontra no seu local original mas sim ocupando o espaço do antigo vão de comunicação entre a capela e a Charola⁵³⁸. Relativamente ao túmulo de D. Vasco de Almeida, a documentação é omissa sobre o seu desaparecimento ou deslocação.

Este espaço poderá ter sido integralmente coberto com pinturas murais uma vez que, a chave da abóbada exhibe vestígios de policromia. Desta forma, é provável que as paredes e a abóbada desta capela tenham integrado a campanha de enriquecimento espacial, encomendada por D. Manuel.



F.483 Arca tumular e epígrafe.



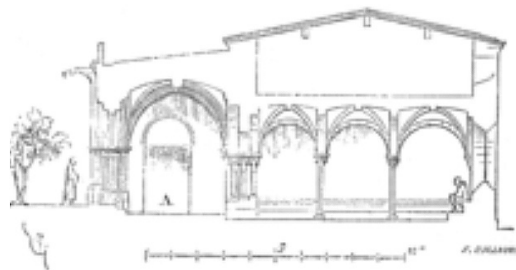
F.484 Chave da abóbada, capela de São Jorge.

⁵³⁸ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 80.

A alteração da localização da arca tumular, o desaparecimento do túmulo de D. Vasco e a anulação de alguns dos elementos pertencentes a este espaço, fez com que o mesmo perdesse a sua identidade e referência enquanto espaço fúnebre, constituindo-se, hoje, como um dos possíveis acessos do público ao Monumento.

O Dormitório

Mantendo o ascetismo formal, comum a todo o edifício conventual henriquino, também o dormitório seguiu a formulação construtiva de Cister. Assim, o dormitório surge ocupando, longitudinalmente, todo o piso superior da ala poente do claustro do Cemitério, à semelhança, por exemplo, do mosteiro de Fontfroide (fig. 485). Por norma não existia uma residência independente para o Abade, a regra ditava que o dormitório não podia possuir celas individuais⁵³⁹. Originalmente defendia-se a existência de um dormitório comunitário e vigiado, definindo-se, para isso, uma longa sala onde dormiam todos juntos (fig. 486 e 587). Normalmente, em dos extremos localizava-se o acesso ao coro da igreja, e no extremo oposto, o acesso às latrinas. A ligação ao piso térreo do claustro poderia ser feita introduzindo uma escadaria na espessura das paredes, ou no centro da divisão como acontece em Alcobaça.



F.485 Mosteiro de Fontfroide, com a representação do dormitório no primeiro piso sobre o capítulo.



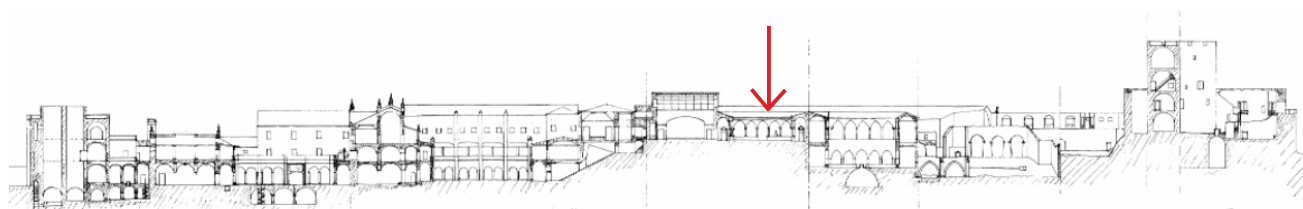
F.486 Dormitório do Mosteiro de Alcobaça.



F.487 Dormitório do Mosteiro de Fontenay.

⁵³⁹ BRAUNFELS, *Arquitectura monacal en el Occidente*, 1974, p. 134.

A existência do primeiro piso do Claustro do Cemitério é nos confirmada pela descrição do coro, feita por Pedro Alvares, referindo que aquele foi construído "*altura do andar*"⁵⁴⁰. O piso a que o cronista se referia não podia ser outro que o andar do claustro do Cemitério uma vez que, nenhum outro piso do convento ficava a uma cota superior à da Charola (fig. 487). Existem vestígios da existência desse piso, nomeadamente das comunicações entre o dormitório, a igreja e o cartório. Assim, destaca-se a existência de um alinhamento de barrotes para suporte de um pavimento em madeira (fig. 488); um vão de comunicação entre dois espaços, na ala sul do claustro (fig. 489); o corredor de ligação entre o cartório, o coro e o dormitório (fig. 490 e 491). A intervenção de Felipe Terzi no final de Quinhentos, destruiu quase todos os registos originais do claustro.



F.487 Corte longitudinal do Convento com a indicação do claustro do Cemitério.

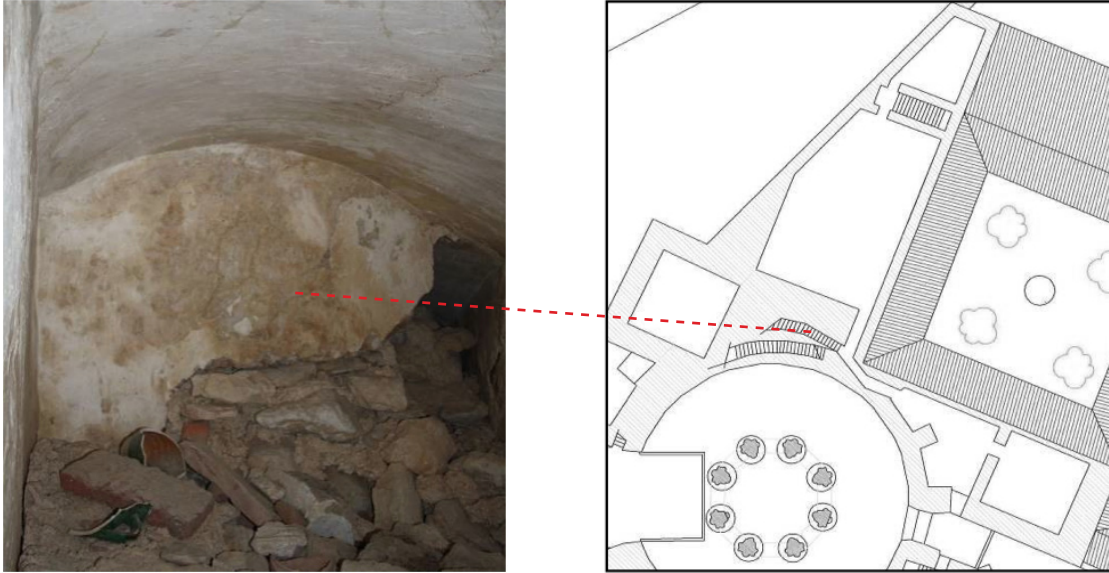


F.488 Indicação da cota de pavimento do 1º piso do claustro do Cemitério.



F.489 Vão de comunicação entre dependências do 1º piso.

⁵⁴⁰ AMT, 1454-1580, 1972, p.281.

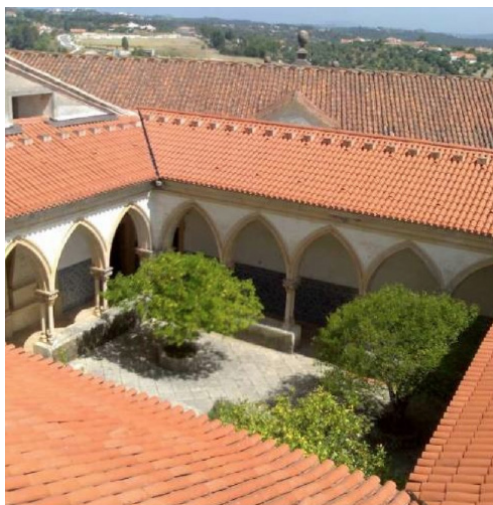


F.490 e F.491 Comunicações entre o dormitório, o cartório, e o coro.

Claustro da Lavagem

O Infante D. Henrique edificou o claustro da Lavagem contíguo ao claustro do Cemitério, possivelmente também da autoria de Fernão Gonçalves, uma vez que se identificam semelhanças entre a arcaria do primeiro piso com a do claustro do Cemitério (fig. 492 e 493). Desenvolve-se em dois pisos com quatro lados de galerias sobrepostas e um pátio com poço centralizado e floreiras em redor. No piso superior a arcaria desenvolvia-se sobre colunas geminadas, com capiteis vegetalistas e, no piso inferior, uma arcaria mais rude, de arcos quebrados facetados assentes sobre pilares octogonais. A volumetria do claustro, segundo Pedro Alvares, foi consequência da diferença de cota existente entre o claustro do Cemitério e o local de implantação do Claustro da Lavagem, ficando o piso superior à cota do primeiro claustro. *"Fez mais a outra Cláustra pegada com esta, entre os Paços e ela, e por o lugar em que se fez ficar já em meia ladeira do alto em que está esta Casa, ficou o andar desta segunda Cláustra tanto abaixo deste outro, que a sobre-cláustra que o mesmo Infante sobre ela fez ficar no andar desta Cláustra do Jazigo, a qual sobre-claustra ora (1542) se chama Varanda dos Paços, e servem-se por ela e por esta outra Cláustra para esta Igreja"*⁵⁴¹.

⁵⁴¹ AMT, 1454-1580, 1972, p. 281.



F.492 Claustro do Cemitério.



F.493 Claustro da Lavagem.

Este claustro era destinado aos conversos e às tarefas de carácter utilitário⁵⁴¹. A norma cisterciense localizava os conversos na ala oposta à localização dos monges ou, no caso de não ser possível, num outro claustro. Quando o claustro tinha dois pisos, no inferior localizava-se o refeitório e os armazéns e no superior, o dormitório e as latrinas⁵⁴².

Respeitando o normativo cisterciense, e atendendo aos registos de vãos entaipados na ala norte do claustro, é provável que as dependências dos conversos neste claustro se localizassem exclusivamente a norte, acompanhando os dois pisos. Assim, num espaço de dormitório semelhante ao seu contemporâneo de Fontfroide, deveria surgir ao nível do primeiro piso (fig. 494). Atendendo ao número reduzido de freires conventuais, é possível que a cozinha fosse comum a ambos os espaços de refeitório, localizando assim o dos conversos no primeiro piso.

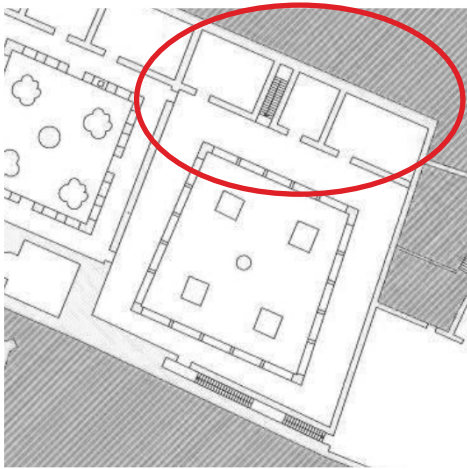


F.494 Exemplo do dormitório dos conversos no Mosteiro de Fontfroide.

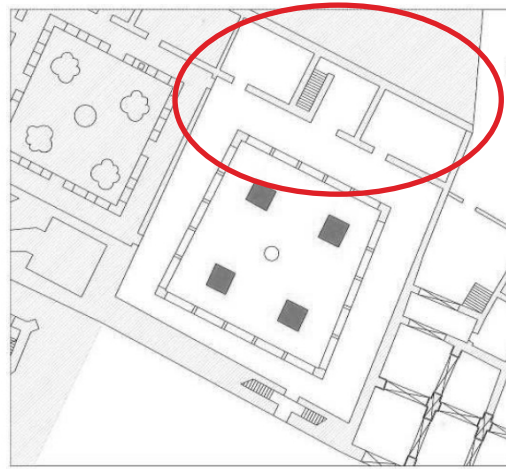
⁵⁴¹ AMT, 1454-1580, 1972, p.281.

⁵⁴² ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.80.

No andar térreo, por baixo do refeitório e dormitório, deveriam situavam-se os armazéns e as oficinas. É provável que estas dependências tivessem aberturas no alçado posterior que actualmente . Como se percebe, este claustro apenas tinha dependências no seu tramo norte. A sul, e coincidente com o pano de muralha interior abriam-se comunicações verticais que ainda hoje, apesar das alterações, funcionam, a nascente e poente, comunicações com as estruturas construtivas vizinhas (fig. 495 e 496).

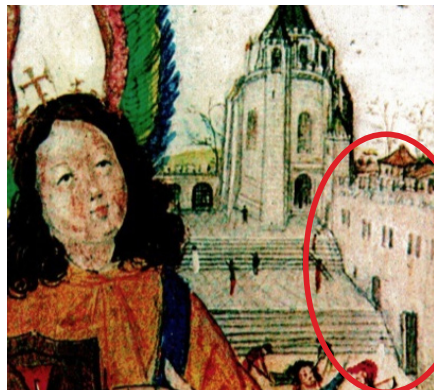


F. 495 Piso 1 do claustro da Lavagem.



F. 496 Piso 0 do claustro da Lavagem.

Nas intervenções manuelinas, efectuadas nas campanhas de 1499, foram abertos vãos no piso superior e inferior do claustro, que davam para o Recebimento⁵⁴³. Estas obras estariam concluídas já em 1503 aquando da execução da iluminura da Leitura Nova (fig. 497). Também na mesma altura e tal como no claustro do Cemitério, os dois pisos do claustro da Lavagem tiveram as suas paredes cobertas com pinturas murais: *"hiso la pintar toda assy por las paredes como lo alto de los doceles el rey Don Manuel renovando la sirve agora de lavatório de los havitos de los relegiosos los quales xavonan y lavan sus cogullas y havitos porque tienen junto una cisterna de agua"*⁵⁴⁴. Actualmente, apenas encontramos vestígios dessas pinturas no paramento sul e poente do piso inferior do claustro.



F. 497 Representação dos vãos encomendados por D. Manuel.

⁵⁴³ AMT, 1454-1580, 1972, p. 254.

⁵⁴⁴ ROMAN, *História das ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*, Cood. Costa, 2008, p.80.

As pinturas murais apresentam uma variedade de motivos e padrões estampilhados que revestem grandes superfícies. São motivos geométricos de padrão repetitivo à semelhança do que acontece com o revestimento azulejar. Neste caso, observam-se imitações de painéis hispano-árabes, à semelhança da Charola (fig. 498), em escala real que produzem desenhos decorativos com fragmentos geométricos e enrolamentos vegetalistas, em tons amarelo ocre, vermelho ocre, azuis e verde, cobrindo grande áreas de paramento (fig. 499).



F.498 Pintura parietal da Charola.



F.499 Pintura parietal do Claustro da Lavagem.

No topo, os painéis são rematados com três tipos de figurações, o menino que floresce com duas romãs, uma em cada mão; o dragão que liberta línguas de fogo; e uma espécie de macaco, um animal fantástico. Tecnicamente a pintura parece ter sido executada a fresco com acabamento a seco. Em algumas zonas é visível a sobreposição de leitadas de cal como acabamento e a sua espessura permite definir volumetria no que diz respeito aos elementos arquitectónicos que limitam o silhar de azulejo, com jogos de luz e sombra⁵⁴⁵.

Numa época posterior, foram adoçadas à janela do piso térreo duas taças em cerâmica, com escoamento de água introduzido, que deviam complementar os trabalhos de tratamento das roupas do convento. Também sobre a data e função desta estrutura a documentação é omissa (fig. 500).

⁵⁴⁵ In Situ, Relatório Intercalar da intervenção de Conservação e restauro das pinturas Murais do Claustro da Lavagem no Convento de Cristo em Tomar, 2010, p. 3.



F.500 Área ocupada pela estrutura cerâmica acoplada à janela.

Portaria do Convento

Em qualquer estrutura conventual, a portaria é o local de contacto com o mundo terreno e com a comunidade leiga, ficando esta infraestrutura normalmente localizada num dos extremos do edifício garantindo, dessa forma, a inviolabilidade da clausura.

A única referência documental que faz alusão a uma entrada formal no complexo edificado pelo Infante e coeva à sua existência, refere-se ao pequeno vão em arco quebrado existente no piso térreo do claustro da Lavagem e representado na iluminura quinhentista (fig. 501 e 502). O documento refere-se às cerimónias do dia da morte de D. Duarte e da aclamação de D. Afonso V em Tomar⁵⁴⁶. O duplo vão Quatrocentista existente naquele espaço permite o acesso ao piso térreo do claustro da Lavagem, à sala dos Paços do Infante e, possivelmente, ao primeiro piso do claustro da Lavagem.

Embora se considere diminuta a área referente ao pequeno átrio de distribuição do duplo vão Quatrocentista para uma portaria conventual (fig. 503 e 504), o investimento feito por D. Manuel no piso térreo da Lavagem poderá significar o aproveitamento daquele espaço como espaço pertencente e de apoio à portaria⁵⁴⁷.

⁵⁴⁶ AMT, 1454-1580, 1972, p.418.

⁵⁴⁷ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 91.



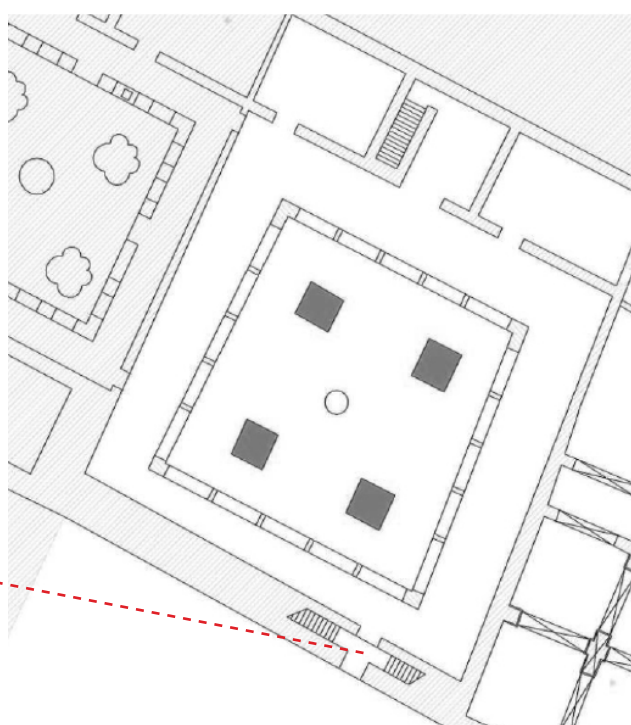
F.501 Representação da portaria.



F.502 Portaria.



F.503 Pequeno átrio de distribuição.



F.504 Portaria com os seus acessos originais.

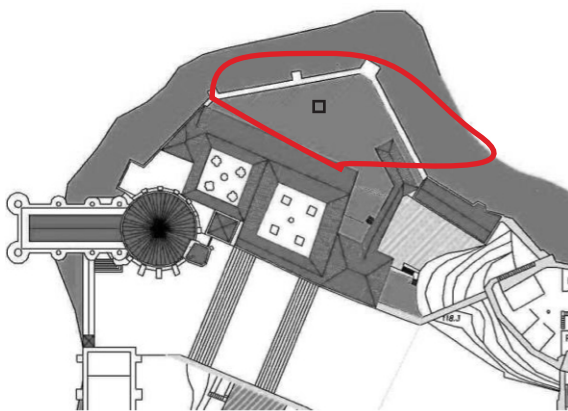
Na galeria nascente do claustro da Lavagem, as suas comunicações directas com os dois níveis dos paços mestrais (coevos e posteriores) reforçam a ideia de que este claustro poderá ter funcionado como Portaria Conventual, pelo menos até à construção da Portaria de Castilho, já no período de D. João III. É também evidente que uma entrada localizada neste local protegia o recato obrigatório na clausura, o que já não era possível se a entrada fosse feita pela entrada da capela de São Jorge, por exemplo, que devassaria de imediato ao Claustro do Cemitério, sendo este o mais vivido da Ordem.

A Área Rústica do Convento

Anexo às dependências claustrais localizava-se sempre a área agrícola murada onde se cultivavam alguns vegetais e ervas aromáticas em conjunto com o galinheiro, a coelheira, o estábulo, as cavalariças, a forja e demais actividades serviçais. Atendendo às características de Senhorio de que a Ordem se revestia, mais do que a existência de áreas de produção agro-pecuária, a Ordem necessitava de estruturas de armazenamento para recolha dos tributos, em géneros, que recebia. Edifícios como o celeiro, os lagares e os moinhos encontravam-se dispersos pelas vilas de Tomar e seu termo.

Assim, e até à construção da Cerca Conventual de João de Castilho, após a reforma da Ordem, o convento dispôs apenas de uma área de trabalho “simbólica” que se localizava na parte posterior das dependências norte dos claustros, e entre estes e a muralha do castelo⁵⁴⁸ (fig. 505). É muito provável que esta área dispusesse de um acesso próprio, possivelmente uma antiga porta da muralha, localizada a norte⁵⁴⁹.

É já no último quartel do séc. XVII que a primitiva área rústica, anexa ao convento, é anulada pela construção do edifício destinado a albergar a enfermaria da Ordem (fig. 506).



F.505 Área rústica do Convento.



F.506 Área ocupada pela Enfermaria da Ordem.

⁵⁴⁸ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 95.

⁵⁴⁹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 96.



CAPÍTULO 4

Os Paços do Regedor

OS PAÇOS DO REGEDOR

Os Paços do Infante

O Infante D. Henrique foi o primeiro Mestre [Regedor] não professo, ou seja, foi o primeiro superior máximo da Ordem de Cristo leigo. Esta prerrogativa definia, desde logo, a partilha vivencial com a comunidade conventual. Por esse motivo, no plano que desenvolveu para a reestruturação do edifício Sede da Ordem incluiu a edificação dos seus paços em edifício autónomo, localizado entre o Claustro da Lavagem e um chão pequeno que antecedia a alcáçova⁵⁵⁰. Este imóvel não se constituía, contudo, como a sua casa de morada exclusiva. Como Duque de Viseu e proprietário de um vastíssimo património, o paço de Tomar era uma das suas inúmeras residências e onde se instalava na itinerância da regência do seu património (fig. 507).



F. 507 O Paço do Infante na iluminura da Leitura Nova de 1503.

Pese embora os contributos de Helder Carita, Nuno Senos, António Pimentel, José C. Vieira da Silva continua a ser a grande e incontornável referência para o estudo dos paços medievais.

No final da "Idade Média" assistiu-se, um pouco em toda a Europa, a um fenómeno de enriquecimento (com indícios progressivos de comodidade e mestria arquitectónica) das moradas nobres- o paços. Surgiram então, e pela mão de reis, nobres e bispos, exemplos como os paços de Guimarães, de Barcelos, de Évora, de Sintra, de Ourém, de Porto de Mós, de Coimbra ou Vila da Feira. Identifica-se, a partir dessa altura, a necessidade de que a casa de morada identifique a importância e o nível social do seu possuidor⁵⁵¹.

⁵⁵⁰ AMT, 1454-1580, 1972, p.76.

⁵⁵¹ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2ª edição, 2002, p.79.

A consolidação desta nova noção de conforto e de dignificação da casa de morada é transmitida por D. Duarte quando refere, no capítulo LXXXI do seu *Leal Conselheiro*, que o paço de um senhor deve ser constituído pela sala, a antecâmara, a câmara de dormir, a trascâmara e o oratório⁵⁵², numa clara gradação que se inicia na dependência mais pública, a sala, até à mais íntima, a trascâmara e o oratório. A sala era a única divisão que se voltava para o exterior, com dimensões generosas e de maior complexidade arquitectónica. Destinava-se a acolher todas as actividades de aparato que se realizam no paço; *"nela podiam entrar todos os súbditos do rei, com a excepção dos perseguidos pela justiça e os estrangeiros de passagem"*⁵⁵³. A título de exemplo, refira-se que, na noite de Consoada, D. Manuel I mantinha a tradição de ceiar publicamente na sala do paço com todos os funcionários da casa real e com todos os fidalgos que nessa mesma noite se encontrassem presentes na corte⁵⁵⁴.

A configuração dos espaços interiores impunha que, imediatamente a seguir à sala, se encontrasse a antecâmara ou a câmara, onde apenas poderiam aceder notáveis, personalidades de maior relevância social e política do reino ou de fora dele e, claro está, os moradores da sua própria casa⁵⁵⁵. Era neste compartimento, destinado aos recebimentos individuais ou mais reservados, que o rei ou o senhor da casa realizavam as suas refeições.

Depois desta, vinha a câmara de dormir. Era um espaço reservado e intimista onde apenas poderiam aceder os maiores e mais chegados de casa, as personalidades mais importantes para o senhorio próximas do senhor por laços familiares, de amizade ou por franca convivência (fig. 508).



Fig. 6 Câmara do paço de D. Dinis, Sintra. Este quarto ficou conhecido como a prisão de D. Afonso VI.

A seguir à câmara de dormir vinha a trascâmara ou câmara do paramento. Este era um espaço onde o senhor se vestia e/ou despia, e onde eram guardados os seus tesouros, quer fossem roupas, jóias ou documentos. Tratava-se de um local da maior intimidade e responsabilidade, pelo que o acesso a este se limitava a pessoas da estrita confiança do senhor. À excepção dos criados designados, era proibido a todas as pessoas o acesso a esta câmara⁵⁵⁶ (fig. 509).

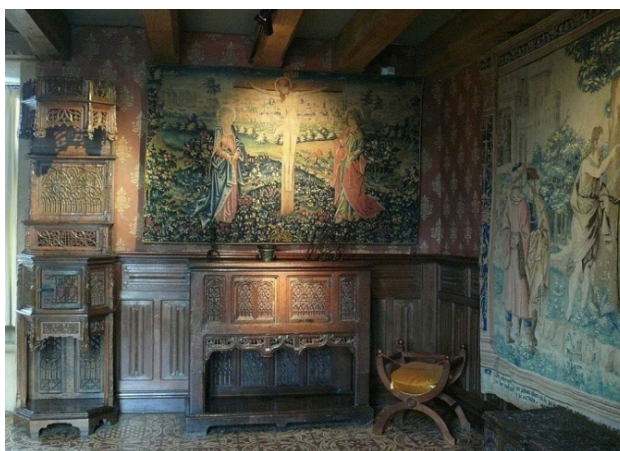
⁵⁵² SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.80.

⁵⁵³ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.81.

⁵⁵⁴ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.81.

⁵⁵⁵ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.81.

⁵⁵⁶ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.82.



F. 508 Trascâmara ou câmara do paramento do Chateau Langeais.

O último compartimento a figurar nas dependências dos paços medievos, e igualmente descrito por D. Duarte, era o oratório. Este espaço rematava a gradação de níveis de privacidade iniciado na sala e destinava-se à oração e ao recolhimento pessoal. D. Duarte identifica o carácter intimista e privado do oratório, ainda, como um local propício para leer boos livros e pensar em virtuosos cuidados, para além ser o local de alívio das aflições fisiológicas, tal como descrito em anotação do Rei sobre o paço de Sintra - *"A casynha de rezar que tem o mijatorio iij couados. E larguo iij couados"*⁵⁵⁷.

Mas, se nos paços de maior vulto o oratório podia constituir-se como espaço individual, nos de menor dimensão, a sua materialização poderia limitar-se a um pequeno altar disposto na câmara de dormir ou em outro compartimento⁵⁵⁸. No paço do Infante em Tomar era provável que se verificasse esta situação, uma vez que D. Henrique recebeu autorização Papal para possuir altar portátil ⁵⁵⁹(fig. 509).



F. 509 Livro de Horas de D. Fernando, representação do soberano a rezar em frente ao oratório.

⁵⁵⁷ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002 , p.30.

⁵⁵⁸ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002 , p.83.

⁵⁵⁹ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 50.

A sequência de espaços descrita e que constituía a área vivencial por excelência do paço, localizava-se sempre no primeiro andar – o piso sobradado⁵⁶⁰. A utilização do termo “sequência” de espaços ou dependência deve-se, precisamente, à forma como era feita a ligação entre ele, isto é, através de portas comunicantes, sem a existência de corredores de passagem. A sucessão de espaços iniciava-se na sala (a divisão mais exterior e de maior dimensão localizada junto à fachada da “rua”) e progredia para o interior em direcção à trancâmara / oratório (a divisão de menor dimensão e mais interior do paço).

As portas ou portais de entrada no paço e as comunicações ao andar sobradado eram, por norma, muito reduzidas. O acesso principal antecedia sempre a escada de aparato de ingresso na sala. As outras ligações ao piso nobre perfaziam necessidades funcionais de carácter doméstico.

O grau de conforto destes espaços habitados desenvolve-se, particularmente depois da segunda metade do século XIV, com a introdução de infraestruturas tão específicas como as latrinas (ou privadas) e as lareiras, o aumento exponencial da utilização de elementos de mobiliário doméstico, tapeçarias, panos-de-rás, couros lavrados e toda uma nova panóplia de objectos decorativos.

Por baixo do piso nobre, o andar térreo era ocupado pelos espaços utilitários da casa. A cozinha, quando não estava confinada a um espaço anexo ou contíguo pelo risco de incêndio que constituía, ocupava o local de maior importância deste piso, seguindo-se a adega, o celeiro e as outras dependências de armazenamento e tratamento de vitualhas e de objectos de uso quotidiano.

Em redor do edifício, o paço medieval contava ainda com dois espaços exteriores distintos: à frente, um pátio fechado e utilizado normalmente para cerimónias exteriores ou jogos fidalgos; na parte posterior, um horto, simultaneamente destinado a árvores de fruto e a plantas para uso culinário e medicinal. Laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, pereiras, cidreiras e pessegueiros formalizavam estes hortos ou pátios, que procediam da tradição islâmica (fig. 510) e deslumbravam os sentidos e o espírito dos cristãos⁵⁶¹ (fig. 511).



F. 510 Representação do jardim islâmico.

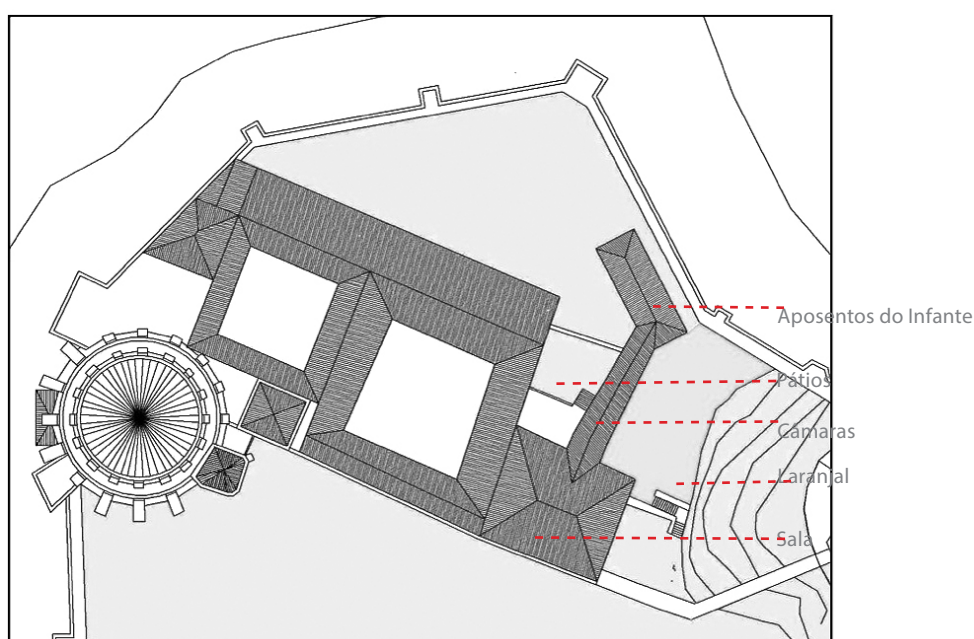


F. 511 Representação do jardim medieval.

⁵⁶⁰ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.84.

⁵⁶¹ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.87.

Como homem do seu tempo, D. Henrique aplicou no paço de Tomar os conceitos espaciais defendidos por D. Duarte. Assim, implantado num recinto pré definido pela existência de panos de muralha a norte e a sul e por construções a poente, os paços desenvolveram-se em três corpos contíguos, articulando-se da seguinte forma: o corpo da sala, encostado à muralha sul; o corpo das câmaras “públicas”, de topo com o volume da sala; e o corpo das câmaras íntimas, paralelo ao corpo da sala. A proposta de reconstituição e distribuição dos paços henriquinos foi apresentada na dissertação de Mestrado que antecedeu esta investigação⁵⁶². (fig. 512).



F. 512 Implantação do paço do Infante.

Devido às diferenças de cota do eixo norte/sul, cerca de 3,5m, o edifício tinha os habituais dois pisos junto ao alçado sul diminuindo, contudo, para um piso junto da muralha norte. No piso térreo do corpo sul localizavam-se, provavelmente, as dependências serviços e, no primeiro piso, a sala e os aposentos do Infante cumprindo, uma vez mais, com a formulação de D. Duarte.

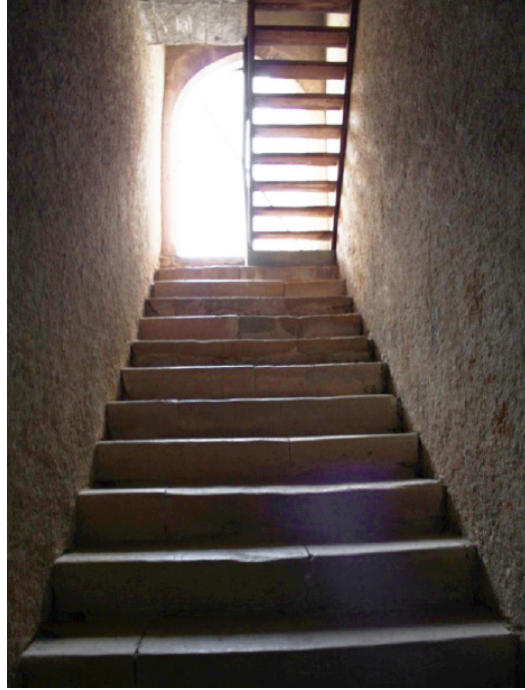
Como se veiculou na dissertação de Mestrado, o acesso principal do paço era feito pelo portal localizado na fachada sul e comum à portaria do Convento, e que antecedia a escada de aparato de ingresso na sala, como aliás é testemunhado por Pedro Alvares embora não se refira a este espaço concretamente como portaria: *logo subidos os degraus está um portal para a Clastra térrea onde está outra escada de pedra contra Levante por que se sobe à sala dos ditos Paços*⁵⁶³ (fig. 513 e 514).

⁵⁶² BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 92.

⁵⁶³ AMT, 1454-1580, 1972, p.76.



F.513 Porta exterior no piso térreo do claustro da Lavagem.



F.514 Escadaria de acesso à sala.

Existia, na mesma fachada, um outro acesso a partir da rua mas a uma cota inferior e tinha um carácter mais utilitário. A porta dos Arcos permitia a entrada por baixo da sala a um pátio interior do paço onde existia uma escadaria de ligação à varanda da sala. A descrição de Pedro Alvares refere que, "*Há outra serventia dos ditos Paços Antigos: é por uma porta grande debaixo da sala deles, junta aos degraus do primeiro tabuleiro, que se chama Porta dos Arcos pelo qual portal vai serventia por debaixo dos ditos Paços por outra porta que está num recebimento de varanda que fica em seu peitoral da banda do Norte*"⁵⁶⁴ (fig. 515 e 516).



F.515 Porta dos Arcos vista pelo interior.



F.516 Identificação das portas do Paço na iluminura.

⁵⁶³ AMT, 1454-1580, 1972, p.76.

Estas duas entradas no paço eram feitas a partir do terreiro do Recebimento que, embora fosse, à época, a grande praça da Cerca da Vila, funcionava também como o pátio frontal do paço. Existia, ainda, uma terceira porta de entrada a partir do Recebimento e com ligação directa com o laranjal/horto do paço⁵⁶⁵. Esta porta encontra-se praticamente submersa pelo aterro do jardim (fig. 517).



F.517 Topo superior da moldura da porta de comunicação entre o laranjal e Recebimento.

A fachada principal do paço era parte integrante da antiga muralha da fortificação templária que, ao mesmo tempo, era a fachada do claustro da Lavagem, prolongando-se até à Torre de São Jorge, e o muro de delimitação da área descoberta entre o paço e a alcáçova. Não existia, por isso, uma individualização do edifício. A sala que se desenvolvia ao longo desta fachada sul, correspondia a três conjuntos de arcos apontados, embora actualmente apenas dois deles subsistam no local⁵⁶⁶ (fig. 518). A área construída deste corpo ficava, assim, confinada entre a parede do claustro e a pequena porta de acesso ao laranjal do paço⁵⁶⁷ (fig. 519 e 520).



Arranque do arco remonta-
do na 1ª metade do séc. XX.

Arranque do arco
desaparecido.

F.518 Ruínas do paço do Infante antes das intervenções dos Monumentos Nacionais.

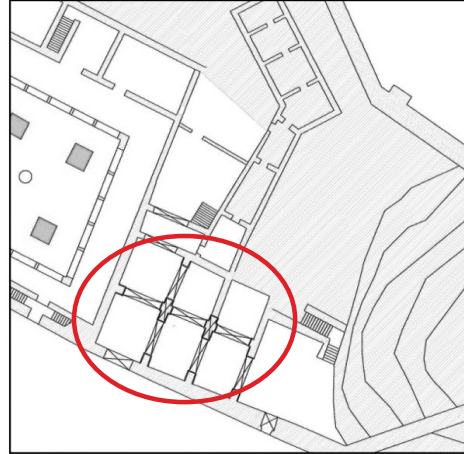
⁵⁶⁵ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 93.

⁵⁶⁶ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 95.

⁵⁶⁷ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 95.



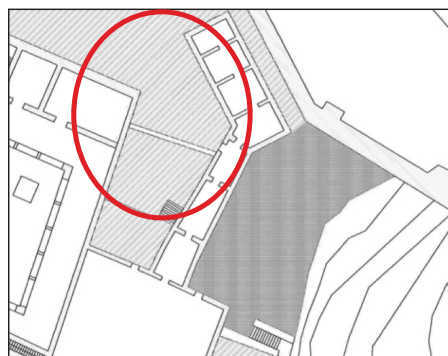
F.519 Identificação da sala do paço do Infante na ruína.



F.520 Área ocupada pela sala do paço

Um dos actos importantes que se desenrolou na sala do paço do Infante, relacionou-se com a morte de D. Duarte e Alevantamento de D. Afonso V que é referida na crónica de El-Rei Dom Afonso V, de Rui de Pina: "*à véspera do dito dia, o Infante, com todos los fidalgos e nobre gente da Côrte, foram aos Paços de El-Rei [referindo-se à sala do paço do Infante], que eram dentro do Convento, vestidos então os corpos dos panos mais ricos, mas as almas e caras de clara tristeza...*"⁵⁶⁸. Na descrição desta cena fica uma vez mais patente o carácter público e solene desta divisão.

Acompanhando o corpo desta sala, e de acordo com a descrição de Pedro Alvares, o paço contava com dois pátios interiores, ou seja, um primeiro "*donde se sobe esta escada está uma parede de muro da banda do Norte e nela um portal por onde se entra a outro terreiro meão que do Poente parte com as ditas Claustros, paredes em meio, e das bandas do Levante e Norte há casas que se chamam o Aposentamento do Infante*"⁵⁶⁹. Um primeiro pátio, a que se acedia pela porta dos Arcos, era uma espécie de recebimento e no qual existiam umas escadas que davam acesso à varanda da sala; e um segundo, colado ao primeiro, com ele tendo comunicação e serventia para os terrenos contíguos aos Claustros. Estes dois pátios eram delimitados a Norte e a Nascente pelos aposentos do Infante, a sul pela sala do paço e a poente pelo claustro da Lavagem e o muro limite da área rústica do Convento⁵⁷⁰ (fig. 521).



F.521 Os pátios do paço.

⁵⁶⁸ AMT, 1454-1580, 1972, p. 418.

⁵⁶⁹ AMT, 1454-1580, 1972, p. 76.

⁵⁷⁰ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 97.

Atravessando a porta dos Arcos e passando por baixo da sala do paço, chegava-se a um primeiro pátio percorrendo uma calçada constituída por uma faixa central de tijolos paralelepípedicos e ladeada por faixas constituídas por pequenos seixos rolados⁵⁷¹ (fig. 522). Este percurso e este primeiro pátio deveriam estabelecer uma segunda entrada de aparato na sala uma vez que as campanhas de pinturas parietais levadas a cabo por D. Manuel I, visíveis durante a campanha de sondagens arqueológicas desenvolvida pela DGPC em 2009, abrangeram também esta área⁵⁷². Ainda neste pátio, existia, muito provavelmente, uma comunicação com o piso térreo do claustro da Lavagem coeva à construção de ambas as estruturas.



F. 522

Calçada de acesso ao primeiro pátio. Vista a partir do interior.

A área coberta que antecedia este pátio, e que correspondia ao piso térreo da sala do paço, destinava-se, como já foi referido, a dependências de serviço doméstico e armazenagens mas, também, ao abrigo dos visitantes e seus acompanhantes⁵⁷³ (fig. 523).

⁵⁷¹ "Ambas as faixas de seixos rolados são intersectadas: a do lado p'ente é cortada pelas fundações da parede do Claustro da Lavagem; a do lado nascente mais larga encontra-se também definida pela implantação dos arcos quebrados do lado nascente. O painel central de tijolo com largura aproximada de 1,82m apresenta a marca de rodado de veículos de tração animal com cerca de 1,32m. A calçada termina na Porta Entaipada 't'opo norte' e é rematada por uma soleira de calcário que embora bastante gastada não apresenta vestígios de rodados de veículos de tração animal". PONTE 1989, p. 63.

⁵⁷² O Relatório Arqueológico desta intervenção promovida pela DGPC, ainda não se encontra publicado.

⁵⁷³ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 94.



F. 523 Ruínas do piso térreo do paço.

Na linha de continuidade para norte, existia um segundo pátio, com carácter mais privado e, certamente, mais doméstico. Estabelecia comunicação a poente com as dependências de serviço do claustro da Lavagem e a área rústica do convento e, a norte e a nascente, com o paço⁵⁷⁴.

Se, ao nível do piso térreo, a ocupação do paço se devia destinar inteiramente a dependências de serviço, ao nível do primeiro piso a distribuição dos espaços vivenciais não devia afastar-se muito do preconizado no Leal Conselheiro, tomando dessa forma, a sala o lugar de dominância. Partindo dela, era feita a comunicação com o interior do paço. A sequência de câmaras que se identificam no corpo perpendicular à sala, aparentemente coevos à construção do paço, deixa antever uma organização interior que recorreu à duplicação das câmaras de leito⁵⁷⁵.

Por vontade do Infante estes paços destinavam-se a "*Paços para Aposentamento dos Mestres ou Administradores do Mestrado desta Ordem, poste que na ausência deles o Dom Prior e Freires usem dos Aposentamentos*"⁵⁷⁶. Assim, no corpo perpendicular à sala existiam duas câmaras, tendo a última uma comunicação com o segundo pátio e o laranjal (fig. 524). No volume norte paralelo à sala, localizava-se a câmara de leito, a trascalara e a latrina de D. Henrique (fig. 525).

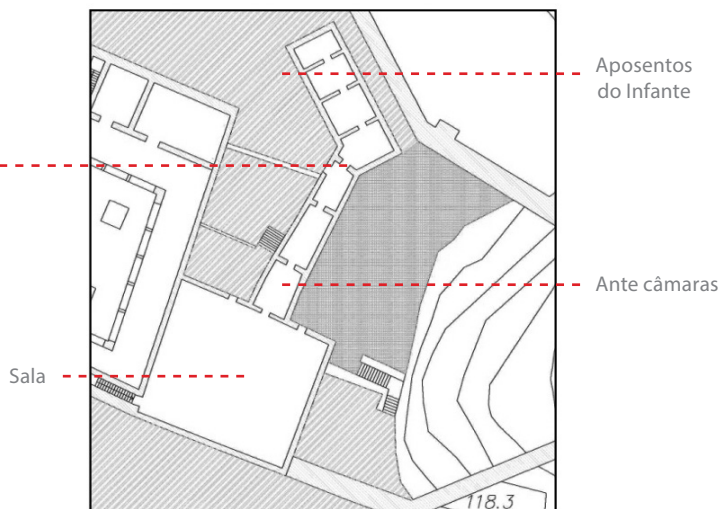
⁵⁷⁴ BENTO, *Convento de Cristo em Tomar. Do Infante D. Henrique às grandes empreitadas manuelinas*, 2013, p. 95.

⁵⁷⁵ PIMENTEL, António Filipe, *A Morada da Sabedoria, 1. O Paço Paço Real de Coimbra: Das Ordigens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Almedina 2005, p.259.

⁵⁷⁶ AMT, 1454-1580, 1972, p. 77.



F.524 Porta do corpo das câmaras.

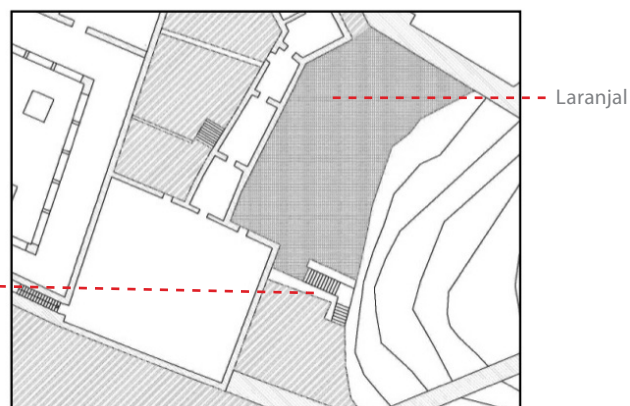


F.425 Planta com identificação dos espaços.

A nascente do paço, na área que antecedia a alcáçova, tomava lugar o horto/laranjal adstrito ao paço. Segundo Pedro Alvares, *"Entre estes Paços Antigos e Corredores porque se sirvam uns com os outros e o muro da Cerca e a parede que tem da banda de Levante que parte com o Terreiro e Chão Pequeno já dito, que está entre estes Paços e o Castelo havia um laranjal e jardim que é dos ditos Paços, (...) e da banda do sul ficou ainda laranjal sobre o qual também estes Paços Novos têm janelas e do Poente vão entestar nas sobreditas varandas e corredores por onde se serviam, como é dito, o Aposentamento do Infante com os Paços"*⁵⁷⁷. As escavações arqueológicas levadas a cabo no espaço correspondente ao laranjal, foram inconclusivas relativamente à sua organização. Apenas foram identificados algumas estruturas parietais que, aparentemente, sugerem a existência de escadas ou rampas para vencer a diferença de cotas (fig. 526 e 527).



F.526 Estruturas postas a descoberto.



F.527 Possível localização das escadas.

⁵⁷⁷ AMT, 1454-1580, 1972, p. 77.

A campanha de pinturas parietais que D. Manuel promoveu dentro dos espaços conventuais, também se estendeu ao edifício do paço. Numa das paredes da ruína da sala do paço é visível um fragmento de pintura estampilhada, com motivos geométricos, que se aproxima à expressão técnica utilizada no piso térreo do calustro da Lavagem (fig. 528).



F. 528 Vestígios de pintura parietal da sala do paço, com motivos geométricos.

Os Aposentos da Rainha

A encomenda de D. Manuel a João de Castilho da "*construção de umas casas pêra aposentamento da Rainha*", foi nos dada a conhecer por uma Carta de Quitação dirigida a D. João III⁵⁷⁸. O edifício foi construído utilizando o pano de muralha exterior norte, encostando ao paço do Infante, e estabelecendo comunicação com o laranjal e o acesso ao recebimento.

Desenvolvia-se igualmente em dois pisos subsistindo no local, até aos dias de hoje, os vãos da muralha/fachada norte (fig. 529). Estes elementos são de extrema importância sob o ponto de vista da

⁵⁷⁸ Carta de quitação dada por D. João III a João de Castilho – (...) me dise que por el Rey meu senhor e padre que santã glória aja e por mym lhe foram mandadas fazer as obras abaixo declaradas – (...) as obras que fez no convento de Tomar (...) as casas pêra aposentamento da Rainha (...). Viterbo, 1988, vol. I, p. 193.

articulação do edifício com o exterior. Se até aqui o desenho do paço se desenvolvia sobre si mesmo, confirmando que o paço medieval se fecha ao exterior e se estrutura para dentro, numa concepção tanto de intimidade quanto de necessidade mínima de defesa, numa época que tem tanto de intimidade quanto de necessidade mínima de defesa, numa época em que a segurança era reduzida⁵⁷⁹, no caso dos aposentos da rainha, as janelas não só se rasgam para o exterior do perímetro murado, como são abertas a norte, na procura da melhor vista sobre a vila. E é precisamente nessa época que a vila de baixo é alvo de profundas transformações promovidas também por D. Manuel. A localização do novo volume do paço junto da muralha norte, e não em continuação com a sala do paço henriquino, revela a consciência de um novo paradigma urbano.

Os poucos registos destes aposentos que subsistem no local situam-se na muralha norte e, para além da questão das aberturas, permitem perceber que o piso térreo era abobadado gerando um espaço amplo e regular (fig.530).



F.529

Janelas dos Aposentos da Rainha.

⁵⁷⁹ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, 2002, p.33.

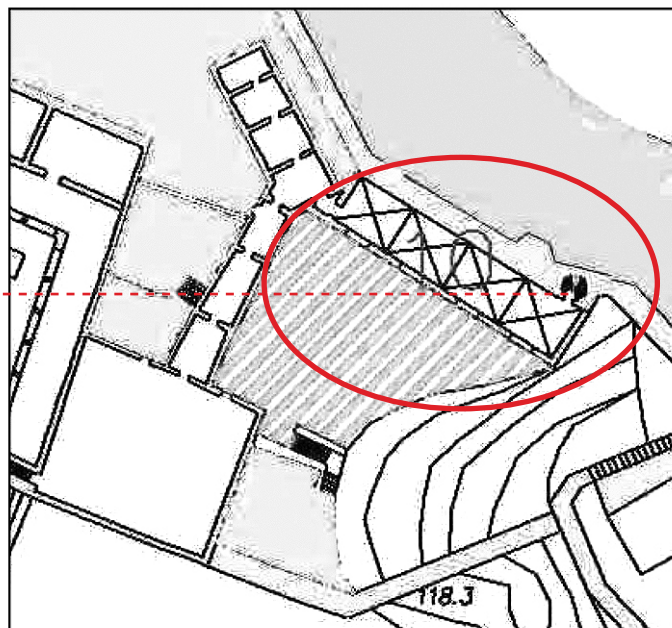


F.530 Misulas de arranque da abóbada.

O piso superior deveria desenvolver-se com a normal sequência de câmaras, regulares e bem iluminadas pelas amplas janelas rasgadas na muralha. A única comunicação vertical que sobrevive desta construção é uma pequena escada em caracol localizada no antigo adarve da muralha norte (fig. 531 e 532).



F.531 Escada de acesso.



F.532 Localização dos aposentos da Rainha.

O volume deste edifício deveria ser bastante regular destacando-se, no entanto, um pequeno torreão com uma janela de sacada que tem na sua moldura um relevo muito próximo das janelas da cabeceira da Casa do Capítulo. Também uma corda de pedra assinala o primeiro de todo o alçado norte deste paço (fig. 533). É possível que o pequeno torreão pontuasse a câmara da Rainha!

Estes paços foram mais tarde ampliados e reformulados por ordem de D.^a Catarina, viúva de D. João III, reunindo no seu volume a alcáçova e a torre de menagem.



Fig. 32 Simulação virtual dos Aposentos da Rainha (fachada norte).





Conclusão

CONCLUSÃO

Num trabalho de investigação que tem por base um conjunto arquitectónico da complexidade do Convento de Cristo, jamais a palavra Conclusão se poderá pronunciar enquanto sinónimo de concluir ou finalizar. O facto de se estar perante um autêntico palimpsesto impede o encerramento, em absoluto, de registos, de temas e de assuntos, numa espécie de permanente confronto com novas possibilidades de estudo.

Esta investigação permitiu a identificação de percursos e de espaços desconhecidos, numa percepção de um todo arquitectónico até aqui incompreendido. Desconstruiu mitos e questionou teorias e lendas que se perpetuaram no tempo em redor deste monumental edifício, resgatando a sua força identitária.

Assim, foi possível identificar, nos descontextualizados claustros henriquinos, o cumprimento rigoroso da tipologia dos mosteiros cistercienses demonstrando a intenção do Infante D. Henrique impor esta regra como referência. Verificou-se, também, que a utilização da Charola como igreja conventual, cuja definição planimétrica contrariava a tipologia cisterciense, não impediu o cumprimento do seu plano, adaptando a planta centralizada às novas exigências pretendidas, através da inclusão do coro e das ligações obrigatórias da igreja com o dormitório, o claustro e o acesso individual dos leigos.

Esta nova leitura espacial acompanha a introdução de referências do modelo cisterciense para a construção do convento, ao mesmo tempo que percepção a introdução de um novo formulário arquitectónico na construção dos Paços do Regedor da Ordem. Esta, definiu-se pela particularidade de, pela primeira vez, o Regedor da Ordem ser um leigo, não podendo, por isso, partilhar a sua residência com os religiosos conventuais, e obedeceu a fórmulas de carácter civil, cumprindo-se na íntegra a tipologia de uma casa senhorial.

A necessidade de enquadramento exterior deste paço e de articulação do antigo recinto norte da fortaleza templária, onde se instalaram o convento e o paço da Ordem com os restantes espaços amuralhados levou, entre outras intervenções, à abertura da Porta do Sol e à definição do terreiro do Recebimento.

Descobre-se, assim, um convento de raiz tipológica cisterciense, que engloba na sua formação a mítica Charola templária e que funciona, durante quase meio século, segundo esses princípios vivenciais. Por esta altura, Tomar caracterizava-se por se configurar numa dupla urbanidade, visível na distribuição das actividades de carácter administrativo no interior da vila amuralhada, e da exploração comercial, industrial e de hospedagem na vila ribeirinha.

A tomada de consciência de que as vilas de Tomar foram fundadas pela Ordem do Templo e se tornaram pertenças da Ordem de Cristo, permitiu reconhecer a importância deste território como elemento passível de ser instrumentalizado. Assim se compreendeu a acção de D. Henrique de reconversão e dignificação dos espaços urbanos e, posteriormente, de D. Manuel, com a transfor-

mação da vila amuralhada em vila clerical e a reconfiguração do espaço urbano da vila de baixo.

Foi, aliás, a regedoria de D. Manuel que rompeu com a rigidez formal cisterciense e introduziu uma complexidade plástica e formal que parecia ter transformado o anterior convento cisterciense em algo meramente casuístico, ornamental e despropositado; quase, ou até mesmo, megalómano.

A compreensão e a leitura deste objecto arquitectónico conventual na sua relação com a vila amuralhada, na correlação com a vila de baixo e na consequente identificação enquanto estrutura de excepção no panorama nacional deste final de Quatrocentos e início de Quinhentos permitiu, ainda, a verdadeira consciencialização da importância e do poder da Ordem de Cristo.

Foi a chegada de D. Manuel à Regedoria da Ordem que imprimiu um novo fôlego nos objectivos inicialmente traçados pelo Infante, originando uma verdadeira transformação no convento e nas vilas, que se agigantaram. Novas formas materiais, técnicas e cores invadem o senhorio da Ordem de Cristo mas, acima de tudo, uma nova gestão permite transformar “ferro em ouro”. Conclui-se, então, que o convento e paço mestral invadem e preenchem toda a estrutura fortificada, e que a vila intramuros, agora transformada em vila clerical, adquire a função do dormitório da clausura. A casa do capítulo manuelina e o renovado pátio do recebimento formalizam, a partir de então, a entrada de aparato na Sede da Ordem por cavaleiros e leigos, e o convento é coberto de pinturas, estuques e quadamecis; a vila clerical é recuperada e dignificada.

Em simultâneo, e também pela mão de D. Manuel, a vila de baixo reajusta-se, redefine-se e especializa-se, transformando-se na única Tomar. A administração, a indústria, o comércio e o lazer tomam o seu lugar pré definido na nova Vila, que resplandece com as novas regras urbanísticas que salubrizavam terrenos, construíam frentes ribeirinhas de trânsito fluvial, traçavam e regulavam alinhamentos e cérceas, ao mesmo tempo que redefiniam o espaço público segundo princípios cénicos e de aparato. O senhorio da Ordem de Cristo espelhava, agora sim, a administração de um Rei que se caracterizava por uma vontade firme de exteriorizar e de materializar as suas qualidades, e de se afirmar enquanto monarca eleito e pré-destinado para construir um império e mudar a geografia do mundo.

Conclui-se, também, que as transformações arquitectónicas ocorridas no Convento de Cristo entre 1420 e 1521 testemunham a evolução de um mundo que saía definitivamente da Idade Média e entrava vertiginosamente no Renascimento. A revolução epistemológica ocorrida nestes 101 anos, desconstruiu toda uma cultura que tinha levado séculos a construir, e dava lugar ao anúncio de um novo mundo que se descobria e representava nos mais variados suportes artísticos.

Percebe-se assim que, na obra do Infante, a espiritualidade se caracterizava por um rigoroso ascetismo formal, ao contrário do que sucedia no caso da intervenção de D. Manuel, visível na complexidade e na plenitude cromática. Ambos pretenderam transformar o convento no exemplo máximo da espiritualidade do momento e fizeram-no de forma magistral mas, ao mesmo tempo, antagónica. Antagónica apenas na expressão que plástica de adoptam para configurar o espaço conventual que definem. A evolução do pensamento que este antagonismo representou simboli-

za uma mudança que, em outros momentos da história, correspondeu, sempre, a mais do que um século.

A REGEDORIA DO INFANTE D. HENRIQUE

Desde o início da sua regedoria, o Infante D. Henrique conduziu a acção da Ordem de Cristo com um objectivo claro – o seu envolvimento e participação na expansão ultramarina. Para o conseguir, levou os freires cavaleiros a uma progressiva desobrigação do cumprimento rigoroso dos seus deveres religiosos, na consideração de que a observância convencional da prática da oração, confissão, comunhão, castidade e pobreza, não se coadunava com as suas necessidades operativas de carácter militar. Como forma de captar elementos da nobreza para a Ordem, conseguiu também autorização para que os freires pudessem manter os seus bens de raiz e dispor dos mesmos em testamento. Com estas alterações, e com o poder económico que a Ordem possuía, o Infante conseguiu e promoveu o seu envolvimento na política da expansão dos Descobrimentos Portugueses. A concessão do Espiritual das terras além-mar à Ordem de Cristo expressou a diferença entre esta e as outras ordens religioso-militares suas contemporâneas.

Conclui-se, assim, que é esta ligação - Ordem de Cristo / Expansão Ultramarina - que faz com que Tomar, sede do Conventual da Ordem, se transforme num dos centros “operacionais e estratégicos” do plano das Descobertas, principalmente como fonte de rendimentos para financiamento das expedições marítimas. Conclui-se também que foi esta a razão para a construção dos Paços do Regedor contíguos ao novo convento da Ordem.

Para a os freires religiosos da Ordem, o Infante D. Henrique definiu em Tomar o seu novo convento, edificado segundo as regras da arquitectura cisterciense. Neste novo edifício o Infante elegeu a Charola templária como a igreja conventual, optando assim por um templo de planta centralizada. A transformação da Charola em igreja conventual não se limitou à inserção de um coro para os clérigos, uma vez que foram também consideradas todas as articulações funcionais e regulamentares, tais como as ligações ao coro, ao claustro e ao dormitório.

O espaço de celebração organizava-se, assim, a partir do centro onde se localizava o altar, o que possibilitava a leitura da Charola como palco de uma cerimónia “centralizada”. Ficou por isso evidente que, ao escolher este templo como a igreja do seu novo Convento, D. Henrique mantinha a intenção de adoptar este princípio ritualista/celebrativo no quotidiano da Ordem. O interior da igreja foi ainda escolhido como local de sepulcro daqueles que mais considerava, como o seu antecessor D. Lopo Dias de Souza e D. Vasco de Almeida.

Respeitando a tipologia cisterciense, o primeiro claustro construído pelo Infante foi o Claustro do Cemitério, dedicado ao local de enterramento dos membros da Ordem. Originalmente, este claustro era constituído por dois pisos. No piso térreo, os vãos originais das galerias do claustro dariam Lavagem; a sul, à igreja, à escadaria militar e à capela de São Jorge; a poente, à escadaria de

acesso ao coro da igreja e ao dormitório, à sala do capítulo e à sala comunitária. No primeiro piso, edificado apenas a sul e poente, foi possível identificar a localização da cela do D. Prior do Convento, do dormitório dos freires conventuais, dos corredores de comunicação entre a cela do D. Prior, do dormitório, do coro alto da igreja e do acesso ao Cartório da Ordem, nessa altura instalado no piso superior da Charola.

Constatou-se também que a inexistência de lápides sepulcrais no pavimento do claustro, assim como de vãos coevos à construção do mesmo, se devia à intervenção neste espaço por Filipe Terzi no final de Quinhentos, que lhe introduziu a configuração que ainda hoje apresenta.

Entre a Charola e o Claustro do Cemitério, num cubelo pertencente à muralha sul, foi instalada a primeira sacristia do Convento que admito ser coeva do convento Henriquino.

A nascente da Charola, e entre a igreja e o Claustro do Cemitério, foi construída a Torre de São Jorge. Identifiquei-a como a torre sineira do convento, onde eram assinaladas as horas canónicas. No seu piso térreo localizava-se uma capela, mandada edificar por D. Vasco de Almeida que tinha um único acesso pela Charola, utilizando o arco que hoje serve de arcossólio ao túmulo.

Contíguo ao Claustro do Cemitério e à torre de São Jorge, o Infante edificou o Claustro da Lavagem, destinado aos conversos e às tarefas de carácter utilitário, que se formalizava em dois pisos e contava com dependências apenas do lado norte, onde no piso inferior se localizavam os armazéns e, no piso superior, o refeitório e o dormitório.

A existência de uma portaria era um imperativo desta estrutura conventual, pelo que, tal como propus na dissertação de Mestrado, identifiquei-a no Claustro da Lavagem no duplo vão quarentista existente no piso térreo e representado na iluminura quinhentista.

Na área descoberta existente a norte dos claustros do Infante e delimitada pelo pano de muralha norte, localizo o espaço vulgarmente destinado ao cultivo de vegetais e ervas aromáticas em conjunto com o galinheiro, a coelheira, o estábulo, as cavalariças, a forja e demais actividades serviçais. Atendendo às características de Senhorio de que a Ordem se revestia, mais do que a existência de áreas de produção agro-pecuária, eram necessárias estruturas de armazenamento para recolha dos tributos em géneros que recebia. Devido aos elevados rendimentos que a Ordem tinha, concluí que, por razões de limitação de espaço físico, estas estruturas não podiam estar dentro da área murada do convento. Edifícios como o celeiro, os lagares e os moinhos encontravam-se, assim, dispersos pela vila ribeirinha de Tomar e seu termo.

A leitura feita ao paço que o Infante construiu contíguo ao Convento permitiu concluir que D. Henrique aplicou aqui os conceitos espaciais de um paço civil defendidos por D. Duarte, e que a sua dimensão se equiparava, à época, a um qualquer paço senhorial. Assim, os paços desenvolveram-se em três corpos contíguos que se articulavam da seguinte forma: o corpo da sala, encostado à muralha sul; o corpo das câmaras “públicas”, de topo com o volume da sala; e o corpo das câmaras íntimas, paralelo ao corpo da sala. O acesso principal do paço era feito pelo portal localizado na fachada sul e comum à portaria do Convento, e antecedia a escada de aparato de ingresso na sala.

Existia, na mesma fachada, um outro acesso a partir da rua mas a uma cota inferior e tinha um carácter mais utilitário - a porta dos Arcos - permitia o acesso por baixo da sala a um pátio interior do paço onde existia uma escadaria de ligação à varanda. Estas duas entradas no paço eram feitas a partir do terreiro do Recebimento que embora fosse, à época, a grande praça da Cerca da Vila, funcionava também como o pátio frontal do paço. Identifiquei ainda uma terceira porta de entrada a partir do Recebimento e com ligação directa com o laranjal/horto do paço, que se localizava entre o paço e a alcáçova.

A acção reformista do Regedor foi extensiva à(s) vila(s) de Tomar e, no que diz respeito à Cerca da vila, o Infante mandou rasgar na muralha nascente a denominada porta do Sol. Esta, de amplas dimensões e em arco quebrado, foi aberta junto da alcáçova, no extremo da calçada de Santiago que ligava o Convento à praça de São João na vila de baixo. A introdução deste acesso na vila intramuros originou a reorganização e hierarquização dos espaços, nomeadamente da praça de armas, que foi transformada em terreiro do recebimento e que, tal como o seu nome indica, era o local de recepção/celebração e distribuição dos diversos espaços intramuros. Ao seu redor, posicionavam-se os edifícios que simbolizavam o poder religioso e político-militar. A norte, era delimitado pela fachada do Convento e Paço do Infante e, a sul, pela muralha que encerrava o núcleo urbano; a nascente, pela igreja paroquial, o Paço do Vigário e a Alcaidaria e, a poente, pela Charola. Ao antigo eixo regulador, gerado pela principal porta de entrada no Castelo – a porta de Almedina - foi acrescentado um outro gerado pela porta do sol. Mas se a porta de Almedina continuou a ser a principal entrada na vila de cima, a porta do Sol concretizou, a partir de então, o principal eixo de acesso ao Terreiro do Recebimento.

Dentro do recinto da vila, consegui localizar seis edifícios: o Paço do Vigário, que ocupava a torre conhecida por torre de D. Catarina, três casas sobradadas localizadas numa rua pública perpendicular ao eixo porta de Almedina - porta praça de armas -, e duas casas sobradadas localizadas junto do Paço do Vigário. Identifiquei também a existência de outros edifícios, tais como os açougues, a casa do D. Prior do Convento, ou casa do tabelião.

Foi-me ainda possível identificar a localização de algumas ruas como a Rua de Nuno Amado, localizada nas imediações do Paço do Vigário; uma rua pública junto da segunda cintura de muralhas, que fazia a ligação entre a porta de acesso ao terreiro do recebimento e a entrada para o Paço do Vigário; uma outra rua pública perpendicular à rua que ligava a porta de Almedina à praça de armas mas virada a poente; e outra rua identificada no extremo nascente da Cerca, junto da propriedade do Paço do Vigário, podendo esta ser a Rua de Nuno Amado.

No início do século XV a população de Tomar distribuía-se pelas vilas de cima e de baixo, pelos arrabaldes de São Martinho, do Alto da Piçarra e da Ribeira, e, ainda, no “burgo” de Santa Maria do Olival que incluía o sítio do mosteiro de Santa Iria. Durante o decurso desta investigação tornou-se claro que as intervenções do Infante para o desenvolvimento urbano de Tomar, se centraram

na vila de baixo.

A política de nobilitação dos espaços e fortalecimento do tecido social levou a que um dos primeiros benefícios e privilégios que o Infante obteve para o seu senhorio foi a autorização régia para implementar em Tomar uma feira franca com privilégios excepcionais, ambicionados por muitas outras feiras do reino e nunca alcançados.

A dinâmica comercial promovida pela expansão ultramarina e a implementação da feira franca levou a que o Infante promovesse a construção dos Estaus, uma espécie de hospedaria pública onde quase todos tinham um local para pernoitar. Mas se a volumetria dos Estaus já tinha sido alvo de diversas análises historiográficas e até de desenhos de reconstituição, até ao presente trabalho, o carácter inovador deste edifício no plano do desenho urbano, não havia ainda sido identificado. Agora, poder-se-á afirmar que o carácter visionário da rua definida pelos Estaus, hoje denominada rua dos Arcos, antecipa em cerca de um século o que acontece em 1535 na construção da rua da Sofia em Coimbra já em plena atmosfera humanista. Em termos conceptuais, a rua dos Arcos aproxima-se, por antecipação, ao desenho de um espaço público renascentista, pela racionalidade e regularidade do seu traçado, pela sua escala e pela monumentalidade da arquitectura dos seus edifícios. De salientar ainda que a galeria que originalmente ladeava a rua apresenta a mesma intenção e o mesmo movimento de profundidade que, cerca de um século mais tarde, poderá ser observado na obra de Vasari, mais concretamente na Galeria dos Uffizi, por 1560, em Florença.

Identifiquei, igualmente, uma sequência de intervenções que demonstram a constante preocupação e intenção de D. Henrique em nobilitar, potenciar e rentabilizar o núcleo urbano ribeirinho de Tomar: a reestruturação dos edifícios da Ordem no Chão de Pombal, a transformação do antigo celeiro templário nas saboarias de que tinha o monopólio, a regularização das margens do rio com formação de uma nova área urbanizável, a instituição da judiaria, e a reestruturação do sistema assistencial com a reedificação de um antigo hospital transformado em Hospital de Nossa Senhora da Graça. É importante sublinhar que é a partir desse momento que o antigo caminho de Riba Fria, ligando o Chão de Pombal à porta de Almedina, começa a ser denominado na documentação como rua da Graça, e é nessa rua que algumas das personagens centrais da Epopeia Marítima desse período, como João Gonçalves Zarco e Gonçalo Velho Cabral, vieram a residir em Tomar.

Conclui-se, assim, que é pela mão do Infante D. Henrique que a pequena vila de baixo da Ordem de Cristo se transforma numa dinâmica, moderna e cosmopolita vila do reino, ocupando um lugar de destaque no plano das Descobertas com a participação das suas gentes e o contributo dos réditos da Ordem.

A REGEDORIA DE D. MANUEL

A estratégia defendida e implementada pelo Infante D. Henrique na Ordem de Cristo durante os cerca de quarenta anos da sua regedoria foi escrupulosamente respeitada por D. Manuel I que, inclusive, protagonizou a união da regedoria da Ordem de Cristo com a Coroa.

A actuação do Venturoso em termos da política régia projectou-se na orgânica interna da milícia com a sua reestruturação coerente, sistemática e globalizante, desde o temporal ao espiritual, viabilizando a sua instrumentalização com vista ao fortalecimento da centralização do poder monárquico. Como administrador da Ordem, o monarca dispôs e distribuiu rendimentos eclesiásticos em benefício de quem entendeu privilegiar, o que significou o favorecimento de determinados sectores da sociedade. Esta actuação fez-se sentir, por exemplo, no controlo que exerceu sobre o padroado das igrejas afectas a esta Instituição, originando novas comendas para a Ordem, resultantes das novas áreas descobertas e da anexação de igrejas paroquiais afectas ao poder régio. Como se tornou evidente, as comendas da Ordem de Cristo constituíram-se como um troféu ambicionado por muitos e, D. Manuel, ao atribuir uma comenda a todos os cavaleiros que combatessem em África a expensas próprias, soube aumentar significativamente o número de servidores da coroa. Por causa desta política, o rei aumentou o número de comendas da Ordem de Cristo que passaram de 70 para 454.

Ao mesmo tempo, assistiu-se a um crescimento do poder espiritual da Ordem de Cristo, depois de Leão X lhe atribuir a concessão dos direitos de jurisdição eclesiástica e espiritual sobre todas as igrejas criadas em terras de África, ficando estas na dependência do vigário de Tomar e sendo todos os seus rendimentos aplicados às despesas da Ordem. Conclui-se assim que, gradualmente, a Santa Sé conservava e aumentava os privilégios da Ordem fomentando, em muitos aspectos, a sua substituição em relação à Monarquia.

Fica claro que, numa política de continuidade com aquela que foi implementada pelo Infante, D. Manuel sedimenta os procedimentos regulamentares da Ordem, instituindo que os freires religiosos se dedicassem exclusivamente à vida religiosa estando sujeitos aos votos e práticas do monaquismo cisterciense, enquanto os freires cavaleiros se dedicavam à actividade bélica e cumpriam com as mais diversas competências militares. Esta separação de funções iniciava-se logo na admissão de noviços para a Ordem. A identificação da Ordem de Cristo com a política ultramarina da monarquia, promoveu a transformação dos freires cavaleiros da Ordem numa espécie de milícia especializada da coroa pelo que ser freire cavaleiro ou comendador da Ordem de Cristo, era sinal de honra e de prestígio. Enquanto que para os freires cavaleiros a laicização foi sendo cada vez mais concreta, chegando mesmo a poderem contrair matrimónio, o caminho para os freires religiosos passava pelo estrito cumprimento das regras monacais, pela correcção das infracções e pela acção pastoral.

As alterações que D. Manuel introduziu nas definições e regulamentação da Ordem tiveram correspondência no complexo construtivo da sua sede, o Convento. A representatividade da sede da Ordem de Cristo, no panorama dos descobrimentos, fez com que D. Manuel a elegeisse como o local guardião dos símbolos mais importantes da época e dos maiores troféus de guerra obtidos pelo Venturoso.

Desde o início da sua regedoria, D. Manuel promove na igreja conventual henriquina uma série de campanhas de obras de redefinição e de enriquecimento artístico do espaço, que só iria terminar com a sua morte. Logo na primeira encomenda identifica-se o pedido de sete aras sagradas que serviram para instituir sete novos altares nos tramos do deambulatório da Charola. Em toda a superfície parietal da igreja foi feita a aplicação de cor directamente sobre pedra, podendo essa ser aplicada através de padrões geométricos estampilhados, ou mesmo pintura figurativa. São inúmeros os recursos estilísticos e plásticos sucessivamente introduzidos e experimentados no interior da igreja. Referencio, a título de exemplo, e apenas para nomear alguns: a moldagem de flores, estrelas e losangos em cera aplicadas sobre a pedra; os mesmos motivos feitos em estuque que tomam particular relevo na abóbada do tambor central, onde flores-de-liz douradas a folha de ouro se dispõem em convergência com a chave da abóbada; as placas de estuque pré-moldado com recurso à policromia, com aplicação da folha de ouro ou simplesmente com fundo colorido.

A verdadeira exuberância decorativa da Charola é atingida quando esta se assume como capela-mor e vê redefinido todo o programa decorativo associado à alteração da sua função e da sua escala. Esta transformação recorreu à aplicação de estuques, douragem, pintura mural, pintura de cavalete, talha, guadamecil, escultura em madeira e vitrais. A invulgaridade do altar-mor da igreja destaca-se em todo este relicário sagrado, estando, ao centro, Cristo crucificado, do lado esquerdo, a Virgem e São João Baptista, do lado direito, a escultura das três marias e, sobre a mesa de altar, a cruz relicário que D. Manuel ofereceu ao Convento.

Esta intensidade da capela-mor foi, aparentemente, contrariada no desenvolvimento da nave manuelina, onde o aparelho de alvenaria de pedra surge sem qualquer vestígio de revestimento cromático, e a escultura em pedra faz parte da composição arquitectónica do espaço.

O interior da nave manuelina foi integralmente trabalhado por João de Castilho dando sequência ao trabalho iniciado por Diogo de Arruda. Tendo presente que esta nunca foi uma igreja para o culto dos leigos, no sentido em que foi destinada quase exclusivamente aos clérigos, compreende-se o facto de ter um corpo de igreja tão diminuto. Em termos práticos, a nave manuelina resume-se a uma caixa encerrada por uma abóbada com três tramos, que inclui no seu interior uma outra caixa encerrada por uma abóbada de dois tramos. O terceiro tramo da abóbada corresponde ao corpo destinado aos leigos e é onde se localiza o portal de aparato. Ambas as caixas, interior e exterior, foram alinhadas a poente e a cobertura da caixa interior concretiza o pavimento do coro da igreja. A caixa onde se localizava a sacristia foi implantada a uma cota inferior à cota da igreja e respectiva entrada. Originalmente, a modelação da abóbada da sacristia, constituída por dois tra-

-mos, fazia correspondência aos dois tramos de maior dimensão da abóbada do coro. Conclui-se então que as muitas interpretações feitas pela historiografia acerca desta assimetria dos tramos da abóbada e da não existência de um vão original de acesso à sacristia, não correspondem à realidade, uma vez que se demonstra que o limite nascente deste espaço foi alterado no final de Quinhentos, fruto da intervenção de Filipe Terzi no coro, cuja autoria agora se identifica. Esta, conduziu à destruição da primitiva entrada na sacristia, assim como a de toda a rede de comunicações existente neste edifício. Consegue-se agora, e finalmente, identificar a original ligação entre a igreja e o coro, a ligação entre o coro e o coro dos religiosos no capítulo dos cavaleiros (destinado aos capítulos gerais), a ligação entre a igreja e a sacristia, a ligação entre a sacristia e o capítulo dos religiosos, e a ligação entre o interior do convento e o vale de São Martinho.

Em relação ao cadeiral do coro, a sua autoria tem sido sempre atribuída a Olivier de Gand, no entanto, o facto de o livro de recebimentos da sua execução estar integralmente assinado por Fernão de Munhoz, poderá indiciar que, apesar de poder ser verdade que a encomenda foi feita a Olivier de Gand, com a morte deste, a sua execução foi integralmente assegurada por Fernão de Munhoz.

A nave manuelina que hoje conhecemos corresponde, em muito pouco, ao edifício originalmente construído. Em termos arquitectónicos, a estrutura que identifiquei revela uma coerência projectual e funcional que se perdeu com a alteração do coro alto e com a construção do convento novo de João de Castiho. A compreensão da estrutura construtiva/arquitectónica permitiu-me perceber que a inserção da decoração nesta estrutura não é o produto de um mero exercício. Ou seja, neste edifício, o elemento decorativo manuelino nunca surge por questões de decoração ou preenchimento do espaço vazio mas, sim, como forma de reconfigurar/ocultar evidências estruturais.

Enraizado profundamente na expressão exacerbada do decorativismo característico do período, o manuelino da nave do coro surge-nos com um discurso simbólico que utiliza uma linguagem muito particular e extremada, ao mesmo tempo que recorre a elementos comuns aos da vulgar temática manuelina: a heráldica; os temas vegetalistas e outros como troncos de árvores, raízes e frutos, assim como elementos com filiação na flora marítima; o uso da corda; instrumentos marítimos; etc.

Fazendo uso de uma estrutura arquitectónica semelhante à da nave manuelina, a Casa do Capítulo foi edificada a sul do adro da igreja, periférica à mole conventual, com duas salas capitulares, uma em cada piso. A do piso térreo era ocupada pela sala do capítulo da clerezia e destinava-se aos freires clérigos que guardavam obediência ao prior; a do primeiro piso, a sala do capítulo da cavalaria e destinava-se aos cavaleiros que guardavam obediência ao mestre. No capítulo da cavalaria, para além do vestíbulo, identificou-se, ainda, um coro para albergar os freires clérigos nos capítulos gerais, uma vez que estes tinham de estar separados dos freires cavaleiros. A construção desta casa capitular, fora da mole edificada do convento, justifica-se pelo facto de os freires cavalei-

ros não estarem sujeitos à clausura nem puderem entrar no seu interior. Desta forma, os freires cavaleiros entravam na sala do capítulo da cavalaria atravessando o Terreiro do Recebimento, sem devassar a clausura.

Originalmente, este edifício estabelecia três pontos de comunicação com o exterior, cada um deles destinado a funções distintas: ao nível do piso térreo, o capítulo da clerezia comunicava com a sacristia manuelina e, desta forma, com o interior da clausura; o capítulo dos cavaleiros comunicava com o terreiro da igreja/recebimento; por último, o coro alto do capítulo da cavalaria estabelecia contacto com o coro da igreja.

A presença da gramática decorativa original é, hoje em dia, visível apenas na cabeceira no edifício, onde frisos vegetalistas rematados por guizos ou borlas se cruzam com delicados colunelos, sendo os seus capitéis utilizados como nós decorativos. As janelas e o arco triunfal da cabeceira apresentam elementos anteriormente utilizados na nave, mas aqui adquirem uma expressão menos volumosa, sinónimo de um percurso já feito em direcção a uma plástica mais próxima da linguagem renascentista. Todos os outros vãos de ambas as salas capitulares são consequência de intervenções posteriores à chegada de D. João III à regedoria da Ordem.

A intervenção de D. Manuel nos restantes espaços conventuais e no paço do regedor, caracteriza-se por uma vontade de enobrecimento e dignificação das pré existências, visível na utilização de pinturas murais e de exuberantes objectos de culto, como retábulos, nos claustros do Cemitério e da Lavagem, e no Paço do Regedor.

No extremo do recinto norte, quase encostando à alcaçova e englobando o pano de muralha exterior, o Venturoso mandou construir os paços da Rainha. A primeira expressão de um paço civil renascentista é perceptível nas ruínas deste edifício, caracterizado pelas suas janelas abertas a norte e para o exterior do perímetro murado, procurando a melhor vista sobre a vila. Esta disposição, associada à localização do novo volume do paço, junto da muralha norte e não em continuidade com a sala do paço henriquino, revela a consciência de um novo paradigma urbano.

A leitura do convento manuelino não se extingue no edifício conventual e no paço do seu regedor. Quando D. Manuel expropriou a população laica da cerca da vila de Tomar, a antiga fortificação templária transformou-se num reduto clerical privativo e exclusivo da Ordem de Cristo. As acções de carácter “institucional” eram realizadas na estrutura conventual pré-existente, e o edificado da Cerca da vila foi transformado em residências privadas para os freires clérigos, incluindo-se nestas o paço do Prior do Convento e o paço do Vigário. D. Manuel concedeu-lhes o privilégio de possuir casa própria e respectivos serviços. Um dos muitos freires que tiveram habitação própria nesta vila foi Frei Diogo da Gama, prior do Convento e irmão de Vasco da Gama.

Enquanto Regedor da Ordem de Cristo, D. Manuel fundou uma vila de características ímpares, apenas com paralelo na cidade do Vaticano - cidade amuralhada, exclusivamente clerical e Sede do mundo Cristão.

Para o centro da fortaleza clerical e coerente com os princípios de estruturação urbana defendidos pelo Rei, acentua o eixo cerimonial com início na porta do Sol e fim na Charola. Este foi tratado como uma verdadeira entrada de aparato e como um cenário propício à realização de cerimónias exteriores. A poente, enquadrando o terreiro da igreja que agora se expandia até à nova casa do capítulo, foram construídos dois lanços de escadarias, que ocupavam toda a extensão do recinto entre muralhas, e introduzido um patamar intermédio suficientemente amplo para a colocação de um estrado para cerimónias. A nascente, a igreja de Santa Maria do Castelo não só foi mantida, como D. Manuel I lhe fez continuamente diversas ofertas e promoveu a sua reedificação. O antigo terreiro do recebimento, da regedoria do Infante D. Henrique, era agora transformado numa grande praça de recebimento, tal como no Vaticano se imaginava uma nova Praça de São Pedro.

Contígua à Porta do Sol, localizava-se a igreja de Santa Maria do Castelo, com características equivalentes a outras igrejas paroquiais construídas pelos Templários no interior dos seus castelos. Tinha capela-mor e sacristia com planimetria rectangular e as paredes de todo o edifício eram em alvenaria de pedra revestida a cal, com coroamento superior ameado e patamar de recepção coberto por um alpendre forrado a madeira pintada. Não há registo da existência de grandes pormenores ornamentais, exceptuando-se as pinturas no tecto de madeira, as imagens existentes nos altares, de uma pia baptismal de grandes dimensões, e o túmulo de frei D. Gonçalo de Sousa, colocado no centro da nave. Na capela-mor existia ainda uma lápide tumular de João Draba, de Bruges, identificado como um dos elementos da armada de Pedro Alvares Cabral ao Brasil e o “promotor” da *certidão de Valentim Fernandes*.

Instalado na Torre de D. Catarina, e por identificar até ao presente, localizava-se o Paço do Vigário. Este, desenvolvia-se encostado à muralha e reunia na sua mole duas torres da fortificação, ligadas entre si através de um corpo onde se localizava a sala, também ele encostado à muralha. Uma construção que acolhia a cozinha foi encostada a estes volumes através do aproveitamento do pano de muralha sul, existindo ainda, a poente e encostada ao volume da sala, uma outra construção que albergava a câmara, dispensa, loja e sobreloja. À cota do pátio do recebimento, e no edifício do paço, estava localizado o celeiro, diversas lojas e o aljube dos clérigos. Distribuídos por diversos espaços e pátios, localizados no interior da propriedade, existiam ainda outras construções que albergavam a adega, a estrebaria, o palheiro, e duas casas de dois pisos.

O paço do Vigário foi um edifício de grande representatividade na vila de Tomar, tanto na Cerca como na vila de baixo. Iniciou, provavelmente, a sua função como residência vicarial em meados do século XV, e estendeu-a até 1530, altura em que D. João III transfere a paróquia de Santa Maria do Castelo para a igreja de São João. Em 1536, com uma definição formal e decorativa muito próxima dos claustros do “convento novo” e sob orientação de João de Castilho, foi concretizada uma nova campanha de obras no paço vicarial. Da análise efectuada, conclui que, neste paço, foi instalada a casa e sala de audiências da Inquisição.

Como paço da Inquisição, a sala e as câmaras, situadas ao nível do primeiro piso, ficaram destinadas às funções administrativas; nos espaços do antigo celeiro e das lojas, no piso térreo, a sala de audiências e o aljube dos clérigos destinado aos réus. A tribuna construída no interior da sala de audiências, acolheria as dignidades que assistiam ao julgamento. Identifiquei também o percurso de ligação entre o Paço da Inquisição e a porta do recebimento do Convento, formalizando, dessa forma, a ideia de caminho processional entre o local da leitura – a sala de audiências – e a execução da sentença na vila de baixo.

Nesta vila clerical projectaram-se vários exemplos de casa corrente, que mostram características semelhantes às habitações comuns existentes em outros centros urbanos muralhados. Inserem-se, sempre, em lotes estreitos e compridos, totalmente preenchidos por construção, e multiplicam-se em mais do que um piso, encostando-se às edificações. Contudo, importa realçar que as casas da cerca que aqui foram observadas exibem parâmetros de conforto que não são vulgares nos outros locais. O uso, aparentemente vulgarizado, das chaminés, a utilização de elementos como janelas de “assentar”, portas e portais, cantareiras, ou espaços como o oratório fechado, ou ainda, a utilização de alvenarias de pedra aparelhada na construção destes imóveis, mostram que estas casas não obedeciam a princípios básicos de economia e que não eram respostas directas a necessidades de abrigo e armazenamento. As casas utilizadas na clausura do convento são casas confortáveis, de dimensões razoáveis e exclusivamente destinadas à habitação.

Com a criação da vila clerical, o Regedor põe fim à dupla urbanidade da vila de Tomar. Livre de civis, a vila de cima cerra as suas funções enquanto núcleo populacional e, a partir desse momento, a vila de baixo toma a exclusividade da denominação de vila de Tomar. Para a vila de baixo são transferidas apenas as infra-estruturas “administrativas” e, para o Arrabalde de São Martinho, vão os antigos moradores da vila de cima.

A alteração da principal via de comunicação com o Convento é determinante em todo este programa de reestruturação. A importância outrora atribuída à Praça da Ribeira, pela sua situação de espaço de remate e charneira entre a vila de cima/Convento e a vila de baixo é, neste plano, transferida para a Praça de São João. Estava, assim, formalizada uma nova centralidade na vila, sendo essa ideia reforçada com a colocação no centro da praça do novo pelourinho, evocando a outorga do novo Foral de Tomar (1510) e identificando o novo centro administrativo da vila. Os antigos edifícios pertencentes às boticas do Infante são então reconfigurados em Casas da Câmara.

Sobre a análise efectuada à(s) vila(s) de Tomar, posso concluir que, desde a sua fundação como senhorio Templário até à extinção das Ordens Religiosas, este território nunca foi propício à fixação de nobres, verificando-se a presença destes apenas e quando eram membros da Ordem. A sua condição de sede de uma poderosa ordem religioso-militar foi grandemente inibidora da captação de elementos do estrato nobiliárquico uma vez que os nobres não poderiam dispor de terras próprias para sustentos das suas casas senhoriais. Não existe, por isso, o registo deste tipo de ocu-

pação urbana em Tomar.

Reconhecendo a importância do espaço público em termos vivenciais e de valor simbólico, foram permanentes as preocupações e intervenções do Venturoso na vila, sempre com o objectivo da sua valorização e enobrecimento doando para isso várias propriedades da Ordem ao município. Refiro-me, por exemplo, ao alargamento da Várzea Grande e da Várzea Pequena.

A constatação de que até ao aparecimento dos transportes viários motorizados e ferroviários o transporte fluvial era o modelo de eleição para a circulação de mercadorias, permitiu identificar a atitude de maximização de recursos operada por D. Manuel, através da localização da zona industrial e de armazenamento na Praça da Ribeira ou Chão de Pombal, e em toda a extensão da margem direita do rio, desde a Levada a São Lourenço, construindo aí novos lagares e celeiros.

A construção do muro da Levada originou a criação de uma plataforma que possibilitou, não só um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, como também o surgimento de uma nova frente urbana. Se do lado do rio os novos lagares exibiam as insígnias reais, do outro surgiam novos edifícios submetidos às mais recentes regras de edificação. Cumpriram-se alinhamentos, utilizaram-se materiais e técnicas construtivas que respeitaram a arte de bem construir e obedeceram aos regulamentos de salubridade e saneamento implementados e difundidos pela política de D. Manuel em todo o Reino. A par disto, introduziram-se regras compositivas de dimensão e alinhamentos de vãos nas fachadas, preocupações até então desconhecidas e ignoradas no normal crescimento/desenvolvimento da vila.

Perpendicular à rua da Levada, a Judiaria da vila foi extinta e os judeus de Tomar foram convertidos à fé cristã. Esconderam-se sob nomes e apelidos cristãos, e integraram-se na sociedade tomarense, mantendo as suas actividades comerciais e financeiras. Após o édito de 1496, a Judiaria foi reconfigurada e recebeu o nome de rua Nova, à semelhança do que aconteceu em todo o Reino, sendo a sinagoga transformada em cadeia municipal, em substituição da antiga prisão existente na torre do Castelo.

No universo assistencial, em 1510, D. Manuel funda a Misericórdia de Tomar no hospital fundado pelo seu tio avô, o Infante D. Henrique. Na sua estrutura administrativa inclui todos os bens anexos ao ex-Hospital de Santa Maria da Graça, às Confrarias de Nossa Senhora dos Anjos e de Santa Cruz, e à Gafaria Municipal de Santo André. D. Manuel I conseguiu proceder à padronização hospitalar à escala nacional e implementar uma rede de confrarias que, em Portugal e no seu império, perseguiram os mesmos objectivos assistenciais e funcionavam segundo uma matriz organizacional comum.

Pela mão dos regedores Infante D. Henrique e D. Manuel I, e num espaço de tempo confinado a um século, o reconstruído Convento de Cristo espelhou a vontade de uma Ordem que se uniu a um Reino e que, em conjunto, construíram um império, reconfigurando a geografia do mundo.





Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DOCUMENTAL DA TORRE DO TOMBO - FUNDO ORDEM DE CRISTO/CONVENTO DE TOMAR - OC/CT- livros

- LIVRO 5
- LIVRO 7 – mf. 6458
- LIVRO 11 – m.f. 233
- LIVRO 21
- LIVRO 23 – m.f. 1482
- LIVRO 30 – mf. 7508
- LIVRO 33 – mf. 1482
- LIVRO 35 – mf. 6456
- LIVRO 41 - m.f.5145 - Bens da Vigaria de Tomar 1516
- LIVRO 52
- LIVRO 53
- LIVRO 101
- LIVRO 102
- LIVRO 115
- LIVRO 118 - Livro de Receita do Convento 1529-1537
- LIVRO 126 - “Receita dos três quartos das comendas, tenças, vigairarias e outros dinheiros para as obras e para a fábrica do convento”
- LIVRO 233 - mf. 0297 P
- LIVRO 234 - mf. 519
- LIVRO 246 (nota, antigo 647)
- LIVRO 261
- LIVRO 275

ARQUIVO DOCUMENTAL DA TORRE DO TOMBO - FUNDO ORDEM DE CRISTO/CONVENTO DE TOMAR - OC/CT- MAÇOS

- MAÇO 1
 - MAÇO 3
 - MAÇO 4
 - MAÇO 5
-

- MAÇO 6
 - MAÇO 7
 - MAÇO 8
 - MAÇO 9
 - MAÇO 10
 - MAÇO 11
 - MAÇO 12
 - MAÇO 13
 - MAÇO 14
 - MAÇO 15
 - MAÇO 16
 - MAÇO 17
 - MAÇO 18
 - MAÇO 19
 - MAÇO 20
 - MAÇO 21
 - MAÇO 22
 - MAÇO 23
 - MAÇO 24
 - MAÇO 26
 - MAÇO 37
 - MAÇO 38
 - MAÇO 39
 - MAÇO 40
 - MAÇO 41
 - MAÇO 42
 - MAÇO 43
 - MAÇO 44
 - MAÇO 45
 - MAÇO 46
 - MAÇO 47
 - MAÇO 48
 - MAÇO 49
 - MAÇO 50
 - MAÇO 52
-

- MAÇO 53
- MAÇO 54
- MAÇO 55
- MAÇO 56
- MAÇO 57
- MAÇO 60
- MAÇO 61
- MAÇO 62
- MAÇO 63
- MAÇO 64
- MAÇO 65
- MAÇO 66
- MAÇO 67
- MAÇO 68
- MAÇO 69
- MAÇO 70
- MAÇO 71
- MAÇO 72
- MAÇO 73
- MAÇO 74
- MAÇO 75
- MAÇO 76
- MAÇO 78
- MAÇO 82/83

ARQUIVO DOCUMENTAL DA TORRE DO TOMBO - FUNDO ORDEM DE CRISTO/CONVENTO DE TOMAR
- OC/CT- MAÇOS

- LIVRO 209
 - LIVRO 299
- NÚCLEO ANTIGO

CONTOS DO REINO E CASA/NÚCLEO ANTIGO

- LIVRO 553
-

- LIVRO 558
- LIVRO 587
- LIVRO 772, m.f. 6739
- LIVRO 773. Maço 12, nº2.
- LIVRO 820 1518-1421.

COLECÇÃO CARTAS/NÚCLEO ANTIGO

- 878, m.f. 4939
- m.f. 4935 - doc. 130
- m.f. 4939. Maço 1
- mç.1, nº477
- 876, nº137, m.f. 1162
- 878, m.f. 4939
- m.f. 440 -

LEIS E ORDENAÇÕES/NÚCLEO ANTIGO

- LIVRO 16, m.f. 91

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda, A especificidade do sistema de assistência Pública Português. Linhas Estruturantes. Arquipelago, História, 2ª Série, VI, 2001.
 - AFONSO, Luís, Ornamento e Ideologia. Análise da introdução do “Grotresco” na pintura mural quinhentista, in Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura (actas do III encontro sobre Ordens Militares), 2 vols. Lisboa, ed. Colibri, 1999.
 - ALMEIDA, Fortunato, A História da Igreja em Portugal, Portucalense Editora S.A.R.L. 2ª ed. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1967.
 - ALVES, Ana Maria, Iconografia do Poder Real no período manuelino, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
 - ALVES, Ana Maria, As entradas régias Portuguesas, Horizonte, 19 Lisboa, 85.
 - ALVES, Ivone Correia, CUSTÓDIO, Jorge e MARQUES, Margarida, D. Diogo da Gama, subsídios para uma Biografia, colc. Gamas e Condes da Vidigueira.
 - AMADO, Figueiredo, A Certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil
-

de 1500, 1997

- ANAIS DO MUNICÍPIO DE TOMAR, 1137 – 1453, Vol. VIII, 1454 – 1580, Vol. VII, 1581 – 1700, Vol. IV, Câmara Municipal de Tomar, 1972.
- ANAIS DA UNIÃO DOS AMIGOS DOS MONUMENTOS DA ORDEM DE CRISTO, vol.I - Tomo I, (reimpresão) Tipografia António Gouveia, Tomar 1959, Vol.II, Lisboa, Imprensa Lucas & Comp.1943; Vol.III e Vol. IV, Tomar, Tipografia Santos e Gouveia, 1951.
- ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes, A arquitectura e a decoração do Manuelino, texto dactilografado (relatório de provas de prof. agregado, apresentado na FLUL), 1986.
- ATANÁZIO, M. C. Mendes, A Arte do Manuelino, Lisboa, Editorial Presença, 1984.
- ANTUNES, Joana Filipa Fonseca, Uma Epopeia entre o Sagrado e o Profano: o cadeiral de coro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Vol. I, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.
- BARBOSA, Álvaro José, Os sete Montes de Tomar, Caleidoscópio, 2003.
- BARROCA, Mário Jorge, Epigrafia Medieval, Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005
- BARROCA, Mário Jorge, Nova história militar de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
- BENTO, Maria José Travassos, O Convento de Cristo em Tomar: Do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas, Col. Monumentos/Monografias, IGESPAR, 2013.
- BOLETIM CULTURAL E INFORMATIVO, nº1 – 1981, nº2 – 1981, nº3 – 1982, nº4 – 1982, nº5 – 1983, nº6 – 1983, nº8/9 – 1985, nº10 – 1988, nº11/12-1989, Câmara Municipal de Tomar.
- BOLETIM CULTURAL, nº14 – 1991, nº15 – 1991, nº16 – 1992, nº19 – 1993, Câmara Municipal de Tomar.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo Branco, Inéditos da Crónica da Ordem de Cristo, Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1980.
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo Branco, Visitações na Ordem de Cristo até finais do século XVI, in As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa (Actas do IIº Encontro sobre Ordens Militares).
- BRANCO, Manuel da Silva Castelo Branco, Cartório da Ordem de Cristo, subsídio para a sua história, A Gráfica de Tomar, 1982.
- BRAUNFELS, Wolfgang, Arquitectura monacal en el Occidente, Barcelona, Barral Editores, 1974.
- BUESCO, Ana Isabel, D. João III – 1502-1557, colc. Reis de Portugal, Circulo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Cascais de Mem Martins, Rio de Mouros, 2005.
- CALDAS, João Vieira; Gomes, Paulo Varela – Viana do Castelo, Lisboa, Ed. Estampa, 1990.
- CAPÊLO, José Manuel, Portugal Templário, Relação e sucessão dos seus Mestres (1124-1314), colecção Manuscritos do Temp(l)o, Lisboa, Aríon Publicações, 2003.
- CARITA, Helder, Lisboa Manuelina e formação de modelos urbanísticos da época Moderna, (1495-1521), Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

- CARITA, Hélder; Conceição, João Paulo; Pimentel, Miguel – Elementos para um Estudo da Casa dos Bicos, Lisboa, Pisa-Babel, 1983.
 - CARNEIRO, António, Regra da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jsu Xpo, 1503.
 - CASANOVA, Maria Amélia Pinto da Silva, As pinturas de Gregório Lopes em Tomar sob o mecenato de Frei António de Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Restauro, Vol. I, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002.
 - CAPITEL, Antón, La Arquitectura del Pátio, Barcelona, Editorial Gustavo Gil, S.A. 2005.
 - CHICÓ, Mário T., A arquitectura Gótica em Portugal, Livros Horizonte, 4ª edição, 2005.
 - CHICÓ, Mário T., A arquitectura em Portugal na época de D. Manuel e nos princípios do reinado de D. João III. O gótico final Português, o estilo manuelino e a introdução da arte do Renascimento, in Aarão de LACERDA (dir.), História da Arte em Portugal, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1952,
 - CHORÃO, Maria José Bigotte, Os Forais de D. Manuel 1496-1520, Lisboa, I.A.N./T.T. 1990.
 - COELHO, Eduardo, Thomar à vol d’oiseau. Lisbonne 1898
 - COELHO, Maria da Conceição Pires, A Igreja da Conceição e o Claustro de D. João III do Convento de Cristo de Tomar, Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1987.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz, D. João I – o que re-colheu Boa Memória, colc. Reis de Portugal, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2005.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz, Homens, espaços e poderes (séculos XI a XVI). I – Notas do viver social e II – Domínio Senhorial, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
 - COELHO, Maria Helena da Cruz, Portugal na época dos descobrimentos, in Revista da História das Ideias, vol. 14. – Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional, Instituto de História e Teoria das Ideias / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
 - CONDE, Sílvio Alves, Tomar medieval, o espaço e os homens, Cascais, in Patrimonia Histórica, 1996.
 - CORREIA, Vergílio, Pintores Portugueses dos séculos XV e XVI, Coimbra, ed. Imprensa da Universidade de 1928.
 - CORTESÃO, Jaime, Os Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
 - COSME, João dos Santos Ramalho, MANSO, Maria de D. Beites, D. Manuel, duque de Beja, e a expansão portuguesa (1484-95), in Bartolomeu Dias e a sua Época (Actas do Congresso Internacional), vol.I., Porto, U.P. e C.N.C.D.P. 1989.
 - COSTA, Adelaide Pereira Millan da e GONÇASLVES, Iria, O espaço urbano e o espaço rural, in “História da Vida Privada em Portugal” Dir. José Mattoso, Col.Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa 2011.
 - COSTA, João Paulo Oliveira e, Henrique O Infante, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.
 - COSTA, João Paulo Oliveira e, D. Manuel I, 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento, Coleção Reis de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
 - CRAVEIRO, Maria de Lurdes, O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz, in AA VV, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, história, conservação e restauro da fachada e arco triunfal, Lisboa, IPPAR, Lisboa 2002.
-

- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, O renascimento em Coimbra. Modelos e programas arquitectónicos. Vol.I, dissertação de Doutoramento polic., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, O Anjo Moderno/The Modern Angel, Angelorum - Angels in Portugal, Museu de Alberto Sampaio, 2012.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes, O Mosteiro de Santa Cruz, Direcção Regional de Cultura do Centro, 2011.
- CUSTÓDIO, Jorge, As metamorfoses religiosas e artísticas da Charola do Convento de Cristo e a "conservação" do "sagrado erário", in. A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro, coord. Ana Carvalho Dias e Irene Frasão, DGPC, Lisboa, 2014.
- CUSTÓDIO, Jorge, ALVES, Ivone Correia e MARQUES, Margarida, D. Diogo da Gama, subsídios para uma Biografia, colc. Gamas e Condes da Vidigueira.
- D. DUARTE - Leal Conselheiro, (ed. crítica e anotada por J. M. Piel), Lisboa, Lvrá Bertrand, 1942
- DIAS, Ana Carvalho, O Castelo Templário e o Convento de Cristo à luz das recentes escavações arqueológicas, Atas do I Colóquio Internacional de Cister, Os Templários e a Ordem de Cristo. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: os anos da transição, Instituto Politécnico de Tomar, 2012.
- DESWARTE, Sylvie, Ideias e imagens em Portugal na época dos descobrimentos, Lisboa, Difel, difusão editorial, 1992
- DESWARTE, Sylvie, Les enluminures dela Leitura Nova 1504- 1552, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1977.
- DE WITTE , Charles Martial, Un projet portugais de reconquête de la Terre-Saint (1505-1507), in Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos, vol.V, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- DIAS, José Cabral, "A evolução Urbana de Tomar, uma leitura crítica do fenómeno urbano; de Sellium a Carlos Ramos", dissertação de Mestrado polic., Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999.
- DIAS, J. S. da Silva, Os Descobrimientos e a Problemática Cultural do Século XVI, Lisboa, ed. Presença, 1992.
- DIAS, Pedro, a Arquitectura Manuelina, Porto, Livraria Civilização, 1988
- DIAS, Pedro, a Viagem de D. Manuel a Espanha e o surto mudejar na arquitectura portuguesa, Junta de Castilha Y Leon, 1986.
- DIAS, Pedro, Arquitectura mudéjar Portuguesa, Lisboa, Revista de História dos Mares, 1994 – sep. De Mare Liberum, nº8 Dez. 1994
- DIAS, Pedro, Do tardogótico ó Manuelino: Galicia e Portuga, coord. Vários, Lisboa, Fundação Barrié de La Maza, Fundação Caloust Gulbenkian, DL, 1995
- DIAS, Pedro, Será o "Manuelino" uma questão de gosto, ou o reflexo de uma política?, III Congresso de Hist. De Guimarães – D. Manuel e sua Época, Câmara Municipal de Guimarães, 2004.
- DIAS, Pedro, A Arqutitectura Manuelina, Arte Portuguesa, Da Pré-História ao século XX, Fubu Editores, 2009.

- DIAS, Pedro, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510*, Instituto de História da Arte Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979.
 - DINIS, António Joaquim Dias, *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no século XV*, Separata de "A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média" Actas das 1.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972
 - EVIN, Paul A., *Étude sur le style manuélín*, Paris 1948.
 - FALCÃO, Lina, *Os guadamecis na Charola do Convento de Cristo*, in *A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro*. dgpc, Lisboa, 2014.
 - FAWCETT, Richard, ORAM, Richard, *Melrose Abbey*, Tempus Publishing, Gloucestershire, 2004.
 - FERGUSON, George, *Signs and Symbols in Christian Art*, Nova Iorque, ed. Oxford University Press, 1996.
 - FIGUEIRA, Luis Manuel Mota dos Santos, *Técnicas de construção na arquitectura manuelina*, Tese de doutoramento em história da arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.
 - FLOR, Jorge - *Notas sobre Jorge Afonso e o Mestre da Charola de Tomar*, *Artis*, nº 7-8, 2009.
 - FRANÇA, José Augusto, *Tomar*, Coleção cidades e vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
 - GAC, Agnès le, MANIÉS, Alexandre, *Tratamento de conservação e restauro do tambor central da Charola*, in *A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro*.dgpc, Lisboa, 2014.
 - GALLICO, Sonia, *Vaticano*, Edizioni Musei Vaticani, Roma, 2006,
 - GHYCA, Matilda C., *El numero de Oro. I. Los ritmos, e II. Los ritos*, Barcelona, ed. Poseidón, 1978.
 - GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 1ª edição, 1962, Publicações Dom Quixote, 2ª edição, 2008.
 - GOMES, Paulo Varela, *O sistema de coros nas sés portuguesas dos séculos XV e XVI*, 2013.
 - GOIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel I*, 4 vol., Imprensa da Universidade Coimbra, 1949-1954.
 - GONÇALVES, António Augusto, *A cidade de Thomar. Convento de Cristo*, in *A arte e a natureza em Portugal*, vol.6º, Porto, Emílio Biel, 1906.
 - GRAÇA, Luís Maria, *Castelo dos Templários*, Lisboa, Elo, 1994.
 - GRAÇA, Luís Maria, *Convento de Cristo*, Lisboa, Elo, 1994.
 - GRILO, Fernando, "A escultura em madeira de influência flamenga em Portugal. Artistas e obras", *O Brilho do Norte, Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal, Época Manuelina*". Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
 - GUIMARÃES, Vieira de, *A Ordem de Cristo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.
 - GUIMARÃES, Vieira, *Thomar: noticia histórico-archeológica e artística do monumento de Christo da Igrejas de Santa Maria dos Olivais, Igreja de Santa Iria e de S. João*, Porto, Litografia Nacional, 1929.
 - GUIMARÃES, Vieira de, *Thomar – S.ta Iria*, Lisboa, Livraria Coelho, 1927.
 - GUIMARÃES, Vieira de, *Thomar*, Coleção Monumentos Nacionais, Porto, Litografia Nacional, 1929.
-

- HAUPT, Albrecht, A arquitectura em Portugal: do tempo de D. Manuel I, o venturoso, até ao fim do domínio Espanhol, Lisboa, Presença, 1986.
- HENRIQUES, Francisco, *O Retábulo da Pena de Nicolau Chantere, geometria e significado*, Mestrado em Teorias da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2006.
- História da Arte Portuguesa, Vol.II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995
- História de Portugal, Vol.II, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.
- HOOYKAAS, R., Science in manuline style, Coimbra, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1980.
- HOOYKAAS, R., Os descobrimentos e o humanismo, Lisboa, Gradiva, 1983.
- In Situ, Relatório Intercalar da intervenção de Conservação e restauro das pinturas Murais do Claustro da Lavagem no Convento de Cristo em Tomar, 2010.
- JANA, Ernesto, O Convento de Cristo e as Obras durante o Período Filipino, faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- KUBLER, George, Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as especiarias e os Diamantes, 1521 – 1706. Coleção Artes / História, Lisboa, Edições Veja, 1988.
- LAMBERT, Élie, Les grandes monastères portugais. Leur caractère national dans l’histoire de l’architecture monastique internationale, Coimbra, sep. De Bulletin des Etudes portugaises, 1954.
- LAMY, Michel, Os Templários, Esses senhores de Mantos Brancos, coleção Biblioteca de História, Lisboa, Editorial Notícias, 2ª edição, 1996.
- LEITE, Sílvia, A Arte do Manuelino como percurso simbólico, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A., 2005.
- LOBO, Rui, Santa cruz e a rua da Sofia - Arquitectura e urbanismo no século XVI. Debaixo de Telha, Série B, nº6, eldlarq, Coimbra, 2006
- MACHADO, Lacerda F. S., O castelo dos Templários, Comissão de Iniciativa e Turismo de Tomar, 1936.
- MARKL, Dagoberto Renascimento em Portugal, in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, Coord. de José Costa Pereira, Volume II, 1991
- MARKL, Dagoberto, Livro de horas de D. Manuel (estudo introdutório), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- MATTOSO, José, História de Portugal, Vol.II, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.
- MEDEIROS, José, Usos e cerimónias da nossa Ordem de Cristo, Sintra, Zéfiro, 2008.
- MENDONÇA, Emilia Isabel Mayer Godinho, Os restauros no Convento de Cristo em Tomar nos séculos XIX e XX: critérios de intervenção, 2004, Sep. Lusitana: arqueologia, história da arte e património.
- MILLER, Maureen C., The Bishop’s Palace. Architecture & Authority in Medieval Italy, Cornell Paperbacks, 2003.

- MOREIRA, Rafael, A arquitectura do renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano. Vol.I, dissertação de Doutoramento, polic. Universidade Nova de Lisboa, 1991.
 - MOREIRA, Rafael, História da Arte Portuguesa, Arquitectura: Renascimento e classicismo, Vol.II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995
 - MONTEIRO, João Gouveia, Nova História Militar de Portugal”, vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
 - Nova História Militar de Portugal, Vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1003.
 - PEREIRA, Fernando António Baptista, Notas sobre a representação do homem silvestre na arte portuguesa dos séculos XV e XVI, in História da Crítica, nº9, 1982.
 - O Brilho do Norte, Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal, Época Manuelina”. Dias, Pedro (coord.), Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
 - PEREIRA, Paulo, A “Fabrica” Medieval. Concepção e construção na arquitetura portuguesa. (1150-1550). Dissertação de doutoramento elaborada para a obtenção do grau de doutor, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.
 - PEREIRA, Paulo, A obras silvestre e a esfera do Rei, Universidade de Coimbra, 1990.
 - PEREIRA, Paulo, De Áurea Aetate, O Coro do Convento de Cristo de Tomar e a Simbólica Manuelina, Coleç. Monumentos / Monografias, Instituto Português do Património arquitectónico, 2003.
 - PEREIRA, Paulo, História da história do “Gótico Português”, História da Arte Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
 - PEREIRA, Paulo, Gil Vicente e a contaminação das artes, in Temas Vicentinos. Actas do Colóquio em torno da obra de Gil Vicente, Lisboa, Diálogo, 1992.
 - PEREIRA, Paulo, A Charola do Convento de Cristo em Tomar. Iconologia da Arquitectura. O Brilho do Norte, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
 - PESTANA, José Artur Pestana, Pintura mural, A Charola do Convento de Cristo, História e Restauro, DGPC, 2014.
 - PIMENTEL, António Filipe, A Morada da Sabedoria, 1.O Paço Real de Coimbra: Das Origens ao estabelecimento da Universidade. Coimbra, Almedina, 2005.
 - PIEPER, Jan, NAUJOKAT, Anke, KAPPLER, Anke, Jerusalemkirchen – Mittelalterliche Kéinarchitekturen narchedem model des heiligen Grabes, Katalog Zur Asstelung, Aachen - 2003.
 - PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, D. Dinis, colecção Reis de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
 - PONTE, Maria La-Salette da Ponte, Abordagem Arqueo-Histórica dos Paços do Castelo dos Templários (sondagem 1985), Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, nº11/12, 1989.
 - PUIG i CADAFALCH, Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, GEsOS/Câmara Municipal de Palmela, 2012.
 - RIBEIRO, Orlando – « A Civilização do Barro no Sul de Portugal» in Geografia e Civilização, temas por-
-

tugueses, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

- REDOL, Pedro, VILARIGUES, Márcia, DELGADO, Joana, Os vitrais, in A Charola do Convento de Cristo. História e Restauro. DGPC, Lisboa, 2014.
- REIS-SANTOS, Luís. “Olivier de Gand, sculpteur du XVIe siècle au Portugal”, DIAS, Pedro (coord.), O Brilho do Norte: escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal. Época Manuelina (catálogo), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- ROBINSON, David, The cistercian Abbeys of Britain – far from the concourse of men, Ed. B.T. Batsford, London, 2002.
- RODRIGUES, Dalila, A pintura no período manuelino, in Paulo PEREIRA, História da Arte Portuguesa, vol. I, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1995.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BOMIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura, Coimbra, Quimera, 1990.
- ROMAN, Fr. Jerónimo, História das Ínclitas Cavalarias de Cristo e Avis, Cood. Paula Pinto da COSTA, Militarium Ordinum Anacleta, Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2008.
- ROSA, Amorim, História de Tomar, 2ª edição, Tomar, Fabricas Mendes Godinho, 1988.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, Igreja e Assistência em Portugal no século XV, Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol LIII, 1995.
- SANS, Joan Fuguet, ARQUÉ, Carme Plaza, Notas sobre Arquitectura Militar Y Religiosa del Temple de la Corona de Aragón Y su relación con Oriente, Freires, Guerreiros, Cavaleiros, Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, GEsOS/Câmara Municipal de Palmela, 2012.
- SANTOS, José António dos, Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar, Lisboa, Bibliotheca Universal, 1879.
- SANTOS, José Galdes, Monumentos da Ordens Militares do Templo e de Christo em Thomar
- SANTOS, Reinaldo dos, O estilo manuelino, Lisboa 1952.
- SANTOS, Vítor Pavão dos, O exotismo na Vida Portuguesa na época de D. Manuel I, Lisboa, Panorama, nº32, 1969.
- SERRÃO, Victor, “As tábuas do Santuário do Bom Jesus de Valverde: uma encomenda de D. Henrique ao pintor Gregório Lopes”, Estudo da pintura portuguesa – oficina de Gregório Lopes, Lisboa, actas Seminário Internacional. Instituto de José de Figueiredo, 1999.
- SERUYA, Ana Isabel, PEREIRA, Mário, coord. As Tábuas da Charola. Lisboa, IPCR, 2005.
- SENOS, Nuno – O Paço da Ribeira 1501-1581, Dissertação de Mestrado –FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, A Ordem de Cristo (1417 – 1521), in Militarium Ordinum Anacleta, nº6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- SILVA, Isabel Morgado, A Ordem de Jesus Cristo – Do mestrado de D. Gil Martins, à administração e governo do Infante D. Henrique, Revista Oceanos, nº17. 2003.

- SILVA, Jorge Henrique Pais da, Rotas artísticas no Reinado de D. Manuel I, Lisboa, Panorama, nº32, Série IV, 1969.
- SILVA, José Custódio Vieira da, O tardo-gótico na arquitectura religiosa do Alto Alentejo, Lisboa, Horizonte, 1990.
- SILVA, José Custódio Vieira da, Os Túmulos de D. Pedro e de D. Inês, em Alcobáça, Portugália, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996/1997.
- SILVA, José Custódio Vieira da, "A arquitectura gótica catalã e a arquitectura do tardo-gótico alentejano: estudo de influências", Actas das 2^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol.3, Centro de História da Universidade do Porto, 1989.
- SILVA, José Custódio Vieira da, "Arquitectura efémera, construções de madeira no final da Idade Média", Porto, sep. Revista da Faculdade de Letras, II série, vol.III, 1991.
- SILVA, José Custódio Vieira da, "A morada privilegiada - o Paço", O fascínio do fim. Viagens pelo final da Idade Média, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.
- SILVA, José Custódio Vieira da, O palácio Nacional de Sintra, Londres, Instituto Português do Património Arquitectónico e Scala Publishers, 2000.
- SILVA, José Custódio Vieira da, Paços Medievais Portugueses, Lisboa. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2^o edição, 2002.
- SILVA, Nuno Vassalo e, O ouro de Quíloa, Oceanos nº10, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- SIMÕES, J. M. Santos, Historiografia de Tomar (Lições), s.d.
- SIMÕES, J. M. Santos, Tomar e a sua Judaria, Edição do Museu Luso-Hebraico, Tomar 1941, Edição fac-similada, com preâmbulo de Maria José Ferro Tavares, A Gráfica de Tomar 1992.
- SUCENA, Eduardo, A Epopeia Templária em Portugal, colecção Documenta Histórica, Lisboa, Nova Veja, 2008.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, As doações de D. Manuel, Duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo, in Do Tempo à História, vol. IV, Lisboa 1971.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, A vigairaria de Tomar nos finais do séc. XV, in Do Tempo e da História, vol. IV, Lisboa, 1971.
- TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcês, A Arte em Portugal – Tomar, Porto 1929.
- TEIXEIRA, Francisco Augusto Garcês, A cruz manoelina do Convento de Cristo, Lisboa, Imp. Lucas, 1940.
- TEIXEIRA, Manuel Teixeira e VALLA, Margarida, O Urbanismo Português, séculos XIII - XVIII Portugal - Brasil, Livros Horizonte, 1999
- TRINDADE, Luísa, Urbanismo na composição de Portugal, Dissertação de Doutoramento, polic. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

- VASCONCELOS, Joaquim de, *Da architectura manuelina*, Coimbra 1885.
- VILAR, Júlio Alvarez, *Ecoss hispânicos del manuelino*, in *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos descobrimentos*, Dias, Pedro (coord.), Coimbra, Minerva, 1987.
- VITERBO, F. Sousa, *O orientalismo em Portugal no séc. XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1893.
- VITERBO, F. Sousa, *Diccionário historico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*, Vol. I, II e III 1922, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Reprodução fac-símile 1988.
- WATSON, Walter-Crum, *Portuguese Architecture*, Londres 1908.